

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS**

Nicodemo Valim de Sena

**Espaço, violência e identidade em Alexandria:
um estudo sobre o Conflito de 38 d.C.**

**VITÓRIA
2016**

NICODEMO VALIM DE SENA

**Espaço, violência e identidade em Alexandria:
um estudo sobre o Conflito de 38 d.C.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História, na área de concentração em História Social das Relações Políticas.

Orientador: Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva.

**VITÓRIA
2016**

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

S474e Sena, Nicodemo Valim de, 1984-
Espaço, violência e identidade em Alexandria : um estudo sobre o conflito de 38 d.C. / Nicodemo Valim de Sena. – 2016. 228 f. : il.

Orientador: Gilvan Ventura da Silva.
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Conflito social. 2. Violência. 3. Identidade. 4. Alexandria (Egito) - História. I. Silva, Gilvan Ventura da, 1967-. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

NICODEMO VALIM DE SENA

**Espaço, violência e identidade em Alexandria:
um estudo sobre o Conflito de 38 d.C.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História, na área de concentração em História Social das Relações Políticas.

Aprovada em de de 2016.

COMISSÃO EXAMINADORA

Professor Doutor Gilvan Ventura da Silva
Universidade Federal do Espírito Santo – Orientador

Professora Doutora Claudia Beltrão da Rosa
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Examinadora Externa

Professor Doutor Sérgio Alberto Feldman
Universidade Federal do Espírito Santo – Examinador Interno

Professora Doutora Érica Cristhyane Moraes da Silva
Universidade Federal do Espírito Santo – Examinadora Interna

A Deus, fonte de inspiração e a minha
esposa Verônica, pela compreensão e
apoio, dedico minha gratidão e
reconhecimento.

AGRADECIMENTOS

Depois de anos de pesquisa, muitas são as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para que este trabalho chegasse ao fim e merecem o devido agradecimento.

Ao Professor Doutor Gilvan Ventura da Silva, que com grande paciência e persistência ajudou-me a alcançar novos horizontes no meu desenvolvimento intelectual. Seu comprometimento e sua dedicação creditados a mim foram essenciais a minha formação como historiador e, por isso, tenho-lhe grande admiração e respeito.

Aos Professores Doutores Sérgio Alberto Feldman e Érica Cristhyane Moraes da Silva, pelas críticas, sugestões e observações realizadas durante o Exame de Qualificação. Tais apontamentos contribuíram para aprimorar meu trabalho. Sou grato ainda, à Professora Doutora Luciane Munhoz Omena (UFG) pela leitura minuciosa e pelas observações pertinentes em relação ao meu projeto de pesquisa durante o Seminário de Dissertação.

Agradeço à equipe do Laboratório de Estudos do Império Romano (LEIR-ES), especialmente aos Professores Doutores Belchior Monteiro Lima Neto e Ludmila Caliman Campos.

Por fim, dedico meus agradecimentos aos meus familiares — esposa, pai, mãe, irmãos —, que sempre compreenderam minha dedicação à pesquisa, e aos amigos Carlos Mágnio Busatto, Ana Lúcia Coelho, Kamyla Oliveira, Jéssica Veríssimo e João Carlos Furlani, pelo grande apoio.

RESUMO

Nesta dissertação, analisa-se a relação existente entre espaço, violência e identidade cultural durante o conflito ocorrido em 38 d.C. na cidade de Alexandria, capital da província do Egito, que envolveu gregos, egípcios e judeus. Para tanto, o recurso bibliográfico foram as obras *In Flaccum* e *Legatio ad Gaium*, de Filo de Alexandria; a obra *Contra Apionem*, de Flávio Josefo; os *Acta Alexandrinorum* e a *Carta* de Cláudio aos Alexandrinos. Alexandria foi construída em 331 a.C. e, no decorrer do domínio ptolomaico, alcançou grande destaque nos campos político, econômico e cultural, o que atraiu um grande número de indivíduos das mais variadas etnias, tornando-a uma cidade multiétnica. Nesse contexto, investigam-se o processo de formação das comunidades grega, egípcia e judaica, as singularidades de cada grupo, as aproximações e a forma como as relações sociais se transformaram após a dominação romana em 30 a.C. O referencial teórico empregado nessa pesquisa pauta-se nos conceitos de “estabelecidos”, “*outsiders*”, “conflito”, “violência”, “espaço”, “identidade” e “diferença”. Já a metodologia utilizada é a Análise de Conteúdo. O objetivo principal é compreender como a apropriação dos diversos espaços da cidade e o recurso à violência contribuíram na formação e na afirmação da identidade dos atores sociais envolvidos na revolta.

Palavras-chave: Alexandria. Conflito. Espaço. Violência. Identidade.

ABSTRACT

In this dissertation, we analyze the relationship between space, violence and cultural identity during the conflict occurred in A.D. 38 in Alexandria, capital of the province of Egypt, which involved Greeks, Egyptians and Jews. Thus, the bibliographic resource were the works *In Flaccum* and *Legatio ad Gaium*, Philo of Alexandria; the work *Contra Apionem* of Flavius Josephus; the *Acta Alexandrinorum* and Claudio's *Letter to the Alexandrians*. Alexandria was built in 331 BC, and during the Ptolemaic rule, achieved great prominence in the political, economic and cultural fields, which attracted a large number of individuals of various ethnic groups, making it a multi-ethnic city. In this context, investigate the process of formation of communities Greek, Egyptian and Jewish, the singularities of each group, the approaches and how social relations became after Roman rule in 30 BC. The theoretical framework used in this research is guided the concepts of "established", "outsiders", "conflict", "violence", "space", "identity" and "difference". Since the methodology used is the Content Analysis. The main objective is to understand how the appropriation of different spaces of the city and the use of violence contributed to the formation and identity affirmation of the social actors involved in the revolt.

Keywords: Alexandria. Conflict. Space. Violence. Identity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de Alexandria e arredores.....	37
Figura 2 – Mapa do Egito período ptolomaico e romano.....	43
Figura 3 – Complexo portuário de Alexandria e suas principais estruturas.....	56
Figura 4 – Cidade moderna e área submersa da antiga Alexandria.....	70
Figura 5 – Alexandria, cruzamento de ruas, com destaque para o ginásio.....	161
Figura 6 – Planta do teatro de Alexandria.....	165
Figura 7 – Alexandria com via Canópica em destaque.....	176
Figura 8 – Mapa de Alexandria destacando possível local da ágora.....	182

LISTA DE ABREVIATURAS

A.J. – *Antiquitates Judaicae*

Ap. – *Contra Apionem*

B. J. – *Bellum Judaicum*

In Flacc. – *In Flaccum*

Leg. – *Legatio ad Gaium*

CPJ – *Corpus Papyrorum Judaicarum*

De Is. Et Os. – *De Iside et Osiride*

Ant. – *Antonius*

Diod. – *Diodorus Siculus*

Strab. – *Strabo*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
A MULTIÉTNICA CIDADE DE ALEXANDRIA.....	33
A administração civil e militar.....	41
O sistema econômico ptolomaico.....	45
A <i>pólis</i> como um centro cultural e religioso.....	58
A diversidade da população.....	65
A Alexandria dos egípcios.....	73
A Alexandria dos gregos.....	78
A Alexandria dos judeus.....	84
DE CAPITAL DE REINO A CAPITAL DE PROVÍNCIA.....	95
A transição de poder.....	95
A administração romana: continuidade ou ruptura?.....	98
O sistema administrativo civil e militar de Augusto.....	103
A questão judaica e o agravamento dos conflitos sociais.....	112
O sistema tributário.....	124
ESPAÇO E VIOLÊNCIA: A CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES EM ALEXANDRIA.....	134
A marcação da diferença por gregos, judeus e egípcios.....	134
Das questões políticas às questões de identidade.....	153
Filo e a cartografia do Conflito de 38 d.C.....	157
A ocupação dos edifícios: ginásio, teatro e sinagoga.....	159
A apropriação dos espaços públicos e privados.....	175
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	189
REFERÊNCIAS.....	203
Documentação textual.....	203
Bibliografia instrumental.....	204

Obras de apoio.....	207
---------------------	-----

APÊNDICE.....	226
----------------------	------------

Apêndice A: Rotulações utilizadas por gregos, judeus e egípcios em Alexandria.....	226
--	-----

Apêndice B: Espaço e violência em Alexandria.....	228
---	-----

INTRODUÇÃO

Nesta dissertação, analisamos o conflito envolvendo gregos, egípcios e judeus, ocorrido no ano de 38 d.C., na cidade de Alexandria, capital da província do Egito, buscando compreender de que forma a espacialidade urbana e seus elementos constitutivos — ruas, ágora,¹ bairros e edifícios — foram apropriados pelos atores sociais como instrumentos de construção de identidades e de afirmação de poder.

A cidade de Alexandria, durante o século I d.C., enfrentava uma realidade distinta da que vivenciou nos períodos precedentes de sua história, sendo marcada por medidas administrativas implementadas por Roma, que empreendeu uma ampla reestruturação política, econômica e sociocultural na cidade a partir de 30 a. C.

A chegada de Otaviano ao Egito representou o fim da era ptolomaica e também assinalou o papel de liderança única do Império que o novo soberano passou a exercer,² mediante a vitória sobre Marco Antônio e Cleópatra, na Batalha de Ácio. O Egito deixou de ser um reino soberano e se tornou uma província do Império Romano. Alexandria, que havia sido por séculos a “capital” financeira e cultural do Mediterrâneo oriental, se transformou na capital da província do Egito (FAIA, 2010, p. 13-14).

O Egito era um território bastante peculiar, o que possibilitou a Augusto tratá-lo de modo distinto. Vários fatores converteram o Egito em uma província especial, sendo o primeiro deles a sua importância econômica, uma vez que se constituía em

¹ Ágora: praça principal, local onde acontecia debates, reuniões.

² Otávio, Otaviano e Augusto são três formas onomásticas para o mesmo indivíduo. Otávio, cidadão romano, nasceu em 63 a.C., mudou de nome após a morte de Júlio César em 44 a.C., tornando-se Otaviano, líder republicano que enfrentou Marco Antônio e conquistou o Egito em 30 a.C.; o título de Augusto, primeiro imperador de Roma, foi adotado a partir de 27 a.C. (LOBIANCO, 2006, p. 44-45).

maior produtor de cereais (especialmente trigo) do Mediterrâneo, sendo a maior parte da produção cerealífera enviada a Roma (CLÍMACO, 2013a, p. 170).

Jones (1968, p. 64) considera que a peculiaridade no tratamento dispensado por Augusto ao Egito resultava também de um cálculo estratégico, pois o Egito, além de sua grande importância econômica, era protegido por desertos, ou seja, possuía uma posição geográfica favorável em caso de manobras militares contra o território. Outras especificidades estavam relacionadas à grandeza cultural e ao notório desenvolvimento urbano de Alexandria, que causava admiração aos romanos (CLÍMACO, 2007, p. 31). Teriam sido esses os principais motivos pelos quais Augusto não delegou a administração do território egípcio a um senador, o que poderia representar uma ameaça. No Egito, fazia-se necessária uma administração vinculada diretamente à *domus Caesaris*.

No Egito, Augusto implementou algumas medidas que assinalaram o domínio romano sobre a região, nomeando um administrador para a província, retirado das fileiras do *ordo equester*, que deveria residir em Alexandria e prestar contas ao imperador de tudo o que ocorresse. O exército egípcio foi dissolvido e substituído por legiões permanentes do exército romano (FAIA, 2010, p. 13). Augusto também proibiu a entrada de senadores romanos no Egito, mesmo que possuíssem propriedades na região. Dessa forma, todos os altos funcionários da província, no início do Principado, eram equestres (MENDES, 2006, p. 32).

Somada às inovações realizadas no sistema burocrático egípcio, outra importante mudança instituída pelos romanos foi a introdução do censo, que definia o *status* dos indivíduos e repercutia diretamente no sistema de cobrança de impostos (CLÍMACO, 2007, p. 16). Augusto desenvolveu, pouco a pouco, a reforma

econômica iniciada por César, abolindo o sistema de dízimas e substituindo-o pelo imposto “por cabeça”, o *tributum capitis* (MENDES, 2006, p. 31; JONES, 1968, p. 64). Um novo imposto foi então criado, a *laografia*, à qual a maioria da população estava sujeita. Apenas cidadãos romanos e gregos dela estariam isentos. Além de representar um pesado encargo financeiro, esse imposto acentuava as diferenças sociais entre cidadãos e não cidadãos. Grupos como o dos judeus que, embora não possuíssem a cidadania plena, detinham certa autonomia em termos religiosos e sociais, tiveram sua condição social igualada à dos egípcios, fato que não lhes agradou (SELVATICI, 2008, p. 32). Tal inovação simplificou a identificação do contribuinte, facilitando o trabalho dos administradores romanos, mas isso foi feito sem se considerar a diversidade cultural de Alexandria, algo bastante antigo, por sinal.

Alexandria, desde a sua fundação, em 331 a.C., possuía uma vocação cosmopolita, pois o afluxo de diferentes etnias para a cidade era intenso e estimulado pelos Lágidas.³ Os diferentes povos que compunham o quadro social de Alexandria levaram para a cidade uma pletora de práticas e valores culturais, religiosos e linguísticos (CLÍMACO, 2007, p. 18).

A dominação romana desencadeou um amplo processo de reconfiguração nos mais variados setores da sociedade (econômico, político e sociocultural), levando alguns atores sociais a se reposicionar nessa nova ordem social, inaugurada a partir de 30 a.C. Diante dessa reconfiguração, começaram a se intensificar as tensões e os conflitos sociais. Grupos como o dos gregos, egípcios e judeus que, embora não fossem harmoniosos, visto que os judeus eram alvo de uma

³ A dinastia ptolomaica, também conhecida como dinastia lágida, em homenagem a Lagos, pai de Ptolomeu, perdurou por quase 300 anos, iniciando-se com a ascensão de Ptolomeu I Sóter ao poder, em 305 a.C., e encerrando-se com a morte de Cleópatra VII, em 30 a. C.

literatura antijudaica corrente em Alexandria desde o século III a.C., conviveram por anos em relativa harmonia, agora passavam a digladiar-se abertamente pelas ruas da cidade.

Com Calígula, a situação dos judeus de Alexandria se tornou instável, sobretudo no que diz respeito à observância do culto imperial, devoção estimulada pelo imperador e que enfrentava relutância por parte dos judeus. Tal fato não passou despercebido às comunidades grega e egípcia da cidade, que logo o exploraram em seu benefício, fomentando acusações contra os judeus junto ao prefeito da cidade e ataques violentos aos judeus e às suas instituições.

O problema se agravou na medida em que Flaco,⁴ prefeito do Egito na ocasião, tomou o partido dos gregos. Com isso, as agressões aos judeus se intensificaram violentamente: sinagogas foram destruídas, judeus foram expulsos de suas casas, havendo muitos torturados e mortos.

Diante desse cenário de conflito urbano, a geografia da cidade de Alexandria, com suas ruas, casas, ágora, seus bairros e edifícios, constituiu-se uma “arma” eficaz no embate, visto que foi apropriada e ressignificada pelos grupos envolvidos, ajudando a fortalecer a identidade grega e egípcia. Gregos e egípcios passaram assim a ter um uso “exclusivo” de espaços antes abertos a todos, como a ágora, o que favoreceu o rebaixamento dos judeus, que perderam o direito de acesso a determinados locais, como bairros, sinagogas e ágora; quando insistiam em frequentar tais espaços, eram alvos de violência. Desse modo, analisamos, em nossa pesquisa, a importância da questão espacial no desencadear do conflito alexandrino de 38 d.C.

⁴ Avílio Flaco foi nomeado pelo imperador Tibério como *praefectus* do Egito em 32 d.C. e ocupou essa função até o ano de 38 d.C. quando foi condenado à morte pelo imperador Calígula.

*

O número de obras referentes ao Egito e à sua capital, Alexandria, durante o Alto Império, é de notável extensão. Igualmente numerosos são os estudiosos que se debruçaram, direta ou indiretamente, sobre o nosso tema de pesquisa — o conflito ocorrido em Alexandria no ano de 38 d.C., envolvendo diversos setores da população, em especial, gregos, judeus e egípcios. Esse grande destaque historiográfico pode ser explicado pelo interesse que tal conflito desperta em decorrência da sua importância para os estudos políticos e culturais. Outra explicação se baseia nas fontes preservadas, visto que elas permitem a análise do tema sob vários aspectos (sociocultural, político e econômico).

A partir do final da década de 40, o caso alexandrino ganhou relevo na bibliografia que trata do judaísmo da Diáspora. Alguns autores, escrevendo no “calor” do período posterior à Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando então ocorre a criação do Estado de Israel (1948), se dedicaram a analisar a forte hostilidade da qual os judeus eram alvos desde os tempos antigos. Os trabalhos produzidos nesse sentido são carregados de um evidente posicionamento político e projetam para a Antiguidade problemas contemporâneos aos autores, o que leva ao emprego anacrônico de termos como *antissemitismo*.⁵

⁵ Segundo Falbel (2008, p. 197), *Antissemitismo* e *Antijudaísmo* são dois conceitos que passaram a ser entendidos como sinônimos, mas existem diferenças entre eles. O primeiro termo possuiu duas limitações: uma é que seu uso voltado para a Antiguidade é anacrônico, visto que *Antissemitismo* é um conceito criado no final do século XIX por W. Marr para designar a antipatia aos judeus por motivos raciais, pseudocientíficos ou políticos; a segunda limitação está relacionada ao fato de que a palavra “semita” engloba em seu significado outros povos, além dos judeus (DANIEL, 1979, p. 45; GEIGER, 2008, p. 255). O segundo termo é de uso mais corrente entre os historiadores, mas, ainda assim, alguns autores apontam que *Antijudaísmo* também é questionável, pois a palavra “judaísmo” denota um certo modo de vida, de pensamento e de crença, sendo possível ser judeu e não representar o judaísmo (DANIEL, 1979, p. 46).

Um dos precursores desse modelo de interpretação foi Angelo Segré que, no seu artigo *Antisemitism in Hellenistic Alexandria*, publicado em 1946, busca apontar os traços gerais do antissemitismo na Antiguidade e as circunstâncias que tornaram Alexandria um dos maiores centros de hostilidade contra os judeus. Seguindo os passos de Segré, Avigdor Tcherikover relata, no livro *Hellenistic Civilization and Jews*, que o antissemitismo teve origem no Egito e é caracterizado por uma “evolução” ininterrupta de ódio contra os judeus e o judaísmo. Segundo Tcherikover (1959, p. 358), em sua longa jornada histórica, o antissemitismo tem assumido várias facetas, por vezes, sustentando ideias políticas ou racistas, outras vezes, disfarçando-se no hábito de ódio econômico e social, aparecendo com mais frequência sob a máscara da fé religiosa, mas sempre e em toda parte permanece fiel a si mesmo em seu ódio ao povo judeu. Suas atividades também têm variado, desde polêmicas literárias, realizadas com ilusória objetividade científica e filosófica, à perpetração de *pogroms* e à instalação de câmaras de gás.⁶

Nas décadas que se seguiram, outros autores continuaram a investigação na “esteira” do antissemitismo alexandrino, dedicando obras inteiras ou parte delas ao tema. Flannery (*A angústia dos judeus*, 1968); Vamberto Moraes (*Pequena história do antissemitismo*, 1972); Poliakov (*De Cristo aos judeus da corte*, 1979) e Fontette (*História do antissemitismo*, 1989) elegem a cidade de Alexandria como o “berço do antissemitismo” e o Conflito de 38 d.C. como o primeiro *pogrom* judaico. Tais autores qualificam a cidade de Alexandria como a maior cidade da Diáspora judaica e interpretam o monoteísmo e os privilégios políticos que os judeus possuíam, como o

⁶ *Pogrom*: palavra de origem russa que significa causar estrago, destruir violentamente, normalmente utilizada para definir ataques contra minorias étnicas, destruindo não só os integrantes, mas também o ambiente onde vivem.

de ter o próprio conselho, de recolher impostos para o Templo de Jerusalém,⁷ de construir novas sinagogas e de não participar no culto imperial, como motivos que levaram aos atos de agressão. Os estudos mais recentes sobre o judaísmo da Diáspora, embora proponham análises renovadas, continuam a focalizar quase que exclusivamente a questão do monoteísmo e suas implicações políticas como os principais focos de atrito entre judeus e gentios (MEEKS, 1992, p. 59-63; JOHNSON, 1995, p. 142; HADAS-LEBEL, 2012, p. 92-107).

A bibliografia especializada, por se deter sobre o nosso tema com maior ênfase, apresenta conclusões mais consistentes do que as apresentadas pelos autores que estudam o judaísmo da Diáspora. Todavia, percebe-se, nessa bibliografia, a existência de alguns lugares comuns para explicar o Conflito de 38 d.C., entre os quais a mudança político-administrativa trazida pelos romanos; a forte coesão social dos gregos, que, por meio da elite ginásial, ofereciam “resistência” política e cultural à Roma; e a questão dos privilégios judaicos, direitos com os quais os judeus foram agraciados pelas autoridades romanas e que não eram bem vistos pelas demais etnias que viviam na cidade.

Um dos primeiros, no Brasil, a estudar a situação dos judeus no Egito foi Jaime Pinsky. No seu livro *Os judeus no Egito Helenístico*, publicado em 1971, relata que o fato de Augusto privilegiar os que frequentavam o ginásio foi o melhor critério encontrado pelo imperador para definir os cidadãos gregos de Alexandria.⁸ Egípcios

⁷ Imposto cobrado anualmente e que incidia sobre todos os homens com idade acima de 20 anos. Era comum que judeus ricos fizessem doações suntuosas, como as feitas por Alexandre, irmão de Filo, para revestir os portais do Templo, e também por Nicanor de Alexandria, que doou a Porta Formosa (HADAS-LEBEL, 2012, p. 36). Após a destruição do Templo, a taxa que os judeus da Diáspora enviavam para Jerusalém foi convertida em *fiscus judaicus* e enviada ao templo de Júpiter Capitolino em Roma (FLANNERY, 1968, p. 38; BALSDON, 1968, p. 195).

⁸ Instituição reservada aos que possuíam título de cidadão, local reservado não só a atividades físicas, mas também educativas e administrativas. Para ter acesso ao ginásio, era necessário ter ascendência grega (materna e paterna), com base em listas de membros originais desse grupo

e judeus ficariam enquadrados em um mesmo grupo social, fato sob muitos aspectos desagradável para a elite judaica, pois estariam sujeitos a uma maior carga tributária e se igualariam aos estratos inferiores da população, o que dificultaria a ampliação dos direitos políticos. Assim como Pinsky (1971), Alan Bowman e Dominic Rathbone sustentam, no seu artigo *Cities and Administration in Roman Egypt*, publicado em 1992, que o fato de Alexandria perder sua autonomia político-administrativa e se tornar capital de uma província controlada por Roma foi sentida com grande impacto pelas elites locais, sobretudo pelos membros do ginásio, que, mesmo recebendo privilégios por parte dos romanos, em diversos momentos se posicionavam contra as autoridades romanas.

De forma semelhante, Andrew Harker, no livro *Loyalty and dissidence in Roman Egypt: the case of the Acta Alexandrinorum*, obra publicada em 2008, aponta a existência de um sentimento de hostilidade por parte dos alexandrinos contra os romanos desde o final do período ptolomaico, sentimento esse que foi intensificado pela má administração de alguns prefeitos romanos e por Augusto ter concedido um Conselho aos judeus, apesar de ter negado tal benefício aos gregos.

Sandra Gambetti, autora do livro *The alexandrian riots of 38 C.E. and the persecution of Jews*, lançado em 2009, defende que um dos móveis do conflito foi o fato de os romanos reforçarem o elemento grego de Alexandria, sobretudo nas questões administrativas e tributárias, pois os demais grupos, sentindo-se lesados, passaram a reivindicar direitos políticos mais amplos, pressionando gregos e romanos. Joana Clímaco, em sua dissertação intitulada *Cultura e poder na Alexandria romana*, 2007, aponta que os judeus, devido ao seu bom relacionamento

desde 4 a.C. Sob os romanos, os membros do ginásio recebiam isenções do pagamento de impostos (BOWMAN, 1986, p. 126).

com os soberanos lágidas,⁹ conseguiram manter muito de sua tradição, pois edificavam sinagogas, recolhiam impostos para o Templo de Jerusalém, conquistando uma notável autonomia que foi preservada pelas autoridades romanas, mas o fato de objetivarem ampliar “direitos políticos” e ao mesmo tempo relutarem em participar de algumas tradições cívicas da cidade, como o culto imperial, gerava grandes animosidades com os gregos.

Apesar de receber atenção por parte da bibliografia geral e especializada, as pesquisas relativas ao Conflito de 38 d.C. se detêm quase exclusivamente na detecção das causas do embate. Nas obras gerais, as referências ao nosso tema de estudo são breves, carecendo de análises mais aprofundadas, ou então são claramente tendenciosas. Nas obras especializadas, as contribuições são de fato valorosas. No entanto, algumas áreas de discussão ainda estão silenciadas, o que evidencia a existência de lacunas. Ou seja, poucos autores atentam para a participação dos egípcios no desenrolar dos acontecimentos, não havendo também estudos sobre a dimensão da espacialidade urbana do caso alexandrino que elucidem de que forma os aspectos culturais, políticos, econômicos e religiosos se imprimem na estrutura física da cidade, nas ruas, na ágora, nos bairros e nos edifícios, como teatro, ginásio e sinagogas, relacionando tais aspectos com a identidade de cada grupo envolvido. Nesse sentido, esta pesquisa busca preencher as lacunas deixadas pela historiografia, pois interpretamos o conflito alexandrino de 38 d.C. em uma perspectiva diferente e renovada, analisando a relação existente entre espaço, violência e identidade.

⁹ O significado do termo lágida foi esclarecido na nota 3 deste trabalho.

*

Duas hipóteses norteiam nosso trabalho. Primeiro, ponderamos que a configuração social, política e econômica do Egito sofreu alterações com a conquista romana e, no ano 38 d. C., durante o principado de Calígula, os judeus de Alexandria se constituíram alvo de um violento ataque por parte dos gregos e egípcios da cidade. Apesar de os judeus residirem em Alexandria desde a fundação, eram vistos pela população local e pelas autoridades romanas como estrangeiros. Isso, somado ao fato de os judeus da cidade buscarem aumentar seus direitos políticos sem, no entanto, abrirem mão de suas particularidades culturais, resultava em reações de hostilidade contra eles.

Como segunda hipótese, sugerimos que o espaço configura uma dimensão existencial do ser humano, pois nele se desenvolvem as interações sociais, pacíficas ou não, cumprindo um papel fundamental no sentido de reforçar ou enfraquecer as identidades. Durante o Conflito de 38 d.C., a espacialidade urbana de Alexandria foi central no desenvolvimento das ações violentas praticadas por gregos e egípcios contra os judeus, visto que os primeiros se apropriaram, ressignificaram, manipularam e destruíram alguns espaços da cidade com o propósito de atingir os judeus. Nesse sentido, o principal objetivo deste trabalho é analisar, por meio dos relatos de Filo, Josefo, Cláudio e dos *Acta*, como a apropriação dos diversos espaços da cidade (ruas, casas, ágora, bairros e edifícios) e o recurso à violência contribuíram na formação e na afirmação da identidade de gregos, egípcios e judeus.

*

O *corpus* documental que selecionamos para o presente estudo é composto por dois tratados de Filo de Alexandria (*Legatio ad Gaium* e *In Flaccum*); a obra *Contra Apionem*, de Flávio Josefo; os *Acta Alexandrinorum* (CPJ: 150, 154, 155 e 156 a, b, c, d) e a *Carta de Cláudio* aos alexandrinos. Acreditamos que a estratégia de investigar o conflito alexandrino com base em fontes judaicas (Filo e Josefo), gregas (*Acta*) e romana (Carta de Cláudio) possibilitou uma análise de maior alcance, pois permitiu interpretar o conflito por ângulos diferentes, mas complementares. Para uma definição mais estrita de nossa documentação, precisamos antes contextualizá-la em termos do momento da sua produção, do lugar social dos autores e dos assuntos de que tratam.

Escassas são as informações a respeito da vida de Filo, pois, apesar de sua extensa obra, o autor falou pouco sobre si em seus escritos. Flávio Josefo, um autor judeu contemporâneo, faz uma breve descrição de Filo como um homem notável, experiente em filosofia e irmão de Alexandre, o *alabarca*, termo que designava o responsável pela cobrança de impostos e importações (*Antiquitates Judaicae*, 18. 8. 1). Contudo, por meio do contexto histórico em que Filo viveu e das informações sobre sua família, podemos recuperar alguns dados da sua biografia.

Gaio Júlio Filo foi um erudito judeu que viveu em Alexandria no início do século I d.C. Nascido por volta de 13 a.C., era oriundo de uma família de alta posição social e financeira que possuía ligações com a casa imperial. Seu irmão, Alexandre, foi procurador de Antônia, mãe do imperador Cláudio. Já seu sobrinho, Tibério Júlio Alexandre, governou a Judeia, foi prefeito do Egito sob o principado de

Nero, comandante de Tito e prefeito do pretório. Seu pai era cidadão romano e, desde a infância, Filo foi instruído na cultura grega, fato que se comprova no uso competente da língua, no estilo das suas obras e na menção que faz a diversos autores gregos, como Aristóteles, Eurípedes, Homero, Platão, entre outros. Filo frequentava os teatros e provavelmente não falava o hebraico (FAIA, 2010, p. 9-10; MOMIGLIANO, 1998, p. 363-365).

Filo deixou mais de cinquenta tratados, nos quais trabalhou as mais variadas áreas, como legislação, teologia, filosofia e história. Nesse último domínio, dispensou uma atenção particular aos eventos do Império Romano em que teve uma participação pessoal (o conflito entre gregos, egípcios e judeus no ano de 38 d.C. e as embaixadas enviadas a Calígula, nas quais atuou como delegado dos judeus). *Legatio ad Gaium* e *In Flaccum* ocupam um lugar especial no *corpus* filoniano, visto que a maioria das obras do autor é de natureza filosófica e exegética. Embora essas duas obras possam ser classificadas como históricas, devem ser analisadas com cuidado. Apesar de Filo ter a intenção de escrever a história, ele não faz isso por razões de interesse histórico. Sua principal preocupação não era historiográfica, mas sim de cunho teológico e pastoral (VAN DER HOST, 2003, p. 1).

Em *In Flaccum*, obra escrita sob forma díptica, ou seja, em duas partes interligadas (§ 1-96 e § 97-191) e carregadas de imagens retóricas e dramáticas, Filo trata diretamente do Conflito de 38 d.C., dos atores sociais envolvidos e de suas ações, que repercutem no espaço urbano de Alexandria. A obra foi publicada em 41 d.C. e tal proximidade com o evento é considerada um condicionante positivo, pois, a despeito dos recursos retóricos empregados, o autor não poderia se desviar em demasia dos fatos, conservados na memória do público. Tal desvio poderia expor o autor ao ridículo (VAN DER HOST, 2003, p. 11). A contribuição histórica da primeira

parte do tratado é visível, uma vez que nela são relatados os pormenores do conflito. A segunda parte é destinada a narrar as desgraças que caíram sobre Flaco, prefeito romano da cidade, como punição divina devido à “má” conduta em relação aos judeus. Grande porção do que Filo aborda na segunda parte da obra não possui embasamento histórico, visto que reconstitui pensamentos de Flaco no exílio, mas alguns detalhes, como a prisão, a condenação e o exílio do prefeito, são históricos.

Filo, na obra *Legatio ad Gaium*, relata o envio de duas embaixadas (grega e judaica) ao imperador Calígula no ano de 39/40 d.C. A obra é uma invectiva contra o imperador e ilustra vários exemplos de seu comportamento “escandaloso”, responsável, segundo Filo, por suscitar a hostilidade dos alexandrinos contra os judeus. O autor enfatiza a “insanidade” de Calígula, suas pretensões divinas e os ataques aos judeus de Alexandria e de Jerusalém (SMALWOOD, 1970, p. 3-4). Não é possível precisar a data da publicação da obra, mas acreditamos que tenha ocorrido um pouco depois do envio das embaixadas ao imperador. Não sabemos se o autor teria desfrutado coragem o suficiente para publicá-la antes da morte de Calígula (41 d.C.), mas, como a morte de Filo se situa por volta de 50 d.C., a obra foi publicada entre esses dois acontecimentos. Da mesma forma que *In Flaccum*, *Legatio* possui partes fictícias, como quando Filo recria diálogos inteiros de alguns personagens com os quais não teve contato (MARTIN, 2009, p. 187). As obras de Filo foram preservadas e apropriadas pelos escritores cristãos, que o consideraram um dos precursores da teologia cristã.¹⁰

Flávio Josefo foi um autor judeu que viveu entre 37 e 103 d.C., descendente da casa real hasmoneana. Josefo foi instruído na cultura judaica e falava o grego e o

¹⁰ Segundo Runia (1990, p. 14), entre os autores cristãos que se apropriaram dos escritos de Filo, podemos listar: Clemente (150-215 d.C.), Orígenes (185-253 d.C.), Eusébio (265-339 d.C.), Dídimo (313-398 d.C.) e Ambrósio (337-397 d.C.).

latim. Aos vinte e seis anos, foi enviado a Roma, em missão oficial, para libertar sacerdotes judeus presos por Nero e, ao retornar à Judeia, a encontrou na iminência da revolta contra os romanos. Josefo foi enviado à Galileia na condição de comandante das forças judaicas, rendendo-se ao exército de Vespasiano após a queda de Jotapata. Com a morte de Nero, Vespasiano regressou a Roma, deixando seu filho, Tito, no comando das tropas. Tito invadiu Jerusalém em 69/70 d.C. e utilizou Josefo como “negociador” para tentar obter a rendição dos judeus. Tal estratégia não surtiu efeito, o confronto prosseguiu e os judeus foram derrotados. Josefo chegou a Roma em 71 d.C., na comitiva de Tito, onde recebeu a cidadania romana e uma pensão do Estado, passando a residir em uma das casas do imperador. Adotou o nome de *Flavius*, em homenagem à família imperial, mudando seu nome de *Yosef ben Matityahu* (José filho de Matatias) para Tito Flávio Josefo. Viveu em Roma o resto de sua vida, onde escreveu suas obras (HOLLANDER, 2014, p. 1-5; EDMONDSON, 2005, p. 1-7). Dentre as várias obras produzidas por Josefo (*Bellum Judaicum*, *Antiquitates Judaicae*, *Vita*), *Contra Apionem*, escrita por volta de 95 d.C., chama a atenção por seu caráter de enfrentamento, de contestação e de valorização da cultura judaica. Josefo, nessa obra, coligiu e rebateu os principais ataques que eram feitos por autores gregos e helenizados contra os hábitos culturais judaicos. Josefo escreveu o *Contra Apionem* em um período no qual os judeus experimentavam uma grave crise de identidade. O Templo e a cidade de Jerusalém, dois grandes marcos da identidade judaica, haviam sido destruídos na guerra contra Roma e as obras literárias de cunho depreciativo que circulavam contra os judeus contribuíam para ferir a autoestima judaica.

Contra Apionem se divide em duas partes. Na primeira, Josefo responde aos ataques literários que alguns autores gregos faziam aos judeus; já a segunda parte é

dedicada quase exclusivamente a contestar os ataques de Ápio, escritor egípcio helenizado, habitante da cidade de Alexandria e que teve participação direta nos conflitos ocorridos entre gentios e judeus nessa cidade, chegando a liderar uma embaixada enviada a Roma com a finalidade de sustentar a causa grega diante de Calígula. Barclay (2005, p. 315) enfatiza que Josefo escrevia de um “lugar social” pouco confortável, marcado por relações desiguais de poder, por isso seu discurso era carregado de retórica, buscando garantir vantagens para si (manter benefícios imperiais por parte de Roma e ao mesmo tempo “limpar” sua imagem ante seu povo, maculada pela associação aos romanos na guerra de Jerusalém). Apesar dos traços retóricos e apologéticos, a obra de Josefo é importante, pois permite resgatar o histórico de hostilidades contra os judeus de Alexandria desde a era ptolomaica até o período de dominação romana.

A fonte que possibilita captar uma visão grega do conflito são os chamados *Acta Alexandrinorum* ou *Atos dos Mártires Pagãos*. São textos que, entre outros assuntos, tratam de acontecimentos ocorridos na capital egípcia nos dois primeiros séculos de dominação romana. Seu conteúdo é antijudaico, visando a enaltecer a elite grega de Alexandria e a questionar algumas práticas romanas. Na pesquisa, empregamos a edição de Victor A. Tcherikover e Alexander Fuks, no seu *Corpus Papyrorum Judaicarum*, II, de 1960, que contém transcrições de diversos papiros referentes aos judeus e ao judaísmo no Egito. A abrangência temporal dos documentos é ampla, por isso trabalharemos apenas os textos que se referem, de forma direta ou indireta, ao nosso tema (CPJ, 150, 151, 152, 154, 155 e 156 a, b, c, d). Grosso modo, os *Acta* contam histórias das mortes heroicas de nobres gregos de Alexandria. A forma preferida de tais narrativas é o registro da cena de julgamento perante a corte imperial, em que os nobres enfrentam um imperador hostil que se

aliou aos inimigos, representados por membros da comunidade judaica. Na maior parte dos episódios, o julgamento termina com a execução de um dos representantes alexandrinos. Algumas dessas obras possuem embasamento histórico, citando personagens e fatos verídicos; outras possuem conteúdos meramente fictícios (HARKER, 2008, p. 1). O que dispomos dessa literatura se encontra em estado fragmentário e lacunar. Por vezes, temos mais de uma versão. São textos escritos em grego, no verso de documentos e de registros burocráticos que foram encontrados em vários lugares do Egito, o que atesta sua ampla circulação. O agrupamento desses fragmentos de papiro em um *corpus* intitulado *Acta Alexandrinorum* foi obra de diversos editores, entre o final do século XIX e o início do século XX (CLÍMACO, 2007, p. 61).

A fonte que enseja o exame do ponto de vista das autoridades romanas sobre o assunto é a *Carta de Cláudio aos Alexandrinos* (CPJ, 153), escrita no ano em que Cláudio assumiu o Império (41 d.C.). Nela, o imperador pretende encerrar as turbulências em Alexandria, tentando conciliar os interesses dos grupos envolvidos e confirmando os benefícios dos judeus, anteriores a 38 d.C. Sua primeira publicação foi feita por Bell, em 1924, e é considerada um dos mais importantes documentos em todo o campo da papirologia. A carta é uma resposta às reivindicações de uma embaixada grega enviada a Roma para saudar o novo imperador quando ocorreu sua ascensão. A epístola contém quatro partes, sendo a última a que mais nos interessa, por tratar da questão judaica. Alguns pontos da sua redação são obscuros, como a língua original em que foi escrita (latim ou grego) e se teria sido de autoria direta do imperador ou dos seus secretários, embora tais questionamentos não representem empecilho à sua utilização (TCHERIKOVER; FUKS, 1960, p. 37-38).

*

Compreender o conflito etnorreligioso entre gregos, egípcios e judeus na cidade de Alexandria e como o embate ficou caracterizado nas obras de Filo e de Josefo, na *Carta de Cláudio* e nos *Acta Alexandrinorum* é abordar um acontecimento complexo e dinâmico. Por isso, se torna necessário o uso de conceitos que permitem iluminar o nosso objeto.

Para analisar as relações de poder e a apropriação do espaço em Alexandria, tomamos por base os estudos de Norbert Elias e John L. Scotson (2000). Na concepção desses autores, em sociedades marcadas por relações desiguais de poder, os grupos sociais mais antigos e coesos são os que controlam ou se beneficiam dos diversos *locus* de poder. Sendo assim, passam a ditar as regras e a demarcar os territórios (físicos ou sociais) diante dos demais grupos. Com isso, cria-se uma oposição entre *estabelecidos* e *outsiders* na qual os *outsiders* não aceitam a configuração social imposta e passam a exercer pressões tácitas ou deliberadas no sentido de reduzir os diferenciais de poder tidos como responsáveis por sua situação inferior, ao passo que os *estabelecidos* fazem a mesma coisa em prol da preservação ou até mesmo do aumento desses diferenciais (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 37). Essa dinâmica leva a uma situação de conflito, de disputa por espaços que, no caso alexandrino, desemboca em atos de violência pelas ruas da cidade.

Recorremos também ao conceito de *conflito*, de Pasquino (1998, p. 225), que o analisa como uma forma de interação entre indivíduos, grupos, organizações e coletividades que lutam entre si para obter o acesso e a distribuição de recursos escassos, como poder, riqueza e prestígio. Nesse sentido, esse conceito é utilizado

para compreender como a disputa por alguns recursos no meio urbano de Alexandria (poder, prestígio, espaço) resultou em atos de violência deflagrados por gregos e egípcios contra os judeus.

Violência e espaço, por sua vez, são dois conceitos que se comunicam, se interligam em nossa pesquisa, pois, em Alexandria, a violência se desenvolveu no território urbano. Navarro (2007) entende o espaço como uma das dimensões existenciais do ser humano, pois considera que a maior parte das ações humanas exibem um aspecto espacial. A violência é uma forma de interação entre pessoas e, como tal, precisa de um espaço para se desenvolver; ela é intencional, é dotada de pessoalidade e se realiza mediante uma intervenção física de um indivíduo ou grupo contra outro indivíduo ou grupo com a finalidade de destruir, ofender e coagir. A violência necessita de interação, de contato, pois ela é sempre percebida como uma resposta a outra violência. É a partir do outro que ameaças, agressões e hostilidades nos atingem e são introjetadas por nós (DADOUN, 1998, p. 63). A violência pode ser direta ou indireta. Ela é direta quando impacta de maneira imediata o corpo da vítima e indireta quando opera por meio de uma alteração do ambiente físico no qual a vítima se encontra, como o impedimento a livre acesso a determinadas áreas, a destruição, a danificação ou até mesmo a subtração de recursos (STOPPINO, 1998, p. 1291-1292).

Os conceitos “*estabelecidos*”, “*outsiders*”, “*conflito*”, “*violência*” e “*espaço*” são assim essenciais para compreendermos o Conflito de 38 d.C., pois apontam para um problema latente em Alexandria: a construção das identidades. Tomás Tadeu da Silva (2000) considera que a *identidade*, tal como a *diferença*, é uma relação social, por isso sua existência está sujeita a vetores de força, a relações de poder. Identidade e diferença não são simplesmente definidas, elas são impostas. Elas não

convivem de forma harmoniosa, elas são disputadas. A identidade e a diferença se traduzem nas declarações sobre quem pertence e sobre quem está ou não incluído. Afirmar a identidade significa demarcar fronteiras. Essas separações e distinções supõem e, ao mesmo tempo, afirmam e reafirmam as relações de poder (SILVA, 2000, p. 81-82).

No que diz respeito ao trato com as fontes, adotamos o método da *Análise de Conteúdo*, conforme proposta por Laurence Bardin (2000) e que se divide em quatro etapas: 1) pré-análise; 2) exploração do material; 3) tratamento dos resultados obtidos, inferência e interpretação e; 4) síntese final e apresentação dos resultados. Como método de codificação, utilizamos a técnica de *Análise Categrial*, que se baseia em operações de desmembramento do texto em unidades de registro, que, por sua vez, são recortadas e agrupadas em categorias específicas relativas ao objeto de estudo tratado (BARDIN, 2000, p. 36-37). Acreditamos que tal ferramenta metodológica (*Análise de Conteúdo* respaldada na técnica de *Análise Categrial*) contribui de forma produtora para uma análise sistematizada e objetiva das fontes, permitindo-nos transpor a superficialidade de uma leitura meramente impressionista.

Nessa perspectiva, procedemos à construção de um complexo categorial para a leitura do nosso *corpus* documental à luz das hipóteses e dos objetivos da pesquisa. Para tanto, nossa grade de leitura está dividida em três categorias, que, por sua vez, foram divididas em subcategorias.

COMPLEXO CATEGORIAL

ESTIGMAS CONTRA OS JUDEUS/AUTORES			
Manethon (III a.C.)	Lisímaco (I a. C.)	Cheremon (I d.C.)	Ápio (I d.C.)
ESTIGMAS DE FILO CONTRA OS GENTIOS DE ALEXANDRIA			
Gregos	Egípcios		Multidão
AÇÕES/ESPAÇO			
Violência Direta (Corpo)	Violência Indireta (Espaço)		Locais de ocorrência (Lugares/Edifícios)

*

A dissertação encontra-se dividida em quatro partes: três capítulos e as considerações finais. No capítulo inicial, intitulado *A multiétnica cidade de Alexandria*, apresentamos o sistema administrativo do Egito ptolomaico e o papel central desempenhado por Alexandria em termos políticos, econômicos e culturais, pois compreendem fatores que, em conjunto, possibilitaram que a cidade alcançasse notável destaque na bacia do Mediterrâneo, atraindo imigrantes das mais variadas etnias. Nesse mesmo capítulo, analisamos também o processo de

formação das comunidades grega, judaica e egípcia de Alexandria, apontando as singularidades de cada grupo e as relações sociais que mantinham entre si.

No segundo capítulo, denominado *De capital de reino a capital de província*, empreendemos uma análise das transformações ocorridas nos âmbitos econômico, político e sociocultural após a dominação romana e demonstramos como tais transformações modificaram o convívio dos grupos sociais da cidade, ocasionando diversos conflitos. Além disso, caracterizamos o embate entre gregos, egípcios e judeus, identificando os móveis do conflito.

No terceiro e último capítulo, *Espaço e violência: a construção das identidades em Alexandria*, discutimos os ataques literários, apontando o uso de estigmas como “arma” nas questões identitárias, e interpretamos nosso *corpus* documental em articulação com o instrumental teórico, buscando demonstrar que a apropriação do território de Alexandria e o uso da violência no contexto do conflito entre gregos, egípcios e judeus contribuiu para a definição da identidade desses grupos.

A MULTIÉTNICA CIDADE DE ALEXANDRIA

Quando Alexandre, o Grande, chegou ao Egito, em 332 a.C., a presença grega em terras nilóticas não era novidade. O contato entre gregos e egípcios remontava ao século VII a.C., período em que foi fundada uma colônia de jônios em Náucratis, na região do Delta do Nilo. Nessa época, hoplitas gregos já eram empregados como mercenários pelos egípcios, atuando sob o comando do faraó Psamético I (XXVI Dinastia, 664-610 a.C.), e um grupo numeroso de gregos (jônios e cários) residia na cidade de Mênfis (BOWMAN, 1986, p. 22). O que muda de fato com a conquista de Alexandre é que os gregos que habitavam a região, na condição de militares e comerciantes, se consideravam estrangeiros. Mas, agora, o Egito passava a ser visto como parte efetiva do mundo grego, uma terra de oportunidades para os imigrantes provenientes da *Hélade* e da Macedônia (CLÍMACO, 2007, p. 16).

O termo “conquista” perde um pouco do seu sentido para explicar a chegada de Alexandre ao Egito, visto que Pelusa, fortaleza situada a 200 km a sudoeste de Gaza, que tinha a função de guardar o território, de fazer frente a eventuais invasores, não ofereceu oposição aos macedônios. Os egípcios receberam Alexandre como um libertador, aquele que os livraria do jugo persa ao qual estavam submetidos desde 343 a.C., quando Artaxerxes III derrotou o último faraó da XXX dinastia, Nectanebo II, iniciando o período da segunda dominação persa sobre o Egito.¹¹ Alexandre permaneceu apenas alguns meses em território egípcio, tempo

¹¹ A dominação persa sobre o Egito teve início em 525 a.C., quando Cambises II derrotou o faraó Psamético III e iniciou a XXVII dinastia (525-404 a.C.). A primeira fase do domínio persa terminou em 404 a.C., quando o egípcio Arsiteu derrotou os persas e recuperou a independência do Egito por cerca de sessenta anos, período regido por três dinastias de reis locais (XXVIII 404-399 a.C.,

que, apesar de pouco, foi o suficiente para implantar mudanças político-administrativas que seriam perpetuadas e aperfeiçoadas por seus sucessores. Uma delas foi o fato de reivindicar para si uma filiação divina, dando continuidade a uma prática empregada pelos antigos faraós. Para tanto, Alexandre efetuou uma viagem de oito dias em peregrinação ao Oráculo de Amon, localizado no Oásis de Siwa, em pleno Deserto Líbico, a 300 km da capital, Mênfis. Alexandre retornou de Siwa com *status* divino, tendo sido proclamado “filho de Amon” e provavelmente coroado como um faraó em Mênfis (STONEMAN, 1997, p. 38-39; PINSKY, 1971, p. 63).

Sem dúvida, o principal feito de Alexandre no Egito foi a criação da cidade de Alexandria. Aspectos relativos à fundação e ao desenvolvimento inicial da cidade têm intrigado diversos pesquisadores, pois as fontes antigas que narram o momento em que a cidade foi fundada oferecem poucas respostas. Tais textos recolhem, na realidade, mitos de fundação e encontram-se repletos de lugares comuns (*topoi*), tendo sido produzidos numa época muito posterior aos fatos que descrevem (SCHEIDEL, 2004, p. 22).

Diodoro de Sicília (90-30 a.C.), que visitou o Egito entre 60-57 a.C., período em que o reino ainda era “independente”, e Estrabão (63 a.C.-24 d.C.), que residiu no Egito na fase inicial da dominação romana, tratam da fundação de Alexandria em suas obras. Um dos temas mais enfatizados pelos autores é o papel de Alexandre na criação da cidade, segundo relata Diodoro, na obra *Biblioteca Historica*.

Ele [Alexandre] decidiu fundar uma grande cidade no Egito e deu ordens aos encarregados que ficaram para trás de estabelecer a cidade entre o pântano e o mar. Ele delimitou o espaço e o traçado das ruas com habilidade e ordenou que a cidade se chamasse

XXIX 399-378 a.C. e XXX 378-343 a.C.), mas, em 343 a.C., Artaxerxes III, rei dos persas, conseguiu derrotar o faraó Nectanebo II e iniciou a segunda dominação persa, fundando a XXXI dinastia (343-332 a.C.), que perdurou por onze anos e chegou ao fim com a conquista de Alexandre (CARDOSO, 1982, p. 29-30; BAKR, 1983, p. 67).

Alexandria seguindo seu nome. Ela [Alexandria] foi convenientemente situada perto de Faros e, ao selecionar o ângulo certo para as ruas, ele possibilitou que a cidade respirasse com os ventos etésios¹² [...] que esfriariam o ar da cidade, provendo os habitantes com um clima moderado e boa saúde. Alexandre também concebeu os muros para que fossem ao mesmo tempo extremamente largos e maravilhosamente fortes (*Diodoro Sículo*, 17. 52. 1-3).

Percebemos, na narrativa de Diodoro, que Alexandre é apontado como figura central na fundação da cidade, pois com grande perspicácia orientou os subordinados a efetuarem a construção. Estrabão escreve, em um período posterior a Diodoro e, na obra *Geografia*, Livro XVII, que trata do Egito, narra a fundação de Alexandria.

Alexandre visitou o Egito e viu a posição vantajosa do sítio, resolveu fortificar a cidade no local do porto. Dizem que a prosperidade do lugar foi confirmada por um presságio que ocorreu enquanto o plano da cidade foi traçado. Quando os arquitetos estavam marcando o traçado com giz, o suprimento acabou, e quando o rei chegou, os guardiões pegaram um pouco da refeição de cevada destinada aos trabalhadores para realizar o trabalho, e dessa forma, as ruas, agora em número maior do que antes, foram demarcadas (*Estrabão*, 17. 1. 6).

Embora Estrabão acrescente a intervenção de arquitetos na fundação da cidade, Alexandre ainda é a figura central, sendo destacado como o responsável pela escolha do terreno e fiscalização da obra. Autores como Diodoro e Estrabão se reportam ao passado de grandeza e à riqueza de Alexandria no momento em que escrevem, ajudando a criar ou fortalecer o mito em torno de Alexandre, de tal forma que o sucesso da Alexandria contemporânea aos autores está estritamente ligado à

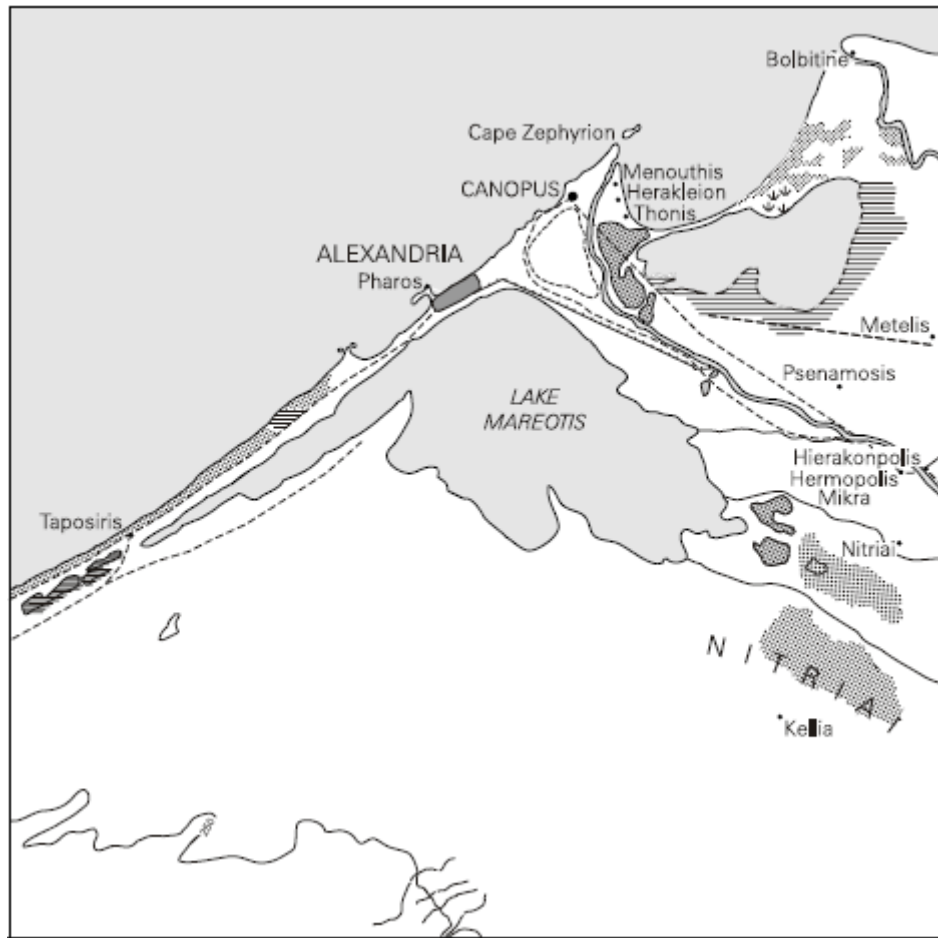
¹² São ventos que no verão sopram do Mediterrâneo oriental em direção ao Egito. Plínio, o Velho, relata que os ventos etésios são conhecidos pela regularidade, têm origem no norte, sendo chamados também de *Prodromi* (*Naturalis historia*, II, 124).

genialidade de seu fundador e não aos acontecimentos históricos pelos quais a cidade passou no decorrer de sua existência. Segundo Clímaco (2013b, p. 149-151), a cidade de Alexandria é definida com base em jogos de poder e em relações que seus soberanos estabelecem com Roma. Diodoro e Estrabão escrevem em um período de perda da autonomia política do Egito, sendo comum aos escritores desse período, ao retratarem a cidade, enaltecerem a figura de Alexandre por sua escolha do local, dando pouco enfoque aos Ptolomeus, especialmente os últimos, considerados ineptos, indolentes e suscetíveis a toda sorte de frivolidades.

Alexandria foi fundada em 331 a.C. Provavelmente, Alexandre escolheu o local devido às vantagens geográficas que permitiriam que a região prosperasse economicamente.¹³ A cidade foi construída próximo do ponto de confluência de dois continentes (África e Ásia), em uma estreita faixa de terra situada entre o Lago Mareótis e o Mar Mediterrâneo, no ângulo esquerdo do Delta. A escolha do lugar foi estratégica, pois Alexandria permanecia apartada do resto do Egito pelo lago, o que isentava os governantes das pressões dos súditos, mas, ao mesmo tempo, ligava-se ao resto do território por braços secundários do Nilo. O porto natural, importante do ponto de vista do comércio mediterrâneo, encontrava-se protegido pela Ilha de Faros, que amortecia o impacto das grandes tempestades (Figura 1). Outro aspecto importante era a proximidade com Náucratis, cidade grega situada a 60 quilômetros de Alexandria e que certamente forneceu suprimentos e trabalhadores para a construção da cidade (PINSKY, 1971, p. 64).

¹³ Sobre o posicionamento geográfico, estudos recentes efetuados por arqueólogos e geógrafos têm apontado algumas dificuldades relativas ao local da fundação de Alexandria, como o fato de ela ter sido construída em uma região muito pantanosa, o que exigiu toda uma preparação inicial do terreno e a construção de canais para a drenagem da água acumulada, contudo tais contratempos não representaram grandes obstáculos à construção da cidade (FERRO; MAGLI, 2012, p. 383).

Figura 1 – Mapa de Alexandria e arredores



Fonte: Harris, Ruffini (2004, p. xx).

Nenhuma cidade é construída sem uma logística de fundação, composta por matérias-primas, trabalhadores, depósitos, alimentos, entre outros itens fundamentais para o início dos trabalhos e, quanto a isso, Alexandria não foi exceção. Um debate historiográfico se instaurou a respeito do fato de Alexandria ter sido construída ou não ao redor de um centro populacional já existente, chamado de Racótis, que, no entender de grande parte dos historiadores, seria uma antiga aldeia de pescadores egípcios. Sandra Gambetti (2009, p. 35) discorda desse posicionamento, pois, segundo a autora, o vocábulo Racótis significaria “lugar em

construção” e esse seria o nome da cidade em sua fase inicial, sendo renomeada para Alexandria por Ptolomeu I Sóter. Entretanto, discordamos da autora, pois sabemos que era hábito de Alexandre fundar cidades nos territórios por ele conquistados, nomeando-as com seu próprio nome, razão pela qual existiram, no período helenístico, diversas cidades com o nome Alexandria, sendo a mais famosa, dentre elas, a que se tornaria a futura capital do Egito ptolomaico.¹⁴

À parte a existência de Racótis, já bem estabelecida, mais relevante seria analisar o grau de importância atribuído a essa aldeia, pois, para alguns autores como, Alan Bowman (1986, p. 22), Racótis era uma vila insignificante, tendo desempenhado um papel secundário na fundação de Alexandria, enquanto outros a supervalorizam, tratando-a como um centro urbano já avançado, contando com uma agricultura desenvolvida e oficinas destinadas à produção de cerâmica (WILLIANS, 2004, p. 7). Para construir a nova cidade, Alexandre precisou mobilizar instrumentos, matérias-primas e, sobretudo, trabalhadores das mais variadas categorias, tais como agrimensores, cortadores de pedra, arquitetos, marceneiros, transportadores, entre outros. Tais trabalhadores também precisariam de acomodações e suprimentos, por isso concordamos com a posição defendida por Walter Scheidel (2004, p. 22), que afirma haver Alexandre construído a cidade em uma região já povoada. Além da aldeia de Racótis, outra aldeia, localizada na Ilha de Faros, também teria sido incorporada a Alexandria. As cidades de Canópos e Náucratis, junto com outras aldeias que existiam na região, em um raio de 30 km, foram essenciais para o desenvolvimento do trabalho, pois forneceram apoio logístico à construção da cidade por meio de trabalhadores (QUARANTA, 2007, p. 207).

¹⁴ Smith (1974, p. 3) afirma que Alexandre fundou setenta Alexandrias nos territórios que conquistou em seus doze anos de reinado. Hadas-Lebel (2012, p. 4) relata que muito das “Alexandrias” foram apenas localidades fortificadas na rota de conquista de Alexandre para a Índia, e que apenas 6 cidades orientais, incluindo *Kandahar* no Afeganistão, foram colônias em modelo grego.

Pouco se sabe acerca da fase inicial de Alexandria. O primeiro administrador da cidade foi Cleômenes de Náucratis (331 a 323 a.C.).¹⁵ Ele e o arquiteto Deinocrátes de Rodes foram assistentes de Alexandre durante a fundação (CLÍMACO, 2007, p. 16). A construção de Alexandria ocorreu sob planejamento, diferente de outras cidades que, a exemplo de Roma, apresentavam um urbanismo orgânico, ou seja, cresciam a partir de um núcleo original de forma livre, espontânea. Alexandria foi baseada em um modelo ortogonal e, embora tenha incorporado um núcleo original, Racóti, tal núcleo fazia parte de um sistema de construção caracterizado pela racionalidade e funcionalidade, visando a um ordenamento urbanístico que facilitaria o controle do espaço e da população nele assentada.

Pierre Levêque (1967, p. 433) fornece uma descrição bem clara da estrutura física da cidade.

[...] Sabe-se que [Alexandria] tinha uma forma alongada e que seu perímetro era mais de 15 km. O plano, desenhado pelo ródio Deinocrátes, é hipodâmico.¹⁶ Duas vias principais, de grande largura (30 m), cortam-se em ângulos retos. Está dividida em cinco bairros, que têm o nome das cinco primeiras letras do alfabeto. O porto está dividido em duas partes pelo molhe ou Hepstádio, que reúne a Ilha de Faros com a terra firme: a leste, o grande porto, que recebe o essencial do tráfego e que tem uma parte reservada ao porto real, a oeste o Eunosto (bom regresso) com o porto de guerra, bacia artificial que comunica com o lago Mareóti.

¹⁵ Nos territórios conquistados, Alexandre manteve o sistema satrápico utilizado pelos persas, nomeando macedônios para comandar as satrapias. O Egito foi tratado de um modo particular, pois Alexandre não confiou o território a um sátrapa (governador da província), mas conservou a antiga divisão entre Alto e Baixo Egito, nomeando *nomarcas* locais para controlá-los, embora sob a supervisão de oficiais macedônios. Alexandre confiou a Cleômenes a função de controlar o sistema fiscal e receber os rendimentos da região. O sucesso das medidas implantadas por Cleômenes fortaleceram sua posição no governo do Egito, tornando-o, com o passar do tempo, um sátrapa (MOSSÉ, 2004, p. 122-124).

¹⁶ No decorrer do século IV a.C., certas cidades da costa da Ásia Menor presenciaram o desenvolvimento de um urbanismo herdado do modelo elaborado no século V a.C., pelo célebre arquiteto Hipodamos de Mileto. Alexandre inspirou-se nesses modelos urbanos quando decidiu fundar, no Egito, uma cidade que teria seu nome (MOSSÉ, 2004, p. 153).

Levêque apresenta a configuração da cidade em um período muito posterior ao contexto de fundação, pois cita estruturas que só foram erigidas no período ptolomaico, como o *Hepstadium* e o porto de guerra, pois a cidade passou por constantes transformações ao longo do tempo. Quando Alexandre deixou o Egito, no decurso de 331 a.C., a construção da cidade ainda estava no início. Tudo leva a crer que o perímetro já estivesse demarcado, mas a execução da obra ficou a cargo de Cleômenes, habitante de Náucratis e profundo conhecedor do Egito e de seu sistema administrativo. Pouca atenção tem sido dispensada a Cleômenes, mas ele administrou Alexandria por quase oito anos, período em que deu início a várias construções. Segundo Willians (2004, p. 10-13), foi sob Cleômenes que se iniciou a construção das muralhas e do complexo palaciano. O sátrapa também investiu na armação de navios, formou um exército mercenário, atuou no controle das finanças do Egito, transferiu o mercado existente em Canópos para Alexandria, tomando medidas que, em conjunto, atraíram um grande número de negociantes de várias partes do Império.

Apesar da posição geográfica privilegiada, é pouco provável que os fundadores tivessem ideia do caráter monumental que Alexandria viria a adquirir. A cidade só se tornou capital do Egito três anos após a morte de Alexandre, em 320 a.C., quando Ptolomeu, ao derrotar Pérdicas, que havia invadido o território, resolveu transferir todo o aparato burocrático sediado em Mênfis, até então a capital, para Alexandria (CLÍMACO, 2007, p. 17).

A morte de Alexandre e de seus sucessores (seu meio irmão, Filipe Arrideu, e seu filho, Alexandre IV) provocou rearranjos políticos no Império, que acabou sendo dividido entre cinco de seus generais, os ditos *diádocos*: Antípater (Macedônia); Lisímaco (Trácia), Antígono (Ásia Menor) Seleuco (Babilônia) e Ptolomeu (Egito).

Essa divisão ocorreu no final do século IV a.C. No início do III a.C., existiam apenas três reinos principais: o Antigônida, centrado na Macedônia e na Grécia; o Selêucida, baseado na Síria, mas estendendo-se à Ásia Menor; e o Ptolomaico, no Egito (LOBIANCO, 2006, p. 33).

Ptolomeu, filho de Lagos, foi indicado como sátrapa do Egito por Pérdicas, quiliarca (grão-vizir) e sucessor de Alexandre, tendo ocupado essa função por cerca de dezessete anos, período de duração do reinado de Filipe Arrideu e do infante Alexandre IV (323/306 a.C.). Cleômenes de Náucratis, o antigo governante de Alexandria, foi rebaixado por Ptolomeu à função de conselheiro, mas acabou sendo assassinado por ele sob a acusação de corrupção e por ter apoiado Pérdicas (WILLIAMS, 2004, p. 23). O domínio ptolomaico fez Alexandria ingressar numa nova fase.

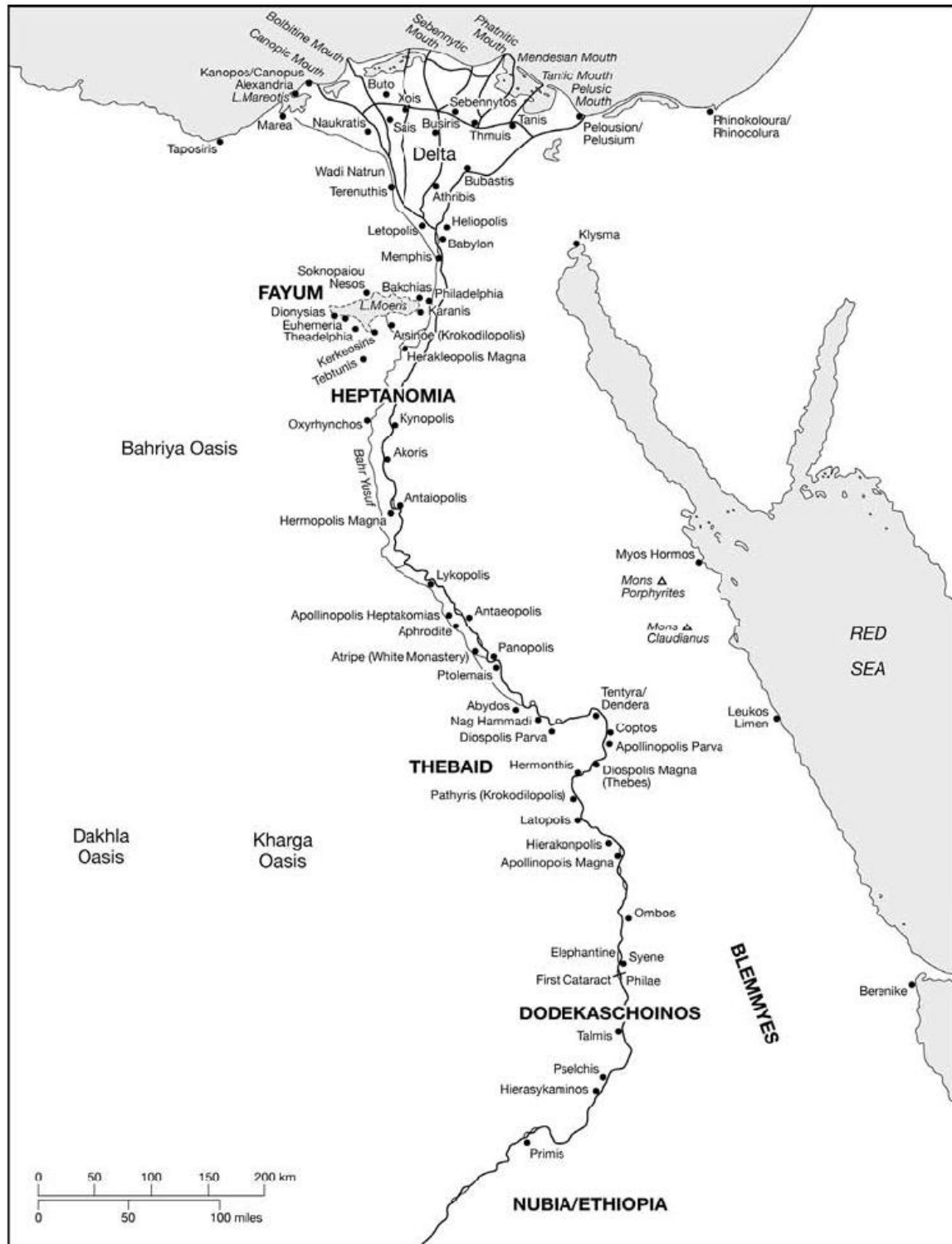
A administração civil e militar

Quanto ao território, o Egito ptolomaico pode ser dividido em duas partes: Alexandria, capital do reino, e a *chora*, termo de origem grega que designava a área rural de uma *pólis*. No caso do Egito, a “*chora*” seria constituída pelo restante do território, excluindo Alexandria. Jones (1998, p. 296) considera que a geografia do Egito, consistindo basicamente no Vale e no Delta do Nilo, facilitava a administração (Figura 2). O Nilo servia como uma “estrada” natural ligando as extremidades do reino. O leste, o oeste e o sul do território eram cercados por desertos. Invasões marítimas seriam difíceis, pois a costa do Delta possuía um grande número de lagoas e pântanos, o que dificultava manobras militares. Além disso, o Delta não

contava com bons portos naturais, o que também o preservava das invasões estrangeiras.

Os Ptolomeus mantiveram a antiga divisão territorial do período faraônico, em que os nomos eram as principais unidades administrativas. No intuito de facilitar a administração, os nomos foram divididos em territórios menores chamados de toparquias que, por sua vez, foram repartidas em aldeias, *kômai*. No período ptolomaico existia um total de 42 nomos, 22 dos quais estavam situados no Alto Egito (vale do Nilo) e 20, no Baixo Egito (região do Delta) (VASQUES, 2005, p. 13; MANNING, 2003, p. 32).

Figura 2 – Mapa do Egito durante período ptolomaico e romano



Fonte: Lloyd (2010).

Sobre a organização política do reino, os Lágida se apropriaram de um sistema burocrático legado pelos faraós que foi, todavia, reformado, superpondo-se, aos antigos administradores locais, que atuavam nos nomos, nas toparquias e nas *kômai* (províncias, distritos e aldeias), administradores novos, recrutados, sobretudo, dentre os gregos e os macedônios, que ocuparam também os altos postos civis e militares do governo central (MOSSÉ, 2004, p. 157).

A estrutura burocrática ptolomaica se compunha da seguinte forma: o rei era o chefe do governo e, auxiliado por um círculo de conselheiros (“amigos do rei”), exercia o poder central, sediado na capital, Alexandria. A organização burocrática civil de Alexandria estava a cargo do *dioecetes* e sua equipe de escribas. Na capital dos nomos, que eram as cidades maiores, conhecidas como *metropoleis*, residiam os principais funcionários: o *nomarca* era o chefe administrativo do nomo e recebia a ajuda do *toparca* e do *komarca*, encarregados do controle da produção agrícola e demais questões da administração civil. Os *oikonomos* eram os responsáveis pelas finanças do nomo. A conservação dos arquivos ficava a cargo do escriba real, *basilikos grammateus*, e de seus subordinados, o *topogrammateus* e o *komogrammateus*. O estrategos era o líder militar do nomo, mas com o tempo assumiu funções administrativas, suplantando o *nomarca*, que, embora continuasse a existir, perdeu muito de suas funções originais. No nível da aldeia, a lei e a ordem era aplicada pelo *epistastes*, submetido ao estrategos (TURNER, 1984, p. 146; JONES, 1998, p. 298; MANNING, 2003, p. 52).¹⁷

¹⁷ Os principais cargos administrativos do Egito ptolomaico eram ocupados por gregos e macedônios, embora alguns indivíduos de outras etnias, como egípcios e judeus, conseguissem por vezes, alcançar patamares elevados nos meios burocráticos e militares; tal fato era exceção, sendo mais comum a atuação desses grupos étnicos em funções subalternas (PINSKY, 1971, p. 81-82; TURNER, 1984, p. 125).

Apesar de fazerem parte da *chora*, a antiga cidade de Náucratis e a cidade de Ptolemais, construída por Sóter, eram consideradas *póleis* e, mesmo estando sob o controle real, possuíam leis próprias e gozavam de certo grau de autonomia político-administrativa. Essas cidades eram regidas por um conselho de cidadãos, a *boulé* (VASQUES, 2005, p. 13).¹⁸

No início do período ptolomaico, o sistema jurídico comportava três tipos de tribunais: os *laokritai* — que cuidavam de questões jurídicas entre egípcios —, os *chrematistai* — que tratavam de disputas entre gregos — e, por último, o *koinodikion* — que regulava as causas mistas, envolvendo gregos e egípcios. Tal sistema foi modificado e, no início do século II a.C., dos três tribunais citados só restaram dois: os *laokritai* e os *chrematistai*. Essa redução representou uma mudança no sistema de julgamento, antes baseado na origem étnica das partes, mas que depois passou a ser pautado na língua na qual os contratos e acordos eram redigidos. Normalmente os funcionários jurídicos utilizavam, como local de audiência, os templos, sendo comum a resolução de disputas e a celebração de contratos em suas portas (MANNING, 2003, p. 53).

O sistema econômico ptolomaico

A base econômica de uma sociedade reside na resposta humana ao ambiente natural, e suas instituições econômicas são os mecanismos criados pelo

¹⁸ Conselho de cidadãos responsável por deliberar sobre assuntos diários da administração da cidade. Os membros da *boulé* preparavam os assuntos a serem tratados na *ekklésia*, assembleia popular, órgão soberano que, embora dividisse algumas atribuições com a *boulé*, controlava efetivamente a administração da cidade.

governo para controlar e explorar essa resposta (BOWMAN, 1986, p. 90). O início do domínio ptolomaico foi basicamente uma dominação militar sobre uma antiga economia agrária. Em seguida, impôs-se uma reforma administrativa, conjugando burocracia, economia monetária, exército e métodos mais eficientes de tributação. Muito das mudanças relacionadas ao espaço físico de Alexandria resulta do sucesso das reformas econômicas implementadas em todo o território egípcio.

Pierre Levêque (1967, p. 435) elenca três fatores que explicariam o grande desenvolvimento de Alexandria sob os Ptolomeus. O primeiro foi a cidade ter se tornado o centro político do reino Lágida, abrigo de uma enorme burocracia que administrava o Egito. O segundo, ser ela o único porto verdadeiro do Egito sobre o Mediterrâneo, portanto a única ligação com os outros reinos helenísticos e, mais tarde, com Roma. O terceiro fator diz respeito a Alexandria ter se tornado um dos centros culturais mais dinâmicos do mundo grego. Acrescentamos um quarto aos fatores apontados por Levêque para o protagonismo de Alexandria: a sua posição como centro da vida religiosa do Egito, pelo fato de abrigar muitos templos e de ser a sede dos principais cultos cívicos.

Uma das primeiras medidas econômicas adotadas pelos Ptolomeus foi o fortalecimento de uma economia monetária, pois a moeda era um elemento essencial para manter em funcionamento o exército e a burocracia. Embora o uso da moeda não fosse desconhecido no Egito, o comércio se fazia amiúde à base de troca. Para substituir esse sistema de trocas, era necessário colocar em prática a circulação de metais (ouro e prata), bem como impulsionar a produção de mercadorias de fácil aceitação no mercado externo. No entanto, esse empreendimento somente poderia ser feito com o auxílio de estrangeiros — gregos, macedônios e semitas — habituados à economia monetária e à prática do comércio

no Mediterrâneo. Desse modo, os soberanos ptolomaicos outorgaram não apenas o ingresso em larga escala de estrangeiros na região, mas também a sua absorção, assegurando-lhes condições favoráveis de trabalho para que pudessem dinamizar o sistema econômico tradicional do Egito, que, apesar das potencialidades, falhava devido à lentidão e ao fraco rendimento (PINSKY, 1971, p. 71).

Entre os principais sustentáculos da economia do Egito, encontravam-se a agricultura e o comércio. Segundo Manning (2003, p. 3), a tributação da produção agrícola foi um importante elemento gerador de riqueza, e a exploração da terra foi o principal meio de manutenção dos sistemas burocrático, religioso e militar. As terras pertenciam à coroa e, do ponto de vista do Estado, podiam ser cultivadas de diversos modos, que iam desde arrendamentos, exploração por meio de sacerdotes dos templos até utilização na forma de clerúquias e *doreai*.¹⁹

O rei, por meio de seus funcionários, arrendava a terra real (*ge basilike*) a agricultores reais (*basilikoi georgoi*) que se tornavam assim inquilinos do rei. Os contratos de arrendamento geralmente tinham validade de um ano e, embora existissem grandes lotes de terra, a maioria deles era pequena. Esses arrendatários detinham alguns benefícios, como o de serem julgados em tribunais gregos e de serem “imperturbáveis” durante o período de semeadura e colheita. Após a colheita, a parte do rei era armazenada em celeiros reais, administrados por um *sitologos*, e daí transportada por animais (burros, mulas) para o porto fluvial mais próximo, seguindo então para Alexandria. (MANNING, 2003, p. 55; TURNER, 1984, p. 150).

Os Ptolomeus foram entronizados como faraós e, apesar de a capital ter sido transferida de Mênfis para Alexandria, a primeira ainda manteve muito de sua

¹⁹ Clerúquias: lotes de terra que variavam de 5 a 27 hectares e que eram cedidos aos militares para exploração. As *doreai* eram terras doadas aos civis em troca de serviços por eles prestados, mas, assim como as clerúquias, podiam ser revogadas pelo rei (PINSKY, 1971, p. 77).

importância religiosa, sendo o clero dessa cidade responsável pelo culto dinástico e pelas cerimônias que envolviam a pessoa do rei. Antes do domínio ptolomaico, a produção local, sobretudo nas aldeias, era controlada pelos templos e, como o clero apoiou a dinastia ptolomaica,²⁰ os sacerdotes foram autorizados a manter o fabrico de alguns produtos, como o tecido, mas a produção só poderia deixar o templo em quantidade limitada e por determinação real (VASQUES, 2005, p. 13; WILLIANS, 2004, p. 54).

A distribuição de clerúquias e *doreais* foi de grande importância para a manutenção do exército e da burocracia. Sem dúvida, uma das instituições mais interessantes adotadas pelos Ptolomeus foi a clerúquia, destinada a fixar na terra os mercenários, atribuindo-lhes um lote. Dessa forma, durante o período de inatividade militar, os soldados cultivariam a terra, o que era duplamente lucrativo para o rei, pois os rendimentos alcançados nesse período substituiriam o soldo, livrando o Erário de um gasto “desnecessário”. Parte desses rendimentos seria recolhida pelos escritórios régios, sob a forma de impostos. Além da vantagem econômica, tal sistema trazia outros benefícios para a administração, como a pacificação e o policiamento das zonas rurais mediante a presença constante de soldados residindo na região e a constituição de um exército hereditário, o que solucionava o problema de recrutamento de novos mercenários.²¹ O tamanho da terra variava de acordo com a etnia e a categoria do soldado. A parcela destinada a soldados egípcios era menor do que aquela destinada a soldados gregos. Quanto à categoria, os membros da cavalaria recebiam os lotes maiores (100 *arourae* ou 27 hectares), e os membros da

²⁰ As terras controladas pelo clero indígena eram chamadas de “terras sagradas” e parte das rendas obtidas nessas glebas eram destinadas a prover as despesas de culto.

²¹ O exército ptolomaico estava dividido entre cavalaria e infantaria, grande parte dos soldados eram gregos e macedônios, mas era comum a presença de membros oriundos da Ásia Menor e do Oriente Médio, a exemplo dos judeus (PINSKY, 1971, p. 98).

infantaria recebiam lotes que variavam de 20 a 30 *arourae*, ou seja, de cinco a oito hectares.²² Caso o cleruco morresse sem deixar herdeiros do sexo masculino ou progênitos aptos a ocupar uma função no exército, a terra voltava para o domínio real (DONADONI, 1983, p. 208; LEVÊQUE, 1967, p. 453; MANNING, 2003, p. 56). Já as *doreais* eram terras cedidas aos favoritos do rei e aos altos funcionários da monarquia como forma de pagamento pelos serviços prestados, auxiliando assim no sustento da alta burocracia (VASQUES, 2005, p. 12).

Como a agricultura foi a base de todo o sistema econômico Lágida, os reis dessa dinastia procuraram manter o sistema tradicional de exploração, mas dotando-o de modificações significativas que visavam ao aumento da produção e do comércio. Para tanto, investiram na implantação de novas tecnologias, substituindo os antigos instrumentos de madeira por utensílios de metal, introduziram novos profissionais no campo, como engenheiros e técnicos gregos encarregados de efetuar melhorias no sistema de irrigação e de supervisionar a semeadura e a colheita de cada cultura. Também foram criadas e/ou ampliadas as áreas de cultivo de produtos com maior aceitação no comércio exterior, estimulando-se o plantio de videiras para o fabrico de vinho, em detrimento das plantações de cevada, utilizadas na fabricação de cerveja. As plantações foram ampliadas graças a um intenso trabalho de recuperação de terras de baixa produtividade por meio da adubação e da rotação de culturas. Uma parte da terra era utilizada também para pastagens, nas quais eram criados bovinos, muares, ovelhas, cabras e porcos, tudo sob rigoroso controle real (PINSKY, 1971, p. 78).²³

²² Um *aroura*: unidade de medida que equivale a 0,275 hectares.

²³ Segundo Pinsky (1971, p. 78), boa parte da criação de bois e jumentos eram para “animais de tiro”, ou seja, animais destinados a tracionar objetos. Cardoso (1982, p. 12) aponta que, no Egito, vacas e bois eram utilizados para a alimentação, fornecendo carne e leite, também com finalidades cúltricas. Na mitologia egípcia, existem exemplos de vários bovinos sagrados, como Ápis, Meruer,

Segundo Bowman (1986, p. 19-20), um dos setores relacionados à agricultura que mais atraíram atenção e investimento da administração ptolomaica foi o sistema de irrigação. A irrigação era realizada de duas formas, dependendo da localização e da natureza da terra a ser irrigada. Nas grandes áreas que estavam sujeitas às inundações naturais, as águas do Nilo eram canalizadas para bacias e retidas por diques, sendo drenadas de acordo com a necessidade quando o volume do rio baixava. Nas áreas que não eram naturalmente inundadas, os Ptolomeus implantaram uma série de equipamentos e mecanismos de captação de água que permitiam uma irrigação perene dessas localidades. Os mecanismos hidráulicos mais empregados foram as rodas d'água (*Saqiya*) e o parafuso de Arquimedes.²⁴

A manutenção dos sistemas de irrigação era constante e exigia intensa atividade durante todo o ano. Diques tinham que ser reparados anualmente, pois as cheias do Nilo assoreavam os canais, que precisavam ser desobstruídos. Os dispositivos hidráulicos tinham de ser mantidos em bom estado de funcionamento. Todas essas atividades eram impostas sob a forma de trabalho compulsório exigido à população rural (MANNING, 2003, p. 30). Segundo estimativas, os investimentos na agricultura permitiram que a terra cultivada atingisse uma área de 25.000 km² (nove milhões de *arourae*). Cerca da metade dos campos disponíveis foi destinada a culturas de grãos, mormente o trigo (BOWMAN, 1996, p. 694).

Bukhis, Bata e Kemuer, mas, de todos eles, o culto do touro Ápis em Mênfis foi o que mais se destacou. Não era a espécie inteira que era sagrada e consagrada à divindade, mas, de tempos em tempos, era escolhido um exemplar que possuía marcas particulares que o designavam como apropriado à função sagrada. Após a morte, outro animal que possuísse as mesmas características era escolhido para suceder o animal morto. O touro Ápis simbolizava a força vital da natureza e era associado aos deuses Ptah e Osíris (SALES, 2013, p. 63-67).

²⁴ Parafuso de Arquimedes é um instrumento utilizado na agricultura para transferir água entre dois pontos com elevações diferentes. A invenção dessa máquina foi atribuída ao matemático grego Arquimedes de Siracusa (287-212 a.C.).

Além do controle centralizado da terra, o monopólio régio de vários produtos e a arrecadação de impostos também geravam muitas divisas para o Estado. A monarquia ptolomaica detinha o monopólio da produção de tecidos, da exploração de minas de sal e de metais preciosos, da produção de óleo, de papiro, entre outros. Alguns produtos, como corantes, couro, perfumes, cosméticos, vidro, cerâmica e cerveja, embora não fossem produzidos pelas manufaturas do Estado, necessitavam de licença oficial para produção (JONES, 1998, p. 298). A pesca era um setor de grande destaque na economia egípcia, pelo fato de o peixe ser um dos componentes do regime alimentar da população, o que fazia com que o governo explorasse essa atividade de maneira intensa e integrada ao sistema econômico geral. Os gregos estavam proibidos de importar o pescado de outras regiões, medida que buscava proteger o setor e a política econômica lágida. A atividade era amplamente regulada e fiscalizada, chegando os impostos ao patamar de 25% dos rendimentos (PINSKY, 1971, p. 79).

No Egito ptolomaico existiam vários tipos de encargos, e os mais importantes eram aqueles que incidiam sobre a terra e que podiam ser pagos em produtos (grãos) ou em espécie, como a *apomoira*, imposto sobre os “primeiros frutos” cobrados sobre vinhas e pomares.²⁵ Willians (2004, p. 49-50), ao estudar os inventários de receita de Ptolomeu II (282-246 a.C.), chegou à conclusão de que existiam mais de 200 tipos de impostos durante o governo do rei e que os produtos mais tributados eram o vinho e o azeite de oliva, pois os produtos que possuíam monopólio real sofriam as maiores taxações — o óleo vegetal chegava à cifra de 58%. As mercadorias transportadas pelo Nilo também eram tributadas nos postos de

²⁵ *Apomoira*: imposto cobrado sobre as receitas de vinhedos e pomares. A taxa poderia variar entre um sexto a um décimo da produção; de início, tal imposto era pago aos templos egípcios (parte dos deuses), mas foi apropriado por Ptolomeu II como forma de custear festivais religiosos.

guarda. Segundo a autora, os habitantes do Egito ptolomaico pagavam os mais elevados impostos de todo o Mediterrâneo antigo.

Paralelamente aos investimentos na agricultura, os Ptolomeus implantaram, no Egito, toda uma infraestrutura relativa ao comércio, sobretudo às trocas marítimas realizadas no Mediterrâneo. O sistema comercial estabelecido pelos Ptolomeus pode ser dividido em dois ramos, sendo a cidade de Alexandria uma peça fundamental dessa engrenagem. O primeiro ramo se caracterizava por um processo interno, que consistia na produção e no transporte dos produtos via rotas terrestres (estradas) ou via rotas fluviais (Nilo e canais), desde o local da produção até Alexandria, onde tais produtos eram depositados. O segundo ramo dizia respeito à comercialização, quando as mercadorias seguiam em navios e eram distribuídas em diversas localidades do Mediterrâneo ocidental e oriental. Sobre o primeiro ramo, já mencionamos a atenção dedicada pelos Ptolomeus ao setor agrário, mediante a recuperação das terras de plantio, o controle dos produtos a serem cultivados e das etapas de produção (semeadura e colheita). Até mesmo o fato de os Ptolomeus constituírem um exército profissional pode ser apontado como um elemento favorável à produção e ao comércio de mercadorias, pois permitia que agricultores e comerciantes trabalhassem sem maiores interrupções (convocações). Além disso, o pagamento do soldo contribuía para a circulação monetária (DONADONI, 1983, p. 208; WILLIAMS, 2004, p. 14).²⁶

Para facilitar o escoamento da produção, os dois primeiros Ptolomeus (Sóter e Filadelfo) investiram em uma ampla rede de comunicações e rotas comerciais,

²⁶ A manutenção do exército ptolomaico se dava de duas formas: durante os períodos de inatividade militar, os soldados obteriam rendimentos cultivando as clerúquias; já nos períodos de exercício efetivo da função, como movimentações de tropas e guerras, os soldados eram remunerados com o pagamento de soldo.

criando novas estradas e canais que interligavam o Vale do Nilo à costa do Mar Vermelho, como também novas cidades, a exemplo de Ptolemais, fundada por Sóter no Alto Egito para controlar de forma eficaz a turbulenta região da Tebaida. O rio Nilo, funcionando como uma “estrada” natural, sem dúvida foi peça central no deslocamento de pessoas e bens. Muitos desciam do Vale para a capital ou faziam o percurso inverso, em viagens relacionadas a negócios, estudos ou até mesmo lazer. Diante disso, os Ptolomeus realizaram investimentos de infraestrutura às margens do rio, construindo entrepostos comerciais dotados de celeiros para a armazenagem da produção e postos de guardas em diversos trechos, a fim de oferecer mais segurança aos navegantes, além de realizarem a permanente limpeza e manutenção de canais (BOWMAN, 1986, p. 20).

As viagens pelo rio, além de mais seguras e rentáveis, permitiam maior fiscalização e controle por parte do Estado. Os barcos transportavam toneladas de mercadoria, enquanto no transporte terrestre um animal de carga transportaria no máximo 200 quilos de produtos, necessitaria de água e consumiria cerca de 20 quilos de alimento por dia. As estradas nem sempre eram seguras, trazendo riscos para os viajantes. Para exemplificar as facilidades que envolviam o transporte fluvial, uma viagem de Filadélfia, no Fayum, em direção a Alexandria, situada a mais de 200 quilômetros de distância, poderia ser realizada em quatro dias, sem maiores esforços e a favor da correnteza (BOWMAN, 1986, p. 153-155).

O sucesso econômico de Alexandria estava associado à sua posição geográfica, na costa do Mediterrâneo, fazendo com que os Ptolomeus destinassem à cidade investimentos em infraestrutura naval, com a construção de estaleiros e o reparo e a ampliação de portos. Antes da construção de Alexandria, os portos do Egito eram limitados. O porto de Canópos e o de Pelusa estavam à mercê das

inundações do Nilo, pois se tornavam depósitos de sedimentos recolhidos ao longo dos afluentes setentrionais do rio, sendo necessária a frequente reconstrução desses portos. Outro porto importante estava localizado na Ilha de Faros e era utilizado há séculos como o único porto permanente do Egito, mas, por não contar com um centro comercial, sua importância ficava reduzida ante o porto de Canópos (WILLIAMS, 2004, p. 5).

No intuito de valorizar a posição estratégica e tornar Alexandria o epicentro do escoamento de produtos pelo Mediterrâneo, a cidade foi agraciada com a construção de portos e grandes depósitos de mercadoria. E isso, somado ao traçado hipodâmico, com ruas planas e retas, facilitava o transporte das mercadorias. A Alexandria dos primeiros tempos possuía apenas um porto, “uma porta”, o que não seria bastante para sediar o intenso comércio marítimo, sobretudo após a assinatura de tratados comerciais em 315 a. C., com os governantes de Rodes.²⁷ Tal fato fez com que a ilha se tornasse uma base mercantil de extrema importância, pois o trajeto entre Rodes e Egito poderia ser feito até mesmo durante o inverno, permitindo que o porto de Alexandria estivesse em funcionamento durante todo o ano (HAAS, 1996, p. 21-24; BOWMAN, 1986, p. 27).

O primeiro investimento em infraestrutura realizado por Ptolomeu Sóter e concluído por seu filho e sucessor, Ptolomeu II, foi a construção do *Hepstadium*, uma espécie de calçada de sete estádios de comprimento (1200 metros) com duas aberturas em cada extremidade que permitia a comunicação direta e servia como

²⁷ No século V e IV a.C., o Pireu foi o maior centro comercial do Mediterrâneo oriental, contudo no século III a.C. Rodes ultrapassaria o porto de Atenas em relação ao volume de trocas. Segundo Mossé (2004, p. 151), a ilha de Rodes era escala quase que obrigatória entre o Egito e o mundo egeu, sendo que sua “neutralidade” em meio aos conflitos que opunham os *diádocos* facilitava as relações comerciais. As relações entre os governantes de Rodes e os de Alexandria eram antigas, Cleômenes utilizava a Ilha como centro operacional no comércio de grãos (WILLIAMS, 2004, p. 29) e Ptolomeu I recebeu o título de Sóter (protetor) por ter ajudado a evitar a queda de Rodes no cerco efetuado em 305 a.C. por Demétrio *Poliórcetes* (BOWMAN, 1986, p. 23).

mecanismo de desassoreamento. O *Hepstadium* ligava o continente à Ilha de Faros,²⁸ dividindo a baía em duas e criando dois portos: o porto oriental, conhecido como Grande Porto, e o porto ocidental, chamado de Eunosto. O último, apesar de não ser tão profundo quanto o primeiro, proporcionava proteção quando os ventos mudavam de direção. O Cabo Lóchias servia de anteparo natural contra os ventos constantes e a Ilha de Faros, por sua vez, ajudava a proteger o porto do mar (HAAS, 1996, p. 22-23).

A região portuária de Alexandria atraiu grandes investimentos; a Ilha de Faros, junto com o *Hepstadium*, recebeu um aqueduto subterrâneo de terracota que abastecia a ilha com água. Faros constituía a parte de Alexandria mais avançada sobre o mar, por isso foi sede da construção do famoso Farol de Alexandria, obra realizada por Ptolomeu II entre 285 e 280 a.C., uma estrutura monumental, com cerca de 130 metros de altura, composta de três andares e capaz de projetar raios de luz a mais de 100 quilômetros mar adentro (BOWMAN, 1986, p. 205-206; WILLIAMS, 2004, p. 62).²⁹

O complexo portuário de Alexandria funcionava em duas etapas. A primeira se relacionava ao comércio interno, centrada no Lago Mareótis. Todo produto fabricado descia o Nilo até o Lago Mareótis e lá era tributado e transferido para Alexandria. O lago se localizava ao sul da cidade. De lá partia uma série de canais ligando Alexandria com as demais regiões do Egito. Dois desses canais eram de extrema importância para o comércio. O primeiro deles ligava o porto que existia na costa norte do Lago Mareótis ao Grande Porto e à região de Canópos, no Delta,

²⁸ Hadas-Lebel (2012, p. 6) aponta as semelhanças entre a Ilha de Faros e a cidade fenícia de Tiro, construída em uma ilhota. Durante o cerco de 332 a.C., Alexandre, para atacar a cidade, construiu uma “ponte” com cerca de um quilômetro de comprimento, ligando o continente à ilha. Tal fato não era desconhecido por Ptolomeu Sóter e possivelmente influenciou na construção do *Hepstadium*.

²⁹ Estrabão, ao descrever a Ilha de Faros, relata que na base do Farol inscrições mencionavam o nome do arquiteto Sóstrates de Cnido (*Strab.*, 17. 1. 6).

importante centro de produção agrícola. Um segundo canal passava por dentro de Alexandria, ligando o Lago Mareótis a Kiboto, pequeno porto artificial e estaleiro conectado ao porto oriental (Eunosto). O Lago Mareótis unia Alexandria ao Nilo que, por meio de estradas e canais, se ligava ao Mar Vermelho, facilitando o comércio com a Índia e com a Arábia. A segunda rede de comércio era baseada no Mediterrâneo, com destaque para o Grande Porto e o Eunosto (HAAS, 1996, p. 28) (Figura 3).

Figura 3 – Complexo portuário de Alexandria e suas principais estruturas



Fonte: Aquarela de Jean-Claude Golvin. Musée Départemental Arles Antique. Disponível em: <<http://jeanclaudegolvin.com/alexandria/>>. Acesso em: 18 jan. 2016.

Próximo ao centro do Grande Porto, foi construído o *Emporium*, área composta por vários armazéns, região de intensa atividade comercial, onde ocorriam

as checagens aduaneiras e a armazenagem de produtos e onde eram fixados os contratos de transporte. Para movimentar um comércio que, em grande parte, dependia do transporte fluvial e marítimo, foram feitos grandes investimentos em estaleiros. Ptolomeu II chegou a possuir 4000 navios de variadas dimensões — os maiores chegavam a medir 70 metros de comprimento por 20 de largura — e alguns navios mercantes do período transportavam até 400 toneladas de produtos (WILLIANS, 2004, p. 54-66).

O grande desenvolvimento comercial do Egito foi o resultado de uma política econômica que buscou criar toda uma infraestrutura favorável à produção agrícola e artesanal e ao comércio, começando pelo aumento da produtividade, passando por melhorias para facilitar o escoamento da produção (abertura de estradas, alargamento de canais, manutenção e construção de portos subsidiários). Tudo isso, somado à geografia, tornava Alexandria o ponto final das rotas de comércio que provinham do extremo Oriente e, ao mesmo tempo, o ponto inicial do comércio mediterrâneo. Alexandria, como capital do Egito ptolomaico e sede da realeza, foi beneficiada por esse grande comércio. A cidade abrigava também boa parte do sistema bancário do reino.³⁰ Ao chegarem à cidade, os comerciantes estrangeiros tinham que realizar o câmbio. A moeda estrangeira era então derretida e reciclada como moeda local (PINSKY, 1971, p. 79-80; WILLIANS, 2004, p. 51).

³⁰ Segundo Ballet (1999, p. 94-95), existiam três tipos de bancos em Alexandria: os privados, os reais e os arrendados pelo rei. Normalmente a função dos bancos estava relacionada a câmbio, empréstimos, pagamentos e recolhimento de impostos.

A *pólis* como um centro cultural e religioso

Sob os primeiros Ptolomeus, foram construídos os templos e as principais instituições culturais da cidade. Duas dessas instituições sobressaem: o Museu e a Biblioteca; afinal, grande parte do reconhecimento alcançado por Alexandria na Antiguidade e até mesmo nos dias atuais se deve à política cultural empreendida pelos Ptolomeus por meio de ambas.

O Museu é uma parte dos palácios. Tem um passeio público e um lugar equipado com assentos e um grande salão, em que os homens de saber, que pertencem ao Museu, tomam a sua refeição comum. Esta comunidade possui também propriedades em comum; e um sacerdote, anteriormente nomeado pelos reis, mas, atualmente, por César, preside o Museu (*Strab.*, 17. 1. 8).

Segundo Clímaco (2007, p. 27), as duas instituições teriam surgido da rivalidade de três generais de Alexandre que buscavam elevar o prestígio cultural de seus reinos: os Ptolomeus, no Egito; os Selêucidas, na Síria; e os Atálidas, em Pérgamo. A Biblioteca era anexa ao Museu e se localizavam no bairro real, dentro do complexo palaciano.³¹ A fundação da Biblioteca e do Museu foi atribuída a Ptolomeu Sóter, mas ambas as instituições ganharam destaque sob o governo de seu filho, Ptolomeu Filadelfo. Sóter encarregou Demétrio de Falero, filósofo e político

³¹ Segundo Smith (1974, p. 12-15), a Biblioteca de Alexandria possuía três objetivos: o primeiro dizia respeito à acumulação rápida e sistemática de manuscritos. O segundo era catalogar e organizar os manuscritos e o terceiro estaria ligado à crítica textual, ou seja, verificar autenticidade de textos. O autor pondera também que o acesso à Biblioteca era restrito a elite cultural de Alexandria, formada, em sua maioria, por “imigrantes intelectuais” oriundos de diversas regiões do mundo grego, como Cos, Cirene, Samos, Rodes, Bizâncio, Atenas e Éfeso, e também por elementos importantes da sociedade, como sacerdotes, administradores e militares de alta patente, ficando de fora os escalões mais baixos da população alexandrina, composta por egípcios e até mesmo por gregos pobres. Diferente da concepção contemporânea de museu como um local aberto ao público amplo, que adquire, conserva e expõe objetos de interesse da sociedade, o Museu de Alexandria funcionava como uma espécie de “instituto de pesquisa”, local onde se reuniam, sob tutela real, sábios de diversas áreas, que pesquisavam e debatiam o resultado de suas pesquisas entre si ou com seus discípulos (PINSKY, 1971, p. 85-86; HADAS-LEBEL, 2012, p. 11).

ateniense, de organizar as duas instituições. Demétrio foi o primeiro presidente-bibliotecário, cargo de grande importância, não só no campo cultural, mas também no político, pois os dirigentes da Biblioteca atuavam como conselheiros reais e como tutores dos príncipes (TURNER, 1984, p. 127; COLLINS, 2000, p. 99).³²

Investimentos vultosos foram destinados ao Museu e à Biblioteca, com o propósito de tornar Alexandria a capital cultural do Mediterrâneo. No jogo competitivo dos reis helenísticos, bibliotecas, museus e demais instituições culturais transformaram-se em símbolos de *status* e objetos de prestígio e orgulho para seus fundadores (THOMPSON, 1998, p. 84). A estratégia utilizada pelos Ptolomeus para desenvolver a cultura foi colocar em prática um sistema de patrocínio real, oferecendo refeições, alojamentos, funcionários, a fim de criar, assim, um ambiente agradável de estudos que atraiu estudiosos de várias regiões. Especialistas em diversas áreas frequentaram o espaço da Biblioteca e do Museu, como Calímaco de Cirene (310-240 a.C.), Apolônio de Rodes (295-230 a.C.), Erastóstenes de Cirene (276-194 a.C.), Aristófanos de Bizâncio (257-180 a.C.), Apolônio de Alexandria (262-194 a.C.), Aristarco da Samotrácia (216-144 a.C.), Euclídes de Alexandria (300-275 a.C.), Arquimedes de Siracusa (287-212 a.C.), entre outros (RIAD; DEVISSE, 1983, p. 172-176; PINSKY, 1971, p. 84-92). Por meio da compra de manuscritos originais ou de empréstimos para a produção de cópias,³³ reuniu-se ali não só toda a produção intelectual grega da época, mas também traduziu-se para o grego a literatura de outros povos. Arnaldo Momigliano (1998, p. 366) pondera que a cultura

³² Zenodoto de Éfeso (323-260 a.C.) foi um dos primeiros bibliotecários e foi tutor do futuro Ptolomeu II; de forma semelhante, Apolônio de Rodes (295-230 a.C.), exerceu a função de diretor da Biblioteca e foi tutor de Ptolomeu III (COLLINS, 2000, p. 85-96).

³³ Uma das práticas utilizadas por Ptolomeu II para conseguir manuscritos era o confisco. Os navios que aportavam em Alexandria eram “revistados” em busca de obras originais; quando encontradas, tais obras eram confiscadas para a realização de cópias. Depois de copiados, os manuscritos originais ficavam em posse da Biblioteca e uma cópia era devolvida ao proprietário (HADAS-LEBEL, 2012, p. 14).

grega exibia duas características antitéticas, pois, ao mesmo tempo em que desafiava os modos de vida estrangeiro, convidava ao diálogo e ao conhecimento recíprocos. Segundo o autor, o limite mais relevante à curiosidade grega era o linguístico, pois os gregos raramente se dispunham a aprender uma língua estrangeira, o que justifica a grande importância das traduções efetuadas na Biblioteca.

Os Ptolomeus buscaram reunir, no Museu e na Biblioteca, todo o conhecimento do mundo então conhecido. Mediante a cópia e a conservação de obras das mais longínquas regiões, ocorreu um rápido acúmulo de manuscritos.³⁴ Para os estudiosos vindos de outros lugares, Alexandria representava um local de segurança e paz, onde poderiam realizar seus estudos com tranquilidade (PINSKY, 1971, p. 86). O sucesso da política cultural dos Lágida foi tão grande que a Biblioteca construída por Sóter e ampliada por Filadelfo em pouco tempo não comportava mais todos os manuscritos, sendo necessária a construção de uma biblioteca menor, localizada no *Serapeum*, templo dedicado ao deus *Serápis* (MILNE, 1924, p. 141).

O Museu e a Biblioteca foram atuantes e influentes durante todo o governo ptolomaico e grande parte do período de dominação romana.³⁵ Apesar de serem instituições voltadas para atividades culturais, nem todos os seus membros foram estudiosos; existiam membros honorários, em geral autoridades civis e militares, que

³⁴ No final do governo de Ptolomeu Filadelfo, a Biblioteca possuía 400.000 manuscritos e, na época de César, tal número chegou a 700.000 exemplares (HADAS-LEBEL, 2012, p. 13).

³⁵ Erskine (1995, p. 43) aponta que a Biblioteca e o Museu, durante o período ptolomaico funcionavam como instrumento de afirmação da cultura grega, portanto como um símbolo de sujeição e exclusão dos demais povos habitantes de Alexandria. Durante o período romano, membros dessas instituições possuíam importante papel político na sociedade, atuando por vezes como embaixadores, a exemplo de Ápio e Cheremon, que foram diretores do Museu e representaram os gregos nas embaixadas enviadas a Calígula e Cláudio, após o conflito ocorrido na cidade em 38 d.C. (SCHÄFER, 1997, p. 30; HADAS-LEBEL, 2012, p. 68).

podiam ostentar o título de fazer parte do seletto círculo da Biblioteca e do Museu (LEWIS, 1963, p. 257). A Biblioteca foi incendiada na Guerra Alexandrina (47 a.C.) perdendo vários exemplares,³⁶ mas tal perda foi reparada por Marco Antônio, que presenteou Cleópatra VII com cerca de 200 mil códices oriundos da coleção da Biblioteca Real de Pérgamo (BOWMAN, 1996, p. 700). A grande Biblioteca provavelmente foi destruída na Guerra Civil de 270 d.C.³⁷ e a biblioteca menor, na demolição do *Serapeum* em 391 d.C.³⁸ (BOWMAN, 1986, p. 225; HAAS, 1996, p. 28).

Além da sua importância cultural, Alexandria também se destacou como um notável centro religioso, abrigando vários templos e sendo palco de vários festivais. A cidade portava uma grande estrutura templária, conectada com diversas religiões (egípcia, grega, judaica e, depois, romana).³⁹ No início da dominação romana sobre o Egito, Estrabão relata que “a cidade de Alexandria é repleta de edifícios públicos e sagrados” (*Strab.*, 17. 1. 10); Filo, ao escrever mais de cinquenta anos após a visita de Estrabão a Alexandria, afirma que a cidade era repleta de templos e que a maioria dos lugares relevantes eram sagrados (*In Flacc.*, 51). A religião era

³⁶ Batalha travada em 47 a.C. pela posse do trono egípcio, disputado por Ptolomeu XIII (63-47 a.C.) e sua irmã e esposa Cleópatra VII (69-30 a.C.). César apoiou Cleópatra e se instalou no palácio de Alexandria, que acabou sendo sitiado pelos partidários de Ptolomeu, contudo César, auxiliado por Mitrídates de Pérgamo (47-44 a.C.), acabou vencendo a guerra. Durante o combate, os soldados de César atearam fogo nos arsenais da cidade, mas as chamas se espalharam, atingindo outras construções, entre as quais, a Biblioteca.

³⁷ A rainha Zenóbia de Palmira, auxiliada por egípcios, derrotou o prefeito romano Probo em 269 d.C. e ocupou Alexandria. Na batalha de reconquista efetuada pelo imperador Aureliano (214-275 d.C.), várias construções do bairro real foram arruinadas, entre as quais, a Biblioteca (BAILEY, 1998, p. 380). No ano de 2002, foi inaugurada a moderna biblioteca de Alexandria, ocupando uma área de 85.405 m² com 11 andares. A biblioteca atual possui a forma de um disco solar inclinado para o Mediterrâneo.

³⁸ A destruição do *Serapeum* ocorreu durante o reinado do imperador Teodósio I (346-395 d.C.) que, em sua luta contra o paganismo, sancionou a destruição de templos pagãos. Dessa forma, o bispo Teófilo de Alexandria (385-412 d.C.) procedeu com a destruição do templo de Serápis e, junto com ele, a da Biblioteca menor (CABRAL, 2010, p. 27). No século VI d.C., a biblioteca foi reconstituída, mas seus códices teriam sido incendiados durante a conquista árabe de 641 d.C. (HADAS-LEBEL, 2012, p. 14).

³⁹ Estrabão (17. 1. 9-10) menciona alguns templos em Alexandria, como o *Poseidium* (templo de Poseidon) perto do porto, um *Paneium* (templo de Pan) de grande altura e o *Serapeum*, templo de Serápis.

importante no Egito como um todo. Até mesmo ao nível aldeão, local de maior resistência cultural às influências estrangeiras (grega e depois romana), a presença de templos era comum. Segundo Bowman (1986, p. 171), na aldeia de *Kerkeosiris*, que no século II a.C. possuía uma população estimada em 1500 habitantes, existia um total de quinze templos, dos quais treze eram santuários dedicados a divindades egípcias e dois eram dedicados a divindades gregas.⁴⁰ Quanto maior e mais cosmopolita fosse a cidade, maior seria a quantidade e a variedade de seus templos. Finneran (2005, p. 53) estima, para Alexandria, a existência de 2478 templos espalhados pelos cinco bairros da cidade no primeiro século da Era Cristã.

Dois templos em Alexandria chamam a atenção pelo esplendor arquitetônico e pelo grande número de pessoas que atraíam, seja por motivos religiosos, seja turísticos ou jurídicos. O primeiro era o Templo de *Serápis*, o *Serapeum*, construído no populoso bairro de Racótis, cujo culto era presidido por um sacerdote, o *neokoros*. *Serápis*, de início, foi um deus ligado à esfera político-religiosa de Alexandria, mas sua devoção cedo se espalhou por todo o Egito e até mesmo por outras províncias e regiões. Segundo o mito narrado por Plutarco (*De Iside et Osiride*), Ptolomeu Sóter, em um sonho, teria presenciado a aparição de uma grande estátua de uma divindade que estava na colônia grega de Sinope, no Mar Negro. Esse deus teria solicitado a Ptolomeu o seu traslado para Alexandria. Quando a estátua foi exposta em Alexandria, o sacerdote egípcio de Heliópolis, Manethon, afirmou que a estátua era de Plutão e que seu nome em egípcio era *Serápis*. Plutarco (*De Is. et Os.*, 28) menciona que depois a divindade mudou de natureza e começou a ser associada a *Osíris*. Divindade claramente híbrida, adorada por

⁴⁰ Bowman (1986, p. 171) fornece a relação entre templo e deuses; segundo o autor, entre os templos dedicados a divindades egípcias estavam 2 de *Isis*, 3 de *Thoth*, 2 de *Thocris* e 1 para *Petesouchos*, *Orsenouphis*, *Harponesis*, *Anúbis*, *Bubastis* e *Amon*; os templos gregos eram 1 para *Zeus* e 1 para os irmãos *Castor* e *Pólux*.

gregos e egípcios, *Serápis* era representado por um homem de meia idade, com traços nitidamente helênicos (LOBIANCO, 2006, p. 238-239; FINNERAN, 2005, p. 70).

O segundo templo de destaque em Alexandria foi o *Sema* ou *Soma*, mausoléu construído por Ptolomeu IV Filopátor para abrigar o corpo de Alexandre e dos reis posteriores.⁴¹ Segundo Estrabão (17. 1. 8), o cortejo fúnebre de Alexandre foi desviado por Ptolomeu Sóter de sua rota original, cujo destino era a Macedônia, para Mênfis e depois para Alexandria. A posse do corpo de Alexandre legitimava o governo de Ptolomeu e de sua família, que tentavam se afirmar como os “herdeiros de Alexandre”. O complexo do *Sema* atraiu vários visitantes ilustres, como César, Otaviano e Caracala, o último imperador a visitar o local, em 215 d.C. (BOWMAN, 1986, p. 204; CLÍMACO, 2013a, p. 80). Junto ao culto a Alexandre, iniciou-se no Egito, especificamente em Alexandria, sede da realeza, uma série de cultos destinados a exaltar a glória dos monarcas. Um dos desdobramentos do culto régio foi a inauguração de um festival, nos anos de 279/278 a.C., denominado *Ptolemaida*. Tal festival, comemorado de quatro em quatro anos, foi criado por Ptolomeu Filadelfo em homenagem ao pai, Ptolomeu Sóter. Os dias do festival eram marcados por intensa atividade em Alexandria, quando aconteciam diversas celebrações, além de competições esportivas, musicais e desfiles de carros alegóricos e de animais exóticos. Esses festivais atraíam espectadores de toda a Grécia e do Leste do Mediterrâneo, conferindo prestígio internacional a Filadelfo e à sua capital (TURNER, 1984, p. 138-139). Outro festival importante, conhecido como *Adonias*, foi instituído em Alexandria pela rainha Arsinoe II, esposa de Ptolomeu Filadelfo, em

⁴¹ Estrabão relata que o *Sema* e o Museu faziam parte do complexo palaciano. O autor relata ainda que a urna de ouro construída por Ptolomeu Sóter para abrigar o corpo de Alexandre havia sido roubada, sendo substituída por uma de alabastro, mineral utilizado pelos egípcios no fabrico de objetos funerários (*Strab.*, 17. 1. 8).

honra a *Adônis*. Esse festival, embora ocorresse no palácio real, deixava a cidade em polvorosa. O poeta Teócrito (310-250 a.C.), por meio de sua personagem, Gorgo, relata o grande número de pessoas que transitava pelas ruas de Alexandria durante o festival: “pelos deuses, que multidão! Como e quando é que conseguiremos atravessar este inferno? Parecem formigas: nunca mais acabam!” (*Idílio das Siracusanas*, 44-45).

Sob o domínio ptolomaico, Alexandria constituiu uma das maiores cidades da Antiguidade, conforme reconhece Diodoro da Sicília (17. 52. 5): “[...] em geral tem crescido tanto nos últimos tempos que muitos a acham a primeira cidade do mundo civilizado, e é certamente muito à frente de todo o resto em elegância e extensão, riqueza e luxo”.

Conforme assinalamos, diversos fatores contribuíram para o crescimento de Alexandria, desde o bom posicionamento geográfico, que favorecia as atividades comerciais, até os investimentos em infraestrutura, como portos, ruas, armazéns e imponentes edifícios. Dessa forma, Alexandria ganhou destaque nos campos econômico, político, social e cultural; quanto maior e mais heterogênea for uma cidade, maiores serão os atrativos oferecidos por ela, pois a variedade garante oportunidade, atraindo as pessoas, sobretudo os estrangeiros (BOUMAN, 2009, p. 47). Alexandria captava gente das mais distintas regiões, como da Grécia Continental, da Macedônia, da Trácia, das Ilhas do Egeu, da Coele-Síria e da Ásia Menor. Já no século II a.C., se deslocavam para Alexandria cerca de 3600 imigrantes por ano (WILLIAMS, 2004, p. 45; SCHEIDEL, 2004, p. 20). Além da forte imigração, Alexandria exercia também magnetismo sobre a *chora*, favorecendo o movimento migratório — não raro os indivíduos deixavam o campo e se dirigiam à capital em busca de ocupação, para solucionar problemas judiciais ou tomar parte

em cerimônias religiosas e festivais.⁴² A migração para Alexandria era tão acentuada que, por vezes, era necessária a intervenção oficial a fim de controlar o afluxo populacional e a longa permanência de moradores do campo na cidade, o que chegava a ameaçar a agricultura (ABD EL GHANI, 2004, p. 161-168).

A diversidade da população

A composição e a densidade da população do Egito e de sua capital, Alexandria, na época helenística e romana, são um tema controverso. As principais fontes antigas que permitem estudar a população de Alexandria e do Egito são os escritos de Diodoro da Sicília e de Flávio Josefo. Diodoro, escrevendo no I a.C., aponta uma população de três milhões de pessoas para o Egito (*Diod.*, 1. 31. 6-9) e, ao tratar de Alexandria, menciona a existência de 300 mil habitantes livres (*Diod.*, 17. 52. 6). Josefo, escrevendo no I d.C., relata que a população do Egito (*chora*) seria de 7,5 milhões, excluindo a população da capital Alexandria (*Bellum Judaicum*, 2. 345).

As estimativas dos autores modernos variam consoante o método empregado em seus estudos e a fonte antiga sobre a qual se apoiam: Diodoro ou Josefo. Bagnall e Frier (1994) realizaram um importante estudo demográfico do Egito romano, utilizando como fonte principal um acervo de 300 papiros contendo listas

⁴² Ptolomeu II, ao descobrir que as convocações em tribunais de justiça era pretexto para residência provisória em Alexandria, adotou algumas medidas, como estipular prazo máximo de cinco dias para resolver querelas jurídicas e estabeleceu jurisdições na *chora* (HADAS-LEBEL, 2012, p. 16). Tal “atração” continuou no período romano, pois um edito do prefeito Víbio Máximo (104 d.C.), sob Trajano, ordenava que os egípcios deixassem a cidade para se registrarem no censo (BAGNALL; FRIER, 1994, p. 13-14).

censitárias que vão de 11/12 d.C. a 257/258 d.C., embora a maior parte dos documentos seja datada do século II d. C. De acordo com os autores, as estimativas de Josefo seriam exageradas, visto que o Egito somente atingiu uma população superior a 7 milhões de habitantes no século XIX, por isso ponderam que as estimativas de Diodoro seriam mais condizentes com a realidade (BAGNALL; FRIER, 1994, p. 53). Bagnall e Frier (1994, p. 104) calculam, para o Egito (*chora* e Alexandria), uma população em torno de 4,5 milhões de habitantes, por volta do século II d.C.

Os estudos de Bagnall e Frier permitem elucidar várias questões relativas à população egípcia, como taxa de natalidade, expectativa de vida, atitudes referentes ao matrimônio, entre outras, mas, ao tratar do montante da população, as estimativas dos autores apresentam algumas limitações. As principais dificuldades são aquelas relativas à natureza e à proveniência das fontes, pois os autores afirmam que $\frac{3}{4}$ dos papiros analisados advêm do Médio Egito, poucos do Delta e quase nenhum do Alto Egito (BAGNALL, FRIER, 1994, p. 57). Logo, os documentos exprimem a realidade de uma região específica, contribuindo com poucas informações para o Delta, a região mais populosa nos períodos ptolomaico e romano. Outro problema relacionado à natureza das fontes é o fato de elas revelarem dados de uma população predominantemente urbana, pois 49% dos censos referem-se a *metropoleis*, ou seja, à capital dos nomos (BAGNALL, FRIER, 1994, p. 6). Embora o Egito possuísse significativa população urbana (35-40%), a maior parte das pessoas residia na zona rural. Por fim, ressaltamos que, dos 300 papiros com listas censitárias, nenhum faz menção a Alexandria, capital da província e sua cidade mais populosa.

Ao contrário de Bagnall e Frier, Alan Bowman confere crédito às estimativas de Josefo e, ao fazê-lo, desautoriza Diodoro. Bowman (1986, p. 17-18; 1996, p. 693-694) realiza um cálculo, não da população em si, mas da equivalência entre a estimativa fornecida por Josefo e a quantidade mínima de alimentos capaz de manter a população e garantir a exportação. Segundo Bowman, o Egito atingiu seu ápice de produção agrícola sob os Ptolomeus e sob os romanos, quando chegou a possuir cerca de 9 milhões de *arourae* de terras cultivadas, o que equivale a 2,5 milhões de hectares. A maior parte dessas terras era destinada ao cultivo de trigo, alimento de alto valor calórico. Segundo o autor, cinco ou seis *arourae* de terra eram o suficiente para alimentar uma família. Logo, as terras do Egito sustentariam 1,5 milhões de famílias em trigo. Com base na produtividade da terra, Bowman conclui que o Egito foi certamente o território mais populoso do mundo helênico e romano, suportando com facilidade uma população estimada em 8 milhões de habitantes.⁴³

Sobre a população de Alexandria, em particular, também não encontramos consenso entre os pesquisadores. Walter Scheidel (2004, p. 4-8) pondera que as capitais costumam crescer mais do que as demais cidades de um país e realiza um estudo comparativo da população de Alexandria com a população de capitais europeias no período pré-moderno, como Londres, Amsterdã, Paris e Madri. Segundo o autor, é difícil definir a população de Alexandria em seus primórdios, mas, no século II a.C., a cidade já teria cerca de 300 mil habitantes, recebendo um acréscimo de 1/3 em época romana (SCHEIDEL, 2004, p. 31).

Uma das maiores especialistas no estudo sobre a população de Alexandria é Diana Délia. Segundo a autora, a população da cidade só pode ser apontada por

⁴³ Bowman (1986, p. 17-18; 1996, p. 693) estima para Alexandria, no período romano, uma população de meio milhão de pessoas que, somadas aos 7,5 milhões de Josefo para o Egito (*chora*), resultariam em 8 milhões de habitantes.

meras estimativas. Incluindo escravos e estrangeiros, a população alexandrina, no alvorecer do período imperial romano, deveria girar em torno de 500 a 600 mil pessoas (DÉLIA, 1988, p. 284).

Os estudos demográficos sobre a Alexandria antiga são marcados por severas limitações. A umidade do local não permitiu a conservação de listas censitárias, e os papiros preservados provêm, em sua maioria, de cidades menores, localizadas nas regiões mais secas, não constituindo uma boa base comparativa em relação à capital. As fontes de cultura material, como as inscrições votivas e funerárias, seriam de boa ajuda, mas poucas foram recuperadas. Provavelmente, a maioria se encontra soterrada sob a Alexandria moderna e muitas foram reutilizadas nas diversas construções da cidade no decorrer do tempo ou destruídas nos ataques cristãos e islâmicos. As poucas inscrições epigráficas são insuficientes e, ainda que fossem numerosas, representariam apenas uma pequena parcela da população, aquela que teria recursos suficientes para construir e dedicar monumentos e epitáfios (DÉLIA, 1988, p. 276).

Christopher Haas, embora estude a cidade em um período posterior ao do nosso interesse, pois o autor se concentra na Antiguidade Tardia, emprega um método que pode ser válido para possíveis cálculos populacionais. Haas (1996, p. 46) utiliza como referência as dimensões físicas da cidade, fornecidas por Estrabão, para calcular o perímetro urbano e, dessa forma, propor estimativas acerca da densidade demográfica. De acordo com as fontes textuais (Estrabão e Filo), encontramos uma cidade delimitada no sentido Leste-Oeste por necrópoles, pois, segundo o costume grego, os cemitérios situavam-se na região extramuros.⁴⁴

⁴⁴ Os gregos temiam a decomposição dos corpos, seja por questões psicoculturais (medo), seja por questões higiênicas (contaminação) (SENNETT, 1997, p. 32).

Baseados em Estrabão, temos uma extensão de 30 estádios, ou seja, de 5,5 quilômetros de comprimento.⁴⁵ O sentido Norte-Sul era delimitado pelo Mediterrâneo e pelo Lago Mareótis, variando entre 7 a 8 estádios, o que equivale a 1,5 quilômetros de largura. Logo, teríamos um perímetro de 14 quilômetros que circunscrevia uma área de 8,25 quilômetros quadrados ou 825 hectares.

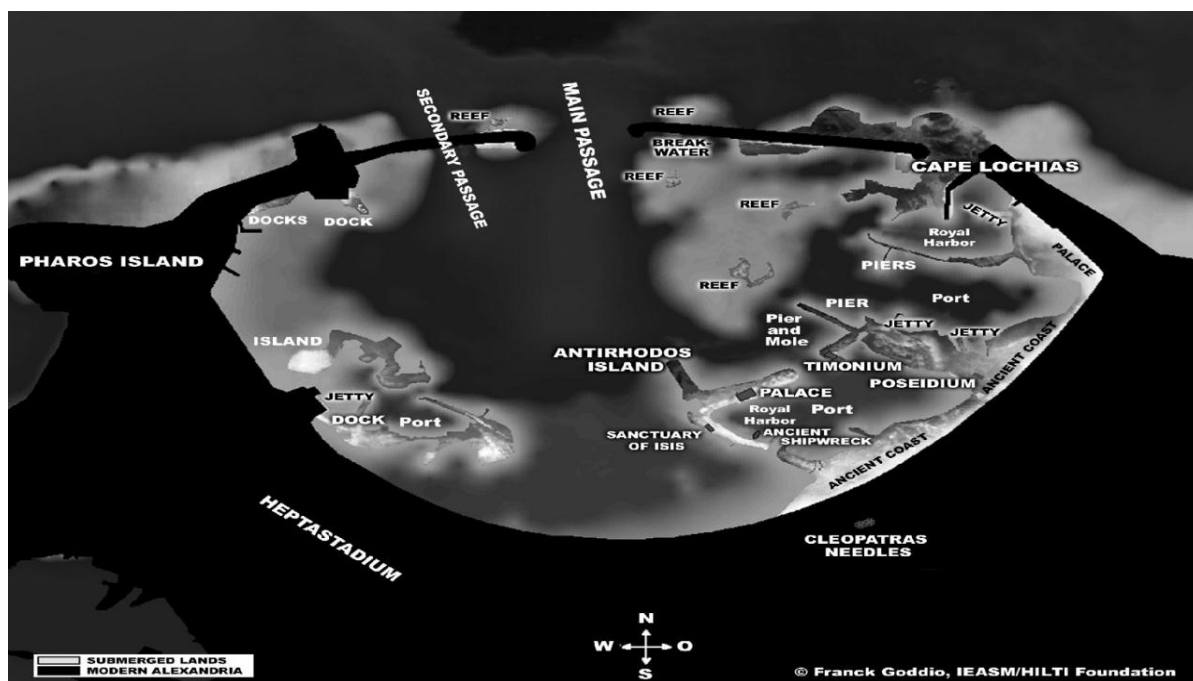
Segundo Délia (1988, p. 278), quatro critérios costumam ser empregados para mensurar a densidade de uma população urbana na Antiguidade: a área da cidade com seu circuito amuralhado, o tamanho dos bairros, a proporção do espaço destinado a habitações residenciais e o formato dessas habitações — se casas baixas ou edifícios.

As informações que possuímos a respeito de Alexandria infelizmente não são suficientes para atender os quatro critérios apontados por Diana Délia. Em relação ao primeiro critério, sabemos que a área da cidade girava em torno de 825 hectares. Sobre o segundo critério, temos conhecimento de que Alexandria foi dividida, originalmente, em cinco bairros (*moirai*), representados pelas letras gregas de Alfa a Epsilon. Cada bairro foi dividido em quarteirões e esses, por sua vez, em parcelas. Contudo, existiam outros bairros, como Racótis e até mesmo bairros suburbanos, sobre os quais temos poucas informações (BOWMAN; RATHBONE, 1992, p. 114). O terceiro critério diz respeito ao espaço ocupado por residências. Os autores antigos, como Estrabão, Josefo, Diodoro e Filo, entre outros, afirmam a existência de muitos edifícios públicos na cidade, como teatro, hipódromo, armazéns, templos, ginásio, bibliotecas, museu, além de palácios, jardins e pomares. Apesar de termos conhecimento de construções, não há como precisar o seu tamanho e a sua localização, nem a proporção do espaço que ocupavam em relação às residências.

⁴⁵ Unidade de medida utilizada na Antiguidade. Um estádio equivale a 185 metros.

Por fim, sobre o quarto critério de Délia, as escavações realizadas em Alexandria, apesar de frutíferas, pois têm revelado aspectos importantes do cotidiano da cidade, são pouco elucidativas em relação aos tipos de habitação. A Alexandria atual ocupa uma área 10 vezes maior do que o perímetro da cidade antiga. Terremotos e movimentos tectônicos, no Mediterrâneo, fizeram a região costeira da cidade diminuir. Alexandria passou por um processo de subsidência,⁴⁶ de maneira que a crosta terrestre afundou cerca de quatro metros nos últimos dois mil anos. Nesse mesmo intervalo temporal, os níveis do mar subiram, submergindo ainda mais a cidade. Dessa forma, grande parte dos vestígios arqueológicos de Alexandria, incluindo suas habitações (*domus* e *insulaes*), estão soterradas ou submersas (Figura 4) (WILLIANS, 2004, p. 116-123).

Figura 4 – Cidade moderna e área submersa da antiga Alexandria



Fonte: Hilti Foundation/Frank Goddio. Disponível em:
<http://www.franckgoddio.org/projects/sunken-civilizations/alexandria.html>

⁴⁶ Subsidência, termo utilizado na geologia para descrever o movimento de afundamento de uma superfície em relação a um ponto de referência, normalmente o nível do mar.

Ainda que fosse possível estipular a quantidade de residências e o seu tipo (*domus* ou *insulaes*), seria complicado calcular o número de famílias e o de pessoas por família residindo nessas habitações. Bagnall e Frier (1994, p. 55) sugerem que a média mínima por residência urbana no Egito romano seria de 5,3 pessoas. Gambetti (2009, p. 18) afirma que o número poderia chegar a 7,61-7,78 pessoas por residência, mas, conforme mencionamos, tais estudos foram realizados com base em fontes oriundas de capitais de nomos e de algumas aldeias menores do que Alexandria tanto no tamanho quanto na perspectiva populacional, por isso não fornecem boa base comparativa para estudar a população da capital.⁴⁷

Se nos valermos das cifras fornecidas pelos autores antigos para calcularmos a densidade demográfica de Alexandria, encontraremos valores elevados até mesmo para os padrões atuais, isso sem considerar o fato de não sabermos se esses autores incluíram, em seus cálculos, apenas a população *intramuros* ou também os habitantes que residiam fora das muralhas. A população de uma cidade não é algo fixo, estagnado, mas sujeito a flutuações ao longo do tempo, motivadas por diversos fatores, como guerra, invasões, migrações, doença.⁴⁸

O ambiente urbano não é um mero pano de fundo, mas contribui para moldar o curso do desenvolvimento histórico daqueles que habitam e frequentam o espaço da cidade. Por essa razão, as cidades oferecem uma riqueza comportamental

⁴⁷ Sobre a população de aldeias e *metropoleis*, Bowman (1986, p. 141-142) estima que poderia variar entre 1000 e 1500 pessoas para as aldeias, enquanto as *metropoleis* apresentariam uma média de 30.000 habitantes. Segundo Bagnall e Frier (1994, p. 54), a única estimativa populacional confiável seria a de *Hermópolis*, devido à riqueza documental (vestígios arqueológicos e papiros preservados). Segundo os autores, a cidade teria uma área de 120 hectares e abrigaria uma população de 37.000 pessoas. Sobre as aldeias, a população poderia variar de centenas a milhares de habitantes, como o caso da aldeia *Karanis*, que teria 4.000 habitantes em época romana (BAGNALL; FRIER, 1994, p. 56).

⁴⁸ Bowman (1986, p. 132-133) relata que um grande número de esqueletos de crianças foram encontrados nas necrópoles egípcias, o que atesta uma alta mortalidade infantil; segundo o autor a metade dos homens e menos da metade das mulheres não atingiam a idade adulta. A expectativa de vida ao nascer era de 22,5 anos para as mulheres e de 25 anos para os homens (BAGNALL; FRIER, 1994, p. 100).

imensa. Alexandria era uma cidade cosmopolita, atraía pessoas, sua diversidade populacional a caracterizava como um “mosaico cultural”, pois diferentes povos trouxeram para ela diferentes culturas, religiões, línguas e valores (CLÍMACO, 2007, p. 18).

Ainda que um mosaico forme um todo complexo, — uma figura ou uma imagem — ele é composto por diversos fragmentos que possuem suas diferenças em relação aos demais. Assim, interpretamos o papel das diversas etnias que compunham o quadro social de Alexandria que, apesar de repartirem um mesmo espaço, possuindo alguns traços semelhantes, reconheciam suas marcas de identidade (passado comum, mesma origem, características biológicas) e demarcavam suas diferenças, o que é evidenciado por meio dos etnônimos, como gregos, egípcios e judeus.

As diversas etnias que coabitaram em Alexandria se organizaram em *politeuma*, uma corporação cívica dotada de certa autonomia, tendo seu próprio conselho com poder administrativo e judicial sobre seus membros. A organização em *politeuma* não foi algo restrito a Alexandria, pois ocorria em todo o Egito. As evidências mais antigas (contidas em papiros e inscrições epigráficas) de *politeumata* em solo egípcio datam da metade do século II a.C., e o *politeuma* mais bem documentado é o dos idumeus, em Mênfis (GAMBETTI, 2009, p. 45). A cidade tornou-se um emaranhado de *politeumata*, formados pelas mais diversas etnias, como persas, gregos, judeus, mísios, trácios, cilícios e idumeus. Dentre eles, o *politeuma* grego era o mais importante. Quaranta (2009, p. 66) afirma que seria errado falar em um *politeuma* que abarcasse todos os gregos, pois existiam distintos *politeumata* de acordo com a origem helênica dos cidadãos: cretenses, beócios, aqueus e macedônios.

Outro fator importante na organização populacional de Alexandria é o território. Alexandria era uma cidade nova, uma colônia de imigrantes, carecendo assim de redes familiares estabelecidas e de uma elite tradicional. Os Ptolomeus estruturaram o aparato administrativo da cidade com base no princípio de territorialidade já previsto no plano ortogonal em que Alexandria foi projetada e construída. Uma evidência desse princípio é o fato de a cidade ser dividida em *demos* territoriais, à semelhança de Atenas no século VI a.C. À medida que a cidade se desenvolveu, as lideranças políticas e sociais foram determinadas por limites territoriais ao invés de laços familiares e, já no século III a.C., os habitantes de Alexandria experimentavam a sua ligação pessoal com a cidade por meio de uma rigorosa distribuição espacial (WILLIANS, 2004, p. 46; GAMBETTI, 2009, p. 38-39).

Dentre a grande quantidade de povos que habitavam a multiétnica cidade de Alexandria, optamos por analisar três etnias: egípcia, grega e judaica, devido à sua participação no conflito ocorrido no ano 38 d.C.

A Alexandria dos egípcios

Jaime Pinsky (1971, p. 64), ao descrever a cidade de Alexandria e suas características, aponta que “[...] a escolha desse local é muito feliz, na medida em que separa Alexandria do resto do Egito (ou seja, dos chamados nativos)”. Pinsky é adepto de uma corrente que vigorou por muito tempo entre os historiadores, segundo a qual Alexandria seria, em tudo, separada do resto do Egito, não somente pela sua geografia, mas também pela população nativa do território, ou seja, dos

egípcios. Nessa perspectiva, a cidade estaria como que inserida numa “redoma de cristal”, isolada do resto do território. A compreensão da antiga Alexandria e das relações entre seus habitantes tem-se alterado bastante nos últimos anos devido a novas metodologias e ao uso de novas fontes de pesquisa, fazendo com que algumas concepções, como a exposta acima, sejam revistas.⁴⁹ Uma contribuição significativa para se avaliar a importância da cultura nativa, ou seja, da egípcia, em Alexandria, tem sido fornecida pelos estudos arqueológicos, pois a cultura material representa um espaço mais aberto a influências e contatos entre os distintos grupos étnicos. As escavações em Alexandria, mesmo que limitadas a intervenções emergenciais, têm revelado que a maior parte das construções e artefatos encontrados na cidade apresentam formas e estilos egípcios, em detrimento do grego (WILLIAMS, 2004, p. 154-155). Não queremos, com isso, minimizar a importância do elemento grego na formação da cidade, mas sim incluir no debate a contribuição do elemento egípcio em uma *pólis* organizada segundo padrões gregos.

Alexandria ficou conhecida, através dos séculos, como símbolo do helenismo, como expoente da cultura grega, mas, apesar de preponderante, a cultura grega sofria competição com padrões culturais de outras etnias, possibilitando que a cidade tivesse um aspecto misto, com a presença de características egípcias significativas em seu ambiente (RAJAK, 2009, p. 68).

Conquanto fosse uma cidade grega, Alexandria foi povoada com egípcios desde suas etapas iniciais de desenvolvimento. Alguns indícios levam a crer que, nos anos iniciais da cidade, a população fosse composta substancialmente por elementos nativos, pois foram incorporadas, na construção da cidade, aldeias

⁴⁹ Tal concepção ainda encontra adeptos, pois Vasques (2005, p. 12) relata que a divisão entre Alexandria e Egito foi estabelecida desde a fundação da cidade e que apesar do grande número de etnias que habitavam Alexandria, os egípcios eram minoria nos anos iniciais da cidade.

egípcias pré-existentes, dentre as quais a mais famosa foi Racótis. Além disso, grande parte da mão de obra utilizada na construção da cidade foi fornecida pela população local e, por fim, a mudança do centro administrativo de Mênfis para Alexandria por certo contribuiu para aumentar ainda mais o número de egípcios que nela residiam (SHEIDEL, 2004, p. 22; CLÍMACO, 2013a, p. 28). Ettore Quaranta (2007, p. 207-206) afirma que, desde a fundação, os nativos estavam presentes em Alexandria, pois Alexandre chamou os egípcios habitantes de Canópos para colonizarem a cidade. Mas, segundo o autor, o que melhor explica a grande presença de egípcios em Alexandria seria a alta “exploração” fiscal na *chora*, fazendo com que muitos camponeses abandonassem as aldeias e passassem a viver de forma “incógnita” em Alexandria.

A despeito da predominância de gregos na administração ptolomaica, os egípcios estiveram presentes, em maior ou menor número, na esfera política, econômica, social e cultural do Egito e de Alexandria. Alexandre, ao partir, na primavera de 331 a.C., deixou dois nomarcas egípcios, Doloáspis e Pétisis, a cargo da administração do reino (PINSKY, 1971, p. 66). Uma maior participação egípcia nos altos escalões do governo foi evidenciada no reinado de Ptolomeu I Sóter, que necessitou conquistar o apoio das elites nativas nos anos iniciais do seu governo. Turner (1984, p. 125-126) afirma que, no restrito círculo de “amigos do rei”, composto por seis representantes — o núcleo aristocrático do reino —, figurava o sacerdote egípcio, Manethon. Stephens (2003, p. 13-14) relata que, entre as concubinas de Sóter, havia nativas e que alguns egípcios de destaque fizeram parte

da administração, como o escriba real Wennefer e, também, o general e nomarca Nectanebo.⁵⁰

À medida que a monarquia Lágida foi se consolidando no território, o número de nativos que figuravam na alta burocracia passou a diminuir, mas continuaram presentes nos cargos intermediários e inferiores dos nomos e das aldeias. Os egípcios voltaram a ter mais espaço e influência, sobretudo no meio militar, após a Batalha de Ráfia, em 217 a.C., quando Ptolomeu IV Filopátor (221-204 a.C.) necessitou utilizar um grande número de nativos em seu exército para vencer Antíoco III (241-187 a.C.), que estava prestes a invadir o Egito (VASQUES, 2005, p. 13; MANNING, 2003, p. 45).

Em Alexandria, os egípcios foram concentrados a Oeste da cidade, numa antiga aldeia de pescadores que deu origem ao bairro Racótis, muito populoso, e que abrigava o grande templo de *Serápis*, divindade cultuada por egípcios e gregos, tendo como sumo sacerdote um oficial egípcio. Apesar de “conquistados”, os egípcios eram maioria na cidade, ao menos no início, e eram maioria no reino. Desse modo, elementos culturais egípcios não foram esquecidos quando Alexandria foi topográfica e politicamente organizada; afinal, entre os diversos *demos* nos quais a cidade foi dividida, três possuíam nomes de divindades egípcias: o *Isideios*, originário de *Isís*; o *Neileios*, representando o Nilo, rio que também era cultuado como uma divindade; e, por fim, o *Serapideios*, em alusão a *Serápis* (GAMBETTI, 2009, p. 204).

Os nativos fizeram-se notados, especialmente, nos momentos em que o poder político dominante apresentou sinais de fraqueza ou instabilidade, como nos

⁵⁰ Nomarca descendente da última casa real faraônica, pois sua avó materna era irmã do faraó Nectanebo I (380-363 a.C.).

períodos de transferência do poder entre sucessores, o que muitas vezes gerava disputas dentro da família real. De 206 a 186 a.C., a região da Tebaida foi governada por faraós locais, como Harmachis e Anchmachis, que obtiveram apoio dos sacerdotes da região (TURNER, 1984, p. 163). O meio sacerdotal egípcio, em alguns momentos, constituiu um foco de resistência ao domínio grego, produzindo textos como as *Crônicas Demóticas* e o *Oráculo do Oleiro*, que pregavam, entre outras coisas, a destruição de Alexandria e o retorno da monarquia faraônica (CLÍMACO, 2013a, p. 47).

Na esfera cultural, conflitos e enfrentamentos eram constantes, mas também existiram pontos de aproximação, de contato e de hibridismo. A língua egípcia não deixou de existir, os sacerdotes continuaram dominando a grafia hieroglífica e hierática, utilizadas com finalidades religiosas e cerimoniais. No meio burocrático e administrativo, os egípcios tiveram que fazer um esforço maior para aprender a língua grega. Embora raros, há casos de gregos que, no século II a.C., aprenderam a língua egípcia, ou para obterem vantagens no mundo dos negócios ou por terem contraído matrimônio com mulheres egípcias, assunto de que trataremos adiante. No nível da realeza, apenas a última rainha, Cleópatra VII, aprendeu a língua nativa do Egito (BOWMAN, 1986, p. 124).

A cultura egípcia prevaleceu em âmbito religioso, mesmo com concessões aos gregos, ao se acomodar, na religião tradicional, o culto aos reis e às divindades do panteão helênico. Os gregos adotaram as práticas funerárias egípcias, a inumação de cadáver permaneceu como principal método de tratamento dos cadáveres e a mumificação foi mantida. A arte grega influenciou a decoração das múmias, mediante a adoção de retratos mais realistas nas mortalhas e máscaras e de relevos de deuses egípcios vestindo roupas helenísticas, entre outros elementos,

mas os fundamentos da religião egípcia, tidos como necessários para que o indivíduo pudesse “renascer” na outra vida, permaneceram presentes, como as oferendas de alimentos, flores e roupas (RIGGS, 2005, p. 1-6; VASQUES, 2005, p. 26; LOBIANCO, 2006, p. 334).

A Alexandria dos gregos

O domínio sobre o Egito representou, para os gregos, uma forma de enfrentar a grave crise econômica que atingiu todo o Mediterrâneo no século IV a.C., principalmente a Grécia. Em solo grego, essa crise foi caracterizada pela escassez de alimentos e pelo alto crescimento demográfico que repercutia no crescimento de uma massa de trabalhadores imensa e miserável, que competia com o trabalho escravo e buscava a abolição das dívidas. Um dos agravantes da crise foi a concentração de terras nas mãos do setor mais abastado da população, que realizava altos investimentos na compra de propriedades, fomentando assim uma crise agrária por toda a Grécia Setentrional, Central e no Peloponeso, visto que terrenos férteis deixavam de ser cultivados e se tornavam terrenos baldios. Salários baixos, desemprego, fome e concentração da propriedade são condicionantes que, somados à debilidade comercial de Atenas — caracterizada pela redução das exportações de vinho e azeite —, geravam um palco favorável para revoltas, banditismo social e pirataria, propiciando que a imigração para outras regiões, entre elas o Egito, fosse, no mínimo, convidativa (QUARANTA, 2009, p. 62). Uma das soluções encontradas por grande parte da população foi a saída da *Hélade*,

mediante o alistamento nas fileiras de mercenários. No caso dos mais ricos, a imigração abria, por sua vez, novos horizontes de comércio (PINSKY, 1971, p. 61).

No século III a.C., o Egito tornou-se o principal destino de um número crescente de imigrantes provenientes de diversas partes do mundo grego, como Samos, Rodes, Cirene, Macedônia, Atenas, Trácia, Ilhas do Egeu e *póleis* da Ásia Menor. Uma parcela considerável dessas pessoas se dirigia ao Egito em busca de trabalho na administração e no exército ptolomaico. A maioria dos primeiros imigrantes compôs as fileiras do exército ptolomaico, que necessitava de um grande contingente de soldados para substituir o antigo exército egípcio, controlar a extensa população e fazer frente a eventuais invasores. A maior parcela dos imigrantes no Egito buscou residência, a princípio, nas *póleis* então existentes na região: Alexandria, Náucratis e Ptolemais (JONES, 1998, p. 331; CLÍMACO, 2007, p. 18).

No Egito Lágida, Alexandria era a cidade que sobressaía por sediar a administração do reino e ser o epicentro do comércio marítimo e terrestre. Nesse sentido, a cidade atraiu uma grande quantidade de pequenos comerciantes e artesãos gregos, pessoas que chegavam em busca de melhores condições de trabalho do que as ofertadas nos locais das quais eram oriundas. Ao lado dessa grande maioria, outro grupo social, composto por grandes comerciantes e investidores diversos, elementos importantes para a monarquia, ganhavam proeminência, pois assumiam os riscos do programa econômico real em um território que há pouco tempo havia passado a ser regido por uma economia plenamente monetária (QUARANTA, 2009, p. 63).

Os gregos se irradiaram por todo o Egito, porém se fixaram em maior número na cidade de Alexandria — a estimativa do número de imigrantes que chegou ao

Egito durante o período ptolomaico gira em torno de 400 mil pessoas, das quais $\frac{3}{4}$, ou seja, 300 mil, escolheram Alexandria como local de residência (CLÍMACO, 2013a, p. 19-20). Alexandria oferecia mais oportunidades, pois, além do comércio mediterrâneo e local, dos diversos postos de trabalho criados nas construções e oficinas, havia oportunidade também no setor administrativo, função na qual os gregos ocuparam os mais altos escalões até o final do século II d.C. (WILLIAMS, 2004, p. 55-56). Os gregos constituíram um conjunto de funcionários ativos e disciplinados, portadores de uma superioridade técnica em relação aos nativos, características que os tornaram indispensáveis para a burocracia lágida, ocupando, na cidade, posições de destaque, como administradores, bancários, engenheiros, agrônomos, comerciantes, entre outros (QUARANTA, 2009, p. 64-65).

Em virtude da população egípcia residente em Alexandria, algumas medidas foram tomadas no que diz respeito ao controle do acesso à cidadania grega. O corpo de cidadãos foi dividido em *fratrias*, tribos e *demos* (SALES, 2012, p. 23).⁵¹ A principal forma de se tornar cidadão, sob os Ptolomeus, era possuir um registro hereditário em um *demos*. Todavia, para isso os pais do candidato precisavam ser cidadãos de ambos os lados (materno e paterno). A condição de cidadania concedia ao indivíduo certa autonomia cívica, podendo participar das diversas instituições da cidade, como a *efebeia*,⁵² o ginásio e aceder ao conselho de magistrados (BOWMAN, 1986, p. 125).

Ao se abordar a autonomia política de Alexandria, um ponto gera discórdias na historiografia sobre a cidade. Essa discussão gira em torno da *boulé*. Um

⁵¹ Forma tradicional grega de organizar a população da *pólis*, um conjunto de famílias (*genos*) formam a *fratria*, a junção de *fratrias* geram as tribos e a união de tribos institui o *demos*.

⁵² *Efebeia* era uma instituição militar que buscava dar uma iniciação cívica, moral e religiosa aos deveres e direitos do cidadão.

consenso entre os historiadores é que a cidade provavelmente teria recebido tal instituição quando foi fundada, pois as outras cidades gregas do Egito, como Náucratis e Ptolemais, tinham a sua *boulé*. A questão central é saber quando e por que Alexandria perdeu o direito de possuir tal órgão. Pierre Levêque (1967, p. 434) afirma que a *boulé* teria sido criada por Alexandre e suprimida pouco tempo depois, no período ptolomaico. No entanto, não aponta os motivos da sua perda. Outros autores afirmam que a *boulé* perdurou por muito tempo, só deixando de existir com as mudanças introduzidas por Augusto, no início da dominação romana (WILLIAMS, 2004, p. 113; GAMBETTI, 2009, p. 57). Por vezes, um mesmo autor tem posicionamentos diferentes, como é o caso de Alan Bowman (1986, p. 211), que afirma ter existido a *boulé*, suprimida em meados do século II a.C., possivelmente em represália à desordem pública na cidade ou por representar uma oposição veemente ao monarca. Escrevendo em outra oportunidade, Bowman (1996, p. 700) é menos preciso e sugere que Alexandria perdeu a *boulé* ou no período ptolomaico, sob o governo de Ptolomeu VIII Evergetes Physcom (145-116 a.C.), ou sob Augusto. Por fim, num texto escrito em parceria com Dominic Rathbone (BOWMAN; RATHBONE, 1992, p. 108), o autor explica que a organização da Alexandria ptolomaica incluía *demos*, *boulé* e *ekklésia*, mas que tanto a *boulé* (conselho) quanto a *ekklésia* (assembleia de cidadãos) deixaram de existir ainda sob os Ptolomeus. O que a documentação permite afirmar é que Alexandria possuía de fato tal instituição, contudo ela já era inexistente nos anos iniciais da dominação romana, visto que um papiro, datado de meados do século I a.C., (CPJ 150, *Boule Papyrus*), conserva uma petição dos gregos de Alexandria solicitando uma *boulé* a Augusto. Provavelmente, a resposta foi negativa, pois Cláudio, ao escrever um tempo depois aos alexandrinos, ratifica o posicionamento de Augusto.

Sobre o Conselho [*boulé*], o que seu costume estava sob os antigos reis, eu não posso dizer, mas que vocês não tiveram um sob os imperadores antes de mim, e estão bem cientes. [...] eu escrevi para *Aemilius Rectus* para examinar a pergunta e enviar para mim um relatório se o Conselho [*boulé*] deve ser estabelecido, e, se deve, de que forma ele deve tomar (CPJ, 153).

A cidade de Alexandria só voltou a possuir uma *boulé* por concessão de Septímio Severo, em 200 d.C., mas tal benevolência não foi exclusiva, sendo estendida a todas as capitais de nomos do Egito (VASQUES, 2005, p. 16). Bowman e Rathbone (1992, p. 115-118) argumentam que a ausência da *boulé* não representou, na prática, diminuição da influência grega em Alexandria, na medida em que o vácuo de poder causado pela extinção do conselho teria sido ocupado pela elite que frequentava o ginásio, que desempenhava um forte papel no cenário político da cidade, assumindo atividades antes exercidas pelos representantes da *boulé*, como a indicação de membros de embaixadas, a fiscalização de funcionários e o acesso a magistraturas.

O ginásio foi uma instituição comum às cidades gregas a partir do século III a.C. e representava o maior centro da vida cívica e de formação intelectual grega, o bastião da *paideia*.⁵³ O ginásio era criado sempre que qualquer corpo substancial de gregos estivesse reunido, seja nas *metropoleis* ou até mesmo nas aldeias. Em sentido amplo, sua principal função era propiciar aos residentes gregos as comodidades da civilização grega, fornecendo espaço para festivais (esportivos e teatrais) e educação grega para os alunos (JONES, 1998, p. 331; CLÍMACO, 2007, p. 40).

Em Alexandria, os gregos contavam com juízes especiais (*cherematistai*), podiam possuir propriedades e receber rendas, atuar em assuntos financeiros,

⁵³ Ideal de educação que objetiva a formação integral do homem/cidadão.

administrar oficinas. Estavam isentos de algumas taxações e do trabalho compulsório do qual os nativos nunca se livraram (QUARANTA, 2009, p. 66-67). Apesar dessa preponderância dos gregos que, mesmo longe da *Hélade*, continuavam se sentindo gregos, os contatos culturais eram constantes.

Um dos fatores que permitiram uma maior aproximação entre as culturas foi a prática de casamentos mistos. Nas *póleis* (Alexandria, Náucratis e Ptolemais) tal prática era proibida ou, pelo menos, não estimulada, pois a ascendência grega era o que permitia a inscrição em um *demós*, o treinamento na *efebéia* e no ginásio. Enfim, a “pureza” grega abria as portas da cidadania e dos benefícios a ela ligados. Nas aldeias da *chora* e até mesmo nas *metropoleis*, tal controle de acesso não era tão efetivo. A imigração grega era, sobretudo, uma imigração masculina e, na dificuldade de se conseguirem esposas gregas, os homens instalados nas novas fundações procuraram mulheres entre a população nativa, fortalecendo a prática dos casamentos mistos (VASQUES, 2005, p. 13; FERREIRA, 1992, p. 228).

A condição econômica também influenciou as trocas culturais, já que a maioria dos imigrantes era pobre. Ao chegarem a cidades como Alexandria, os imigrantes desempenhavam funções esporádicas e trabalhos manuais, atividades similares às realizadas pelos nativos, de maneira que esses gregos de níveis sociais inferiores eram os primeiros a se egípcianizar, pois estavam mais próximos da população egípcia do que da elite grega (QUARANTA, 2009, p. 64-65). Grosso modo, a influência cultural grega era mais forte e se fazia predominante nos grandes centros urbanos, redutos da cultura grega, e sede de templos, ágoras, ginásios, bibliotecas e teatros. Lobianco (2006, p. 262) aponta, em termos espaciais, a existência de uma “escala” de predominância cultural grega: em primeiro lugar estariam as *póleis*, representadas principalmente por Alexandria; depois viriam as

capitais de nomos e, finalmente, as aldeias, local de maior resistência cultural egípcia. Em Alexandria, por meio da língua e da cultura, os gregos preservaram muito de sua identidade, até mesmo no que se referia aos rituais funerários, visto que, apesar de adotarem práticas de sepultamento egípcias, alguns gregos eram enterrados com moedas nas bocas ou mãos, provavelmente para pagar o barqueiro Caronte (MORRIS, 1992, p. 53; VASQUES, 2005, p. 27).⁵⁴

Embora os gregos de *status* social mais baixo e aqueles que residiam fora dos centros urbanos fossem mais suscetíveis a influências culturais egípcias, a mistura e a fusão de culturas parecem ter-se afirmado em todos os estamentos da sociedade. Afinal, muitos gregos utilizaram nomes duplos, fizeram-se mumificar e enterrar com os *Livros dos Mortos*. Além disso, o sistema de pesos e medidas, o calendário faraônico e a divisão tradicional do território em nomos foram incorporados pela administração grega (LEVÊQUE, 1967, p. 449).

A Alexandria dos judeus

A presença dos judeus no Egito remonta ao século VI a.C., período em que foi fundada uma colônia militar judaica conhecida como Elefantina, na região do Alto Egito, durante o governo do faraó Psamético II. Tal colônia perdurou por alguns anos, chegando mesmo a possuir um templo, mas foi palco de atritos entre os habitantes da guarnição e os egípcios locais, fazendo com que, por volta de 404

⁵⁴ Caronte era o barqueiro de *Hades* responsável por transportar as almas dos recém-mortos na travessia dos rios *Estige* e *Aqueronte*. A moeda era para pagar a “passagem”.

a.C., os judeus deixassem a região.⁵⁵ De qualquer forma, o número de judeus no Egito antes do período helenístico não foi expressivo (TCHERIKOVER, 1959, p. 269; PINSKY, 1971, p. 32).

Em Alexandria, a presença judaica é registrada desde a fundação da cidade. Flávio Josefo relata que Alexandre, o Grande, teria visitado Jerusalém. Ao chegar à cidade, ofereceu sacrifícios a *Iavé* ao lado do sumo sacerdote e, depois de receber “boas profecias” a seu respeito, concedeu diversos favores aos judeus, como o direito de viver segundo a sua própria lei. Diante disso, muitos judeus se alistaram nas fileiras macedônias e seguiram com Alexandre para o Egito (A. J., 11. 337-339).⁵⁶ Josefo também narra que Alexandre estabeleceu os judeus em Alexandria, não pela necessidade de povoar a cidade, mas por seu valor e sua fidelidade, concedendo-lhes privilégios idênticos aos dos macedônios (*Contra Apionem*, 2. 35-36). Tal relato é reproduzido pelo autor na obra *Bellum Judaicum*, da seguinte forma: “Alexandre, o Grande, em recompensa pelos serviços que lhe haviam prestado na guerra do Egito, lhes havia dado, naquela grande cidade, os mesmos privilégios que os gregos tinham” (B.J., 2. 487). Os fatos mencionados por Josefo possuem uma intenção apologética e propagandística. O autor realiza uma construção retórica conectando os judeus a Alexandre, na qual os judeus teriam chegado ao Egito como parte do exército de Alexandre, portanto, como dominadores e que, em virtude dos serviços prestados na ocupação do território, ou seja, em uma guerra que sequer

⁵⁵ A colônia militar judaica foi estabelecida em Elefantina, ilha situada no Nilo, para guarnecer o sul da fronteira do Egito contra os etíopes. Pinsky (1971, p. 31) aponta que os judeus de Elefantina não seguiam rigorosamente os preceitos da religião judaica e negligenciaram algumas diretrizes do *Deuteronômio*, a ponto de construir um templo a *Iavé* fora de Jerusalém. Nesse templo, seguiam rituais semelhantes aos realizados no Templo de Jerusalém, como sacrifícios de cordeiros, oferendas de alimentos e incenso.

⁵⁶ Além de Josefo, a narrativa do encontro de Alexandre e o sumo sacerdote de Jerusalém é citada na *Recensão C* do Pseudo-Calístenes, no Anexo Tardio ao Rolo dos Jejuns (*Meguilat Taanit*) e no *Talmude da Babilônia* (Yoma 69a) (PORTO, 2007, p. 23).

existiu, Alexandre os instalou em Alexandria com equidade de direitos em relação aos macedônios.

A narrativa de Josefo é fictícia, pois Alexandre nunca visitou Jerusalém e, muito provavelmente, a população judaica, nos anos iniciais de Alexandria, teria sido insignificante. Haas (1996, p. 95) argumenta que a imigração judaica para Alexandria, embora seja evidenciada no século III a.C., foi maior no século II a.C. O autor chega a essa conclusão com base na datação dos túmulos encontrados em uma necrópole localizada a leste da cidade. Estima-se que grande parte dos primeiros judeus chegou ao Egito na condição de escravos, pois o próprio Josefo menciona ter Ptolomeu Filadelfo (283-246 a.C.) libertado 100.000 judeus cativos (A.J., 12. 46).

Apesar das inconsistências apresentadas por Josefo, incluindo suas cifras estrondosas, o fato é que os judeus remontam ao contexto de fundação de Alexandria e que a comunidade judaica da cidade se expandiu muito nos séculos posteriores, tornando-se a maior da Diáspora. Levêque (1967, p. 422-423) avalia em oito milhões o número de judeus na Diáspora durante o período helenístico e divide essa população em quatro grandes zonas: Babilônia, Síria, Anatólia e Egito, tendo cada uma mais de um milhão de judeus. Segundo o autor, a cidade de Alexandria teria abrigado 100 mil judeus. Tal população parece expressiva no primeiro século da Era Cristã, pois Meeks (1992, p. 59), ao tratar do assunto, considera que o número de judeus vivendo fora da Palestina no Principado variava de cinco a seis milhões e que havia uma considerável população judaica nas grandes cidades que margeavam o Mediterrâneo. Nessas cidades, o contingente de judeus variava entre 10 a 15% da população e, em Alexandria, esse número seria ainda maior. Se utilizarmos como base a estimativa populacional de 500 a 600 mil habitantes

sugerida por Diana Délia (1988, p. 284), podemos concluir que a população judaica de Alexandria, no período de transição do domínio ptolomaico para o romano, teria sido superior a 90 mil habitantes.

Que o Egito e sua capital foram um dos maiores centros da Diáspora judaica já está posto. Resta-nos interrogar sobre os motivos que levaram a uma imigração tão expressiva. Entre os diversos fatores responsáveis pelo grande número de judeus em Alexandria e no Egito como um todo, destacam-se aqueles de natureza política, militar e econômica.

Após a morte de Alexandre, disputas entre seus generais pela Palestina criaram um clima de instabilidade e insegurança na região, e muitos judeus teriam deixado o local nesse período. Os Ptolomeus dominaram a Palestina por cerca de um século, o que facilitou a circulação de pessoas entre o Egito e a Palestina. Devido às manobras militares constantes, muitos judeus foram levados ao Egito como escravos e, ao serem libertados, optaram por permanecer na região, pois já se encontravam integrados à vida local (MOMIGLIANO, 1998, p. 362-363; TURNER, 1984, p. 145).

Bowman (1986, p. 123) relata que a imigração judaica foi maior durante o reinado de Ptolomeu VI Filométor (180-145 a.C.), no contexto da revolta dos Macabeus. Essa revolta foi caracterizada pela reação de um grupo de judeus da Judeia que, liderados por Judas Macabeu, se posicionou contra a política de helenização forçada instituída por Antíoco IV, rei selêucida (HORSLEY; HANSON, 1995, p. 35-36). Em decorrência do conflito, muitos judeus fugiram para o Egito na expectativa de melhores condições de vida, uma vez que os Ptolomeus eram mais tolerantes em relação aos costumes judaicos do que os Selêucidas. Afora esses

fatores, ocorreu também um grande número de imigrações voluntárias, visto que o Egito oferecia oportunidades econômicas mais atraentes do que as oferecidas pela Palestina (MEEKS, 1992, p. 59).

A despeito do grande número de judeus no Egito, poucos conseguiram se destacar, como Onias e Dositeu. Josefo relata que Onias fugiu para o Egito e conseguiu autorização de Ptolomeu VI Filométor para construir um assentamento militar e um templo em Leontópolis (*B.J.*, 1. 31).⁵⁷ A respeito de Dositeu, Josefo exagera um pouco ao dizer que Ptolomeu Filométor e sua esposa, Cleópatra, confiaram “[.] aos judeus o governo de seu reino e deram a Dositeu, também judeu de nascimento, o comando de seus exércitos” (*Ap.*, II, 5. 49). É improvável que os Ptolomeus tenham dado o comando geral do exército a Dositeu e menos provável ainda que tenham fornecido aos judeus o governo do Egito; mas, de qualquer forma, Onias e Dositeu se destacaram a ponto de se tornarem *strategoí* dos soberanos Lágida (TCHERICOVER, 1959, p. 281; GAMBETTI, 2009, p. 43).

Os judeus alexandrinos foram bons súditos dos Ptolomeus, lealdade facilitada pelo fato de os soberanos não adotarem a política de intolerância ao credo judaico, como os Selêucidas. Esse bom relacionamento permitiu que os judeus conservassem muito de sua tradição e conquistassem uma notável autonomia em Alexandria (CLÍMACO, 2007, p. 19). O fato de poder viver conforme suas leis foi muito importante para os judeus. Afinal, podiam criar associações, possuir conselhos próprios, construir sinagogas e recolher donativos para o Templo de Jerusalém.

⁵⁷ O templo construído em Leontópolis por Onias, embora menor e mais pobre do que o Templo de Jerusalém, possuía algumas características similares, como a arquitetura do altar, a disposição de oferendas e instrumentos cultuais e administração levítica. Foi destruído em 73 d.C., por ordens do imperador Vespasiano (ALMEIDA, V. L. S., 2014, p. 88-89).

Em Alexandria, os judeus inicialmente se estabeleceram no bairro Delta. Todavia, devido ao crescimento da população, se espalharam pela cidade, ocupando também boa parte do bairro Beta. Os judeus da cidade se engajaram em todos os ramos de atividade, atuando na agricultura, no artesanato, no comércio, na administração pública e no exército. Alguns foram escravos e, mais raramente, prestamistas (PINSKY, 1971, p. 97-109; BOWMAN, 1986, p. 123). Apesar da possibilidade de terem alguns monopólios e se sobressaírem em algumas atividades, como a de coleta de impostos, foram poucos os judeus que tiveram maior destaque na sociedade de Alexandria. Em geral, assim como ocorria na Palestina, a maioria dos judeus sobrevivia à custa de trabalhos braçais (POLIAKOV, 1979, p. 5).⁵⁸

Os judeus não eram um grupo coeso, pois existiam diversas separações dentro da comunidade judaica, seja por motivos culturais, seja financeiros. Pearson (1986, p. 207) afirma que a principal divisão da comunidade judaica relacionava-se ao nível cultural, pois os judeus mais cultos buscavam uma integração entre o helenismo e o judaísmo, enquanto os estratos inferiores mantinham-se conectados com o estilo de vida da Palestina. Tcherikover (1959, p. 297) argumenta que a imigração foi um fator que interferiu na heterogeneidade judaica. Segundo o autor, o *status* do judeu perante as comunidades judaicas de Alexandria e perante os demais habitantes da cidade variava de acordo com o tempo de residência. Portanto,

⁵⁸ A questão do poder econômico dos judeus foi um tema presente em muitos estudos sobre a Diáspora, realizados após a Segunda Guerra Mundial, por isso uma atitude muito comum entre diversos autores do século XX foi a de buscar no passado argumentos para negar que os judeus fossem beneficiados dentro das estruturas econômicas dos locais em que habitavam. Segundo Tcherikover (1959, p. 340), a riqueza judaica nunca foi alvo da propaganda antissemita; Flannery (1968, p. 27), escrevendo quase uma década após Tcherikover, argumenta que os judeus da Diáspora não ocuparam posição especial na economia do mundo antigo. De forma similar, Fontette (1989, p. 21) afirma que o desprezo pelos judeus na Antiguidade era devido à pobreza e não à riqueza. Tal posicionamento também é encontrado em Momigliano (1998, p. 375), ao propor que não havia conflito econômico sério entre judeus e gentios, pois os judeus estavam presentes em inúmeras profissões para que fossem considerados nocivos em uma em particular.

aqueles judeus que chegaram primeiro a Alexandria possuíam mais direitos dos que os recém-chegados, tidos como estrangeiros. O fato de se residir há longo tempo em um local propiciava maior assimilação cultural, de modo que judeus mais antigos eram mais “parecidos” com seus vizinhos, enquanto os “novatos” ainda conservavam muito de sua cultura originária, o que acentuava o estranhamento.

Os judeus da Diáspora costumavam se adaptar bem às condições locais, adotando regularmente a língua e os costumes da região em que habitavam.⁵⁹ Muitos chegaram mesmo a helenizar ou latinizar seus nomes (POLIAKOV, 1979, p. 6). A comunidade judaica de Alexandria se tornou o maior agrupamento israelita urbano, ao menos fora da Palestina, mas, mesmo em grande número, os judeus eram numericamente inferiores aos gregos. Para os judeus, aderir aos costumes regionais foi uma estratégia de sobrevivência, pois isso facilitava a vida cotidiana, a obtenção de empregos e as transações comerciais. A adoção de nomes locais foi um hábito.⁶⁰ Até mesmo nomes derivados de divindades gregas foram utilizados pelos judeus, como *Apolônio*, *Heracleides* e *Dionísio*; nomes de origem egípcia também não foram esquecidos. Um nome egípcio muito popular entre os judeus foi *Hórus*. O uso de nomes mistos, compostos por um grego e um judeu, também foi corrente, a exemplo de “*Heras*, também chamado Ezequiel” (WILLIAMS, 2004, p. 48; TCHERIKOVER, 1959, p. 346).

⁵⁹ Segundo Hadas-Lebel (2012, p. 95), os judeus adotavam até mesmo a indumentária do local onde residiam, embora existissem na *Torá* recomendações sobre as vestimentas judaicas, que deveriam conter franjas com bordas em cor azul.

⁶⁰ Filo (*In Flacc.*, 76), ao relatar a prisão dos 38 membros do concelho judaico de Alexandria, nomeia três deles, Évodo, Trifão e Ándron. Segundo Van Der Horst (2003, p. 171), nenhum desses nomes é tipicamente judaico. Hadas-Lebel (2012, p. 53) afirma que também era comum que os judeus adotassem nomes dos soberanos, como Alexandre, Ptolomeu e Arsínoe. Segundo a autora, os nomes prediletos adotados por judeus no Egito eram teofóricos, como Teófilo, Teodósio e Dositeu, equivalentes aos nomes hebraicos, Nathan, Natanael ou Jonathan.

De todos os contatos, o que mais impactou a cultura judaica foi a assimilação da língua grega; o uso do *koiné* foi tão frequente que línguas semitas, como o hebraico e o aramaico, já não eram empregadas no Egito desde o século II a.C. O grego era utilizado em todos os meios judaicos de Alexandria, nas transações comerciais, nas inscrições em sinagogas, nos documentos emitidos pelos corpos jurídicos judaicos, na literatura e até mesmo na denominação de títulos de órgãos judaicos, como *gerousiarca* e *arconte*. Na prática funerária, os judeus também adotaram os padrões de enterro e os epitáfios utilizados por gregos e egípcios. P. W. Van der Host (1991, p. 20-22), em um estudo de 1540 epitáfios judaicos (18 desses eram de Alexandria), argumenta que, na região do Mediterrâneo, a língua grega predominava nas inscrições. O resultado de suas pesquisas aponta que 68% dos epitáfios continham inscrições gregas, 18% foram grafados em língua semítica (hebraico ou aramaico), 12% em latim e 2% eram bilíngues (desses, em 70% dos casos, uma das duas línguas era a grega).

A prática de casamentos mistos, ou melhor, de casamentos com gentios inconversos não era aprovada, embora ocorresse. Assim como a grega, a imigração judaica foi, em grande parte, uma imigração masculina, sendo inevitável o contato com nativas. A maioria desses consórcios acontecia no meio rural, geralmente com mulheres egípcias.⁶¹ Existiram poucos casamentos com gregas — a explicação para tal fato pode ser a existência de uma menor quantidade de mulheres gregas disponíveis, visto que elas eram mais requisitadas pelos gregos, por questões étnicas, sociais e culturais.

⁶¹ Filo relata que durante o Conflito de 38 d.C., algumas mulheres foram presas em Alexandria por terem ligações com judeus, mas quando identificadas como pertencentes a outras etnias eram liberadas (*In Flacc.*, 96). Possivelmente tais mulheres haviam contraído “matrimônio” com homens judeus.

Os judeus de Alexandria se organizavam em *politeuma*, e a comunidade judaica possuía certa autonomia jurídica, mas isso não significou isolamento, pois os judeus recorriam por vezes a magistrados gregos para tratar de negócios e resolver querelas jurídicas. Tcherikover (1959, p. 349-353) apresenta alguns casos em que casamentos e divórcios entre judeus foram conduzidos por tribunais gregos e não judaicos.

Apesar dos contatos e das assimilações culturais, os judeus conseguiram preservar muito de sua identidade. Se assim não fosse, não existiria toda uma literatura antijudaica corrente no Egito desde o século III a.C., evidenciando o estranhamento de gregos e egípcios em relação a alguns costumes judaicos, como a circuncisão, a observância do sábado e as leis dietéticas, assunto que trataremos no terceiro capítulo.

Gambetti (2009, p. 41-42), ao tratar da população judaica em Alexandria, argumenta não ser possível determinar-lhe o tamanho, mas afirma que foi grande o suficiente para justificar a tradução da *Torá* para o grego.⁶² Conforme observamos, no Egito os judeus adotaram o grego como língua franca. Até mesmo judeus da elite já tinham dificuldade em compreender o hebraico. Tradutores eram utilizados nas sinagogas. Contudo, já no século III a.C., traduções de partes da *Torá* podiam ser encontradas no Egito, sendo a mais famosa das traduções a *Septuaginta* ou tradução dos setenta (MOMIGLIANO, 1998, p. 363-364).

Josefo, na sua obra *Antiquitates Judaicae* (12. 12-118), faz uma paráfrase da *Carta de Aristeas* ou *Carta a Filócrates*, um documento apologético do judaísmo (do

⁶² *Torá* é o nome dado ao conjunto dos cinco primeiros livros (*Gênesis*, *Êxodo*, *Levítico*, *Números* e *Deuteronômio*) do *Tanakh*. *Tanakh*, por sua vez, é o termo utilizado pelos judeus para denominar o conjunto de seus livros sagrados (*Lei*, *Profetas* e *Escritos*), textos que são nomeados pelos cristãos como *Velho Testamento*, nome que não é bem visto nos meios judaicos, afinal o adjetivo “velho” pode ser entendido como pejorativo.

século II a.C.), que aborda a história da *Septuaginta*. Segundo se conta, a tradução da *Torá* foi feita em Alexandria, no período ptolomaico. A iniciativa da tradução teria partido de Demétrio de Falero, responsável pela Biblioteca na ocasião. A tradução teria ficado a cargo de 72 tradutores oriundos de Jerusalém e foi realizada em 72 dias. O seu custo foi elevado, visto que os tradutores receberam estada, alimentação, presentes para si e para o Templo de Jerusalém, além da libertação de cerca de 100 mil judeus que estavam em cativeiro, alguns dos quais servindo no exército. Alguns dados contidos na *Carta de Aristeia* não condizem com a realidade, principalmente no que diz respeito ao elevado custo do trabalho. Porém, baseados em informações da *Carta*, autores antigos, incluindo os Padres da Igreja, tentaram fixar a data da tradução. A carta não possui data, mas fornece dados importantes que permitem situá-la no século III a.C., no reinado de Ptolomeu II Filadelfo (283-246 a.C.), pois se menciona, na carta, que a tradução foi feita por Ptolomeu e que o pai do rei foi o fundador de Alexandria.

Tessa Rajak (2009, p. 1-14) afirma que a *Septuaginta* foi uma tradução importante para a cultura ocidental, visto que, além de beneficiar os judeus da Diáspora, tal texto foi a base do cristianismo do Ocidente. Segundo a autora, não se trata de uma tradução, mas de uma enorme coleção de traduções que circularam nos séculos III e II a.C. Os tradutores teriam sido eruditos judeus que dominavam o grego e o hebraico. Rajak pondera ainda que o termo *Septuaginta* seria inadequado para definir a “Bíblia judaica em grego”, pois tal termo está mais ligado ao cristianismo primitivo e à literatura patrística do IV d.C.

A tradução da *Torá* para o grego foi fundamental para a preservação da identidade judaica na Diáspora e, em Alexandria, não foi diferente. Na ausência de uma autoridade central e habitando por um longo período de tempo no seio de uma

cultura dominante, foi por meio da *Septuaginta* e da educação judaica por ela prescrita que os judeus, mesmo dispersos, mantiveram uma identidade comum, evidenciada por meio do cumprimento das leis mosaicas, como a prática da circuncisão, o descanso sabático e a observância das leis dietéticas (GOLDBERG; RAYNER, 1989, p. 85).

O convívio entre egípcios, gregos e judeus sofreu significativas mudanças na transição da administração ptolomaica para a romana, uma vez que as mudanças administrativas implementadas por Roma acentuaram as diferenças e acabaram por gerar atritos entre os grupos étnicos, deteriorando o relacionamento entre eles, o que resultou em violentos conflitos em Alexandria.

DE CAPITAL DE REINO A CAPITAL DE PROVÍNCIA

A transição de poder

Durante os três séculos de dominação ptolomaica no Egito, os contatos com Roma foram constantes, mas a natureza das relações entre os governantes dos dois Estados sofreu significativas alterações no decorrer dos séculos, passando de amizade a intervenções ocasionais, até chegar à dominação efetiva por parte dos romanos.

No século III a.C., a aproximação com Roma se deu por meio de tratados e alianças diplomáticas. Ptolomeu II Filadelfo foi o primeiro da dinastia a enviar uma embaixada a Roma e recebeu a *amicitia* por parte do senado romano, em 273 a.C. (DONADONI, 1983, p. 205). Os contatos se intensificaram durante o século II a.C., período caracterizado pelo enfraquecimento do Estado lágida, condição que ficou evidenciada nas perdas territoriais e no surgimento de conflitos internos, relacionados às sucessões dinásticas e às rebeliões de nativos ocorridas em algumas regiões do Egito, como Tebas (WILLIAMS, 2004, p. 76). Durante o reinado de Ptolomeu IV Filopátor (221-204 a.C.), a interação com Roma foi constante, pois em 211/210 a.C. foram assinados acordos comerciais relacionados ao fornecimento de grãos, além de acordos militares, como o auxílio prestado aos romanos durante a guerra contra Aníbal (218-201 a.C.) (GIACOMO, 2013, p. 72). Após a morte de Ptolomeu IV, em 204 a.C., os contatos persistiram durante o reinado de seu filho, Ptolomeu V, que assumiu o trono ainda criança e ficou sob a supervisão de regentes. Aproveitando-se do período de fragilidade política, o rei selêucida, Antíoco

III, realizou um acordo com Felipe V da Macedônia para conquistar e dividir os territórios ptolomaicos. O Egito só não foi invadido na ocasião, visto que os romanos, preocupados com o fornecimento de grãos, intervieram em 201 a.C., enviando uma embaixada para negociar com Antíoco e Felipe (DONADONI, 1983, p. 205; BOWMAN, 1986, p. 32).

A situação política do Egito piorou, tornando-se cada vez mais necessária a proteção por parte de Roma. Antíoco IV Epifânio invadiu o Egito duas vezes durante o reinado de Ptolomeu VI. A primeira incursão foi no final de 170 a.C., quando Antíoco estabeleceu um “protetorado” sobre o jovem rei, e a segunda invasão ocorreu dois anos depois. Antíoco foi coroado como faraó em Mênfis, emitiu editos reais e nomeou governadores; a ocupação só foi encerrada devido à intervenção romana liderada pelo senador Popílio Laenas, que convenceu Antíoco a se retirar do território (TURNER, 1984, p. 165). Bowman (1986, p. 32-33) relata que, após o incidente de 168 a.C., o Egito passou a ter uma dependência relativa diante de Roma, chegando a ponto de o Senado romano, em 163 a.C., dividir a “coroa” do reino em dois tronos, cabendo a Ptolomeu VI o trono do Egito e Chipre, enquanto Ptolomeu VIII Evergetes Physcom recebia o trono da Cirenaica.

No século I a.C., as mediações romanas nas questões dinásticas aumentaram fazendo com que os favores se tornassem na prática uma dependência, não só política como administrativa e que resultou na subjugação do Egito em 30 a.C. Em 96 a.C., os Lágidas perderam o domínio secular da Cirenaica para os romanos, pois Ptolomeu Ápio, governante da região, deixou em testamento a doação do reino para os romanos, que tomaram sua posse efetiva em 74 a.C. (GIACOMO, 2013, p. 73). O problema se agravou sob o governo de Ptolomeu XII Auletes, que foi expulso do reino por ser um mau administrador e por ser

considerado ilegítimo pelos egípcios e,⁶³ só foi reconduzido ao trono comprando à custa do Erário o apoio dos romanos. Contudo, sua política pró-romana, incluindo auxílio financeiro a César e a Pompeu, a nomeação do oficial romano Rabírio Póstumo para comandar as finanças do Egito e a passividade na disputa de territórios ptolomaicos que acabaram dominados pelos romanos, como a Coele-Síria e a ilha de Chipre, o tornaram cada vez mais impopular ante o povo (HARKER, 2008, p. 4; BOWMAN, 1986, p. 33).

No contexto final da segunda guerra civil romana, Pompeu, ao ser derrotado por César na batalha de *Farsália*, procurou asilo no Egito, visto que, no passado, tinha sido favorável ao rei Ptolomeu XII Auletes. Mas a situação política do reino era confusa. Auletes, ao morrer, em 51 a.C., havia deixado o trono para seus dois filhos mais velhos, Cleópatra VII Filopátor, com 18 anos, e Ptolomeu XIII Filopátor, com 12. No entanto, Cleópatra VII foi acusada de conspiração pelo conselho de ministros de Ptolomeu XIII e acabou fugindo. Quando Pompeu chegou ao Egito, quem governava de fato o reino era o regente Potino e o chefe do exército Áquila que, a mando de Ptolomeu, assassinaram Pompeu em 48 a.C. (HADAS-LEBEL, 2012, p. 21).

A morte de Pompeu foi interpretada pelo seu rival, Júlio César, como uma afronta e desencadeou uma guerra em Alexandria (48-47 a.C.). César se tornou partidário de Cleópatra e derrotou as forças de Ptolomeu XIII. Embora a população da cidade tenha continuado o conflito de forma independente da realeza, também acabou sendo derrotada (CLÍMACO, 2013a, p. 49).

Apoiada por César, Cleópatra VII assumiu o trono em conjunto com seu irmão mais novo, Ptolomeu XIV. A rainha se tornou amante de César, tendo um filho com

⁶³ Clímaco (2013a, p. 127-138) relata que Ptolomeu Auletes é o soberano lágida mais documentado por autores latinos e também o mais criticado. O monarca é visto, por parte de autores como Cícero, Estrabão e Suetônio, como símbolo da decadência ptolomaica.

ele (Ptolomeu Cesário). César deixou o Egito em 46 a.C., retornando para Roma e, pouco tempo depois, Cleópatra foi morar com ele. Cleópatra residiu em Roma até o assassinato de César, em 44 a.C., quando então regressou ao Egito e se tornou a única governante do reino.

Cleópatra foi a última rainha da dinastia lágida e, durante seu governo, o Egito recuperou um pouco de sua autonomia política. A rainha se envolveu também com Marco Antônio, comandante das províncias orientais romanas, que deixou Roma e passou a residir em Alexandria. Tal aproximação não foi bem vista pela população romana e fomentou um conflito entre Marco Antônio e Otaviano, ambos triúnviros, sobretudo após a doação por parte de Antônio de possessões romanas no Oriente para Cleópatra e seus quatro filhos (três dos quais eram de Marco Antônio).⁶⁴ O confronto entre os triúnviros romanos foi definido na batalha de Ácio, em 31 a.C., na qual as forças de Otaviano derrotaram as frotas de Antônio e Cleópatra. Um ano depois, o Egito se tornou província romana (WILLIANS, 2004, p. 104).

A administração romana: continuidade ou ruptura?

Durante muito tempo, acreditou-se que a dominação romana do Egito não trouxe para o local nenhuma mudança drástica em termos administrativos, sociais e culturais. Autores como Milne (1924, p. 1-2) e Jones (1998, p. 333) defendem que a

⁶⁴ Em 34 a.C., Antônio, Cleópatra e mais os quatro filhos reuniram uma multidão no ginásio de Alexandria, onde Antônio discursou em grego e distribuiu os territórios do oriente. O episódio ficou conhecido como “Doações de Alexandria”. Na divisão, Cleópatra e Ptolomeu Cesário receberam o Egito, a Coele-Síria e a Ilha de Chipre. Alexandre Hélio recebeu a Armênia, Média e o reino dos Partos, ainda por conquistar. Cleópatra Selene ficou com a Líbia e a Cirenaica e, por fim, Ptolomeu Filadelfo foi agraciado com a Síria, Fenícia e a Cilícia. A rainha Cleópatra seria a regente de todas essas regiões (LOBIANCO, 2006, p. 38).

conquista romana produziu pouca mudança na organização interna e que a chegada dos romanos causou menos turbulência do que a transferência de poder no tempo dos reis ptolomaicos. Os autores que defendem essa linha de interpretação, pautada na “continuidade administrativa”, usam, como fundamento para suas reflexões, o fato de que muitos cargos e instituições ptolomaicas continuaram a existir no período romano. Entretanto, esse modelo interpretativo tem sido questionado por estudiosos que se dedicam a analisar os pormenores da administração romana no Egito e apontam enormes diferenças em relação à administração lágida. Bowman e Rathbone (1992, p. 108) e Martin Goodman (1997, p. 265) sustentam que, apesar da existência de elementos de continuidade (títulos oficiais, divisão territorial em nomos, sistema monetário baseado no *tetradracma* de prata), foram realizadas, no Egito, mudanças burocrático-administrativas profundas, por meio da nomeação de funcionários romanos para postos de comando antes ocupados por funcionários reais de ascendência grega. Por isso, na concepção desses autores, as alterações foram tão importantes como as permanências e ambas foram sentidas pela população.

Otaviano chegou a Alexandria dez meses após a batalha de Ácio;⁶⁵ durante sua estada na cidade, visitou o túmulo de Alexandre e prestou homenagens. No entanto, se recusou a visitar o túmulo dos reis ptolomeus. O imperador foi considerado um faraó, sendo representado nos relevos dos templos. Um importante templo de Alexandria, o *Caesareum*, foi consagrado em sua honra.⁶⁶ Augusto não

⁶⁵ Conforme apontamos na nota 2 deste trabalho, Otávio, Otaviano e Augusto são três formas onomásticas para o mesmo indivíduo.

⁶⁶ O *Caesareum* ou *Sebasteum* foi um templo iniciado por Cleópatra VII para honrar César e foi terminado por Augusto. O templo ficava localizado nas proximidades do Grande Porto de Alexandria. A entrada do templo foi adornada por dois obeliscos que, no passado, foram dedicados ao faraó *Thoutmosis* III (XV a.C) e estavam localizados na cidade de Heliópolis. Os obeliscos ficaram conhecidos como as “agulhas de Cleópatra” e foram retirados do Egito no século XIX. Atualmente um se encontra localizado no Central Park, em Nova York, e o outro está em

impediu sua representação e seu culto como um rei egípcio, um faraó, entretanto o Egito não foi administrado como um reino. Depois da participação de Cleópatra na guerra civil, uma monarquia cliente não era mais uma opção para o Egito, que se tornou uma província do povo romano, sujeito à administração, à tributação e à legislação romanas (BOWMAN, 1996, p. 676-679).⁶⁷

Em 27 a.C., três anos após a anexação, o Egito foi incluído entre as chamadas “províncias imperiais”.⁶⁸ Mas a peculiaridade do local fez com que Augusto o tratasse de modo distinto. Dentre os diversos fatores que tornavam o Egito uma província especial, destaca-se a sua importância econômica — afinal, era o maior produtor de cereais do Mediterrâneo e o maior exportador de trigo para Roma. O domínio efetivo de uma província tão produtiva era pertinente, dado que a permanência de imperadores no poder podia depender do controle do fornecimento de grãos. Nem todas as cidades do Império eram autossuficientes na produção agrícola — grande parte do abastecimento era feita com alimentos oriundos de outras regiões —, e irregularidades ou até mesmo a supressão do fornecimento de trigo poderia acarretar em revoltas e gerar instabilidade política, ameaçando, assim, o poder do imperador (MILNE, 1924, p. 2; ALFÖLDY, 1989, p. 114).

Londres, na cidade de Westminster, às margens do rio Tâmisa (HADAS-LEBEL, 2012, p. 21). Filo fornece uma boa descrição das dependências do Templo de Augusto: “É tão espaçoso e tão elevado que pode ser visto de muito longe: está todo cheio de admiráveis estátuas e quadros, bem como de outros presentes enriquecidos de ouro e prata que lhe foram oferecidos; nada se pode ver de mais magnífico do que seus pórticos, seus vestibulos, suas galerias, suas bibliotecas e nada de mais belo que seus bois sagrados” (*Leg.*, 22. 151).

⁶⁷ Augusto, escrevendo quase meio século após o evento, deixa bem clara a condição do Egito em relação a Roma, ao dizer que anexou o Egito ao império do povo romano, “*Aegyptum imperio Populi Romani adieci*” (*Res Gestae*, V, 27).

⁶⁸ A partir do final do século III a.C., deu-se início a conquistas de terras fora da Península Itálica e essas regiões foram chamadas de províncias. No início do Império, existiam dois tipos de províncias: as senatoriais, com governadores apontados pelo Senado e sem tropas, e as imperiais, com administradores militares indicados pelo imperador. As províncias imperiais, guarnecidas com tropas romanas, geralmente estavam em áreas de fronteira ou em regiões ainda não pacificadas (FUNARI, 2006, p. 91).

Segundo Jones (1968, p. 64), o tratamento diferenciado que Augusto dispensou ao Egito foi, em grande parte, motivado por questões de sagacidade militar, dado que o poder econômico do local poderia ser utilizado com finalidades bélicas e fornecer apoio material (armas, suprimentos, dinheiro) para custear revoltas. Somado a esse fator, ressalta-se também o posicionamento geográfico estratégico — o acesso por mar era difícil, pois a província só tinha um porto principal, em Alexandria, cidade com grande número de habitantes e que poderia oferecer resistência em caso de invasões. Por terra, a movimentação de tropas também era penosa, pois o território era cercado por desertos, o que dificultava as operações militares.

Além das questões econômica e militar, que por certo influenciaram as decisões de Augusto, enfatizamos também o “estado” em que se encontravam Egito e Alexandria. Otaviano, ao chegar à região, em 30 a.C., encontrou os sistemas econômico, político e administrativo totalmente desestruturados. Os últimos anos de reinado dos Ptolomeus foram marcados por crises de sucessão, perdas territoriais, revoltas e guerras civis. A capital, Alexandria, sede da realeza, foi o local de constantes batalhas que resultaram em incêndios e destruição de edifícios públicos. A situação política também era instável, afinal os romanos eram tidos como dominadores e a população egípcia, de um modo geral, principalmente os habitantes de Alexandria e das grandes cidades capitais de nomos, eram hostis à dominação romana; certamente ainda existiam na região partidários de Marco Antônio e Cleópatra, antigos rivais de Otaviano (WILLIANS, 2004, p. 113).⁶⁹ A necessidade de

⁶⁹ A reação hostil contra autoridades romanas é evidenciada antes mesmo da dominação efetiva, pois Diodoro (*Diod.*, 1. 83) relata a morte de um membro de uma embaixada romana que matou um gato acidentalmente e foi linchado em Alexandria por uma multidão enfurecida. Com a conquista em diversas ocasiões, as autoridades romanas foram alvos de ataques, e o prefeito Petrônio (24 a.C.) quase foi apedrejado até a morte pela população alexandrina (*Strab.*, 17. 1. 53). O prefeito Galério (21 d.C.) levou sua esposa para Alexandria, mas ela evitava deixar a residência

um governo forte na região para organizar a economia, restabelecer o sistema administrativo, pacificar ou inibir possíveis revoltas era premente. No entanto, para colocar em prática as medidas necessárias, Augusto precisaria exercer um controle enérgico, sob sua supervisão direta, por isso não delegou a administração do território egípcio a um senador (que poderia representar um possível rival).⁷⁰ Fazia-se necessária uma administração pessoal, vinculada à *domus*. Por esse motivo, Augusto nomeou prefeitos para o Egito de categoria equestre e não senatorial.

O primeiro *praefectus* foi o poeta Cornélio Galo, que havia liderado as forças de Otaviano no oeste do Egito durante a guerra contra Antônio e Cleópatra. O prefeito possuía o *status* jurídico de um *magistratus romanus*, mas na prática se configurava como um *legatus Augusti*. O prefeito era escolhido diretamente pelo *princeps* e era o cargo mais elevado que se poderia alcançar no *ordo equester* (BOWMAN; RATHBONE, 1992, p. 110).⁷¹

No Egito romano, o prefeito era a autoridade máxima, comandava o exército e chefiava a administração civil, judicial e financeira. Era designado para ocupar a função por três anos (tempo que podia variar) e, durante esse período, deveria ter o domínio sobre todas as esferas administrativas da província, algo que dificilmente se

oficial por medo de possíveis represálias da população (BOWMAN, 1996, p. 699). Na *chora*, a reação contra os romanos também ocorreu, e habitantes das cidades de *Borexis*, *Koptos*, *Karamike*, *Diáspolis* e *Ophieum*, localizadas na região da Tebaida, revoltaram-se contra coletores de impostos romanos, mas foram contidos pela intervenção das tropas do prefeito Cornélio Galo (MILNE, 1924, p. 17-18).

⁷⁰ Os riscos da presença de figuras proeminentes em uma província rica eram notórios, por isso Augusto proibiu a entrada de senadores romanos no Egito, mesmo os que possuíam propriedades na região (MENDES, 2006, p. 32). Segundo Bowman (1986, p. 38), uma das medidas tomadas por Otaviano após derrotar Antônio e Cleópatra foi condenar à morte o senador Ovínio, que administrava as manufaturas têxteis de Cleópatra no Egito. Em 18 d.C., Germânico, sobrinho e filho adotivo do imperador Tibério, foi duramente repreendido pelo imperador por ter visitado Alexandria, violando a lei de Augusto que proibia a entrada de qualquer cidadão romano da ordem senatorial no Egito sem a permissão do imperador (MILNE, 1924, p. 26-27).

⁷¹ Bowman (1996, p. 681) aponta alguns pré-requisitos para se tornar um *praefectus* no tempo de Augusto: o primeiro era pertencer ao *ordo equester*, ou seja, possuir uma riqueza estimada em 400 mil *sestércios*; além desse critério, era preciso possuir conhecimentos gerais sobre os princípios de administração e dos direitos civil e militar. Depois, um dos requisitos observados era ter ocupado algum cargo administrativo ou militar no Egito.

concretizava na prática, de que adveio a necessidade de ser auxiliado por diversos oficiais, grande parte deles oriundos da região, como gregos e egípcios helenizados (VASQUES, 2005, p. 14; JONES, 1998, p. 338).⁷² Apesar de estar sujeito ao imperador e de ter de contar com uma grande equipe de auxiliares, na prática o prefeito gozava de grande autonomia e possuía uma autoridade sem equivalente em outras províncias — seu poder era limitado apenas pelo direito de recurso ao soberano. Na teoria, o prefeito deveria prestar contas periódicas ao imperador, todavia não era incomum ocorrer omissões, abusos de poder e até mesmo traição por parte de alguns prefeitos (CLÍMACO, 2007, p. 36-38).⁷³

O sistema administrativo civil e militar de Augusto

A tradicional divisão administrativa ptolomaica que separava o território egípcio em duas partes, Alexandria e *chora*, foi mantida por Augusto, fato que ficou evidenciado na titulação da principal autoridade romana no Egito, *Praefectus Alexandriae et Aegypti*. Alexandria, que outrora havia sido capital do poderoso reino

⁷² Filo relata a atuação dos auxiliares ao tratar da complexidade de se administrar o Egito, mas, segundo o autor Flaco, aprendeu rápido, sendo “supérflua a multidão de seus secretários, pois nenhuma questão de Estado, nem pequena nem grande, transcendia os limites da sua experiência, a ponto [...] de ter passado de aprendiz a mestre dos que até então haviam sido seus instrutores” (*In Flacc.*, 3).

⁷³ Ao analisar os problemas relativos ao abuso de poder por parte de funcionários romanos, Sherwin-White (1968, p. 91) aponta, como principal motivo de tais atos, a distância do poder central em relação ao poder local, por isso o imperador dependia demasiadamente da honestidade de seus funcionários, pois os seus meios de dar força a sua vontade à longa distância eram bastante inadequados. Existem relatos de prefeitos que foram punidos por imperadores devido à desobediência ou por exaltação pessoal, como o prefeito Cornélio Galo, que após suas conquistas no Egito realizou inscrições trilingues (latim, grego e hieróglifos) em templos para comemorar suas façanhas. Tal presunção não foi bem vista por Augusto que o afastou do cargo e proibiu seu acesso a províncias imperiais; depois de algum tempo, Galo acabou cometendo suicídio (GRUEN, 1996, p. 148). O imperador Cláudio repreendeu o prefeito Emílio Reto por efetuar coletas de impostos abusivas (MILNE, 1924, p. 25).

ptolomaico, foi rebaixada a capital de província, mas ainda assim manteve muito de seu antigo prestígio. Apesar de os alexandrinos, em diversos momentos, demonstrarem um posicionamento antirromano, pois entendiam que alguns prefeitos cometiam abusos de poder e que algumas medidas administrativas diminuía o poder local, a exemplo da supressão da *boulé*, Augusto se mostrou benevolente em relação à cidade, já que os seus cidadãos não foram tratados como súditos conquistados (*dediticii*), mas como cidadãos de uma cidade aliada,⁷⁴ sendo agraciados com alguns privilégios, tais como isenção de impostos, posse de propriedades na *chora* e acesso facilitado à cidadania romana (BOWMAN; RATHBONE, 1992, p. 116).

O palácio real, antes ocupado pelos soberanos lágidas, se tornou residência do prefeito, que governava a província a partir de Alexandria, auxiliado por assessores equestres, nomeados pelo imperador, porém sob sua supervisão direta (FAIA, 2010, p. 13). Abaixo do prefeito, a principal autoridade era o *iuridicus*, “oficial de justiça”, responsável por supervisionar o sistema judiciário, função em que recebia ajuda do *archidikastes*, juiz que desempenhava funções restritas ao âmbito da cidade. O sistema financeiro era de responsabilidade do *dioecetes* e do *idioslogos*. A administração de Alexandria estava a cargo do *exegeta* e a função de polícia era praticada por *strategoi*, *agoranomoi* e algumas vezes por *gymnasiarchoi* (MILNE, 1924, p. 11; JONES, 1998, p. 338).⁷⁵

⁷⁴ Segundo Plutarco, após a captura de Alexandria, Otaviano montou um tribunal no ginásio, onde as pessoas da cidade estavam à espera de serem tratadas com a gravidade mais terrível, estavam fora de si e prostraram-se temerosas diante dele, que então fez o pronunciamento, dizendo que três motivos o levaram a poupar a cidade: sua admiração pelo tamanho e pela beleza de Alexandria; o respeito pelo fundador da cidade, Alexandre, e por último para satisfazer o pedido de seu amigo *Areius* de Alexandria (*Regum et imperatorum apophthegmata*, 92; *Antonius*, 80).

⁷⁵ O exegeta era a autoridade que presidia o conselho dos magistrados, encarregado do registro de transações e de pequenas funções judiciais. O estrategos possuía funções de âmbito civil e militar.

Na *chora*, os romanos mantiveram a antiga divisão em nomos, toparquias e aldeias, contudo o número de nomos aumentou, passando de 42 para 50 (BOWMAN, 1996, p. 683). Outras mudanças significativas foram a implementação de subdivisões administrativas e judiciais e o aumento da autonomia nas *metropoleis*. Alexandria sediava o sistema judiciário, pois o *dikastérion*, tribunal do prefeito, estava localizado nas dependências do ginásio (GAMBETTI, 2009, p. 81), mas, uma vez por ano, o prefeito deixava Alexandria por cerca de cinco meses, período no qual percorria a província com o objetivo de fiscalizar as contas e de resolver pendências judiciais. Esse circuito de julgamentos era denominado *conventus*, durante o qual o prefeito visitava duas cidades, Pelusa, no Delta oriental, e Mênfis, representando o Médio e Alto Egito. Nessas sessões, o prefeito lidava com os diversos casos e petições apresentadas a ele, sendo auxiliado por vários conselheiros que poderiam incluir juízes (*iudices*), funcionários locais, militares e advogados (*nomikoi*), enfim, indivíduos familiarizados com as instituições romanas, gregas e egípcias (VASQUES, 2005, p. 14; DONADONI, 1983, p. 208).

No intuito de facilitar o controle da província, Augusto dividiu a *chora* em três grandes distritos administrativos — a Tebaida, no Alto Egito; a Heptanômia e Arsinoíte, no Médio Egito, e o Delta, no Baixo Egito — e nomeou três *epistrategoi*, subordinados ao prefeito, para administrá-las (MILNE, 1924, p. 4). Nos nomos, as autoridades principais eram os *strategoi* e os *basilikoi grammateis* (escribas), todavia é importante ressaltar que, se durante o período ptolomaico, o estrategos desempenhava uma função militar e civil, sob os romanos tal magistrado ficava restrito ao âmbito civil, pois as tarefas militares passaram a ser desempenhadas pelo exército romano, subordinado ao prefeito (VASQUES, 2005, p. 14).

O agorânomo supervisionava o mercado da cidade e o ginasiarca presidia o ginásio (VASQUES, 2005, p. 18; JONES, 1998, p. 341).

Todos os cargos de estrategos para baixo foram ocupados, como no período ptolomaico, por gregos locais e, nas funções inferiores, por egípcios helenizados.⁷⁶ Em contrapartida, os romanos fizeram inovações e introduziram escritórios administrativos (*archai*) em grande número nas *metropoleis*. As principais magistraturas eram os *gymnasiarchoi*, os *exegetai*, os *agoranomoi* e os *kosmetai*.⁷⁷ Tais cargos proporcionaram certa autonomia administrativa em âmbito local que, no período ptolomaico, só encontravam equivalentes nas grandes cidades de Alexandria, Náucratis e Ptolemais (BOWMAN, 1996, p. 685-686). Jones (1998, p. 338) aponta que outra inovação no sistema de magistraturas estava relacionada ao tempo de permanência na função — no período ptolomaico, os cargos eram praticamente vitalícios, a administração ptolomaica era centralizadora e os cargos eram remunerados; já com os romanos, a maior parte dos títulos se tornou honorária e os ocupantes eram eleitos por tempo determinado.

Os romanos implementaram também um sistema de liturgias que, na prática, configurava uma imposição de serviço pessoal ao setor público ou até mesmo de contribuições em espécie, baseadas sempre na capacidade financeira do indivíduo (possuir propriedades). O número de tarefas executadas pelos liturgistas era amplo: manutenção de diques, supervisão e irrigação de plantações, coleta e entrega da colheita aos celeiros do Estado, cobrança de impostos, captura de criminosos e fiscalização de obras. O processo de escolha dos liturgistas se dava da seguinte maneira: os escribas, após fazerem uma triagem, enviavam para os *strategoi* listas com o nome de pessoas aptas para exercer a função, ou seja, indivíduos que

⁷⁶ Os cargos administrativos mais altos, como *praefectus*, *iuridicus*, *archidikastes*, *dioecetes*, *idioslogos* e os *epistrategoi* eram exercidos por autoridades romanas, não necessariamente por indivíduos nascidos em Roma, mas que se tornavam romanos do ponto de vista legal, por terem sido agraciados com a cidadania romana, a exemplo do sobrinho de Filo, Tibério Júlio Alexandre, que atuou como *epistratego* e como prefeito, embora fosse de origem judaica.

⁷⁷ O *kosmetes* era um oficial do ginásio que trabalhava em conjunto com o ginasiarca, sendo o responsável da supervisão e organização de eventos dessa instituição (VASQUES, 2005, p. 18).

possuíssem recursos financeiros e que por isso não poderiam reivindicar isenção. Os *strategoí* faziam a conferência das listagens e as remetiam aos *epistrategoí*, que então faziam a seleção por sorteio e nomeavam os escolhidos para exercer a função pelo período de três anos. Findo esse tempo, o processo de recrutamento recomeçava (JONES, 1998, p. 339). No início, as magistraturas e liturgias eram diferentes — a primeira era mais prestigiosa, teoricamente desejável e aberta a eleições para a escolha dos voluntários —, mas, por volta do século II d.C., se tornaram tão onerosas quanto as liturgias, pois as titulações eram caras; além da taxa de investidura, o ocupante tinha que custear as despesas inerentes à competência administrativa do seu cargo e, na “escassez” de candidatos, tais contribuições se tornaram imposições (BOWMAN, 1986, p. 69).⁷⁸

A primeira década de domínio romano no Egito foi marcada pela atenção dedicada por Augusto aos assuntos militares. Havia a necessidade de pacificar a província, suprimir levantes e definir as fronteiras. O primeiro prefeito, Cornélio Galo, foi o responsável por garantir a segurança interna e suprimir rebeliões em *Heroopólis*, no Delta, e também na região da Tebaida. Com o objetivo de demarcar as fronteiras, Cornélio Galo conduziu tropas para o Alto Egito, ao sul da primeira catarata. O segundo cavaleiro a ocupar o cargo de prefeito foi Caio Petrônio, que enfrentou revoltas na capital, Alexandria, e liderou duas expedições militares ao reino de Méroe, que se localizava onde hoje é o atual Sudão. Petrônio conseguiu reconquistar a província de *Dodecachene*, na Baixa Núbia, território que havia sido dos Ptolomeus, mas que foi invadido pelos soberanos de Méroe. O terceiro prefeito,

⁷⁸ Segundo Alston (2002, p. 187), uma das magistraturas mais caras era a do ginasiarca, presidente do ginásio, pois tinha que custear os equipamentos, os jogos e as festas, além de pagar as despesas relativas aos banhos que existiam nos ginásios, como lenha para o aquecimento, limpeza das instalações e óleo para os membros da instituição. Filo relata que uma das queixas de Lâmpon foi a de ter havido prejuízo em seu patrimônio, ao ser forçado a assumir o cargo de ginasiarca de Alexandria (*In Flacc.*, 130).

Élio Galo, liderou expedições para conquistar territórios na Arábia em 26-25 a.C., sem ter obtido êxito na campanha (GRUEN, 1996, p. 148-150).

Essa intensa atividade militar fez com que Augusto implantasse novas medidas. A primeira delas foi dissolver o exército ptolomaico e substituí-lo por forças romanas (FAIA, 2010, p. 13). O Egito passou a ser guarnecido por três legiões, que somavam 15 mil soldados. Inicialmente elas estavam distribuídas em três regiões estratégicas: Alexandria, capital da província; Babilônia, cidade situada no nome de Heliópolis, nas proximidades do canal que fazia a ligação do Nilo com o Mar Vermelho (atual região do Cairo); e, por fim, Tebas, antiga capital do Egito e palco de várias revoltas.⁷⁹ Para auxiliá-las, foram enviadas para a província três alas de cavalaria compostas por 1500 soldados e nove coortes auxiliares, que somavam 5000 homens (VASQUES, 2005, p. 15).

No Egito, como era proibida a presença de legados senatoriais, a estrutura de comando nos acampamentos ficava a cargo do oficial equestre, o *castrorum praefectus*. O comando geral das tropas cabia ao prefeito de Alexandria,⁸⁰ que só perdeu essa prerrogativa na reorganização efetuada por Diocleciano (284-305 d.C.) (MILNE, 1924, p. 12-13). Embora a principal tarefa fosse defensiva, os militares tinham grande integração na vida civil e desempenhavam funções administrativas em obras públicas, como o supervisionamento das atividades em minas e pedreiras

⁷⁹ Com o aumento da segurança interna, Tibério, no ano de 23 d.C., reduziu o número de legiões para duas, que ficaram estacionadas no acampamento romano de Nicópolis, situado nas redondezas de Alexandria. Em 105 d.C., Adriano reduziu as forças romanas no Egito para uma legião (BOWMAN, 1996, p. 687).

⁸⁰ Filo fornece um relato da administração do prefeito Flaco sobre as forças romanas estacionadas no Egito. “Posteriormente, quando ele já tinha estabelecido a lei e a ordem no campo e na cidade, ele passou a concentrar sua atenção nas forças militares, praticando a ordem de batalha e treinando e disciplinando a infantaria, a cavalaria e as tropas ligeiras. Ele ensinou também aos comandantes para não privar os soldados do recebimento de salários, porque se assim fizessem iriam instigar-lhes a bandidagem e o roubo. Ensinou aos soldados a não se intrometerem em assuntos alheios a seu cargo, mas terem em mente que haviam sido nomeados para manter a paz (*In Flacc.*, 5).

no deserto oriental; também atuavam na arbitragem de questões judiciais e, por vezes, trabalhavam na construção de pontes, na manutenção de estradas e na limpeza de canais (JACKSON, 2002, p. 24).

Decerto, um dos maiores impactos causados pela chegada dos contingentes romanos ao Egito esteve relacionado à dissolução do exército ptolomaico, o que foi sentido não só pela elite grega, que perdeu postos de comando, mas também pela população comum, pois gregos, judeus e egípcios que atuavam como soldados perderam seus empregos. O exército romano que operava na região era formado essencialmente por indivíduos recrutados em outras regiões — os habitantes do Egito só poderiam se alistar em coortes auxiliares ou legiões estacionadas em outras províncias (BOWMAN; RATHBONE, 1992, p. 110).

A introdução de um exército permanente representou também uma ruptura com a prática ptolomaica de se utilizarem soldados clerucos. As clerúquias continuaram hereditárias, porém perderam o antigo vínculo militar e, com o passar do tempo, se tornaram propriedades particulares, podendo assim ser negociadas livremente. Normalmente as terras privadas eram geridas pelos seus respectivos proprietários. As terras reais se tornaram terras imperiais e ficaram sob a supervisão de um funcionário, que as arrendava para os “fazendeiros públicos”. Esses indivíduos, por sua vez, podiam cultivá-las diretamente ou arrendá-las a terceiros. As terras sagradas continuaram a existir, pois o sistema templário foi mantido, mas já não formavam grandes extensões como outrora (MANNING, 2003, p. 56; VASQUES, 2005, p. 15).

Sob os romanos, os principais alicerces da economia do Egito continuaram sendo a agricultura e o comércio. A produtividade da terra dependia da inundaçã

anual do Nilo e,⁸¹ por isso, a gestão do sistema de irrigação foi crucial para manter em alta a produção agrícola. Augusto encontrou os diques e canais em estado de abandono e, para resolver esse problema, realizou um amplo trabalho de reparo e manutenção, empregando efetivos públicos e particulares. Nas propriedades privadas (que chegaram ao patamar de quase 50% das terras do Egito em época romana), os proprietários deveriam arcar com recursos próprios na manutenção dos canais que atravessavam seus territórios. Já a manutenção dos diques e canais públicos ficava a cargo dos camponeses por meio de trabalho compulsório. Em alguns casos, até mesmo o exército era utilizado no serviço de desassoreamento dos canais (BOWMAN, 1996, p. 694).

Donadoni (1983, p. 206) aponta que a principal função do Egito era a de abastecer Roma. O comércio de grãos durante o Alto Império foi intenso — acredita-se que, por ano, cerca de 83 mil toneladas de cereais deixavam o Egito em direção à Península Itálica (HAAS, 1996, p. 42).⁸² Sob os romanos, ocorreu um aumento da estabilidade política e econômica que permitiu o crescimento da produção agrícola e das trocas comerciais. Nesse período, a cidade de Alexandria, por centralizar a administração e o escoamento dos produtos, atingiu seu apogeu comercial.

Estrabão faz uma descrição minuciosa do papel preponderante desempenhado por Alexandria no comércio mediterrâneo. Segundo o autor, Alexandria era banhada por dois mares — ao norte, o Mar Egípcio (Mediterrâneo) e,

⁸¹ Filo, ao relatar que os judeus de Alexandria foram privados do acesso a alimentos durante o Conflito de 38 d.C., aborda a questão das cheias do Nilo e da produtividade da terra: “Porque em todos os outros lugares estava cheio de prosperidade e abundância, pois o rio tinha ricamente inundado os campos e as planícies produtoras de cereais haviam produzido com sua fertilidade uma abundante colheita de trigo” (*In Flacc.*, 63).

⁸² O produto agrícola mais cultivado continuou a ser o trigo. Josefo (*B.J.*, 2. 385-389) relata que um terço do trigo que os romanos consumiam vinha do Egito. Bowman (1986, p. 101) realizou uma estimativa do padrão de cultivo na região do Fayum no século II d.C., tomando por base uma propriedade de 1800 *arourae*, onde o trigo era o produto de destaque. Segundo o autor, a produção estaria dividida da seguinte forma: trigo, 55%; cevada, 3%; lentilhas, 11%; feijão, 11%; feno, 2%; ervilhas, 10%; cominho, 0,1%; grama, 0,9%; forrageiras, 4% e pastagens, 3%.

ao sul, o lago Mareótis, local onde desembocavam vários canais do Nilo que ligavam o lago às demais regiões do Egito. Ao tratar do comércio interno, Estrabão enfatiza a grande movimentação do porto localizado no lago Mareótis, pois era por meio dele que a maior parte das mercadorias provenientes da *chora* chegava à capital, fazendo com que esse porto fosse mais pujante que o porto marítimo. Sobre o comércio no Mediterrâneo, o autor declara que as exportações marítimas de Alexandria excediam as importações, fato que, segundo ele, poderia ser percebido até mesmo por não peritos, apenas com a simples observação dos navios mercantes que ancoravam no porto, mais leves quando chegavam e mais pesados quando partiam de Alexandria (*Strab.*, 17. 1. 7). Estrabão finaliza seu relato ressaltando que a localização de Alexandria era a maior vantagem comercial da cidade, pois isso facilitava a integração entre as rotas terrestres e o mar, fator que tornou a cidade o “maior empório do mundo habitado” (*Strab.*, 17. 1. 13).⁸³

Segundo Hadas-Lebel (2012, p. 10-11), os principais produtos exportados via Alexandria eram trigo, papiro, marfim e alguns produtos oriundos da Índia e da Arábia, como seda e aromáticos. As importações eram azeite, mel, vinho, mármore, metais e madeira. A autora observa ainda que, no século I d.C., o volume de intercâmbio marítimo entre Alexandria e a Península Itálica foi tão grande que os viajantes não precisavam esperar muito tempo para conseguir um barco que os levasse ao seu destino. Uma viagem normal entre Alexandria e a Península Itálica

⁸³ Alston (2002, p. 274) realizou um estudo sobre as ocupações urbanas em algumas cidades do Egito. Os papiros utilizados por Alston são oriundos de cidades da *chora*, como *Oxirrínco* e *Hermópolis* e apontam que 25% da população masculina dessas cidades eram comerciantes. Alston enfatiza que a porcentagem não apresenta a realidade, pois grande parte dos papiros não menciona a profissão dos indivíduos, por isso projeta a estimativa de pessoas dedicadas ao comércio para quase 50% da população. Infelizmente poucos papiros foram preservados em Alexandria e por isso não temos estudos sobre a ocupação profissional de seus habitantes, contudo se em cidades da *chora* que não possuíam a mesma importância comercial as cifras eram elevadas, podemos supor que em Alexandria como “maior empório do mundo habitado” o número de habitantes que se dedicavam as atividades comerciais seria no mínimo expressivo.

durava de 18 a 19 dias. Entretanto, em alguns casos, o deslocamento poderia ser mais rápido, visto que navios que saíam da Sicília para Alexandria, se estivessem mais leves e conseguissem ventos favoráveis, levavam de 6 a 7 dias para chegarem ao destino, ao passo que navios oriundos de Puteoli, nas mesmas condições, poderiam completar o percurso em 9 dias.⁸⁴

A questão judaica e o agravamento dos conflitos sociais

A dominação romana foi sentida em todo o Egito e, certamente, com mais ímpeto pelos habitantes de Alexandria. As mudanças ocasionadas na sociedade alexandrina por certo contribuíram para acentuar as diferenças entre os grupos étnicos da cidade e propiciaram a irrupção de violentos conflitos com a comunidade judaica local. Quando os romanos dominaram Alexandria, gregos, egípcios e judeus conviviam em relativa harmonia há séculos; no entanto, esse cenário de coexistência não era perfeito, existia, no campo literário, por exemplo, uma hostilidade de longa data entre os grupos étnicos, caracterizada por rótulos e estigmas, e a existência dessas obras depreciativas demonstram a instabilidade e a fragilidade da organização social da cidade, fatores que se tornaram mais intensos e evidentes sob os romanos (GAMBETTI, 2009, p. 10-11).

Quando os romanos, liderados por César e Augusto, se impuseram sobre as regiões do Mediterrâneo Oriental, acabaram por se envolver com a questão do

⁸⁴ Filo relata, no *In Flaccum*, as vantagens do percurso Roma-Egito favorecidos pelos ventos etésios. O autor “recria” um conselho em que Calígula pede para o rei Agripa evitar fazer a viagem destinada a Síria através de *Brindisium*, mas tomar a rota mais curta por Alexandria esperando os ventos etésios, pois os navios comerciais eram rápidos e os pilotos altamente experientes, mantendo sempre os navios em linha reta e sem desvios de curso (*In Flacc.*, 26).

particularismo judaico. Nesse período (final da República e início do Império), os judeus ainda mantinham seu centro territorial e espiritual na Palestina, embora já estivessem espalhados em grande número por várias partes do Império Romano e até mesmo fora dele.⁸⁵ Numericamente, os judeus representavam de 7% a 8% da população total do Império Romano e, assim como os demais súditos de Roma, atuavam em diversas ocupações e ofícios. Enfim, quase nada os distinguia dos outros povos dominados, exceto o culto. Os judeus apresentavam uma peculiaridade: eram o único povo a professar a crença em um Deus único e eram irreduzíveis nesse aspecto (POLIAKOV, 1979, p. 4).

Os romanos adotavam o sistema de adoração aos deuses cívicos e à pessoa sagrada do imperador. Acreditavam que o bem-estar das populações dependia da boa vontade de suas divindades protetoras. Por isso, respeitavam todos os cultos locais e esperavam que cada povo cumprisse com seus deveres religiosos (SHERWIN-WHITE, 1968, p. 101). No alvorecer do período imperial, os judeus, de modo geral, não se opunham abertamente a Roma, o que propiciava a adoção da tolerância pelos imperadores, reforçada por medidas de proteção aos judeus contra a hostilidade gentílica (SELVATICI, 2006, p. 178).

Uma das características mais marcantes da tolerância romana se refere justamente às diferenças religiosas.

Em Roma, uma das principais expressões de tolerância dizia respeito ao universo das crenças religiosas, o que fazia do Império Romano uma autêntica babel de cultos que se interpenetravam dentro de um processo irresistível de aculturação que não excluía nem mesmo os cristãos e os judeus, a despeito do exclusivismo de suas divindades. [...] Em Roma, sempre que os poderes públicos intervieram na esfera

⁸⁵ Baron (1968, p. 190-191) aponta que a população de judeus, no início do Império Romano, era de oito milhões. Segundo o autor, no I d.C. a população judaica da Diáspora era três vezes maior do que o número de judeus que residiam na Palestina. A comunidade judaica de Alexandria era maior do que a de Jerusalém no período.

religiosa, a preocupação primordial era com a defesa do corpo político (SILVA, 2008, p. 8).

Primeiramente César e depois Augusto estabeleceram o judaísmo como *religio*, isto é, como um culto ancestral legítimo e, por isso, poderia ser praticado sem restrições. O bom relacionamento dos judeus e de seus representantes mais notáveis, como Herodes, o Grande, soberano da Judeia, com Roma também contribuía para a proteção dos judeus residentes na Diáspora (SELVATICI, 2006, p. 178).

Em Alexandria, os judeus estavam há muito estabelecidos. A comunidade judaica local era influente na economia e na vida política da cidade. O bom relacionamento com os soberanos lágidas assegurou para os judeus relativa autonomia cívica e cultural, porém a conquista romana provocou rearranjos sociais, fomentando embates entre gregos, judeus e egípcios. Tais enfrentamentos se intensificaram sob Calígula e, em 38 d.C., eclodiu pelas ruas de Alexandria um violento ataque contra os judeus. Nesse ataque, algumas sinagogas foram incendiadas e outras profanadas com a *dedicatio* de imagens de imperadores (*In Flacc.*, 41-45). Os judeus foram expulsos de suas casas e confinados em um único bairro. A violência foi tão grande que saques, assassinatos e torturas também foram praticados contra os judeus. Flaco, prefeito do Egito na ocasião, tomou partido dos gregos e egípcios, o que acabou conferindo um caráter legal às ações de violência (*In Flacc.*, 54-55).

Em 40 d.C., duas embaixadas foram enviadas a Roma — uma representando os gregos, liderada por Ápio, e outra representando os judeus, liderada por Filo.⁸⁶ O imperador Calígula se posicionou a favor dos gregos, dispensando pouca atenção aos argumentos defendidos pela delegação judaica. Calígula encarregou ainda Petrônio, governador da Síria, de dedicar uma estátua sua no Templo de Jerusalém, gerando mais conflitos com os judeus (*Leg.*, 31. 207). Após a morte de Calígula, ocorreu uma nova revolta em Alexandria. Os judeus passam a retaliar os gregos e egípcios devido aos abusos sofridos. O novo imperador, Cláudio, reprimiu a revolta e restituiu os privilégios que os judeus possuíam em Alexandria, os quais haviam sido abolidos por Calígula, todavia fez claras advertências aos judeus para que não renovassem as hostilidades (*CPJII*, 153).

As fontes antigas que tratam do conflito alexandrino de 38 d.C. são as obras de Filo, *In Flaccum* e *Legatio ad Gaium*; o *Contra Apionem*, de Flávio Josefo; um conjunto de papiros intitulados *Acta Alexandrinorum* e a *Carta* escrita por Cláudio aos alexandrinos. No entanto, apesar da diversidade das fontes, nenhuma delas identifica de forma clara e objetiva os responsáveis pelo ocorrido ou assinala a causa do embate.

Filo foi testemunha ocular da revolta e, na obra *In Flaccum*, divide seus ataques entre o prefeito Avílio Flaco, a elite alexandrina representada pelos líderes Dionísio, Lâmpon e Isidoro, e a multidão,⁸⁷ que incluía gregos e egípcios. Segundo

⁸⁶ Segundo Smith (1974, p. 51), o número de embaixadores variava de 3 a 10 indivíduos com idade mínima de 50 anos em embaixadas oriundas de comunidades helênicas e de 40 anos, de comunidades romanas.

⁸⁷ Segundo Harker (2008, p. 6), era comum que o descontentamento da população alexandrina se manifestasse na forma de tumultos e violência da multidão, imprimindo na população de Alexandria uma reputação de desordenados e indisciplinados, mas, segundo o autor, a multidão de Alexandria não era pior do que a de outras cidades, embora o tamanho e a importância de Alexandria ampliassem os incidentes. Haas (1996, 11-12) argumenta que a violência da multidão alexandrina é um *topos* literário de autores sucessivos e não uma descrição precisa do

Filo, Flaco se aliou à elite grega de Alexandria definida como adutores do povo, líderes de sedição e agitadores da cidade (*In Flacc.*, 20). Após essa aliança política, Flaco, que havia sido durante cinco anos um bom prefeito, se corrompeu, deixando de ser imparcial nos litígios entre gregos e judeus (*In Flacc.*, 24). Em seguida, Filo aponta que o prefeito passou a agir abertamente contra os judeus, de início por meio de leis, decretando os judeus como estrangeiros e suprimindo assim seus direitos políticos e jurídicos (*In Flacc.*, 53-55), depois prendendo e torturando alguns líderes da comunidade judaica (*In Flacc.*, 73-81). Por fim, Filo aponta como participantes da perseguição a multidão amorfa de Alexandria, que incluía egípcios e gregos, grupo definido como ocioso e devotado a enganação, calúnias e difamações (*In Flacc.*, 32-34). Calígula quase não é mencionado por Filo na obra *In Flaccum*, mas se torna o principal culpado das perseguições contra os judeus em *Legatio ad Gaium*. O principal motivo da sua fúria seria o fato de os judeus não o adorarem como um deus (*Leg.*, 44. 353-354).

Josefo, escrevendo uma geração mais tarde, quase não trata do conflito em si.⁸⁸ No entanto, rebate as acusações de Ápio, egípcio helenizado de Alexandria que teve participação pessoal na perseguição aos judeus em 38 d.C. Sobre a motivação do conflito, tanto Filo quanto Josefo mencionam uma antiga hostilidade egípcio-alexandrina contra os judeus,⁸⁹ mas sem aprofundar o assunto (*Ap.*, I, 25. 223; *In*

comportamento social dos habitantes da cidade. Filo, ao tratar da multidão que participou dos ataques aos judeus, não define claramente seus elementos, mas aponta características gregas, ao relatar que parte desse grupamento passava os dias no ginásio, espaço de utilização dos gregos (*In Flacc.*, 33-34), e características egípcias, ao falar da inveja e do rancor ancestral em relação aos judeus (*In Flacc.*, 29). De qualquer forma, nas diversas passagens em que Filo descreve a multidão e seus atos, utiliza adjetivos pouco lisonjeiros como promíscuos, insubmissos, indolentes, desocupados, indisciplinados, desordeiros e violentos (*In Flacc.*, 4; 17; 33; 34; 35; 41; 52; 95; 135).

⁸⁸ Josefo alude de forma sucinta o conflito, relatando que surgiu em Alexandria uma grande divergência entre os judeus e os gregos e que cada grupo enviou embaixadas à Calígula (*A. J.*, 18. 257) mencionando que Ápio acusou os judeus de serem responsáveis pela agitação civil ocorrida na cidade (*Ap.*, II, 6. 68).

⁸⁹ Fontette (1989, p. 16) ressalta que a xenofobia egípcia contra os judeus tem motivações políticas e antiasíáticas, pois os judeus foram confundidos com os hicsos, termo que os egípcios usavam

Flacc., 29; *Leg.*, 18. 120). As diferenças religiosas entre judeus e demais habitantes da cidade (*Ap.*, II, 6. 68-69), bem como a questão dos direitos de cidadania (*Ap.*, II, 4. 38) também são apontados por Josefo como possíveis móveis da revolta.

Os *Acta*, por sua vez, contêm relatos que demonstram o “heroísmo” da elite que frequentava o ginásio de Alexandria frente a imperadores hostis e aliados à comunidade judaica da cidade. Alguns tratam da questão da cidadania (*CPJ* II, 155), outros evidenciam a questão dos judeus e o pagamento da *laografia* (*CPJ* II, 156 c). Se, para Filo e Josefo, os judeus são vítimas, nos *Acta* as vítimas são os gregos de Alexandria. Por fim, a *Carta* de Cláudio tem o objetivo de colocar um ponto final na questão, estabelecendo ordenamentos para cada grupo envolvido, mas sem apontar culpados (*CPJ* II, 153).

Tal indeterminação das fontes deu margem a uma grande discussão a respeito das motivações que culminaram no conflito entre judeus, gregos e egípcios em Alexandria. Conforme mencionamos na “Introdução”, grande parte dos estudiosos que se propôs a analisar o conflito alexandrino de 38 d.C. concentrou seus esforços, quase que de modo exclusivo, em detectar as causas do embate. Pasquino (1998, p. 227-228), ao tratar do conceito de *conflito*, pondera que, em última análise, é difícil identificar as causas específicas de um conflito, pois ele é ínsito no corpo social, ou seja, faz parte da configuração da sociedade. Todas as sociedades produzem de maneira constante antagonismos que não nascem de forma casual e muito menos podem ser eliminados de modo arbitrário.

para designar de forma global os invasores orientais. Shäfer (1997, p. 121-135) relaciona a hostilidade egípcia contra os judeus ao contexto da guarnição judaica em Elefantina, pois o fato de os judeus terem cooperado com os dominadores persas não foi bem visto pelos egípcios. Quando Cambises invadiu o Egito em 525 a.C. e derrotou o faraó *Psamético* III, os templos egípcios foram destruídos pelos persas, mas o templo judaico foi poupado.

O conflito alexandrino de 38 d.C. explodiu de forma inesperada e repentina. Foi o resultado de circunstâncias especiais que se acumularam e se combinaram de forma peculiar em dado momento. As razões são diversas: disputas políticas, sociais e econômicas, intensificadas com a chegada dos romanos; ressentimentos antigos entre os grupos populacionais envolvidos; diferenças culturais e religiosas e a acentuada importância dada por Calígula ao culto imperial. Enfim, uma gama de fatores que não são excludentes entre si, mas, a nosso ver, complementares. Porém, o enfoque que determinados autores colocam sobre um ou outro motivador de revolta pode resultar em diferentes explicações.

Josefo e Filo evidenciam a questão das diferenças religiosas e do culto imperial ao tratar das perturbações sociais em Alexandria. Josefo relata:

Ápio toma também motivo de nos censurar, por não termos estátuas e figuras dos imperadores, como se esses príncipes pudessem ignorá-lo e tivessem necessidade de ser avisados disso. Ele deveria ao invés disso ter admirado a magnanimidade e a moderação dos romanos em não obrigar os seus súditos a transgredirem suas leis ancestrais [...] (*Ap.*, II, 6. 73).

Filo aponta que a multidão ociosa, sempre em busca de criar confusão e tumulto, se aproveitou das pretensões de Calígula de ser adorado como um deus para profanar as sinagogas.

[...] Eles [multidão] gritavam, como se com uma única boca, que se deveria erguer estátuas nas sinagogas, propondo assim uma violação de direitos sem precedentes. E eles [multidão] sabiam disso, pois são muito agudos em sua maldade, e astutamente usaram o nome de César, para o qual seria ilícito atribuir qualquer ação censurável (*In Flacc.*, 41-42).

Na obra *Legatio ad Gaium*, na qual as invectivas contra o imperador são mais fortes, Filo aponta a perseguição de Calígula aos judeus em relação ao culto como sendo a “causa da cruel guerra feita ao nosso povo” (*Leg.*, 17. 119).

Os judeus outrora tão felizes vieram também a sentir os deploráveis efeitos, porque ele [Calígula] os considerava como os únicos capazes de se oporem aos seus desígnios, porque desde a infância aprenderam de seus antepassados, por uma constante tradição e ainda mais por suas santas leis, que existe um só Deus, criador do céu e da terra (*Leg.*, 16. 115-116).

Alguns autores, como Poliakov (1979) e Balsdon (1968), tomando por base algumas passagens das obras de Josefo e Filo, como as que foram citadas acima, apontam o monoteísmo da religião judaica e suas implicações sociais como os principais geradores de contendas entre judeus e gentios. Segundo Poliakov (1979, p. 6 -7),

[...] o culto, por ser diferente de todos os outros, prescrevia imperiosamente um certo número de deveres, em oposição formal com as práticas universalmente válidas para todos os outros súditos de Roma. Diante da irredutibilidade judaica [...], os romanos [...] chegaram rapidamente a um número de compromissos [...]. Estes privilégios constituíram de fato outras tantas fontes de inveja e possíveis conflitos, sobretudo nas grandes cidades do Oriente, de população extremamente mesclada.

Não subestimamos a importância dos aspectos culturais e religiosos como um dos móveis do conflito, o que fica evidenciado no extenso número de estigmas lançados por gregos e egípcios contra os judeus, assunto que trataremos no próximo capítulo, embora acreditemos que somente tais aspectos sejam insuficientes para explicar as turbulências sociais de Alexandria. Apesar dos sinais evidentes das diferenças religiosas entre os grupos envolvidos, existia também uma base cultural comum, pois os adversários habitavam a mesma cidade e falavam a

mesma língua. Em circunstâncias “normais”, a diversidade religiosa não tinha sido a causa real de tensões, conquanto, em alguns momentos, tenha sido o meio pelo qual as tensões sociais foram expressas (BOWMAN, 1986, p. 179). Clímaco (2009, p. 278) argumenta que foram as questões políticas e sociais as responsáveis por tornar as diferenças religiosas mais evidentes e acabaram por resultar em problemas maiores.

Hadas-Lebel (2012, p. 48) aponta que a origem do conflito surgiu na transferência do poder político dos Ptolomeus para os romanos, já que o fato de os judeus terem ajudado os romanos, ou seja, terem negociado prontamente com os invasores de Alexandria, desencadeou as perseguições. Tal ato era interpretado pela elite grega da cidade como uma “traição”. Josefo menciona brevemente o governo de Cleópatra VII e, embora não esclareça qual o papel dos judeus na queda da rainha, acusa Cleópatra de perseguição e adota uma posição pró-romana.

Quando ele [Ápio] fala também da última Cleópatra, a última rainha dos alexandrinus, ele nos dá toda a culpa, em vez de condenar sua ingratidão para conosco e de reconhecer que não há males que aquela princesa não tenha feito aos seus maridos [...] e a todos os romanos em geral e em particular aos imperadores, aos quais devia inúmeros favores. [...]. Não temos, pois, motivos de nos vangloriarmos, de que Ápio nos censure, de que durante tão grande carestia ela [Cleópatra] recusou vender trigo aos judeus [...] Nós podemos também mostrar por meio de decretos do Senado e por cartas de Augusto qual sua estima por nós [judeus] e sua satisfação pelos nossos serviços (*Ap.*, II, 5. 56-61).

Os primeiros contatos dos judeus com os romanos, em solo egípcio, foram essenciais para a manutenção de alguns privilégios judaicos em Alexandria. Os judeus não foram hostis aos romanos e, desde o final do período ptolomaico, demonstravam claramente seu apoio às autoridades romanas em campanha no Egito. Josefo faz menção a dois episódios em que os judeus auxiliaram os exércitos

de Roma ainda sob os Ptolomeus. O primeiro ocorreu em 55 a.C., quando Gabínio, legado de Pompeu, realizou uma investida contra os egípcios com o objetivo de devolver o trono do reino a Ptolomeu Auletes, que havia sido expulso do reino. Gabínio teve seu deslocamento facilitado pela cidade de Pelusa, ponto estratégico situado no Delta do Nilo e que era defendido por uma guarnição judaica. Pompeu teria sido aconselhado por Herodes Antípatro, avô de Herodes, o Grande, a enviar Gabínio ao Egito por Pelusa (A.J., 14. 98-99). O segundo episódio sucedeu em 48/47 a.C., quando Júlio César, ao tomar o partido de Cleópatra VII na guerra alexandrina, foi sitiado em Alexandria. Nessa batalha, os judeus da cidade apoiaram César e esquadrões judaicos auxiliaram Mitrídates de Pérgamo na invasão de Alexandria (A.J., 14. 127-132).

Ao contrário dos gregos alexandrinos, os judeus (ao menos a maioria deles) não tinham grandes pretensões políticas e se contentavam em praticar sua religião. O apoio tributado aos romanos, mesmo que censurado pelos gregos, foi fundamental para a manutenção de alguns benefícios, como o direito de construir novas sinagogas, recolher impostos e doações para o Templo de Jerusalém, reunir-se no sábado e nos dias festivos e, em alguns casos, a aquisição de novos benefícios, como a dispensa do culto imperial (FAIA, 2010, p. 15; SELVATICI, 2006, p. 192).

De todos os privilégios judaicos, o que causava maior indignação aos gregos de Alexandria era o fato de os judeus possuírem uma gerúsia (conselho de anciãos), oficialmente reconhecido por Augusto, como órgão político estabelecido para regular os assuntos internos da comunidade judaica, enquanto os gregos não dispunham de uma *boulé*. Os judeus de Alexandria foram governados por um *etnarca* (magistrado que possuía funções civis e judiciais) até 10/11 d.C., quando então, sob o governo

do prefeito Magno Máximo, Augusto procedeu a uma reorganização administrativa, instituindo um conselho composto por 71 anciãos para gerir a comunidade judaica da cidade (VAN DER HOST, 2003, p. 168; TCHERIKOVER, 1959, p. 301-302).⁹⁰ Os gregos de Alexandria também possuíam um conselho de anciãos composto por 173 membros (ex-magistrados da cidade). No entanto, a *boulé*, que daria maior autonomia administrativa aos gregos, foi suprimida, apesar das constantes petições aos imperadores para o seu estabelecimento (BOWMAN; RATHBONE, 1992, p. 115-116).⁹¹

De fato, a elite judaica de Alexandria possuía um melhor relacionamento com os romanos do que com a elite grega local. Um exemplo é a família de Filo — seu pai havia sido cidadão romano, seu irmão Alexandre, o *alabarca*, foi procurador de Antônia Menor, filha de Marco Antônio e mãe de Germânico e Cláudio. O sobrinho de Filo, Tibério Júlio Alexandre, tornou-se uma figura proeminente em Alexandria e em Roma. Tibério foi *epistratego* na Tebaida em 42 d.C., governou a Judeia entre 46-48 d.C., foi prefeito do Egito sob Nero (68-69 d.C.), comandante de Tito na Guerra da Judeia, em 71 d.C., e prefeito do Pretório em Roma. (FAIA, 2010, p. 10). Em contrapartida, Filo destaca escaramuças contra a elite grega de Alexandria e suas organizações, como os *synodoi*. Para Filo, os gregos eram um grupo de inconsequentes e agitadores da multidão (*In Flacc.*, 20). O autor também deixa claro

⁹⁰ Sobre a organização judaica de Alexandria, Filo relata que o conselho havia sido nomeado por Augusto, “salvador e benfeitor” para cuidar dos “assuntos” dos judeus depois da morte do *etnarca* (*In Flacc.*, 73). Segundo Josefo, o *etnarca* se equivaleria ao “chefe de um Estado soberano”, e suas principais funções eram governar o povo e julgar as questões, além de supervisionar contratos e ordenanças (*A.J.*, 14. 117).

⁹¹ Segundo Harker (2008, p. 5-6), muitos alexandrinos acreditavam que a *boulé* lhes permitiria exercer um grau de controle sobre as lutas internas entre famílias rivais, pois, por meio da pressão dos pares, se evitaria que as famílias mais influentes manipulassem os prefeitos para monopolizar escritórios, o que permitiria um acesso mais amplo às magistraturas importantes e diminuiria a necessidade de intervenção romana em assuntos cívicos.

que a ideia original de atacar os judeus de Alexandria partiu de membros da elite grega da cidade (*In Flacc.*, 21-22).

As mudanças produzidas na estrutura social pela chegada de um novo elemento, os romanos, contribuíram para o acirramento do conflito entre gregos, judeus e egípcios, pois alteraram uma configuração social estabelecida há séculos, provocando uma maior disputa entre os grupos sociais para a manutenção de direitos antigos e até mesmo para a obtenção de novos. Pasquino (1998, p. 225) define o conceito de *conflito* como um modelo de interação entre indivíduos, grupos, organizações e coletividades que combatem entre si para obter o controle e a distribuição de recursos escassos, ou seja, não disponíveis a todos. Normalmente, esses recursos são identificados como poder, riqueza e prestígio social. No período ptolomaico, os gregos ocupavam o primeiro escalão da sociedade, assegurando para si os melhores cargos na burocracia e no exército. Entretanto, sob Augusto, os romanos tiveram a primazia, rebaixando os gregos, que, do ponto de vista administrativo, passaram a ocupar uma esfera secundária. Segundo Vasques (2005, p. 16), a sociedade egípcia foi dividida em três categorias jurídicas: *cives romani* (cidadãos romanos); *cives peregrini* (cidadãos das *póleis* de Alexandria, Náucratis, Ptolemais e, depois, Antinoópolis); e *peregrini Aegyptii* (não cidadãos).

Os cidadãos romanos do Egito, apesar de serem portadores dos mesmos direitos e privilégios, não formavam um agregado homogêneo e sua definição como grupo social se pautava mais por questões de cunho político e administrativo do que por origem étnica. A identidade romana se dava por carreira ou escolha, abrigando indivíduos proeminentes de diversas etnias, como gregos, judeus e egípcios helenizados. No Egito, o corpo de cidadãos romanos era composto, em sua maioria, por funcionários oriundos de outras regiões, que vinham para a província ocupar

cargos na alta e média administração; por gregos com cidadania romana, principalmente os membros da elite de Alexandria e das grandes *metropoleis* da *chora*; e por militares, soldados veteranos que, no século I d.C., foram recrutados em sua maior parte nas províncias do Oriente. Uma vez agraciado com o título de cidadão, o indivíduo estava sujeito às práticas legais romanas (contratos, casamentos, testamentos), pois a cidadania romana extinguiu os direitos e obrigações do novo cidadão perante a sua comunidade local (LOBIANCO, 2006, p. 53-54; BOWMAN, 1986, p. 127).

O sistema tributário

Augusto implementou uma ampla reforma no sistema tributário ptolomaico. A primeira mudança foi a criação de um sistema direto de cobrança, freando assim a ação dos publicanos. Membros das comunidades locais eram designados para o serviço obrigatório de coletores (*laographoi*) e eram supervisionados por funcionários do Estado. As cobranças eram bem executadas — afinal, se fosse constatada a negligência por parte dos responsáveis pela cobrança, eles deveriam arcar com o prejuízo causado (BOWMAN, 1986, p. 75-76; GOODMAN, 1997, p. 270-271).⁹²

⁹² Segundo Filo, os coletores de impostos tinham que prestar conta da receita anual perante seus superiores, por isso eram violentos na cobrança, torturando, batendo e insultando até mesmo os familiares dos devedores — que por vezes fugiam — com o objetivo de conseguir informações sobre o paradeiro dos devedores fugitivos ou até mesmo o pagamento da dívida por parte dos familiares dos endividados (*De Specialibus Legibus*, III, 30. 159-163).

A tributação no Egito romano pode ser dividida em *tributum soli* (imposto sobre a terra) e *tributum capitis* (imposto sobre o indivíduo). A taxa sobre a terra atingia propriedades privadas. O montante das taxas era determinado de acordo com um levantamento fundiário revisado anualmente, pois a produção agrícola dependia de fatores climáticos, como chuvas e inundações do Nilo. No geral, durante o Principado, o *tributum soli* representava cerca de 10% da produção. Além desses dois impostos, existiam outras pequenas imposições (*merismoí*), tais como taxas de comércio; impostos sobre banhos; diques, propriedade de animais e encargos sobre vendas e transferências de propriedades. Grande parte do dinheiro e dos produtos arrecadados seguia para Roma e uma parte menor ficava na província, para custear as tropas e a burocracia (BOWMAN, 1996, p. 690-691).

Sem dúvida, a grande inovação fiscal romana e a que mais gerou “turbulências” na sociedade foi a introdução do *tributum capitis*, na forma de contribuição anual, que no Egito foi chamada de *laografia*.⁹³ Esse tributo recaía sobre todos os homens adultos, incluindo os escravos, entre os 14 e os 60 anos. Essa tributação era atrelada a critérios que se baseavam na origem étnica dos indivíduos, no grau de helenização e no local de residência, ou seja, em grandes centros urbanos (Alexandria, Náucratis, Ptolemais e capitais de nomos) ou em aldeias da *chora*. Algumas categorias da sociedade egípcia foram isentas de cobrança: cidadãos romanos; cidadãos de Alexandria, ou seja, aqueles que comprovassem a ascendência grega, o antigo vínculo com a cidade e a inserção nos círculos culturais helenizados, como a participação no ginásio; e, por fim, alguns titulares de cargos oficiais e alguns sacerdotes egípcios. Uma posição intermediária foi criada para abarcar os gregos e demais habitantes helenizados de outras *póleis*

⁹³ *Laos*: termo técnico que designava a população que pagava imposto; *laografia* eram os inscritos no *laos*.

(Náucratis, Ptolemais e capitais de nomos) — os que se enquadravam nessa categoria pagavam o imposto com o valor reduzido (BOWMAN; RATHBONE, 1992, p. 112; CLÍMACO, 2007, p. 43-44). Os demais habitantes do Egito, a maioria da população, diga-se de passagem, foi reunida em um grupo heterogêneo designado simplesmente como *Aigyptioi* e sujeito a maiores cobranças (BOWMAN, 1996, p. 696).

Em Alexandria, o pagamento da *laografia* agravou as tensões sociais entre gregos, judeus e egípcios. Para facilitar a administração da cidade, Augusto precisou criar uma elite favorável a Roma e, então, privilegiou os gregos em detrimento dos elementos de outras etnias. Para estabelecer de forma mais clara a separação entre gregos e não gregos, os romanos adotaram um critério de etnicidade baseado na ascendência dos indivíduos e em sua participação na instituição do ginásio (PINSKY, 1971, p. 117). Segundo Vasques (2005, p. 17), os romanos utilizaram três critérios para “medir” o grau de helenização e assim definir quem eram os gregos: possuir propriedade fundiária, residir no recinto urbano e possuir educação grega, ou seja, ter frequentado o ginásio e a *efebeia*.

Para estabelecer um sistema de cobrança de imposto baseado nesses critérios, era necessária a realização de um censo provincial, um registro preciso com as informações da população (quem se enquadraria como isento ou não),⁹⁴ o que facilitaria a cobrança dos tributos por parte da administração. No Egito, com a chegada dos romanos, foram realizados censos em intervalos de 7 anos, mas a partir de 34 d.C. os intervalos entre os censos passaram a ser de 14 anos, o que

⁹⁴ Apesar da evidente ligação com a cobrança de impostos, essa não era a única função dos censos; se assim fosse, não haveria a necessidade de incluir nas listagens grupos e indivíduos isentos da *laografia*, como romanos, mulheres, crianças e homens em idade avançada (BAGNALL; FRIER, 1994, p. 27).

coincidia com a idade mínima do pagamento da *laografia* (BAGNALL, FRIER, 1994, p. 1-2). As declarações censitárias eram feitas casa a casa e cada agregado familiar fazia o registro em seu domicílio legal. Da lista, deveriam constar a quantidade de membros da família, incluindo escravos e hóspedes, seus respectivos nomes, filiação e idade. Nas grandes cidades, o censo era mais completo, visto que incluía também o “estado civil” dos indivíduos, suas profissões e até mesmo descrições físicas, como cicatrizes (VASQUES, 2005, p. 20; BAGNALL, FRIER, 1994, p. 22-24).

Apesar de residirem em Alexandria desde a fundação da cidade e de terem seus direitos reconhecidos tanto no período ptolomaico quanto sob os romanos, poucos judeus de Alexandria possuíam de fato a cidadania local, que os isentava do pagamento da *laografia*. Como a maior parte da comunidade judaica da cidade possuía o *status* de estrangeiros com direito de residência, estava sujeita ao tributo. Esse imposto atingia os judeus de duas formas: em primeiro lugar, tornou-se um fardo financeiro,⁹⁵ porquanto representava um novo encargo; em segundo lugar, evidenciava uma degradação pessoal, dado que a *laografia* igualava os judeus aos estratos sociais mais baixos da população.⁹⁶ Isso não era bem visto, principalmente para aqueles judeus de condição financeira e social mais elevada, os quais, mesmo conservando alguns costumes ancestrais, eram participantes de uma cultura helenizada e estavam em busca de ampliação de seus direitos políticos. Para esse grupo, ser equiparado aos egípcios era um retrocesso (TCHERIKOVER, 1959, p. 311; PINSKY, 1971, p. 117).

⁹⁵ Conforme alguns recibos de pagamento da época de Nero (54-68 d.C.), o valor da *laografia* era de 16 *dracmas* por pessoa (MILNE, 1924, p. 122).

⁹⁶ O *Acta* (CPJ, II, 156 c) trata de um julgamento envolvendo Isidoro, um *ginasiarca* de Alexandria. Isidoro acusa os judeus da cidade de não possuírem a mesma “natureza” dos alexandrinos, mas de estarem mais próximos dos egípcios e, para justificar seu argumento, Isidoro faz a seguinte indagação ao rei judeu Agripa: “Eles [judeus] não estão no mesmo nível que aqueles que pagam a *laografia*?”.

A partir da chegada dos romanos (30 a.C.), a questão da posse da cidadania alexandrina passou a ser objeto de disputa, porquanto possuir tal *status* deixou de ser apenas um privilégio honorário que permitia a participação na vida pública da cidade, passando a implicar diretamente a incidência de impostos, como a *laografia*. Os habitantes foram divididos em categorias jurídicas nas quais romanos e gregos eram privilegiados em detrimento dos outros componentes da população, causando um recrudescimento das diferenças entre os grupos étnicos de Alexandria (TCHERICOVER, 1959, p. 311).

Segundo Elias e Scotson (2000), em sociedades marcadas por disputa e por relações desiguais de poder, os grupos sociais mais antigos e coesos são os que controlam os diversos *loca* de poder ou se beneficiam deles. Esse grupo dominante (*estabelecidos*) dita as regras sociais, os costumes e os valores aos grupos em posição inferior (*outsiders*). Na sociedade alexandrina, os romanos e os gregos (mesmo tendo perdido a primazia para os romanos) cumpriram o papel de *estabelecidos*, pois, por meio de marcas que validavam seu poder, como autoridade, tradição e influência, ditavam as normas morais e sociais para os grupos tidos por *outsiders*, ou seja, aqueles grupos que estariam fora do *establishment*, entre os quais os judeus. Essa situação só se torna possível mediante o controle das instituições políticas, econômicas e sociais e da exclusão dos *outsiders* desses nichos de poder. Os grupos *outsiders* não aceitam a configuração social imposta e exercem pressões tácitas ou até mesmo agem abertamente no sentido de reduzir os diferenciais de poder tidos por responsáveis por sua situação inferior. Os *estabelecidos*, por sua vez, fazem a mesma coisa em prol da preservação ou até mesmo do aumento desses diferenciais, aumentando os conflitos (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 37).

Alguns judeus, apesar de não abrirem mão de suas particularidades culturais e religiosas, passaram a buscar a ampliação de seus direitos políticos e tentar obter o acesso à cidadania, fato que provocou por parte dos gregos uma reação de hostilidade. Afinal, não aceitavam repartir os mesmos direitos civis com um grupo que, apesar de manter hábitos particulares, já havia sido agraciado com isenções pela administração romana (SELVATICI, 2006, p. 180). Tal questão fica evidente na indagação feita por Ápio, cidadão de Alexandria e reproduzida por Flávio Josefo: “Mas, diz Ápio, se os judeus são cidadãos de Alexandria, por que eles não adoram os mesmos deuses que os alexandrinos?” (*Ap.*, II, 6. 65). Embora tenham existido judeus que abandonaram sua religião e se tornaram cidadãos (como o sobrinho de Filo, Tibério Júlio Alexandre), a grande maioria da comunidade judaica não estava disposta a tanto.

Sob os romanos, passou a existir um maior controle social para evitar que não gregos (entre eles os judeus) tivessem acesso ao ginásio e à *efebeia* e conseguissem alcançar a cidadania local, ficando, assim, isentos da *laografia*. A superioridade dos gregos estava baseada na sua coesão interna e no que Elias e Scotson (2000, p. 20) chamam de “carisma grupal”, um conjunto de virtudes compartilhadas por seus membros (educação, cultura superior) e que faltam nos outros grupos.⁹⁷ A exclusão e estigmatização dos judeus por parte dos gregos eram armas poderosas para que estes preservassem sua identidade e afirmassem sua superioridade, mantendo aqueles em seu devido lugar. Um papiro, datado de 20/19 a.C., relata uma audiência entre Augusto e um porta-voz de uma embaixada alexandrina, que exprime o desejo de seus conterrâneos de possuírem uma *boulé*. O embaixador alexandrino aponta algumas funções que seriam desempenhadas por

⁹⁷ Segundo Veyne (2009, p. 80), os gregos, mesmo subjugados, se sentiam superiores em relação aos romanos, que eram tidos como estrangeiros.

esse conselho, entre as quais seria manter a comunidade grega “imaculada”, evitando a infiltração de pessoas oriundas de outros grupos étnicos.

Vou apresentar, em seguida, que o Conselho vai fazer com que nenhum daqueles que são susceptíveis de matrícula para a votação de imposto diminuam as receitas por serem inscritos nos registros públicos junto com os *epheboi* de cada ano, e ele [conselho] vai cuidar de que [...] o corpo de cidadão puro de Alexandria não seja corrompido por homens que são incultos e iletrados (*CPJ* II, 150).

Apesar de o papiro em questão não se referir de forma explícita a um grupo social ou étnico, aponta que muitas pessoas que deveriam pagar impostos, possivelmente judeus e egípcios, visto que a “falta de cultura” era um estigma corrente lançado contra eles,⁹⁸ estavam sendo inscritas na *efebeia*, uma instituição grega. Isso diminuía a arrecadação de impostos, ou seja, prejudicava os romanos e ainda “contaminava” o corpo “puro” de cidadãos.

Outro papiro, do ano 5/4 a.C., torna mais clara a relação entre cidadania e pagamento de impostos. O *CPJ* II 151 cita uma petição, dirigida ao prefeito Caio Turrânio (7-4 a.C.), cujo autor é Helenos, um judeu, filho de Trifão. O motivo da queixa seria uma injúria feita contra Helenos por *Horos*, um oficial financeiro. A sua principal reclamação é o fato de ter sido forçado pelo oficial (*oikonomos*) a pagar o imposto (*laografia*), mesmo sendo filho de um cidadão de Alexandria, de residir na cidade, de ter desfrutado de uma “educação adequada” (*paideia*) e, além de todos esses fatores, o fato de ele já ter mais de sessenta anos, ou seja, idade que lhe garantia a isenção do imposto. Ele se concebia um cidadão de Alexandria, porém, aos “olhos” dos representantes do Estado, não possuía tal *status*. O papiro não foi

⁹⁸ Segundo Josefo, Ápio acusa os judeus de não produzirem “homens notáveis, como inventores nas artes ou intelectuais excepcionais. E ele enumera Sócrates, Zeno, Cleanto e outros. Então, a coisa mais incrível, ele se coloca entre aqueles que lista e felicita Alexandria por tê-lo como cidadão” (*Ap.*, II, 12. 135).

escrito por esse judeu, e sim por um escriba. O aspecto que mais chama a atenção foi o fato de ele se denominar “um alexandrino”, mas o escriba riscou o título sugerido por ele e o substituiu por um que corresponderia melhor à situação jurídica do requerente: “judeu de Alexandria”. Segue o texto do papiro.

Para *Gaius Turranius*, de Helenos, filho de *Tryphon*, um alexandrino (cancelado), um judeu de Alexandria. Mais poderoso governador, embora meu pai fosse um cidadão de Alexandria, e eu tenha sempre vivido aqui, recebendo a educação adequada, tanto quanto os meios de meu pai permitiram, eu corro o risco não só de ser privado do meu território nativo, mas também ... Pois aconteceu que *Horos*, o administrador público, ... do mês *Tyfi*... forçosamente... do *efebato*... César... escrito... sondagens de impostos... o mês *Mecheir*... o tempo restante para o pagamento de imposto devido ao limite de idade de sessenta. Rogo-vos, salvador de tudo, para não rejeitar meu apelo, desde que não fui perturbado, quer pelos primeiros governadores ou por você... (CPJ II, 151).

Apesar do estado fragmentário e lacunar do papiro, é possível perceber que os assuntos principais se referem ao pagamento do imposto (*laografia*), a alguns critérios relativos à cidadania da cidade (ser filho de cidadãos, residir em Alexandria, possuir uma educação grega, ter recursos) e ao estatuto jurídico dos judeus alexandrinos.

A questão da busca da cidadania mediante a inserção em círculos gregos por parte dos grupos considerados “inferiores” continuou vigente, acentuando as situações de conflito. A curto e médio prazo, um conflito pode ser sufocado ou desviado, mas a sua resolução plena é rara, pois, para tal, teria que se eliminar as tensões e os contrastes que o originaram. Nessa perspectiva, a tentativa mais frequente de se resolver um conflito é a de regulamentá-lo, ou seja, estabelecer regras aceitas/impostas aos participantes na tentativa de controlar as forças envolvidas e de garantir respeito às conquistas alcançadas, evitando, dessa forma, ao menos por um tempo, novos conflitos (PASQUINO, 1998, p. 228). Tal atitude

normativa foi tomada por Cláudio, conforme fica demonstrado na carta enviada aos alexandrinos.

Sobre os pedidos que vocês [embaixada grega] fizeram a mim, a minha decisão é esta. Para todos aqueles que tenham sido registrados como *epheboi* até o tempo do meu principado eu garanto e confirmo a sua cidadania alexandrina com todos os privilégios e benefícios usufruídos pela cidade, com exceção de alguns que, embora nascidos de pais escravos, fizeram seu caminho na *efebeia* [...]. No que diz respeito à responsabilidade pelos distúrbios e tumultos, [...] eu não quis fazer uma investigação exata, mas abrigo dentro de mim uma indignação imutável contra aqueles que renovaram o conflito. Simplesmente digo que se não pararem com esta destrutiva e obstinada inimizade mútua, vou ser obrigado a mostrar o que um governador benevolente pode se tornar quando movido por justa indignação [...] conjuro os alexandrinos a comportar-se suavemente e gentilmente para com os judeus que habitam a mesma cidade por muitos anos, e não desonrar qualquer de seus costumes em sua adoração de seu deus, mas permitir-lhes manter suas maneiras, como fizeram no tempo do deus Augusto e como agora, depois de ouvir ambos os lados, confirmo. Os judeus por outro lado, ordeno não buscar mais privilégios do que já tiveram anteriormente, [...] e não se intrometer em jogos presididos pelos *gymnasiarchoi* e os *kosmetai*, uma vez que já desfrutam do que é seu, e participam de uma grande abundância de vantagens numa cidade que não é sua [...]. Se [gregos e judeus] desistirem de suas ações atuais e estiverem dispostos a viver com gentileza e bondade um com os outros, eu, de minha parte, vou cuidar da cidade [...] (CPJ II, 153).

Na passagem, Cláudio demonstra seu poder, pois, como imperador, desempenhava o papel de legislador, de juiz e de executor supremo, ou seja, estava acima dos grupos envolvidos, e desobedecê-lo seria catastrófico para todos os habitantes de Alexandria, ao passo que a obediência traria benesses. O objetivo de Cláudio foi finalizar o conflito, tanto que ele não se preocupou em estabelecer culpados, afinal uma investigação aprofundada daria uma sobrevida ao embate. O imperador também estabeleceu as regras a serem observadas, traçando diretrizes a serem seguidas por gregos e judeus. Em relação às orientações dadas para cada grupo, podemos perceber a questão da identidade, pois aos alexandrinos foi

ordenado o respeito em relação aos costumes judaicos, sobretudo na esfera religiosa; quanto aos judeus, o imperador deixou claro que, embora habitassem há longo tempo em Alexandria possuindo privilégios, a cidade não era deles, e ordenou que os judeus se afastassem dos círculos helenizados, a exemplo do espaço do ginásio.

ESPAÇO E VIOLÊNCIA: A CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES EM ALEXANDRIA

A marcação da diferença por gregos, judeus e egípcios

Filo define a cidade de Alexandria com o termo “*polipólis*” (*In Flacc.*, 163), ou seja, uma cidade múltipla, habitada por diversas etnias, que, apesar de conviverem em um mesmo espaço físico desde longa data, conseguiram preservar muito de suas tradições, mantendo costumes e hábitos que demarcavam e evidenciavam as diferenças étnicas. A partir da conquista de Augusto, o Estado romano, além de promover uma reestruturação nos âmbitos políticos e econômicos do Egito como um todo — mas, em especial, de Alexandria — procedeu também, por meio da *laografia* — cobrança de imposto que beneficiava determinados grupos étnicos, como os gregos —, a uma reorganização identitária, modificando uma matriz sociocultural estabelecida há séculos, o que contribuiu para revitalizar antigos rancores e criar, dessa forma, um “solo fértil” para agitações sociais.

Alexandria tornou-se palco de uma luta de identidades, demonstrado nos escritos de Filo quando o autor divide o mundo social do qual fazia parte em dois blocos díspares: “O que fez então o governador da região? Ele sabia que a cidade [...] tem dois grupos de habitantes, nós e eles” (*In Flacc.*, 43). Filo separa o meio social em duas ordens distintas e categoriza os habitantes de Alexandria. Segundo Goffman (1988, p. 5), a sociedade estabelece formas de categorizar as pessoas e de criar hierarquias. É por meio da diferenciação social que essas classificações da diferença são vividas nas relações entre os indivíduos e os grupos. O processo de classificação é central na vida social e as principais formas de classificação são as

que dividem a estrutura social em torno de oposições binárias, como locais/forasteiros, masculino/feminino, branco/negro, nós e eles (SILVA, 2000, p. 82; WOODWARD, 2000, p. 12-14).

A identidade é relacional e marcada pela diferença. Ambas são processos de interação social, por isso estão sujeitas a vetores de força e a relações de poder. Elas não convivem de forma harmoniosa, mas são disputadas. Filo emprega um sistema de classificação baseado na diferença, que é aquilo que separa uma identidade da outra, pois estabelece fronteiras. A demarcação de fronteiras — essa separação — supõe e, ao mesmo tempo, afirma e reafirma as relações de poder (SILVA, 2000, p. 82). A identidade de um indivíduo ou grupo é construída na interação social e na evidenciação de oposições e contrastes. A definição do que é normal depende, antes de tudo, da definição do que é anormal e, por isso, são as diferenças que permitem o reconhecimento de uma pessoa como dessemelhante e integrante de determinado grupo (SILVA, 2000, p. 83-84; WOODWARD, 2000, p. 39).

O Conflito de 38 d.C. envolveu três grupos étnicos (gregos, egípcios e judeus), distintos em muitos aspectos, principalmente no que dizia respeito às tradições e aos costumes.⁹⁹ Conforme ressaltamos, a identidade é aprendida por meio da diferença, diferença essa que era ensinada a gregos, judeus e egípcios desde tenra idade. Cada grupo procurava manter vivo seus marcos identitários, quer os gregos, que aprendiam no ginásio o treinamento cultural, cívico e político (SMITH, 1974, p. 108-110), quer os egípcios, que desde cedo eram educados no que Filo (*Leg.*, 26. 166) chama de “erro abominável que os fazia adorar como deus

⁹⁹Josefo aborda a questão das diferenças culturais ao relatar que “é sabido que as nossas leis estão em desacordo não só com os gregos, mas particularmente com egípcios e outros” (*Ap.*, II, 8. 99).

serpentes e crocodilos” ou ainda os judeus, que “consideram suas leis como palavras de Deus e aprendem essa lição desde a infância” (*Leg.*, 31. 210). Em uma cidade marcada pela disputa por espaços na hierarquia social é comum que o grupo estabelecido se sinta compelido a repelir atos ou ações dos outros grupos que ameacem a sua superioridade, fazendo uso de rejeições e humilhações contínuas ao grupo tido como *outsider*, forasteiro (ELIAS; SCOTSON, 2000. p. 45). É habitual que as rejeições e as humilhações ocorram mediante o manejo de estigmas, ou seja, por intermédio da evidenciação de marcas, sinais, práticas, enfim, uma série de atributos depreciativos para afastar e/ou explicar a inferioridade do grupo tido como perigoso (GOFFMAN, 1988, p. 7-8).

Peter Schäfer (1997, p. 81), ao tratar dos aspectos culturais que contribuíram para a perseguição dos judeus no Egito, usa o termo “*judeuofobia*” — medo dos judeus — e, de forma semelhante, Atkinson (2006, p. 31) apresenta, entre os possíveis fatores que levaram ao Conflito de 38 d.C., uma longa tradição de “demonização” dos judeus na cidade. O posicionamento desses dois autores encontra sustentação na obra *Legatio ad Gaium*, principalmente na acusação que Filo desfere a Hélico, egípcio helenizado, apontado por Filo como o doméstico mais próximo de Calígula, e que se aproveitava da sua posição ante o imperador para tecer acusações contra os judeus e os costumes judaicos, hábito que Hélico aprendeu desde a infância com os habitantes de Alexandria (*Leg.*, 26. 170).

Apesar de Filo denunciar uma tradição de repulsa aos costumes judaicos bem estabelecida em Alexandria, é Flávio Josefo, em sua obra *Contra Apionem*, que aponta de forma mais profunda os estigmas lançados contra os judeus da cidade. Contudo, alguns autores têm evidenciado, na obra de Josefo, certas limitações que devem ser analisadas. A primeira dificuldade seria relacionar Josefo, Alexandria e o

Conflito de 38 d.C. Apesar de ser possível conectar Josefo a Alexandria — como o fato de o autor ter visitado a cidade com a comitiva de Vespasiano, em 69 d.C., ou de ter sido casado com uma mulher alexandrina —, tais ligações são poucas (EDMONSON, 2005, p. 20). Mais difícil ainda seria ligar Josefo ao Conflito de 38 d.C., pois o autor nasceu em 37 d.C., ou seja, um ano antes do embate, e o *Contra Apionem* foi a sua última obra, escrita provavelmente depois de 90 d.C., de maneira que a distância temporal entre Josefo e os acontecimentos de 38 d.C. é significativa (HOLLANDER, 2014, p. 1-5). Outro cuidado diz respeito ao conteúdo da obra, pois no *Contra Apionem* Josefo desenvolve uma sistemática e vigorosa defesa do judaísmo em face da ignorância ou das deturpações dos escritores gregos em relação ao assunto. O tom do texto é apologético e, segundo alguns autores, a obra seria o trabalho mais retórico de Josefo. Apesar de o autor alegar ter recolhido “todas” as referências encontradas por ele sobre os judeus, o material foi retirado do seu contexto e, por isso, muitas vezes, transmite uma impressão exagerada do interesse de determinado autor sobre os judeus (EDMONSON, 2005, p. 7; RAJAK, 2001, p. 215; COLLINS, 2005, p. 191). Mesmo diante das limitações mencionadas, concordamos com Bartlett (1985, p. 86), para quem o fato de Josefo focar sua defesa do judaísmo em “pontos-chave” e “adversários específicos” indica de forma singular a questão do conflito de identidade entre judeus, gregos e egípcios em solo alexandrino, pois alguns dos autores trabalhados por Josefo, como Manethon, Lisímaco, Cheremon e Ápio, possuem ligação íntima com a cidade, estando todos relacionados ao antijudaísmo vigente em Alexandria (Apêndice A).¹⁰⁰ Alguns desses autores, como Ápio e Cheremon, foram contemporâneos ao Conflito de 38 d.C., e

¹⁰⁰ Apêndice da Dissertação sobre os principais estigmas lançados contra os judeus.

até mesmo participaram dele, visto que atuaram como representantes da causa grega perante Calígula e Cláudio.

A tradição literária antijudaica que existia em Alexandria remonta ao século III a.C., quando Manethon, sacerdote egípcio de Heliópolis, que gozava de grande prestígio perante Ptolomeu I Sóter, ao escrever sua obra (*Aegyptiaca*), fornece explicações para a origem do povo judaico, a relação dos judeus com o Egito e a forma como deixaram o território. Josefo transcreve uma parte de *Aegyptiaca*, de Manethon, na qual o autor trata dos judeus.

Durante o reinado de Timau [...] algumas pessoas de ascendência obscura de partes orientais tiveram a audácia de invadir a terra [Egito], [...] depois de terem subjugado os governantes, eles barbaramente queimaram as cidades e demoliram os templos dos deuses e trataram todos os habitantes de maneira extremamente hostil, matando alguns e levando à escravidão mulheres e crianças (*Ap.*, I, 14. 75-76).

Manethon continua o relato dizendo que os invasores estabeleceram reis que governaram por séculos e

Toda a sua nação foi chamada de *hicsos*, isto é, reis-pastores, porque *Hic* na língua santa significa rei, e *Sos* em língua comum significa pastor [...] Em outro registro, reis não é significado pela palavra *Hic*, que indica — ao contrário — cativos, porque *Hic* em língua egípcia e *Hac*, com uma respiração rápida, significa literalmente cativo. Isso me parece mais convincente e em linha com a história antiga (*Ap.*, I, 14. 82-83).

Decorridos vários anos após a invasão, Manethon narra a eclosão de uma grande e prolongada guerra, na qual os reis-pastores, derrotados por um rei egípcio, se refugiaram em um lugar fortificado chamado *Avaris* e, após novos confrontos, ocorreu uma negociação, pela qual os pastores poderiam deixar o Egito em salvaguarda (*Ap.*, I, 14. 85-88). Josefo prossegue narrando:

Nestes termos, eles deixaram o Egito com suas famílias em número de 240.000 pessoas, levando consigo seus bens, atravessaram o deserto para a Síria [...] e construíram na região agora chamada Judeia uma cidade grande o suficiente para todos, chamando-a Jerusalém (*Ap.*, I, 14. 89-90).

Josefo recupera também, nos escritos de Manethon, uma versão contida no *Êxodo* segundo a qual um rei egípcio chamado Amenófis teria manifestado o desejo de ver os deuses, expressando tal intento a um sacerdote também chamado Amenófis. O sacerdote disse que a única forma de o rei ver os deuses seria se ele limpasse da terra do Egito todos os leprosos e outras pessoas poluídas. O soberano aceitou o conselho, reuniu 80.000 pessoas doentes e as mandou trabalhar nas pedreiras — entre os doentes também havia alguns sacerdotes atingidos pela lepra (*Ap.*, I, 26. 232-236). Josefo cita literalmente o texto de Manethon, quando escreve:

Depois de passar um tempo considerável no duro trabalho nas pedreiras, imploraram ao rei um lugar de descanso e abrigo, e o rei concedeu-lhes a cidade de Avaris, até então abandonada pelos pastores [...], após se estabelecerem na cidade a fortificaram-na e designaram como líder um sacerdote de Heliópolis chamado Osarsife [...] ele estabeleceu uma lei para eles, na qual não deveriam adorar os deuses [...], mas deveriam matar e consumir os animais sagrados e que não deveriam juntar-se a nenhum outro além de seus companheiros de conspiração. Tendo estabelecido estas leis e muitas outras que foram contrárias aos costumes egípcios [...] se preparam para fazer guerra a Amenófis (*Ap.*, I, 26. 237-240).

Os revoltosos enviaram então mensageiros aos pastores que haviam sido expulsos para Jerusalém, solicitando que se unissem a eles em uma expedição conjunta contra o Egito. O pedido foi aceito e, poucos dias depois, 200.000 homens oriundos de Jerusalém chegaram a *Avaris*. O rei Amenófis, temeroso, teria ocultado as imagens dos deuses, enviando seu filho Ramsés para o estrangeiro e se refugiando na Etiópia com uma grande multidão (*Ap.*, I, 26. 241-247). Na ausência do faraó, continua Manethon:

Os pastores tendo descido em conjunto com os egípcios poluídos, trataram a população de forma cruel [...]. Não só queimaram cidades e vilas, nem ficaram contentes com a pilhagem dos templos e mutilações das imagens dos deuses, mas também usavam os santuários como cozinha para os animais sagrados, forçando os sacerdotes e profetas a realizarem o sacrifício desses animais e os lançando fora nus. [...], aquele que lhes deu o conjunto de leis, um sacerdote heliopolitano, chamado Osarsife [...] quando se juntou a este povo passou a ser chamado de Moisés (*Ap.*, I, 26. 248-250).

Alguns anos depois, Amenófis avançou da Etiópia sobre o Egito com um grande exército e se juntou ao seu filho, Ramsés, que liderava um exército próprio, atacando os pastores e as pessoas poluídas, derrotando-os e perseguindo-os até a fronteira da Síria (*Ap.*, I, 27. 251).

Nos dois relatos atribuídos por Josefo a Manethon, os judeus são descritos como estrangeiros, invasores, violentos, destruidores de templos, portadores de doenças e seguidores de uma lei contrária aos costumes egípcios. Manethon escreveu no século III a.C., durante o reinado de Ptolomeu Sóter, período em que o número de judeus no Egito, em especial na capital, Alexandria, ainda era pequeno, mas começava a aumentar, pois nessa época muitos judeus teriam ingressado no reino na condição de cativos. Mesmo em tal situação de vulnerabilidade, os judeus já seriam importantes o suficiente para despertar interesse em um sacerdote influente na Corte, como Manethon.¹⁰¹ Os atributos depreciativos lançados contra os judeus por Manethon eram de natureza literária, mas permaneceram durante séculos e foram retomados e reformulados por autores alexandrinos e romanos. Tais discursos difamatórios só ganharam tamanha sobrevida pelo fato de possuírem significado para quem os enviava, o que denota um relacionamento delicado entre judeus, gregos e egípcios no Império Romano, em especial em Alexandria. Afinal, os

¹⁰¹ Conforme apontamos na p. 75, o sacerdote Manethon figurava entre os amigos do rei, círculo “aristocrático” de Ptolomeu I Sóter.

símbolos só possuem eficácia em duas circunstâncias: se tiverem apelo para os consumidores e se veicularem imagens com as quais eles se identifiquem (WOODWARD, 2000, p. 18).

Os escritos de Manethon encontraram eco em alguns textos produzidos pelo filósofo Lisímaco de Alexandria (I a.C.), que também fornece uma narrativa para o *Êxodo*, como nos informa Josefo.

Lisímaco [...] diz que, quando Bochor reinava no Egito, os judeus que sofriam de lepra, sarna e outras doenças, refugiaram-se nos templos para pedirem comida. Nessa época, muitas pessoas contraíram doenças e houve colheitas ruins. Bochor, o rei dos egípcios, consultou o Oráculo de Amon sobre as safras ruins, e o deus disse-lhe para purgar os templos de pessoas profanas e ímpias e que deveria expulsá-las para locais desertos e afogar aqueles com sarna e lepra [...], desta forma, o solo recuperaria sua fertilidade. [...] os portadores de lepra e sarna foram afogados, mas o resto deixado no deserto para morrer se reuniu para planejar [...] um certo Moisés aconselhou-os a marchar sempre [...] ele instruiu-os a não mostrar boa vontade para com ninguém, nem dar bons conselhos e para reduzir a ruínas qualquer santuário ou altar dos deuses que encontrassem. [...] eles atravessaram o deserto e chegaram a um lugar habitado, onde maltrataram o povo e saquearam e queimaram os templos, depois dirigiram-se para um território agora chamado Judeia, onde fundaram uma cidade e se estabeleceram nela. Esta cidade foi chamada de Jerosulo, que significa templo de pilhagem [...] (Ap., I, 34. 305-311).

Lisímaco reafirma, nessa passagem, alguns dos estigmas utilizados contra os judeus desde Manethon, tais como impuros, destruidores de templos e hostis, mas acrescenta que a presença de judeus atrapalhava a fertilidade da terra e isso era uma acusação muito forte em uma sociedade agrícola, como a egípcia.

Josefo descreve ainda os ataques de dois autores provenientes do círculo helenizado de Alexandria e que atuaram como membros de embaixadas enviadas a Roma com o intuito de defender o posicionamento dos gregos no embate de 38 d.C. Um deles foi Ápio, importante retórico alexandrino, e o outro, Cheremon, filósofo

estoico. Ambos viveram no século I d.C. e eram pessoas de grande destaque em Alexandria, a ponto de terem ocupado a função de diretores do Museu (SHÄFER, 1997, p. 28-30; COLLINS, 2005, p. 186).

No século I d.C., judeus, gregos e egípcios já coabitavam em Alexandria por mais de trezentos anos e, embora os judeus adotassem muito dos hábitos locais (língua e indumentária, por exemplo), ainda eram vistos como estrangeiros. Apesar das assimilações, os judeus mantiveram algumas características identitárias — eles tinham uma religião permeada de costumes singulares, e isso os diferenciava dos demais habitantes da cidade (BELL, 1941, p. 3; GOODMAN, 1998, p. 3). A peculiaridade dos judeus em relação a gregos e egípcios devia-se a uma religião baseada em doutrinas e leis que levavam seus praticantes a adotar uma rotina diferenciada, já que suas crenças influenciavam de forma direta nos hábitos diários (CLÍMACO, 2007, p. 45). Essas diferenças e estranhezas foram apontadas por Ápio e Cheremon e eram notadas pelos habitantes de Alexandria, contribuindo assim para criar um ambiente de hostilidade mútua entre gregos, judeus e egípcios.

Uma identidade é sempre construída em relação a uma outra, por isso frisa-se a importância da diferença, pois ela cristaliza as identidades, estabelecendo distinções. Os judeus tinham a consciência da diferença, precisavam manter-se diferentes para preservar sua identidade, pois eram uma minoria dispersa em meio a uma cidade na qual prevalecia a cultura grega. A única forma de preservar a identidade era manter alguns limites distintos entre eles mesmos e as demais etnias. Dessa forma, conseguiram conservar seus valores culturais por um longo período de

tempo e a uma distância considerável de sua pátria (GEIGER, 2008, p. 266; SELTZER, 1990, p. 157; MEEKS, 1992, p. 64).¹⁰²

Em ambientes que congregam diferentes culturas, a questão da identidade é posta à prova, correndo o risco de perder o seu significado. Para Silva (2000, p. 87), “a mistura, a conjunção, o intercuro entre diferentes nacionalidades, entre diferentes etnias, [...] coloca em xeque aqueles processos que tendem a conceber as identidades como fundamentalmente separadas”.

A pressão de habitar um meio marcado muitas vezes pela hostilidade gerou nos judeus a construção de mecanismos de defesa, de auxílio mútuo e de identidade coletiva. Vários fatores contribuíram na construção dessa identidade, como educação, religião, vida comunitária, entre outros. Mas, de todos esses formadores de identidade, a educação emerge como um dos mais importantes, pois ela molda a identidade dos indivíduos e, por meio deles, atua em toda a comunidade (FELDMAN, 2008, p. 19-21).

Filo revela a importância da educação na criação e na manutenção da identidade judaica, pois, segundo ele, os judeus “são ensinados desde a infância por seus pais, mestres e educadores e, muito antes, pelas leis sagradas e também por costumes não escritos, a crer em um só Deus, pai e criador do mundo” (*Leg.*, 16. 115). Os judeus da Diáspora — sobretudo os de Alexandria — só floresceram como um grupo separado devido ao auxílio das escrituras, pois a *Septuaginta* proveu-lhes as bases de uma educação judaica. Por meio da *Torá*, os judeus, onde quer que se

¹⁰² A comunidade judaica de Alexandria absorveu muitas características helênicas, mas, mesmo assemelhando-se aos gregos, os judeus conviviam mais entre si, criando algumas barreiras de contato com os demais povos. Observa-se em Alexandria um judaísmo transformado, que tentava articular alguns costumes judaicos em relação a diversas tradições e culturas dos demais habitantes da cidade (CLÍMACO, 2007, p. 46-47).

encontrassem, mantiveram uma identidade comum e distinta, de um povo que havia feito um pacto com Deus e estava obrigado a cumprir Seus mandamentos, tais como a circuncisão, as leis dietéticas e o descanso sabático (GOLDBERG; RAYNER, 1989, p. 85; SELTZER, 1990, p. 160).

A estratégia utilizada pelos escritores alexandrinos consistia em atacar os principais pilares da cultura judaica, aquilo que os judeus tinham de singular em comparação aos costumes dos outros povos. A hostilidade que esses autores, principalmente Cheremon e Ápio, levantavam contra os judeus relacionava-se à religião judaica e às suas consequências sociais. Grande parte do sentimento antijudaico presente nesse tipo de literatura era uma reação àquilo que se considerava uma apresentação judaica agressiva de sua própria história, justificando-se assim os ataques à narrativa do *Êxodo* (JOHNSON, 1995, p. 143). Conforme Woodward (2000, p. 27-28), uma das melhores formas de afirmar uma identidade, de torná-la legítima, é ancorá-la num suposto e autêntico passado glorioso. A narrativa do *Êxodo*, conforme descrita pelos judeus, cheia de glória e heroísmo, cumpria um papel de afirmador de identidade, funcionando com um mito fundador. Segundo Silva (2000, p. 85), “um mito fundador remete a um momento crucial do passado em que algum gesto, algum acontecimento, em geral heroico, épico, monumental, inaugurou as bases de uma suposta identidade nacional”. No contexto da Diáspora, de dispersão, adquirem grande importância elementos que tenham o papel de fixadores de identidade, e a noção de um passado comum é muito útil, pois contribui para reforçar a coesão grupal.

Atacar e deturpar o relato do *Êxodo* se tornou uma ferramenta para enfraquecer e desacreditar os judeus, pois investia-se contra o seu passado, seus heróis e também os rebaixava, misturando-os aos egípcios que, em Alexandria,

representavam os escalões inferiores da sociedade, não possuindo privilégios e encontrando-se sujeitos às taxas mais onerosas.¹⁰³

Cheremon, em sua versão do *Êxodo*, aponta que o rei Amenófis teria expulsado 250.000 pessoas impuras/nocivas do Egito e que elas foram lideradas por Moisés e por José (*Ap.*, I, 32. 289-290).

Na versão de Ápio, Moisés, natural de Heliópolis, conduziu pelo deserto 110.000 leprosos, cegos e coxos (*Ap.*, II, 2. 10-20). Nas narrativas de Cheremon e Ápio, assim como naquelas realizadas anteriormente por Manethon e por Lisímaco, encontramos um *leitmotiv* recorrente: os judeus são portadores de doenças, por isso contaminam. Acusar os judeus de doentes não é uma mera sentença descritiva, mas um estigma que foi transmitido por centenas de anos em Alexandria, com o intuito de provocar medo, repulsa, tendo se transformado em uma sentença performativa. Sentenças performativas são aquelas que não se limitam a descrever um estado de coisas, mas vão além, na medida em que sua repetida enunciação pode acabar produzindo o fato que supostamente apenas deveria descrevê-lo (SILVA, 2000, p. 92). A concepção de que os judeus apresentavam algum risco e, por isso, devia-se ter cautela com eles tornou-se corrente em Alexandria. Percebemos isso na carta de um comerciante grego chamado Serápion, enviada, em 41 d.C., a Heracleides, seu agente de negócios em Alexandria. Na carta, Serápion oferece o seguinte conselho: “se não, como todos os outros, você também tenha cuidado com os judeus” (*CPJ*, 152). Serápion não detalha o motivo para se ter precaução com os judeus, mas deixa claro que tal conduta era um hábito corrente da população alexandrina.

¹⁰³ Nos *Acta* (*CPJ*, II, 156 c), Isidoro, ginasiarca de Alexandria, assemelha os judeus aos egípcios, visto que ambos deveriam pagar a *laografia*. Tal atitude de relacionar judeus a egípcios foi corrente por parte de autores gregos, a exemplo de Cheremon e Ápio, ao relatarem que Moisés e José eram sacerdotes e escribas egípcios, líderes de pessoas nocivas e doentes.

Na concepção dos gregos alexandrinos, os judeus tiveram sua origem em um povo cruel e doente, eles contaminavam. Atribuir perigo a outrem é um fator importante quando se quer convencer, atrair adeptos para uma causa ou mesmo reforçar o consenso grupal a respeito de determinado assunto. Segundo Douglas (1976, p. 55), “atribuir perigo é uma maneira de se colocar um assunto acima da discussão” (DOUGLAS, 1976, p. 55).

Os judeus representavam o medo de contágio e de poluição,¹⁰⁴ eles eram diferentes; a principal diferença residia na adoração exclusiva de um deus, atitude quase incompreensível para os politeístas. Ápio pergunta: “Por que, se eles são cidadãos, não adoram os mesmos deuses como os alexandrinos?” (Ap., II, 6. 65). A crença em um deus único gerava curiosidade, espanto, reprovação e até mesmo desprezo satírico nos habitantes de Alexandria, porém o que mais impressionava os contemporâneos era o aniconismo dos judeus. Diferentemente dos deuses do panteão greco-romano, o Deus judaico é invisível, dele não se pode fazer imagens, advindo disso a acusação de que os judeus são ímpios (Ap., I, 34. 306). Na Antiguidade, o termo “ímpiedade” (*asebeia*) significava o desprezo aos deuses e a falta de fé em qualquer ente divino (SCHÄFER, 1997, p. 34; FALBEL, 2008, p. 200).

A identidade tem por vezes a função de proteger o carisma grupal, fazendo com que os indivíduos não aceitem as acusações de inferioridade, mas, ao contrário, que considerem os acusadores como anormais, revidando os ataques sofridos com outros estigmas (GOFFMAN, 1988, p. 9).¹⁰⁵ Nesse contexto, se para os gentios o monoteísmo e a ausência de representação do divino eram condenáveis,

¹⁰⁴ Segundo Elias e Scotson (2000, p. 26-27), o contato com grupos *outsiders* oferece o risco da poluição, afinal os grupos inferiores são tidos como anômicos, indignos de confiança. Para Goffman (1988, p. 43), o portador de estigma oferece o risco de contaminação, afinal o contato mais íntimo com um indivíduo poluído pode manchar a reputação de qualquer um que seja encontrado em sua companhia, tornando-o suspeito.

¹⁰⁵ Apêndice da Dissertação sobre os principais estigmas lançados por Filo contra os gentios.

do ponto de vista judaico a idolatria e o politeísmo eram o aspecto mais reprovável dos cultos pagãos. Josefo exalta a religião judaica ao diferenciar a sua pureza celeste em relação à brutalidade terrestre da crença dos gentios (*Ap.*, I, 25. 224-225).¹⁰⁶ Filo, por sua vez, questiona o fato de os egípcios adorarem “cães, lobos, leões, crocodilos e vários outros animais, tanto terrestres como aquáticos e aves” (*Leg.*, 20. 139); também questiona o fato de os alexandrinos contarem, entre seus deuses, reis e imperadores, fazendo assim alusão aos reis ptolomaicos e aos imperadores romanos (*Leg.*, 20. 136-138). Filo vai além, ponderando que, como os alexandrinos dão pouco valor ao nome de Deus, atribuindo-o até mesmo às serpentes, eles podem ser chamados de ateus (*Leg.*, 25. 163).

Os judeus, em virtude de seu monoteísmo, não reconheciam a existência de outras divindades nem mostravam respeito por elas, mas deixar de adorar os deuses locais possuía implicações de cunho político. Como percebemos na indagação de Ápio sobre o fato dos judeus se dizerem cidadãos, mas recusarem culto aos deuses alexandrinos,¹⁰⁷ a religião era um dos critérios para alcançar o direito de cidadania — afinal os deveres religiosos estavam ligados à vida política e a certos compromissos, como o culto imperial. O judaísmo era uma religião aceita por Roma e até mesmo protegida por uma série de privilégios que isentavam os judeus de qualquer ato do culto greco-romano. Por essa razão, os judeus não poderiam deixar de manifestar seu desagrado diante de um soberano como Calígula, que buscava ser adorado por todos os segmentos da sociedade imperial,

¹⁰⁶ Para Josefo o fato de os gregos reverenciarem os governantes com estátuas não representava grande honra, afinal eles faziam estátuas e retratos não só de familiares, mas também de pessoas com as quais não possuíam conexão, em alguns casos até mesmo para escravos favoritos (*Ap.*, II, 6. 74).

¹⁰⁷ Josefo (*Ap.*, II, 6. 65) relata que um dos ataques de Ápio se relacionava à diferença religiosa: “se os judeus são cidadãos de Alexandria, por que eles não adoram os mesmos deuses que os alexandrinos?”.

incluindo os judeus.¹⁰⁸ A comunidade grega de Alexandria soube tirar proveito da situação e uma das acusações que Ápio fez aos judeus era a de não conservarem consigo imagens do imperador (*Ap.*, II, 6. 73). As agressões aos judeus, em Alexandria, se iniciaram com a profanação das sinagogas por meio de imagens imperiais (*In Flacc.*, 41). Isidoro, ginasiarca de Alexandria e membro da delegação grega, acusou os judeus, na presença de Calígula, de serem ímpios e não sacrificarem ao imperador (*Leg.*, 45. 355). O próprio Calígula indagou à delegação judaica liderada por Filo sobre o culto imperial: “não sois aqueles que odeiam os deuses e embora todos os outros me reconheçam por deus, me desprezais, preferindo adorar um deus que não se conhece?” (*Leg.*, 44. 353).

Além do monoteísmo, as leis que constituíam importantes marcadores da identidade judaica, tais como a circuncisão, o descanso sabático e as regras alimentares, constituíam alvo dos autores antigos e, por certo, chamavam a atenção dos habitantes de Alexandria — afinal algumas leis judaicas isolavam os judeus do pleno intercâmbio social com o restante da população (SELTZER, 1990, p. 184). Ápio acusava os judeus de não terem leis justas e de não saberem cultuar a divindade (*Ap.*, II, 11. 125), como também zombava da circuncisão (*Ap.*, II, 13. 137). A circuncisão não era apenas praticada pelos judeus, mas durante muito tempo foi adotada em várias regiões do Oriente Médio. Alguns autores afirmam que a sua origem ocorreu no Egito, sendo praticada por sacerdotes (SCHÄFER, 1997, p. 5; HADAS-LEBEL, 2012, p. 92). Para os judeus, a circuncisão tinha um significado cultural e religioso, era o sinal da aliança com *Iavé*, símbolo externo marcado na carne que testemunhava a ligação entre Deus e Abraão, e sua inobservância

¹⁰⁸ Segundo Filo, Calígula queria ser comparado a diversas divindades; para tanto vestia roupas e portava instrumentos que imitavam os utilizados por semideuses e deuses, como Hércules, Castor e Pollux, Dionísio, Hermes, Apolo e Ares (*Leg.*, 11. 78-84; 13. 93-99).

significava romper o Pacto. O Pacto era um diferenciador; afinal um gentio, antes de tudo, era um incircunciso (MORAIS, 1972, p. 75). A circuncisão era a principal marca distintiva para os judeus, porém era vista pelos gentios como algo bárbaro, de mau gosto e que incitava desprezo. Por outro lado, tal prática não impedia o relacionamento social, ao contrário do *Shabat* e das leis dietéticas, que causavam um estranhamento maior em função da sua publicidade (JOHNSON, 1995, p. 143; RAJAK, 2009, p. 108).

A observância do sábado foi um dos aspectos mais intrigantes para os pagãos, aparecendo como indolência ou superstição absurda.¹⁰⁹ A ideia de um dia da semana reservado ao descanso era algo inédito no mundo greco-romano e não era vista com simpatia. O *Shabat* tinha um significado especial para os judeus: isolava-os da materialidade e do trabalho. Nesse dia, nada podia ser alterado, ocorrendo uma harmonia entre o homem e a natureza, o que gerava o aumento da espiritualidade e o distanciamento dos problemas do cotidiano. O *Shabat* abrigava o judeu da hostilidade do mundo externo (FELDMAN, 2008, p. 27). Para Ápio, o significado desse ritual era outro: estava relacionado à impureza judaica, representando uma doença pélvica adquirida quando os judeus foram expulsos do Egito.

Quando eles tinham viajado por seis dias [...] contraíram inchaços na virilha e, por essa razão descansaram o sétimo dia, depois que chegaram com segurança na terra que é agora chamada Judeia, chamaram aquele dia sábado, preservando a língua egípcia, pois os egípcios chamam a inflamação na virilha de Sabatosin (Ap., II, 2. 21).

¹⁰⁹ Segundo Bustamante (2006, p. 324), a *superstitio* era abominada pelos antigos romanos, pois, para o supersticioso, os deuses eram maus e tirânicos, características que fomentavam a adoção de comportamentos servis, com o intuito de atrair a benevolência divina. Em contrapartida, a boa atitude religiosa era pensar que os deuses eram bons e que existiria um relacionamento harmonioso entre homens e deuses, desde que os humanos não ofendessem as divindades e cumprissem com suas obrigações ritualísticas.

Contudo, o *Shabat* foi aceito devido ao fato de ser protegido por vários decretos estabelecidos por César e Augusto em favor dos judeus. Alguns desses decretos indicavam claramente que os judeus estavam isentos de comparecer perante um tribunal ou servir no exército, a fim de não viajar ou transportar cargas no sábado. A aplicação desses decretos, no entanto, muitas vezes contribuiu para despertar a hostilidade da população local, irritando por vezes os governadores recém-chegados ao Mediterrâneo oriental (HADAS-LEBEL, 2012, p. 94-103).¹¹⁰

A abstinência judaica em comer carne de porco surpreendia os gentios e geralmente inspirava escárnio (*Ap.*, II, 13. 137). Tal objeção pareceu mais curiosa do que qualquer outra das leis dietéticas, a ponto de o próprio Calígula se interessar pelo assunto, indagando aos embaixadores judeus de Alexandria: “Por que se absteis de comer carne de porco?” (*Leg.*, 45. 361). As leis dietéticas eram parte integrante da identidade judaica — quando um judeu abandonava a sua crença, o primeiro sinal visível normalmente era o consumo de carnes proibidas (HADAS-LEBEL, 2012, p. 93). Em Alexandria, durante o Conflito de 38 d.C., uma das formas de identificar e de torturar as mulheres aprisionadas sob suspeita de pertencerem à etnia judaica foi obrigá-las a consumir carne de porco (*In Flacc.*, 96).

¹¹⁰ Filo relata que um prefeito de Alexandria (provavelmente Flaco) tentou mudar os costumes dos judeus em relação ao sábado e atribuiu a esse prefeito o seguinte discurso “Se uma invasão repentina de inimigos, ou um dilúvio, ou qualquer terrível incêndio, ou um raio, ou fome e peste, terremoto ou qualquer outro mal, seja causado por homens ou infligido por Deus vier sobre vós, você ainda iria transitar na sua forma habitual, mantendo sua mão direita para trás, e segurando a outra junto ao corpo sob seu vestuário, para não serdes tentado a contribuir para sua própria salvação? Ou você iria se sentar em reuniões ordinárias nas sinagogas para ler vossos livros sagrados, explicando as passagens obscuras e dedicando todo o seu tempo com longas discussões sobre a filosofia de seus antepassados? Não; mas sem perder tempo procuraríeis abrigar vossos pais, vossos filhos, posses e tesouros, para salvá-los de serem totalmente destruídos. E de fato, eis que sou todos os males que acabo de enumerar juntos. Eu sou um turbilhão, sou uma guerra, sou um dilúvio, raio, calamidade da fome, miséria da peste e um terremoto que sacode e derruba o que se manteve firme antes, e isto não abstratamente, mas real, poder visível e atuante, de pé perto de você” (*De Somniis*, II, 125-129).

A lei judaica, com suas peculiaridades dietéticas, fazendo restrições a alguns tipos de alimentos, como o porco e peixes sem escama, somadas às diretrizes no que dizia respeito ao contato com os gentios, tais como não realizar algumas refeições em conjunto, não se unir em matrimônio, não visitar outros templos — interferia diretamente nas relações sociais, caracterizando os judeus como um povo à parte. Habitando em uma cidade grega, com valores culturais distintos, a tendência judaica de ver os gentios como impuros, como incircuncisos e de evitar relacionamentos mais íntimos com eles deixava transparecer — no entender de gregos e egípcios — um sentimento contrário ao estatuto de humanidade, fazendo surgir, em consequência disso, acusações de misantropia (DANIEL, 1979, p. 61; JOHNSON, 1995, p. 143).¹¹¹

Ápio se apropria da acusação de misantropia judaica presente em Manethon (*Ap.*, I, 26. 239) e em Lisímaco (*Ap.*, I, 34. 309), reforçando a opinião de que os judeus nutriam um ódio mortal em relação aos gregos. Em sociedades nas quais existe um grupo à parte, segregado, é comum correrem histórias fantásticas a seu respeito, como acontece com os maçons, em nossos dias. O fato de os judeus não permitirem o livre acesso de pessoas não iniciadas em alguns recintos do Templo de Jerusalém despertava a curiosidade e a imaginação dos gentios. É da narrativa de Ápio um episódio em que os judeus mantinham aprisionado todo ano, em seu Templo, um grego e forneciam-lhe os melhores alimentos, com a finalidade de engordá-lo, para que, ao término desse período, fosse realizado um sacrifício com o prisioneiro, sendo a vítima devorada pelos judeus em um ritual canibalesco. Ao fim do sacrifício humano, os restos mortais seriam jogados em uma fossa e sobre eles seria realizado um juramento de ódio mortal aos gregos (*Ap.*, II, 8. 91-96). O ponto

¹¹¹ Sentimento ou prática de aversão à humanidade, à interação social.

principal da história reside no juramento de ódio aos gregos, e Ápio retorna a esse juramento, alegando que os judeus juraram por Deus jamais mostrar boa-vontade aos estrangeiros e, em especial, aos gregos (*Ap.*, II, 10. 121).

O ataque literário sofrido pelos judeus em Alexandria realça uma luta de identidades numa cidade repleta de disputas no meio social, principalmente após a conquista romana, na qual pertencer a determinados grupos incidia na perda de privilégios e no pagamento de pesados impostos. Os estigmas foram utilizados, nesse contexto, para rebaixar, menosprezar, mas também para demonstrar diferenças e demarcar fronteiras entre gregos, judeus e egípcios. Autores como Manethon, Lisímaco, Cheremon e Ápio se serviram de uma antiga hostilidade egípcia em relação aos judeus e a mesclaram com novos elementos advindos da cultura grega. Dessa forma, passaram a atacar as marcas culturais judaicas que causavam maior estranhamento em relação à cultura gentia, ou seja, os fatos peculiares, presentes na legislação, no passado histórico e no convívio social, usando tais distinções como forma de exaltar a superioridade gentílica, enquanto depreciavam e rebaixavam os valores judaicos. Algumas vezes, a diferença cultural era evocada para impedir ou questionar os direitos dos judeus em Alexandria, como no caso da questão da cidadania (*Ap.*, II, 6. 65); outras vezes, como forma de acusar os judeus de deslealdade perante as autoridades romanas, como na questão do culto imperial (*Leg.*, 35. 265), mas acreditamos que a principal utilização da marcação da diferença foi a de unir gregos e egípcios em torno de uma crença comum: a de que os judeus seriam, antes de tudo, inimigos de ambos. O estigma é um atributo negativo. Portanto, quem o porta oferece risco (GOFFMAN, 1988, p. 6). Pelas ruas de Alexandria, os judeus não eram apenas vistos como um grupo destoante, diferente, mas para boa parte da população eles eram pessoas hostis,

perigosas e ímpias, cumprindo o papel de inimigos, e isso ajudaria a explicar, em parte, a forma violenta com que foram atacados em 38 d.C., quando foram expulsos de suas casas e bairros, tiveram suas sinagogas profanadas e destruídas, e muitos judeus foram mortos e torturados no teatro e nas ruas e ágora da cidade.

Das questões políticas às questões de identidade

Filo, ao tratar do Conflito de 38 d.C., em sua obra *In Flaccum*, declara que as agressões contra os judeus, principalmente contra as sinagogas, foi “um disparate sem precedentes e jamais anteriormente perpetrado” (*In Flacc.*, 41). O autor aponta os embates ocorridos na ocasião como algo inédito, ao menos no que dizia respeito às proporções do tumulto, e também relata que as notícias do conflito se espalharam de Alexandria para os nomos do Egito e desses aos povos orientais e ocidentais (*In Flacc.*, 45).

A notável atenção que a cidade de Alexandria tem recebido dos especialistas é, em grande parte, devido ao fato de a cidade ter sediado, na Antiguidade, agitações sociais e tumultos intensivos, principalmente aqueles nos quais a população judaica esteve envolvida diretamente, como o de 38 d.C., 41 d.C., 66 d.C., e 115 d.C.¹¹²

¹¹² Em 41 d.C., os judeus que foram perseguidos no Conflito de 38 d.C., pegaram em armas e atacaram os gregos, iniciando uma nova revolta (*A. J.*, 19. 278-279). Em 66 d.C., alguns judeus se infiltraram em um reunião grega no anfiteatro, três dos quais foram capturados, iniciando um conflito que resultou na morte de 50.000 judeus no bairro Delta por parte de forças romanas comandadas pelo prefeito Tibério Júlio Alexandre (*B. J.*, 2. 491-498). Outros conflitos envolvendo judeus ocorreram sob Trajano em 115-117 d.C. e sob Caracalla em 215 d.C. (SCHÄFER, 1997, p. 138; ALSTON, 1997, p. 173; HARKER, 2008, p. 175).

De todos os conflitos citados em que os judeus foram atuantes, o de 38 d.C. tem recebido especial atenção, em virtude de vários condicionantes — como ter sido o primeiro de uma sequência.¹¹³ Outro fator importante diz respeito à relativa abundância de fontes preservadas que abordam de forma direta ou indireta o assunto.¹¹⁴ Por fim, temos a questão dos atores sociais envolvidos, sobretudo os judeus, grupo que possui notável protagonismo no cenário mundial em razão de questões políticas e religiosas.

Durante muito tempo, a análise do conflito alexandrino foi pautada por uma leitura política, segundo a qual o tumulto seria parte de um problema maior relacionado aos direitos dos judeus na cidade de Alexandria durante o período greco-romano. Tal modelo interpretativo enfatiza a questão da cidadania e dos privilégios judaicos. Para alguns autores que o defendem, a não resolução plena dos impasses teria originado novos conflitos, uma vez que assuntos pendentes foram legados às gerações seguintes (ATKINSON, 2006, p. 51).¹¹⁵

Nas últimas décadas do século XX, embora a análise política não tenha se tornado obsoleta, o interesse acadêmico se deslocou para as questões de identidade e de tradições culturais. Desse modo, os atores envolvidos no conflito,

¹¹³ Agitações sociais eram correntes em Alexandria, mas não existe nenhum registro anterior ao Conflito de 38 d.C., envolvendo gregos, egípcios e judeus em questões políticas e religiosas que se transformassem em confrontos abertos.

¹¹⁴ Conforme apontamos anteriormente (p. 22), o Conflito de 38 d.C. é retratado nas seguintes obras: *In Flaccum*; *Legatio ad Gaium*; *Acta Alexandrinorum*; *Contra Apionem* e a *Carta de Cláudio* (CPJ, 153).

¹¹⁵ Para Bell (1941, p. 10), o imperador Cláudio não resolveu de forma efetiva o problema, desagradando gregos e judeus. Na concepção do autor, os gregos ficaram insatisfeitos porque o imperador confirmou os antigos direitos usufruídos pelos judeus, os quais, por sua vez, sentiram-se frustrados por não conseguirem mais privilégios. Essa dupla insatisfação estaria na “raiz” das novas revoltas acontecidas em solo alexandrino.

quase exclusivamente gregos e judeus, foram ampliados, passando a incluir uma nova categoria social: os egípcios.¹¹⁶

O conflito alexandrino de 38 d.C., apesar de receber grande atenção de diversos estudiosos, ainda apresenta alguns aspectos pouco explorados. Um deles se refere ao estudo da importância da configuração urbana de Alexandria no desenrolar dos acontecimentos. Alguns autores, tais como Alston (1997)¹¹⁷ e Gambetti (2009),¹¹⁸ mencionam a questão espacial como uma nova linha de investigação sobre o Conflito de 38 d.C., o que possibilita levar em consideração a importância da cidade, seus espaços e edifícios como fatores que interferem na conformação das identidades dos grupos envolvidos.

As principais fontes acerca do Conflito de 38 d.C. são as obras de Filo, *In Flaccum* e *Legatio ad Gaium*. A cidade de Alexandria ocupa um espaço central em ambas as obras, pois, como cidadão, Filo estava imerso em uma forma urbanizada de vida, conhecia a cidade, frequentava seus espaços. Na definição de Runia (2000, p. 361), Filo era, antes de tudo, um *homo urbanus*. Os elementos constitutivos da paisagem urbana de Alexandria, tais como ruas, ágora, sinagogas, teatro, ginásio, casas e bairros, permeiam as duas obras de Filo e, em todos esses locais, atos de

¹¹⁶ Para alguns estudiosos, os egípcios entram em cena com um papel ativo, aproveitando o momento para colocar em prática um antigo ódio aos judeus, o qual remontaria ao século III a.C., com os escritos de Manethon, e que teria se revigorado no contexto inicial da dominação romana, no qual os judeus tomaram atitudes pró-invasores (GRUEN, 2002, p. 63-64). Outros autores ressaltam que os egípcios seriam coadjuvantes, massa de manobra, multidão manipulada pelos gregos durante as escaramuças (SCHÄFER, 1997, p. 145).

¹¹⁷ Richard Alston demonstra, no artigo *Philo's In Flaccum: ethnicity and social space in Roman Alexandria*, 1997, a importância do espaço urbano para Filo e que existe uma equivalência entre os espaços nos quais os judeus foram perseguidos/humilhados em relação aos espaços em que Flaco foi punido/castigado.

¹¹⁸ Sandra Gambetti, no livro *Alexandrian Riots of 38 C.E. and persecution of Jews*, 2009, realiza uma análise territorial/legalista, ao concluir que os direitos civis dos judeus eram limitados à residência legal, atribuída ao bairro Delta, estando sujeito a perseguições os que estivessem fora da área delimitada.

violência foram cometidos contra os judeus em 38 d.C., por isso importa estudar os aspectos espaciais de Alexandria no desenrolar do conflito (Apêndice B).¹¹⁹

O espaço pode ser definido como uma das dimensões existenciais do ser humano, pois a maior parte das ações humanas abrange um aspecto espacial. Os elementos espaciais formam, para o indivíduo, a imagem estável do ambiente que o rodeia, o faz pertencer a uma totalidade sociocultural, expressa o seu lugar no mundo e o torna membro efetivo de uma sociedade (NAVARRO, 2007, p. 4-6). O espaço atua como um formador e um afirmador de identidades, uma vez que interagimos com ele a todo momento. Por meio de uma relação de mão dupla, nós o moldamos e somos moldados por ele, e nessa atuação sobre o meio, nessa prática do espaço, ocorre a individualização dos limites e das fronteiras socioculturais: o grupo ou o indivíduo passa a exprimir a si mesmo e a construir a sua identidade (LESSA; CODEÇO, 2011, p. 42).

A vida social se inscreve no espaço e é feita de ação sobre o meio ambiente e de interação entre os homens (CLAVAL, 1979, p. 11). Nem todas as formas de contato social são pacíficas, a exemplo do conflito, que é um modo de interação entre pessoas na qual é comum o recurso à violência. Sttopino (1998, p. 1291-1292) define a violência como uma intervenção física intencional de um indivíduo ou grupo contra outro indivíduo ou grupo, com o objetivo de destruir, ofender e coagir. A violência pode ser direta, quando atinge de forma imediata o corpo da vítima, e indireta, quando altera suas possibilidades ambientais. Portanto, não existe violência sem interação e não existe interação sem espaço, o que percebemos no Conflito de 38 d.C., em que gregos, egípcios e judeus se relacionaram de forma violenta dentro do território de Alexandria. Da mesma forma que o espaço, a

¹¹⁹ Apêndice da Dissertação sobre o uso da violência e do espaço em Alexandria.

violência contribui para a fixação da identidade, visto reforçar o sentimento de pertença e de consciência grupal. A identificação de um inimigo comum delimita barreiras, evidencia diferenças e ajuda a “cimentar” a união entre os membros, reforçando assim a ideia de identidade grupal (STOPPINO, 1998, p. 1297).

Filo e a cartografia do Conflito de 38 d.C.

A razão imediata dos distúrbios ocorridos em 38 d.C. foram as perturbações ocasionadas pela visita de Herodes Agripa que, ao retornar de Roma após ter recebido de Calígula o direito de governar parte das terras, pertencentes no passado a seu avô, Herodes, o Grande, passou por Alexandria, onde foi recebido com pompa e júbilo pelos judeus da cidade. Esse episódio exacerbou as antigas hostilidades entre os grupos sociais, propiciando que os líderes alexandrinos aproveitassem a ocasião para alimentar os temores do prefeito Flaco, interpretando o *adventus* de Agripa como sinal da ruína iminente do prefeito (*In Flacc.*, 30).¹²⁰ Nesse ínterim, uma multidão de alexandrinos, que Filo (*In Flacc.*, 33) descreve como “indolente e desocupada, turba que se ocupa da tagarelice sem fim e que emprega o tempo em calúnias e maledicências”, concentrou-se no ginásio, passando o dia a escarnecer do rei Herodes e seus correligionários. Flaco não puniu os responsáveis pelos insultos nem interrompeu tais atos, mas, conforme pondera Filo (*In Flacc.*, 40), “agia com malevolência, fingindo não ver o que via, nem ouvir o que ouvia”.

¹²⁰ *Adventus*: procissão de boas-vindas destinadas a figuras proeminentes (general, governador, rei) para realçar a dignidade e a autoridade da pessoa que entrava na cidade (GONÇALVES, 2008, p. 28-29).

Filo (*In Flacc.*, 41) prossegue o relato mostrando que o fato de o prefeito não tomar nenhuma atitude serviu para impulsionar novas ações e “aquela multidão acostumada a tudo encher de tumulto e confusão” se reuniu no teatro junto com o prefeito, solicitando que se erigissem imagens imperiais nas sinagogas. Flaco aceitou a demanda e as sinagogas foram atacadas (*In Flacc.*, 43-53). Dias depois do incidente, o prefeito emitiu um decreto declarando estrangeiros e imigrantes os judeus e permitiu que a multidão lhes pilhasse as casas. Alguns judeus foram expulsos de diversas partes da cidade e reunidos em um único bairro (*In Flacc.*, 54-63).

Afastados de suas casas e atividades profissionais, sobreveio a fome. Alguns judeus que saíam do confinamento e se dirigiam à ágora para comprar alimentos eram capturados, mortos e arrastados pelas ruas. Outros eram queimados no meio da cidade, na ágora. Alguns ainda eram torturados e crucificados (*In Flacc.*, 64-72).

Flaco mandou prender alguns membros da gerúsia, do conselho judaico, forçando-os a desfilar pelo meio da ágora em direção ao teatro, onde foram despidos e açoitados (*In Flacc.*, 74-75). Depois desses atos, Flaco ordenou que soldados invadissem as casas dos judeus à procura de armas (*In Flacc.*, 86-94). Por fim, Filo relata que algumas mulheres judias foram aprisionadas e levadas ao teatro, onde foram forçadas a comer carne de porco — as que se recusavam a fazê-lo eram torturadas em frente aos espectadores (*In Flacc.*, 86-94). A violência só foi interrompida quando, por determinação de Calígula, Flaco foi preso e levado a Roma, onde foi acusado por membros da elite alexandrina que antes eram seus aliados, a exemplo de Isidoro e Lampon (*In Flacc.*, 104-150). Flaco foi considerado culpado, teve seus bens confiscados e foi sentenciado ao exílio na ilha de Andros,

no mar Egeu, local onde veio a ser assassinado depois de algum tempo por ordem de Calígula (*In Flacc.*, 151-191).

Por meio do relato de Filo, podemos perceber a importância dos elementos espaciais no conflito, sendo possível até mesmo fazer uma cartografia do embate, que se iniciou nas ruas, com a chegada de Herodes Agripa; passou para o ginásio local, onde sátiras e pilhérias foram dirigidas contra Herodes e seus correligionários; prosseguiu no teatro, com a reunião entre Flaco e a população de Alexandria que pedia a profanação das sinagogas. Daí em diante, a violência aumentou: destruíram-se sinagogas, residências e lojas foram invadidas e saqueadas, judeus foram mortos nas ruas e na ágora, expulsos de várias partes da cidade e concentrados em um único bairro, do qual não poderiam sair. Alguns judeus foram julgados e torturados no teatro, e as casas judaicas, invadidas pelos soldados.

A ocupação dos edifícios: ginásio, teatro e sinagoga

O ginásio foi um dos locais utilizados para a prática de violência contra os judeus. A palavra “ginásio” é oriunda do grego *gymnoi* e significa “totalmente desnudo”, fazendo alusão ao local destinado à prática de atividades atléticas e militares. O ginásio, como instituição, representa um dos traços mais característicos da cultura grega, configurado na importância atribuída à ginástica e ao atletismo na

formação e na vida do cidadão, tornando o indivíduo parte de uma coletividade maior, a *pólis* (SENNETT, 1997, p. 41-42).¹²¹

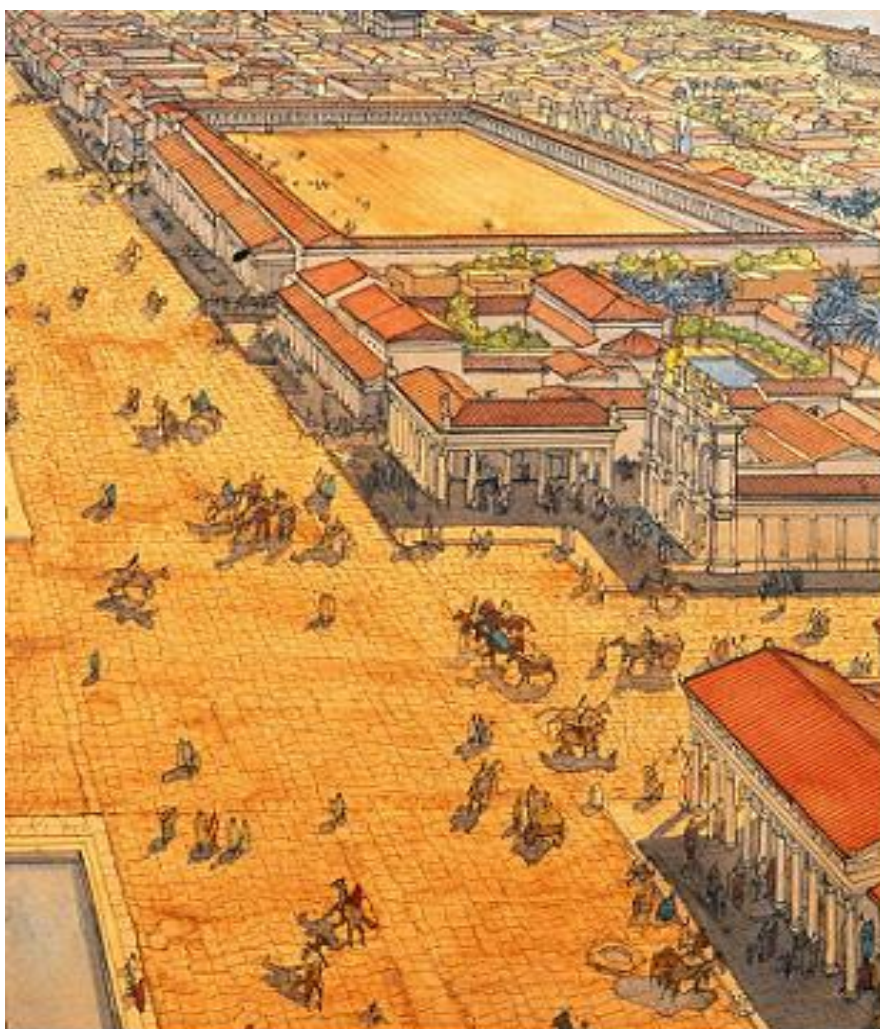
Do ponto de vista arquitetônico, o ginásio é um componente fundamental das cidades gregas; sua localização (dentro ou fora da cidade) e composição (pista, salas, banhos, palestras) no decorrer dos séculos esteve atrelada às suas atribuições funcionais. Até o final do século V a.C., os edifícios de ginástica se localizavam nos arredores das cidades, e tal localização é explicada pelas atividades desempenhadas nos ginásios: destinavam-se a exercícios e treinamentos que necessitavam de amplidão espacial e de acesso à água, por isso ficavam próximos a rios e fora dos muros da cidade. Os antigos ginásios possuíam uma estrutura arquitetônica modesta, composta de pistas e locais de treinamento ao ar livre, poucos vestiários e alguns altares destinados a atividades religiosas. No decorrer do século IV a.C., a instituição passou a ser responsável pela formação intelectual dos jovens e por funções administrativas, de modo que tal enriquecimento de atribuições tornou necessário que a localização do ginásio se aproximasse das aglomerações urbanas. Ele se tornou centro da vida intelectual e pública, e, como tal, não podia ficar distante, ocupando então um espaço dentro da cidade (MARTIN, 1956, p. 2-4)

Uma vez encravada no perímetro urbano e servindo de sede para atividades atléticas, intelectuais e administrativas, a estrutura física do ginásio sofreu transformações, ficou mais complexa, reunindo espaços e edifícios, como pistas de treino, banhos e salas destinadas a cursos e conferências, locais onde artistas, filósofos, retóricos e médicos faziam suas palestras (HADAS-LEBEL, 2012, p. 15).

¹²¹ O esporte, para os gregos, não significava um mero divertimento, mas se ligava a um conjunto de preocupações higiênicas, medicinais, estéticas e éticas (MARTIN, 1956, p. 1)

No Egito, os ginásios, surgiram a partir do século III a.C e, devido à sua importância, podiam ser encontrados nas diversas cidades espalhadas pelo território egípcio. Em Alexandria, desde o período ptolomaico, o ginásio possuía grande destaque na preparação cívica e política dos gregos (Figura 5) (SMITH, 1974, p. 108-109).

Figura 5 – Alexandria, cruzamento de ruas, com destaque para o ginásio, do lado direito



Fonte: Aquarela de Jean-Claude Golvin. Musée Départemental Arles Antique. Disponível em: <<http://jeanclaudegolvin.com/alexandria/>>. Acesso em: 18 jan. 2016.

O ginásio de Alexandria chamava a atenção de quem passava perto dele. Estrabão, ao descrever os edifícios que se localizavam no bairro grego Brucheion, ocupado por belas e imponentes construções, como palácios, a biblioteca e o museu, relata que “a cidade de Alexandria é repleta de edifícios públicos e sagrados. O mais bonito deles é o ginásio, com pórticos superiores a um estádio de extensão” (*Strab.*, 17. 1. 10).¹²²

Pela descrição fornecida por Estrabão, o ginásio de Alexandria possuía dimensões monumentais. Para além de beleza e estética, uma estrutura monumental constrói um discurso visual do poder político, pois a escala e a elaboração do edifício estão acima da sua necessidade prática, ou seja, estão além das necessidades funcionais para o bom desempenho das atividades atribuídas ao local, fazendo com que a construção monumental se destaque em meio ao ambiente construído (FLORENZANO, 2009, p. 45-47).

O ambiente construído comunica identidade e *status*, estabelece hierarquias, nele se materializam os traços organizacionais de uma sociedade (KORMIKIARI, 2009, p. 139). A magnitude física e a centralidade topográfica do ginásio de Alexandria demonstravam ainda, na época de Estrabão, a antiga glória dos reis ptolomaicos e apontavam também para a importância atribuída pelos gregos à sua cultura, à formação de seus cidadãos, tanto nos aspectos cívicos como nos culturais e esportivos, de forma que a localização espacial do edifício (região ilustre da cidade) demonstra que a instituição ocupava posição central na esfera identitária dos cidadãos de Alexandria. A estrutura monumental é uma forma visível e durável

¹²² Os pórticos são um local coberto, localizado à entrada de edifícios, templos e palácios. Pelo relato de Estrabão, os pórticos do ginásio de Alexandria eram superiores a 185 metros de comprimento.

de expressão de poder de uma camada hegemônica de determinada sociedade (HIRATA, 2009, p. 122).

Desde muito cedo, devido à ausência da *boulé*, os membros do ginásio, sobretudo sua elite representada por seus diretores, usavam a instituição como forma de exercer representação política na cidade, às vezes até mesmo opondo-se às autoridades estabelecidas, tanto no período ptolomaico, quanto no romano.¹²³

Como espaço constitutivo da identidade grega, o ginásio foi o local de onde partiram as primeiras manifestações de repúdio em relação aos judeus, pois, segundo Filo, a multidão tomou a visita de Agripa como pretexto, passando o dia no ginásio, escarnecendo do rei e formulando gracejos (*In Flacc.*, 34). Filo relata uma encenação ocorrida no ginásio.

Existia um louco chamado Carabás [...] que passava os dias e noites desnudo a caminhar pelas ruas, fizesse frio ou calor, e era motivo de diversão para crianças e jovens ociosos. Conduziram este infeliz ao ginásio e o colocaram num lugar elevado, para que ficasse à vista de todos. Alisaram uma folha de papiro em forma de coroa e a colocaram em sua cabeça. Cobriram-lhe o resto do corpo com um tapete, para servir de clâmide e,¹²⁴ como cetro, alguém lhe deu um pequeno ramo de papiro [...]. Quando ele recebeu as insígnias reais e foi disfarçado de rei, como nas apresentações teatrais, um grupo de jovens, portando bastões sobre os ombros semelhante a lanceiros, rodearam-no de ambos os lados, simulando uma guarda real. Outros se aproximaram em seguida, uns para saudar, outros clamando por justiça, e alguns como que para consultá-lo sobre assuntos de Estado. Da multidão que o rodeava ecoou em seguida um grito absurdo de *Marin* (pois assim chamam o rei na Síria) e sabiam que Agripa era de origem síria e que reinava sobre uma grande parte do território da Síria.¹²⁵ Ao escutar, ou melhor, ao ver

¹²³ Em 80 d.C., o rei Ptolomeu XI Alexandre II, foi arrastado pela população e morto no ginásio (CLÍMACO, 2013a, p. 124-125). O controle da instituição do ginásio era tão importante que Marco Antônio, entre outros romanos notáveis, chegou a exercer a função de diretor (HADAS-LEBEL, 2014, p. 15). Conforme Plutarco, após a queda da cidade de Alexandria, o ginásio, local simbólico que representava os gregos, foi escolhido por Otaviano para sediar o tribunal que julgaria a população da cidade (*Ant.*, 80). Filo relata uma manifestação ocorrida no ginásio, liderada por Isidoro, com o intuito de acusar e satirizar o prefeito romano Flaco no início de seu mandato (*In Flacc.*, 138-139).

¹²⁴ Peça do vestuário, similar a um manto, muito utilizada no meio militar por soldados gregos.

¹²⁵ Autores como Bell (1941, p. 6) apontam uma semelhança entre a encenação ocorrida no ginásio de Alexandria com a acontecida em Jerusalém, anos antes com Jesus; contudo, tais eventos não possuem ligação. A paródia alexandrina, na qual um miserável é tomado das ruas e de forma

tais coisas,¹²⁶ Flaco deveria não só ter detido e colocado na prisão o louco [...], mas também ter punido os que arquitetaram aquela farsa [...] (*In Flacc.*, 36-40).

Tal encenação coloca em evidência a defesa da identidade grega, afinal o ginásio era a “porta” de acesso à cidadania grega, era um local exclusivo dos cidadãos gregos de Alexandria e, portanto, proibido aos judeus. Os gregos utilizaram esse espaço que lhes era tão significativo para demonstrar o seu poder e para afirmar a sua cultura, rebaixando assim os judeus e satirizando Herodes Agripa, que talvez fosse um dos representantes da etnia judaica mais importantes no cenário do Império Romano.

Outro local utilizado pelos gregos e por egípcios durante o Conflito de 38 d.C., no ataque aos judeus foi o teatro. A palavra “teatro” é derivada do vocábulo latino *theatrum* que, por sua vez, se origina do grego *theatron*, significando um lugar reservado para performances visuais (SEAR, 2006, p. 1). O surgimento do teatro ocorreu no século VI a.C. e estava relacionado a cerimônias do culto dionisíaco. A estrutura arquitetônica dos primeiros teatros era pouco complexa, reduzindo-se a uma esplanada, às vezes lajeada, embora geralmente fosse de terra batida. Havia um altar de Dionísio na área central e os espectadores se aglomeravam em torno do local, seja sobre andaimes de madeira, seja nas encostas do terreno em que o teatro era construído. Elementos em pedra foram introduzidos ao longo do século IV a.C. para substituir as partes de madeira. No entanto, maiores transformações

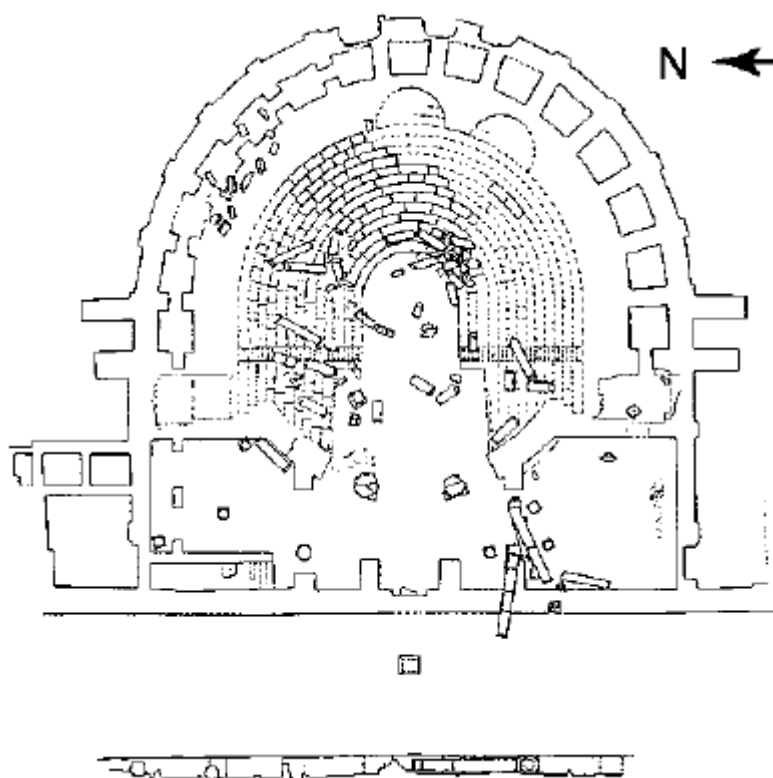
repentina se vê dotado de trajes reais e honras faz alusão à situação anterior de Herodes Agripa, que estava endividado e preso por Tibério, mas foi agraciado por Flaco de forma súbita (GAMBETTI, 2009, p. 159-160).

¹²⁶ Filo alega que Flaco presenciou os insultos cometidos contra o rei Herodes Agripa. Tal fato seria possível, uma vez que, segundo Estrabão, a sede do tribunal de justiça de Alexandria, o *Dikasterion*, ficava localizado dentro das dependências do ginásio (*Strab.*, 17. 1. 10).

arquitetônicas surgiram com a introdução de técnicas romanas (MARTIN, 1956, p. 8-9; ALMEIDA, J. E. L., 2014, p. 109).

Grande parte das informações sobre teatros construídos em solo egípcio advém das fontes escritas, uma vez que poucos vestígios arqueológicos foram encontrados, a exemplo do teatro de Oxirrincos e de um pequeno teatro helenístico descoberto em Alexandria, nas escavações realizadas por arqueólogos ligados ao Centro Polonês de Arqueologia Mediterrânea, na década de 1960 (Figura 6) (SEAR, 2006, p. 105).¹²⁷

Figura 6 – Planta do teatro de Alexandria



Fonte: Sear (2006, p. 299).

¹²⁷ Bowman (1986, p. 144) relata que o teatro de Oxirrincos possuía capacidade para 11.000 mil pessoas. Podemos inferir, então, que o teatro de Alexandria, cidade monumental, capital da província, por certo seria bem maior.

Esse teatro, localizado no centro de Alexandria, não é o mesmo que foi utilizado pelos gregos no Conflito de 38 d.C., do qual só possuímos informações por meio de fontes literárias, como os escritos de Estrabão. O grande teatro de Alexandria, dedicado a Dionísio, situava-se próximo ao complexo palaciano, instalado no flanco de uma colina do bairro Brucheion, com vista para o porto principal e para a Ilha de Faros (*Strab.*, 17. 1. 9). O aproveitamento de uma encosta que facilitaria a construção e a visibilidade, permitindo ao espectador contemplar boa parte da cidade, é um traço característico dos teatros gregos e helenísticos (MARTIN, 1956, p. 9-12).

O teatro de Alexandria foi o edifício mais utilizado pelos gregos durante o ataque aos judeus, pois serviu de espaço para se fazer pressão política sobre o prefeito romano, Flaco, e como palco para torturas e humilhações perpetradas contra os judeus. Conforme mencionamos, as primeiras atitudes dos gregos em represália aos judeus ocorreram no ginásio, um espaço essencialmente grego, de acesso restrito às outras etnias. O teatro, por sua vez, tinha um significado diferente, pois seu uso não era exclusivo, mas atendia a um público amplo, sendo acessível a todos os setores da população alexandrina (ALSTON, 1997, p. 169; CODEÇO, 2010, p. 174).¹²⁸

No contexto do conflito, Filo (*In Flacc.*, 41) relata que a multidão “se concentrou no teatro desde o amanhecer, comprando Flaco com honrarias miseráveis, que este, na sua febre de glória, vendido, aceitou [...]”. O teatro, além de ser um local destinado à comédia, às tragédias e aos mimos, também servia como

¹²⁸ As apresentações teatrais atraíam grande público; os alexandrinos eram acusados de possuírem um deslumbre pelo teatro e por festividades, por isso eram rotulados como debochados e descomedidos (ALSTON, 1997, p. 169; HADAS-LEBEL, 2012. p. 260-261; CLÍMACO, 2013a, p. 260-261).

lugar de manifestação pública, já que facilitava a interação entre o povo e as autoridades municipais e imperiais. Nesse local, a população poderia se dirigir ao prefeito, em aclamação. Filo (*In Flacc.*, 41), tratando do conflito com os judeus, narra que os presentes ao teatro “gritavam em uma única voz exigindo que se erigissem estátuas nas sinagogas”, pedido que foi aceito por Flaco.

O teatro possuía uma integração profunda com o cotidiano da cidade. Nele, aconteciam as principais festividades e espetáculos; tais eventos não eram apenas voltados para a diversão, mas também possuíam um viés político e social. O teatro se configurava como um espaço privilegiado de manifestação política, pois as exposições públicas permitiam a participação ativa dos espectadores, que ovacionavam ou vaiavam, interagindo, assim, com a apresentação. É importante ressaltar que, nessas cerimônias, a principal forma de comunicação utilizada era imagética, portanto de fácil entendimento para as pessoas presentes, não importando o nível social, o que facilitava o poder de persuasão e a obtenção de apoio e consentimento do público em relação a determinados temas (GONÇALVES, 2008, p. 29).

Segundo Stoppino (1998, p. 1292), intervenções físicas podem ser empregadas como um meio de se exercer e demonstrar poder, o que fica constatado quando a violência é utilizada sob forma de castigo corporal. Os gregos utilizaram o teatro para exibir seu poder social, para evidenciar um consenso — a unidade em torno da repreensão aos judeus —, valendo-se desse espaço para punir não apenas os líderes da comunidade judaica, mas até mesmo mulheres dessa etnia. Segundo Filo, Flaco mandou prender alguns anciãos, membros do conselho judaico, e os enviou para expô-los e castigá-los na presença de seus inimigos, que se encontravam reunidos para assistir ao espetáculo.

Ordenou em seguida que os despiassem a todos e que fossem açoitados com chicotes, um castigo aviltante, geralmente reservado aos piores criminosos. Devido à violência dos golpes, alguns morreram de imediato, no momento em que eram transportados em macas. Outros padeceram durante prolongado período de tempo, que perderam totalmente a esperança de salvação (*In Flacc.*, 75).

Além da grande violência sofrida pelos judeus, Filo relata a humilhação provocada pelo tipo de chicote empregado na punição. Em Alexandria, uma das maneiras de se demarcar a diferença social atrelava-se à forma de execução das penas judiciais. Filo conta que a humilhação foi maior porque Flaco ordenou que fossem usados, no flagelo, chicotes que normalmente eram utilizados para castigar os egípcios de estatuto inferior, sendo que o costume era castigar-se os judeus com chicotes reservados aos homens livres e cidadãos (*In Flacc.*, 76-80).

O teatro, durante o Conflito de 38 d.C., foi convertido em um local de punição e de entretenimento, ao mesmo tempo. Desse modo, o castigo aos judeus constituía uma verdadeira atração que, segundo Filo, dividia-se em partes distintas:

A primeira parte da atuação durava desde o amanhecer até a terceira ou quarta hora, e consistia em judeus chicoteados, dependurados, torturados na roda, espancados e conduzidos pelo meio da orquestra em direção à morte.¹²⁹ Depois desta exibição, entravam os bailarinos, os mimos, os flautistas e todos os outros divertimentos próprios das competições teatrais (*In Flacc.*, 85).

Durante o embate, as mulheres judias também foram alvo de perseguições e algumas foram penalizadas no teatro. Ao relatar o castigo contra as mulheres, Filo coloca em evidência a interação com a plateia, pois as mulheres eram presas e levadas ao centro do teatro. Os espectadores, convertidos em tiranos e déspotas,

¹²⁹ A orquestra é o espaço plano e circular, no qual atores e coreutas se apresentavam. Tal espaço intermediava atores e público. A orquestra de um teatro helenístico era geralmente circular, enquanto a dos teatros romanos possuíam uma configuração semicircular (ALMEIDA, J. E. L., 2014, p. 107; SEAR, 2006, p. 7).

ordenavam que lhes dessem de comer carne de porco, e as que resistiam eram entregues ao carrasco para serem torturadas (*In Flacc.*, 95-98).

As cenas que o teatro oferecia ao público reproduziam aspectos da vida diária, das práticas sociais cotidianas, com os seus conflitos (CODEÇO, 2010, p. 173-174). Durante o episódio de 38 d.C. verificamos, de modo inequívoco, que o teatro reproduzia, de certa forma, os principais pontos de atrito existentes na sociedade alexandrina, incluindo as questões políticas, quando os gregos, como grupo social mais bem posicionado perante os romanos, usavam sua força e seu prestígio para pressionar o prefeito em benefício próprio, obtendo assim o aviltamento de antigos privilégios judaicos. O teatro evidenciava também as mudanças sociais, como o rebaixamento dos judeus, uma vez que os gregos castigavam os líderes da comunidade judaica da mesma forma como se castigariam os egípcios criminosos; por fim, demonstrava a intolerância aos costumes culturais dos judeus, pois ao deixar os anciãos nus, exibiam a prática da circuncisão, marca masculina dos judeus; quanto às mulheres, obrigavam-nas a comer carne de porco, o que era proibido pelas leis dietéticas.

Conforme ressaltamos, após uma reunião no teatro entre parcela da população alexandrina e o prefeito Flaco, ficou decidido que fossem colocadas imagens do imperador Calígula nas sinagogas. A palavra “sinagoga” tem origem no grego *proseuche* e significa sala ou casa de oração. O surgimento da sinagoga tem sido apontado para o período de exílio babilônico, no século VI a.C., funcionando para o judeus da Diáspora, longe de sua terra natal, como um substituto para o Templo, que havia sido destruído por Nabucodonosor em 586 a.C., durante a invasão de Jerusalém (RUNESSON; BINDER; OLSSON, 2008, p. 6; LOBIANCO, 2006, p. 246). No período helenístico-romano, o termo “sinagoga” foi usado para se

referir à comunidade religiosa, seu edifício comum, ou ambos (LEVINE, 2000, p. 1; RAJAK, 2009, p. 111).

A sinagoga apresentava algumas características que contribuíram para a sua ampla difusão, uma das quais era a mobilidade espacial, pois, diferentemente do Templo, podiam ser construídas livremente, o que permitia aos judeus organizarem sua vida comunal e religiosa em qualquer lugar onde habitassem. Como instituição, a sinagoga possuía critérios menos rígidos em relação à liderança, pois os chefes da sinagoga não se restringiam a uma única casta ou grupo sociorreligioso. Outro fator que colaborou para o sucesso das sinagogas dizia respeito à facilidade de acesso, pois era mais aberta ao diálogo, facilitando a participação frequente de não judeus e atraindo assim benfeitores.¹³⁰ Por fim, a sinagoga desempenhava uma gama de atividades, ligadas a atividades religiosas, sociais e políticas (LEVINE, 2000, p. 2).

Os estudos mais recentes sobre a sinagoga na Antiguidade têm-se concentrado em quatro dimensões específicas: institucional, não litúrgica, espacial e litúrgica. Os aspectos institucionais são relativos à organização administrativa e ao papel dos líderes e benfeitores. O aspecto não litúrgico se relaciona à utilização da sinagoga para o desempenho de atividades socioculturais, como local de tribunais, escolas, tesourarias e arquivos. O aspecto espacial está ligado ao estudo dos vestígios arqueológicos e arquitetônicos, suas variações e similaridades com a estrutura templária greco-romana. Por fim, o aspecto litúrgico se refere às atividades religiosas que ocorriam nas sinagogas, como a leitura sabática da *Torá* (RUNESSON; BINDER; OLSSON, 2008, p. 7-9).

¹³⁰ Tessa Rajak (2001, p. 463-474), ao estudar inscrições encontradas em sinagogas nas cidades greco-romanas, aponta que, em sua maioria, os inscritos são nomes de doadores e que grande parte desses doadores são gregos e romanos. Na concepção da autora, a sinagoga desempenhava um papel não somente religioso, mas possuía finalidades sociais, pois ampliava o número de pessoas que poderiam ser contadas como apoiadores políticos dos judeus.

O conhecimento sobre as sinagogas da Diáspora no período anterior a 70 d.C. se baseia quase exclusivamente em registros literários. Já para o período da Antiguidade Tardia, as fontes arqueológicas são mais abundantes (LEVINE, 2000, p. 7). No Egito, ainda não foi escavado nenhum edifício identificado como uma sinagoga, mas fontes literárias e epigráficas, como papiros e algumas dedicatórias aos soberanos ptolomaicos encontradas na região do Delta e do Fayum, atestam a presença de sinagogas desde o século III a.C. (HADAS-LEBEL, 2012, p. 37).

Os romanos classificavam os grupos judeus em cada cidade como *collegia* — associações. Quando César instituiu uma legislação que restringia o funcionamento dos *collegia*, exceto alguns que já estivessem estabelecidos há um longo período de tempo, as sinagogas estavam incluídas entre os isentos e, portanto, autorizadas a funcionar (FONTETTE, 1989, p. 19; RAJAK, 2009, p. 120). De fato, no que dizia respeito às questões institucionais e não litúrgicas, as sinagogas não diferiam muito das demais organizações dos gentios, pois realizavam reuniões em locais específicos, eram financiadas por patronos, providenciavam enterro de seus mortos, serviam de alojamento para os judeus imigrantes e recolhiam doações (THCHERIKOVER, 1959, p. 303; MEEKS, 1992, p. 60-61; LEVINE, 2000, p. 3).

Filo descreve algumas funções sociais exercidas nas sinagogas, como local de ensino e tesouraria (*Leg.*, 23. 156), mas enfatiza, sobretudo, a importância política da instituição na interação dos judeus com seus benfeitores e com a Casa Imperial.

O único povo [os judeus] dentre todos os que habitam debaixo do sol que privado das suas sinagogas fica impedido de mostrar piedade para com seus benfeitores [...]. Não sabeis que para os judeus do mundo inteiro as sinagogas são o centro de onde irradia a piedade para com a família imperial? Se elas forem destruídas, que outro lugar ou meio nos resta para lhes prestar homenagem? (*In Flacc.*, 48-49).

Apesar de as sinagogas possuírem características semelhantes às de um *collegium*, a ponto de as autoridades romanas as considerarem como tal, o significado dessa instituição era amplo. Afinal, uma coisa é afirmarmos que os romanos enquadravam a sinagoga da Diáspora como *collegia*. Outra coisa é sustentar que os judeus, e até mesmo os gregos e os egípcios, concebiam a sinagoga apenas sob uma perspectiva jurídica.

Como monumento judaico por excelência, o edifício da sinagoga era sempre o maior e o mais imponente dentro de uma comunidade judaica (LEVINE, 2000, p. 1). Em Alexandria, a concentração de população judaica era expressiva e Filo menciona a existência de muitas sinagogas espalhadas em cada bairro da cidade (*Leg.*, 20. 132). As sinagogas construídas em Alexandria e nos seus arredores possuíam sanção oficial dos governantes e gozavam do privilégio de *asylum*, o que as colocava em pé de igualdade com os templos pagãos da cidade (GRUEN, 2002, p. 69). As sinagogas ocupavam espaço, marcavam presença e incomodavam a ponto de rivalizar com as instituições gentias, tanto em termos religiosos, quanto em termos políticos e sociais.

O fato de algumas associações gregas terem sido proibidas de funcionar, enquanto as sinagogas desfrutavam de proteção legal, foi um ponto de discórdia entre gregos e judeus em Alexandria. Filo é muito crítico ao tratar das organizações gentias da cidade, sobretudo as lideradas por Isidoro, ginasiarca de Alexandria que atuou como embaixador grego durante o Conflito de 38 d.C. Segundo Filo, durante os primeiros anos de governo, Flaco realizou uma excelente administração e dissolveu “as associações e clubes que com o pretexto de oferecerem sacrifícios organizavam banquetes nos quais homens embriagados discutiam a situação

política” (*In Flacc.*, 4). Em outra passagem, Filo menciona que, na cidade de Alexandria,

[...] existem confrarias com um grande número de membros. Nelas não reina o ideal de comunidade, mas apenas o vinho puro, a embriaguez e os desmandos e a violência de quem está sob o efeito do álcool. As suas reuniões são chamadas de sínodos e simpósios pelos naturais da região. Em todas as confrarias, ou na maioria delas, Isidoro ocupa o primeiro lugar e é conhecido pelos títulos de: líder do simpósio, presidente do banquete e agitador da cidade (*In Flacc.*, 136-137).

No relato de Filo, as associações gentias são apontadas como local de comportamento lascivo, de desordem e focos de perturbação política, enquanto as sinagogas representariam o inverso, o que é evidenciado quando Filo compara as associações de forma implícita, dizendo que Augusto permitiu aos judeus se reunirem nas sinagogas porque elas não eram locais de conspirações e embriaguez, não perturbavam a paz, mas eram escolas de prudência e justiça, de homens dedicados à virtude (*Leg.*, 40. 311-312).

A sinagoga significava para os judeus um lugar sagrado, a casa de oração, local de ensino da *Torá* e de render cânticos de louvores a Deus (*In Flacc.*, 122). A sinagoga, como espaço físico e como instituição, era de importância singular para a comunidade judaica, por isso, no decorrer do conflito, foi escolhida por gregos e egípcios como primeiro alvo a ser atacado. Dessa forma, profanaram-nas com imagens imperiais, saquearam-nas e retiraram as placas identificativas, não deixando sequer o nome, pois dessa forma as sinagogas perderiam a capacidade de representar o espaço judaico, mas depois, apropriadas e ressignificadas, transformaram-se em santuários públicos dedicados ao imperador Calígula (*Leg.*, 20. 153; *In Flacc.*, 53).

No decorrer do Conflito de 38 d.C., a necessidade de enfraquecer a comunidade judaica por meio da destruição das sinagogas se tornou algo consensual.

Reunindo-se uma multidão numerosíssima derrubaram as sinagogas [...] destruíram completamente algumas, em outras colocaram fogo, queimando as casas vizinhas. Pois nada é mais rápido do que fogo na madeira. E me calo da queima e destruição simultânea das honras oferecidas aos imperadores, os escudos e espadas de ouro, as estelas e inscrições [...]. As sinagogas que não puderam levar à ruína devido ao grande número de judeus que viviam perto, as macularam por meio da violação das leis e costumes pois, instalaram em todas imagens de Caio e, na maior e mais importante, colocaram uma estátua de bronze do imperador montado em uma velha quadriga do ginásio [...] que como dizem alguns, estava dedicada a Cleópatra antiga, bisavó da última (*Leg.*, 20. 132-135).

Os gregos e os egípcios entendiam a sinagoga como a base da vida judaica, um local de disseminação cultural e religiosa, onde os judeus aprendiam a não adorar os deuses locais, a recusar trabalho nos dias de sábado, a não comer carne de porco e a hostilizar os gentios. Além disso, as sinagogas, como construções monumentais, principalmente a que se localizava no bairro do Delta,¹³¹ a maior e mais decorada, transmitiam um sentimento de imponência, disputavam com as construções gentias e representavam a identidade judaica construída em pedra no solo da cidade, por isso tinham que ser destruídas. As que não podiam ser destruídas devido à resistência dos judeus deveriam ser ao menos profanadas, não só com imagens imperiais — o que fragilizaria a relação dos judeus com as autoridades romanas, que na maioria dos casos cumpriam o papel de defensoras do judaísmo —, mas também com elementos próprios da cultura grega, como a velha

¹³¹ Segundo Sly (1996, p. 43-44), a principal sinagoga de Alexandria possuía uma vasta estrutura física e provavelmente se localizava ao longo da via Canópica, próxima ao ginásio, na fronteira entre os bairros Delta e Brucheion.

quadriga do ginásio que, no passado, foi empregada para honrar Cleópatra III, bisavó de Cleópatra VII, última soberana ptolomaica.

A apropriação dos espaços públicos e privados

A rua é um dos elementos essenciais na constituição do espaço. Ela se configura como um percurso ao longo do qual se move um observador, seja ele habitual, seja ocasional ou potencial. A rua exerce uma função de eixo organizador, pois representa uma direção simbólica, ligando e unificando os elementos espaciais entre si e relacionando-os para formar um todo mais amplo (NAVARRO, 2007, p. 8).

A cidade de Alexandria foi projetada em padrão hipodâmico. Era uma cidade em tabuleiros, composta por uma grade de ruas que se intercruzavam em ângulos retos. Nessa configuração, sete ruas paralelas corriam ao longo da cidade no sentido leste-oeste e eram entrecortadas por outras onze ruas, também paralelas entre si, no sentido norte-sul (FERREIRA, 1992, p. 214; GAMBETTI, 2009, p. 30).

A função mais significativa da rua está atrelada à ideia de movimento. O grande número de ruas de Alexandria eram essenciais para o transporte de mercadorias entre o Lago Mareótis, no sul da cidade, e o Mar Mediterrâneo, ao norte, como também para o deslocamento de pessoas, conforme nos diz Estrabão: “Toda a cidade é cortada por estradas para a passagem de cavaleiros e carros. Duas delas são muito amplas, [...] e cortam uma a outra em ângulos retos” (*Strab.*, 17. 1. 8).

De todas as ruas alexandrinas, a principal era a Via Canópica, que atravessava toda a cidade no sentido leste-oeste; era bem pavimentada, possuía mais de 30 metros de largura, sendo quatro vezes e meia mais larga que as demais ruas. A Canópica era interceptada por uma rua com 15 metros de largura que comunicava os portos do Mediterrâneo aos portos do Lago Mareótis (Figura 7) (HAAS, 1996, p. 29; SMITH, 1974, p. 4). A Canópica interligava os principais edifícios da cidade, pois estavam situados, ao seu redor ou na sua proximidade, palácios, ginásio, teatro e ágora (FERRO; MAGLI, 2012, p. 381).

Figura 7 – Alexandria com a Via Canópica em destaque



Fonte: Aquarela de Jean-Claude Golvin. Musée Départemental Arles Antique. Disponível em: <http://jeanclaudegolvin.com/alexandria/> >. Acesso em: 18 jan. 2016.

Como principal artéria da cidade, a Canópica foi utilizada como palco para importantes rituais cívicos desde o período ptolomaico. Com os romanos, não foi diferente, já que a rua foi palco para o *adventus* de Otaviano, em 30 a. C., como também serviu para a barulhenta recepção de Germânico, em 18 d.C. O significado do espaço é múltiplo e está atrelado à prática realizada por aqueles que nele interagem, portanto um espaço pode ir muito além da sua função original básica. Por isso, para além de local dedicado ao movimento, a Canópica era transformada em teatro do poder (CERTEAU, 1994, p. 202; HAAS, 1996, p. 82).

Não raro, distúrbios e manifestações urbanas tomam como ponto de partida o espaço da rua, e em Alexandria não foi diferente. Conforme já ressaltamos, a chegada de Herodes Agripa a Alexandria pode ser apontada como o “estopim” do Conflito de 38 d.C. De toda a obra *In Flaccum*, Filo revela mais cautela e ponderação na parte em que tenta explicar a razão pela qual Herodes Agripa visitou Alexandria. Filo é muito metódico ao tratar o assunto: primeiro afirma que Herodes Agripa não queria passar por Alexandria ao retornar de Roma para a Síria, mas foi praticamente obrigado a fazer tal trajeto por respeito ao imperador Calígula e, assim, “obedeceu, em parte porque Gaio era seu soberano, em parte porque o conselho lhe pareceu útil” (*In Flacc.*, 26).

A viagem foi feita e, ao chegar ao porto de Faro, de “forma discreta e em segredo”, Herodes Agripa esperou anoitecer para desembarcar quando todos estivessem a dormir para não chamar a atenção (*In Flacc.*, 27) e desembarcou com muita discrição, porque desejava partir da cidade incógnito (*In Flacc.*, 28). Tamanha precaução de Filo ao narrar a chegada de Herodes Agripa tinha a finalidade de dissimular que a presença do rei originou ou fomentou os distúrbios (ATKINSON, 2006, p. 43). A rua é um espaço frequentado por todos, é um espaço público por

excelência, pois permite o livre acesso de homens e mulheres (BAUMAN, 2009, p. 69). Por certo, as ruas de uma cidade cosmopolita como Alexandria eram frequentadas por uma grande quantidade de pessoas das mais variadas etnias, entre as quais gregos, judeus e egípcios. Os planos de Herodes Agripa de passar de forma incógnita durante sua permanência na cidade, se é que tais planos existiram, foram frustrados, pois o rei, com seu exército de lanceiros, membros da sua guarda pessoal a desfilarem com suas armaduras adornadas de prata e ouro pelas ruas da cidade chamou não só a atenção dos judeus, mas serviu também para provocar a hostilidade de egípcios e de gregos que atuavam como conselheiros do prefeito (*In Flacc.*, 29-30).

Tudo indica que a população judaica de Alexandria era expressiva. Alguns autores, como Meeks (1992, p. 59), estimam em 100 mil a população judaica da cidade no século I d.C. Se dividirmos esse montante por uma área aproximada de 8,25 quilômetros quadrados, encontraremos uma densidade demográfica superior a 12 mil habitantes por quilômetro quadrado. Tais cálculos são apenas estimativas e também temos que levar em conta que a concentração judaica variava significativamente de bairro para bairro, mas não podemos negar que a notícia da visita de um rei, de origem judaica, transitando pelas ruas de Alexandria, por certo se difundiu rapidamente e atraiu grande número de judeus para observar, reverenciar, enfim, saudar o soberano.

O desfile do rei Agripa foi encarado por gregos e egípcios como ofensivo — o evento representava a afirmação da etnia judaica, transmitindo uma mensagem de esplendor, prestígio, riqueza e poder régio. Ocupar o espaço público da cidade para saudar o soberano era uma forma de elevar o carisma da comunidade judaica (ATKINSON, 2006, p. 45; ALSTON, 1997, p. 167). Tal demonstração foi interpretada

por gregos e egípcios como uma forma de provocação que merecia ser revidada. Afinal, gregos, egípcios e judeus disputavam espaços sociais e políticos na sociedade, mas os judeus, devido em boa parte a uma longa tradição de discriminação, eram considerados elementos que representavam perigo, pois encarnavam o papel de potenciais inimigos.

A violência é sempre percebida ou justificada como uma resposta a outra violência e é a partir do outro que ameaças, agressões e hostilidades nos atingem e são introjetadas por nós (DADOUN, 1998, p. 63). Os gregos e os egípcios revidaram e usaram a rua como forma de punir os judeus, retirando-lhes o que Lynch (2007, p. 195-196) ressalta como sendo um dos mais importantes direitos em matéria de espaço: o direito de acesso. Os judeus, durante o conflito que se seguiu, não podiam mais circular livremente pelas ruas da cidade (*Leg.*, 19. 127) e os que se aventuravam eram capturados pela multidão, assassinados e arrastados pelas vias públicas (*In Flacc.*, 65).

A multidão, um grande número de pessoas unidas de forma momentânea em torno de um objetivo comum, potencializa o uso da violência por parte dos indivíduos que a compõem, pois a massa encobre, em suas fileiras, os excessos e torna difícil a identificação de culpados. Filo relata o uso da violência no ataque perpetrado contra os judeus da maneira como se segue:

Outros, em número incontável, foram subjugados e aniquilados com a utilização das mais diversas formas de violência, colocadas em prática para satisfazer a crueldade atroz daqueles que, enlouquecidos, foram reduzidos, pela ferocidade demonstrada, à condição de animais selvagens. Onde quer que avistassem judeus apedrejavam-nos e os atingiam com bastões, evitando atingi-los de imediato em partes vitais para impedir que, morrendo de forma rápida, se libertassem mais rapidamente do sofrimento. Alguns tornaram-se mais impetuosos, devido à impunidade e licença com que podiam praticar estes crimes e, desprezando armas menos violentas, recorreram às mais eficazes, ferro e fogo. Muitos

pereceram pela espada, e não poucos foram mortos pelo fogo (*In Flacc.*, 66-67).

Filo narra também que as ruas foram transformadas em instrumento de tortura e morte:

Foram muitos, ainda, aqueles a quem amarraram um dos pés pelo tornozelo e os arrastaram ao mesmo tempo em que os desmembravam, saltando sobre eles, inventando desta forma a mais atroz das mortes. Mas nem a morte das vítimas mitigava a sua fúria interminável, pois infligiam aos corpos os piores ultrajes. Arrastavam-nos por quase todas as ruas da cidade, até o cadáver perder sua pele, a carne, os músculos, os nervos, completamente desfeitos pelas irregularidades e dureza do solo e os membros que haviam sido um organismo unido eram despedaçados e espalhados por toda a parte (*In Flacc.*, 70-71).

As ruas de Alexandria foram utilizadas por gregos e egípcios como lugares de punição aos judeus, visto que a rua dava publicidade ao ato e permitia a participação de um maior número de pessoas. As mesmas ruas que antes serviam de rota e de espaço destinado à movimentação de pessoas e animais, agora, dotada de um novo significado e de uma nova função, foi transformada em parte integrante de uma ferramenta de humilhação, tortura e execução dos judeus.

Da mesma forma que as ruas, a ágora de Alexandria também foi utilizada por gregos e egípcios durante o ataque aos judeus. Um dos elementos espaciais mais característicos de uma estrutura urbana é a praça e algumas vezes só temos a impressão de que chegamos realmente a uma determinada cidade quando adentramos a sua praça. Nas cidades antigas, a praça, ou melhor, a ágora representava o centro, atuando como ponto de referência, um destino, uma meta para o movimento. A praça tem a característica de satisfazer as necessidades humanas básicas e configura-se como um centro de atividades no coração de uma

área urbana intensiva. Sua localização geográfica privilegiada permite fácil acesso às ruas e, geralmente, nas suas redondezas, são disponibilizados diversos tipos de serviço, o que atrai muitas pessoas, tornando o local muito movimentado (NAVARRO, 2007, p. 10-11; LYNCH, 2007, p. 413).

Como um lugar praticado, a praça pode desempenhar várias funções, como espaço para comércio, encontros, atividades políticas, religiosas e festivas, mas, qualquer que seja seu papel, a função básica da praça sempre estará de acordo com o sentido da interação humana, pois os significados espaciais são obtidos por meio das práticas sociais. As pessoas atribuem significado ao espaço e atuam com base nesse significado (NAVARRO, 2007, p. 11-12; CLAVAL, 1979, p. 15; HARKER, 2008, p. 50).

Em Alexandria, a ágora se localizava nas dependências do bairro grego Brucheion, representando o centro da cidade. Nas suas imediações, se localizavam os principais edifícios religiosos e administrativos da cidade. Interceptada pela rua principal (Canópica), a ágora era um local amplo, o que permitia grandes aglomerações, sendo cercada de pórticos com um arco monumental de quatro lados (Figura 8) (HAAS, 1996, p. 31).

Figura 8 – Mapa de Alexandria destacando possível local da ágora



Fonte: Haas (1996, p. 2).

Filo apresenta a ágora como um lugar dedicado ao comércio, um ponto de encontro e negociação, mas essa mesma ágora, durante o conflito, foi dotada de um novo significado. Esse espaço, antes aberto a todos, tornou-se proibido aos judeus ou só acessível para que sofressem humilhações e flagelos. Filo conta que, durante o embate, as casas e as oficinas dos judeus foram saqueadas, sendo os objetos furtados levados para a ágora a fim de serem comercializados (*In Flacc.*, 56). Tal comércio era realizado na presença dos antigos proprietários, porque, segundo o autor, os envolvidos “se organizavam com outros para dividir o roubo e o dividiam no meio da ágora, na presença dos antigos donos, zombando deles e injuriando-os” (*Leg.*, 18. 122).

A ágora também foi utilizada como local de demonstração de poder, como um instrumento de coação dos grupos subalternos, visto que as lideranças judaicas

eram forçadas a desfilar por ela, sendo submetidas a acusações e escárnio. Flaco determinou a prisão de trinta e oito membros do conselho dos judeus e “enviou estes anciãos, acorrentados, de mãos atadas às costas, com correias ou cadeias de ferro, em uma bela procissão pelo meio da ágora [...]” (*In Flacc.*, 74).¹³²

A ágora se tornou um local onde a presença judaica era proibida e os judeus que se atreviam a frequentá-la eram atacados por populares e assassinados (*In Flacc.*, 64-65). No meio da multidão, os atos de violência fugiam do controle e alguns judeus eram amarrados com cordas e cintos e arrastados no meio da ágora, até que não restasse nenhuma parte do corpo para receber sepultamento (*Leg.*, 19. 131).¹³³ Entre todos os atos de violência cometidos contra os judeus no espaço da ágora, Filo destaca o suplício nas fogueiras.

[...] os mais impiedosos queimaram no centro da cidade famílias inteiras: os maridos com suas esposas, as crianças pequenas com seus pais, não lhes despertando qualquer compaixão nem a velhice, nem a juventude, nem a idade inocente das crianças. Quando faltavam troncos para os queimar, juntavam restos de madeira (gravetos) que os matavam mais por asfixia do que propriamente pelo fogo, inventando uma morte mais lenta e dolorosa para esses infelizes, cujos corpos meio queimados jaziam desordenadamente, num espetáculo penoso e extremamente aflitivo de se ver. E, se as pessoas incumbidas de arranjar lenha demoravam, queimavam os donos das casas sobre suas próprias mobílias, fruto de pilhagem. Dos objetos valiosos, eles se apropriavam, mas os que tinham pouco valor, lançavam ao fogo, para que servissem de madeira (*In Flacc.*, 67-69).¹³⁴

¹³² As mulheres judias também foram submetidas a um desfile semelhante (*In Flacc.*, 95).

¹³³ Segundo Noy (1998, p. 78-79), existiam três formas de sepultamento para os judeus na Diáspora: na primeira eram enterrados em catacumbas exclusivas da comunidade onde viviam; a segunda forma de enterro ocorria em áreas de sepultamento comum, ou seja, entre não judeus, e a terceira e menos utilizada era transportar os restos mortais para serem enterrados na Palestina. Segundo Josefo, os ritos de sepultamento previstos pela lei judaica não eram dispendiosos ou com construções monumentais (*Ap.*, II, 26. 205).

¹³⁴ Filo relata novamente a passagem na obra *Legatio Ad Gaium* e explica que a utilização de gravetos ao invés de lenha de boa qualidade causava uma morte miserável, pois era lenta, uma vez que os gravetos produzem mais fumaça do que fogo (*Leg.*, 19. 130).

O homem é um animal territorial, ele controla espaços. O domínio de um determinado espaço ajuda a fortalecer a identidade grupal, pois exprime para o grupo dominante o sentimento de orgulho e satisfação, adquirido pela submissão do grupo mais fraco. O estatuto social sustenta-se ou manifesta-se pelo domínio espacial (LYNCH, 2007, p. 195). O acesso ao espaço é hierárquico, não está distribuído de forma isonômica, mas, em circunstâncias ditas normais, qualquer pessoa pode acessar sem impedimento qualquer local público, como as praças, e ninguém tem o direito de impedir esse acesso. Todavia estava acontecendo em Alexandria um conflito popular, e isso não é um acontecimento ordinário e regular, mas configura uma situação atípica, que provoca, na multidão, um frenesi no qual atitudes extremas são tomadas, a exemplo dos atos de violência contra os judeus.

Após o embate nas ruas e na ágora, a violência aos judeus teve prosseguimento no espaço do bairro. A repartição de uma cidade em bairros ou distritos, demarcando fronteiras internas, fundamenta-se na necessidade humana de organização espacial, atrelada a questões de poder e *status*. A organização do espaço segue critérios hierárquicos e é uma forma de expressão das instituições e dos grupos que compõem a sociedade. Filo, escrevendo no século I d.C., lembra que a cidade de Alexandria possuía cinco bairros designados pelas cinco primeiras letras do alfabeto e que dois deles eram chamados de bairros judeus devido ao grande número de habitantes dessa etnia. O autor argumenta ainda que não era pequeno o número de judeus que viviam nos demais bairros da cidade (*In Flacc.*, 55).

A repartição do território alexandrino em cinco quadrantes remontava ao século III a.C. e perdurou durante todo o período romano (GAMBETTI, 2009, p. 32; HAAS, 1996, p. 47). Apesar da existência secular desses bairros, poucas são as

informações relativas a eles, e mais difícil ainda é precisar a sua localização, porquanto a maior parte dos autores que mencionam, em suas obras, os bairros de Alexandria fornecem poucas referências geográficas. Os mais conhecidos são o bairro Delta, devido à alta concentração de judeus; o bairro Rakotis, habitado em grande parte por egípcios e com ruas estreitas; e o Beta, chamado de Brucheion, bairro dos palácios que ocupava quase um terço da cidade, estendendo-se da costa até o centro. Nele se localizavam as principais construções da cidade como o teatro, o mausoléu de Alexandre, o ginásio, a Biblioteca, o Museu e vários templos (LEVÊQUE, 1967, p. 434; HAAS, 1996, p. 142; ALSTON, 2002, p. 159; SALES, 2012, p. 21).

Os judeus constituíam cerca de um 1/3 da população da cidade e se concentravam sobretudo nos bairros limítrofes Delta e Beta, sendo que a maior parte deles residia no primeiro, onde foram assentados originalmente pelos soberanos lágidas (SEGRÉ, 1946, p. 134; MORAIS, 1972, p. 54; ALSTON, 1997, p. 170; HAAS, 1996, p. 95; HADAS-LEBEL, 2012, p. 17).

A implantação de bairros étnicos em Alexandria possivelmente se devia a questões de cunho administrativo, pois em uma cidade habitada por povos diferentes tal medida facilitaria o controle social. Apesar de terem sido alocados em um território específico nos anos iniciais da cidade, os judeus não eram obrigados a viver segregados, sendo autorizados a habitar em outras zonas da cidade (BELL, 1941, p. 1). Duas explicações são apontadas para elucidar o motivo de os judeus preferirem residir junto aos seus. Flannery (1968, p. 28) confere aos judeus um caráter fortemente separatista e preconceituoso; devido a isso, consideravam as cidades onde habitavam um lugar profano e os gentios, filhos do erro e da superstição, preferindo, então, evitar contato com eles. A interpretação de Flannery

tem sido contestada por diversos autores para quem os grupos imigrantes, na cidade, têm a tendência de se agrupar para executar suas práticas religiosas e culturais, o que é facilitado quando se reside próximo a pessoas que compartilham a mesma herança cultural. Do hábito de morarem próximos, surgiram os bairros judeus, posto que a proximidade favorecia a preservação das crenças e práticas ancestrais (MEEKS, 1992, p. 59; MOMIGLIANO, 1998, p. 365; GRUEN, 2002, p. 69).

Viver em uma cidade significa viver junto e às vezes esse viver junto implica residir próximo a pessoas tidas por estranhas e diferentes. O judeu encarnava, em Alexandria, o papel de estrangeiro, de imigrante (*Ap.*, II, 6. 71-72). Durante o Conflito de 38 d.C., essa forma de encarar o elemento judaico foi ratificada pelo edito do prefeito Flaco, que extinguiu ou restringia, em grande parte, os privilégios judaicos (*In Flacc.*, 54).

O edito de Flaco deu sanção legal para que os gregos pudessem se livrar de um grupo étnico tido como diferente e incômodo. Uma das melhores formas de se isolar a alteridade que incomoda é criar espaços físicos separados, bem delimitados e defendidos (BAUMAN, 2009, p. 44). Os gregos confinaram os judeus em uma zona restrita da cidade, estabelecendo, dessa forma, uma fronteira. Segundo Filo, os judeus foram expulsos de quatro dos cinco bairros da cidade e concentrados no bairro Delta, onde eram constantemente vigiados para que não deixassem o lugar (*In Flacc.*, 55; *Leg.*, 19. 128).

Apesar de essa separação ter sido violentamente imposta, sendo duramente castigados os judeus que fossem flagrados na área cívica grega, o mais grave foi o controle exercido sobre o espaço, pois, ao serem expulsos de seus bairros, os

judeus perderam o acesso a suas casas e locais de trabalho, ficando privados de recursos materiais.

Os homens de negócios perderam seus capitais e ninguém, nem o agricultor, nem o armador, nem o mercador, nem o artesão se permitiu exercer seu ofício habitual. Assim, por duas vias se chegou à pobreza: pelo saque, pois em um só dia foram despojados e privados de seus bens e porque não podiam viver de seus habituais ofícios (*In Flacc.*, 57).

A violência indireta está ligada à interferência nas possibilidades ambientais das vítimas, e o controle do espaço, por parte de gregos e egípcios, serviu para provocar fome:

Depois [...] de serem brutalmente expulsos da maior parte dos bairros da cidade, os judeus caíram assediados e rodeados de inimigos, pressionados pela pobreza e pela escassez extrema dos bens essenciais, vendo debaixo dos seus olhos mulheres e filhos morrendo de uma fome criada artificialmente (*In Flacc.*, 62).

O bairro é um espaço simbólico atrelado a compromissos pessoais e identitários. Isolar os judeus do convívio social é estabelecer fronteiras, atitude que se autoalimenta, na medida em que as fronteiras não apenas separam as diferenças como também as realçam, as evidenciam (BAUMAN, 2009, p. 76). Ao confinar os judeus em um local definido, gregos e egípcios se fortaleciam, demonstrando seu poder de domínio territorial e, ao mesmo tempo, colocavam em prática uma ação que enfraquecia a identidade judaica, já que, ao serem expulsos, perdiam o contato com possíveis apoiadores (amigos, vizinhos) e ficavam fragilizados, já que eram privados dos seus lares e recursos materiais.

Durante as expulsões, muitos judeus perderam suas casas de forma repentina. Filo menciona quatrocentas casas que foram esvaziadas e entregues à pilhagem (*In Flacc.*, 94); de um momento para o outro, os judeus ficaram “sem teto e

lugar, expulsos e exilados de suas casas, forçados a viver dia e noite ao ar livre, quebrantados pelos raios de sol e pelo frio da noite” (*Leg.*, 18. 123). Por fim, os judeus foram acusados de armazenar todo o tipo de armas em suas casas, razão pela qual os soldados invadiram as casas para averiguar. Segue o relato de Filo:

Os judeus [...] a princípio ficaram atemorizados, enquanto as suas esposas e filhos pequenos se estreitavam contra eles, banhados em lágrimas, com medo de serem feitos prisioneiros [...] lamentavam-se [...] porque as suas mulheres, que viviam em recolhimento, não se aproximando do limiar da porta, e as suas filhas solteiras, que estavam confinadas aos aposentos femininos [...] naquele momento não só foram expostas a homens que não lhes eram próximos, mas também a soldados que infundem um terror que lhes é próprio (*In Flacc.*, 87-89).

Os judeus foram privados da estabilidade e segurança de um lar.¹³⁵ De todos os elementos espaciais tratados até aqui, sem dúvida, a casa é a que representa a ligação mais particular e pessoal entre os seres humanos e o espaço, pois oferece proteção física e psicológica aos residentes. Residir é fixar raízes, é interagir com vizinhos, é dotar o espaço de uma significação especial. O ataque contra as residências (expulsões, saques e invasões) foi de grande impacto simbólico, visto que a casa é a mais íntima das formas espaciais; nela, os indivíduos começam a aprender sobre a sociedade e a cultura de seus antepassados. No espaço da casa o ser humano pode expressar mais livremente suas emoções e desejos, praticar seus costumes, protegido do olhar alheio. No entanto, com a violação desse ambiente, o mais privado dos espaços se tornou público durante o Conflito de 38 d.C. (ALSTON, 1997, p. 172; 2002, p. 44).

¹³⁵ Segundo Alston (1997, p. 171), a casa judaica descrita por Filo teria uma configuração diferente em relação às casas romanas, gregas ou egípcias. A partir da porta, a casa judaica era composta pelas seguintes áreas: *pylon*, que era a portaria, depois o *auleios*, que seria a entrada para o pátio, a *aule* (pátio) e depois o *thalamos* que eram as dependências domésticas. As mulheres deveriam ficar no interior da residência quando houvesse homens estranhos na casa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse trabalho, analisamos o Conflito ocorrido em 38 d.C., na cidade de Alexandria, envolvendo gregos, egípcios e judeus, com o propósito de evidenciar os móveis do conflito e de que forma os atos de violência e a utilização do espaço urbano, com suas ruas, ágora, bairros e edifícios, atuaram na afirmação da identidade grupal dos envolvidos.

Uma das hipóteses que nortearam nosso trabalho diz respeito a entender as alterações ocasionadas em Alexandria pela dominação romana e de que forma as mudanças, nos âmbitos social, político e econômico, serviram para ressaltar as diferenças entre os diversos grupos étnicos da cidade, sobretudo em relação aos judeus, grupo que foi alvo de um violento ataque efetuado por gregos e egípcios no ano de 38 d.C., durante o principado de Calígula.

Para tanto, investigamos, em primeiro lugar, os fatores que contribuíam para que Alexandria alcançasse notório destaque no mundo mediterrâneo e atraísse, dessa forma, pessoas das mais variadas etnias, configurando-se em uma cidade multiétnica. Analisamos também o estabelecimento e o convívio social de três povos — grego, egípcio e judeu — atuantes no Conflito de 38 d.C.

Alexandre, o Grande, ao fundar a cidade, escolheu um local privilegiado, situando-a no ângulo esquerdo do Delta, em uma faixa de terra que intermediava o Lago Mareótis e o Mar Mediterrâneo, na confluência de dois continentes, o africano e o asiático. O bom posicionamento geográfico da cidade foi aproveitado pelos soberanos lágidas, dinastia também conhecida por ptolomaica, que governou o Egito após a morte de Alexandre, perpetuando-se no poder por quase 300 anos.

Sob os três primeiros reis Ptolomeus, o Egito e sua capital, Alexandria, passaram por grandes transformações políticas, econômicas e socioculturais, que conferiram ao reino elevada importância no cenário mediterrâneo. Ptolomeu I realizou grandes investimentos na agricultura, potencializando assim um setor da economia que caracterizava o Egito desde épocas faraônicas. Novas técnicas de cultivo foram implantadas, solos desgastados se tornaram férteis por meio de irrigação, adubação e rotação de culturas e produtos com maior aceitabilidade no mercado mediterrâneo, como trigo, passaram a ser cultivados em maior escala. Dessa forma, o Egito se tornou o grande “celeiro” do mundo antigo. No entanto, conforme demonstramos no decorrer do primeiro capítulo, só aumentar a produção não seria suficiente para fortalecer a economia: era preciso construir toda uma logística de escoamento da produção para que os produtos chegassem aos portos. Tal necessidade fomentou um grande investimento na construção de celeiros, na manutenção de estradas e canais do Nilo, enfim, medidas que facilitariam o controle, o transporte e a tributação dos produtos, atividades que só obteriam êxito mediante a operação de uma ampla burocracia atuante nas aldeias e nas cidades distribuídas pelos nomos.

Alexandria, como capital, foi a grande beneficiária do sucesso da administração ptolomaica, afinal a cidade atuava como um entreposto comercial entre o interior do Egito (*chorá*) e o Mar Mediterrâneo, de forma que toda mercadoria deveria ser direcionada para a cidade, onde ficaria armazenada até sua destinação final. Tal função exigia uma série de investimentos em obras públicas, que iam desde a construção de portos para recebimento e escoamento de mercadorias, passava pela pavimentação de estradas para facilitar o transporte, até a construção

de edifícios públicos, enfim, investimentos que demonstravam a riqueza dos ptolomeus e conferiam à cidade um caráter monumental.

Alexandria se tornou uma cidade cosmopolita, uma terra de oportunidades, o que a transformou em destino de um grande número de imigrantes oriundos de distintas regiões, como da Grécia Continental, da Macedônia, da Trácia, das Ilhas do Egeu, da Coele-Síria e da Ásia Menor.

Uma das medidas políticas executadas pelos Lágidas estava relacionada à admissão e absorção de estrangeiros no Egito, visto que esses indivíduos ajudariam a fomentar, entre outros aspectos, o desenvolvimento econômico, político e cultural do reino. Como capital, Alexandria foi a cidade que mais atraiu imigrantes, pessoas que deixavam seus locais de origem em busca de melhores condições de vida e, ao se estabelecerem na cidade, atuavam nas mais diversas atividades e funções. A diversidade populacional de Alexandria era enorme; cada grupo étnico, apesar de se adaptar a vida local, preservou muito de sua tradição, de seus valores e de seus costumes, ou seja, manteve suas diferenças, transformando a cidade em um verdadeiro mosaico cultural. As diversas etnias foram organizadas em *politeumata*, corporações cívicas que possuíam certa autonomia administrativa e judicial sobre seus membros. Dos diversos povos que conviviam em Alexandria, analisamos o desenvolvimento histórico e as relações sociais de três deles: gregos, egípcios e judeus, devido à atuação no Conflito de 38 d.C.

Os gregos eram o grupo mais privilegiado da cidade. Descendiam dos fundadores, possuíam título de cidadão, desempenhavam importantes funções administrativas e também militares no governo ptolomaico. A cidade de Alexandria foi organizada segundo o modelo grego, possuindo *demos*, *boulé* (que depois foi

suprimida) e *ekklésia*. A cultura grega se sobressaía, na medida em que valores próprios dessa cultura eram infundidos nas diversas instituições, como Museu, Biblioteca, teatro e ginásio. A posse da cidadania grega abria as portas para a participação na vida pública da cidade. O cidadão podia participar de conselhos e instituições, como o ginásio. Apesar dessa proeminência grega, as trocas culturais eram constantes e elementos da cultura egípcia passaram a fazer parte da vida dos gregos alexandrinos, tanto na esfera administrativa, a exemplo da adoção do sistema de pesos e medidas e do calendário faraônico, como na esfera religiosa, com a criação de um culto misto a Serápis, e até mesmo nos rituais funerários, com a utilização da mumificação e do *Livro dos Mortos*.

Os egípcios, por sua vez, também estiveram presentes desde a fundação da cidade e é provável que, nos anos iniciais, sua população fosse superior à população grega. Ao fundar Alexandria, Alexandre incorporou aldeias egípcias existentes nas proximidades, a exemplo de Racótis, antiga aldeia de pescadores que se transformou no bairro egípcio de Alexandria, local que sediava o templo de Serápis. Além disso, habitantes de Canópos e outras cidades egípcias da região foram transferidos para Alexandria para trabalharem na construção da cidade. Apesar da predominância de gregos na administração ptolomaica, alguns egípcios proeminentes, como o sacerdote Manethon, o escriba Wennefer e o nomarca Nectanebo figuraram na alta burocracia de Ptolomeu Sóter. Por outro lado, à medida que a monarquia lágida se consolidava, os egípcios perderam espaço paulatinamente, sendo rebaixados para escalões inferiores nos nomos e aldeias. Na esfera cultural, apesar dos enfrentamentos, os egípcios mantiveram algumas prerrogativas. A língua egípcia não deixou de existir e, no campo religioso, apesar de fazer concessões aos gregos, dando oportunidade ao culto dos reis e às

divindades do panteão helênico, a cultura egípcia prevaleceu, principalmente nos ritos funerários.

Da mesma forma que gregos e egípcios, a presença de judeus também remontou aos anos iniciais de Alexandria e foi motivada por razões políticas e econômicas. Grande parte dos primeiros judeus chegaram a Alexandria na condição de escravos, mas, ao serem libertados, optaram por permanecer na região e pouco a pouco foram integrados na vida local. *Grosso modo*, os judeus possuíam um bom relacionamento com os Lágidas e, por isso, conseguiram alguns benefícios, como o de possuírem um *politeuma*, de construir sinagogas e de manter seus costumes religiosos. Os judeus foram estabelecidos no bairro Delta, mas a população judaica cresceu muito, tornando Alexandria um dos maiores centros da Diáspora. Devido a esse fato, espalharam-se pela cidade e passaram a viver em outros bairros, até mesmo no Beta, que era o principal bairro grego, conhecido como Brucheion.

Os judeus adotaram muito dos hábitos locais, como o uso da língua grega e da indumentária. Alguns chegavam mesmo a helenizar seus nomes. Havia judeus que se consideravam cidadãos, mas, apesar de compartilharem alguns direitos em comum com os cidadãos alexandrinos, os judeus eram estrangeiros com direito à residência, sendo poucos os que realmente conseguiram o título de cidadão. A cidadania alexandrina estava atrelada a vários critérios, como ascendência grega, formação cultural no ginásio e recursos financeiros, que representavam obstáculos aos judeus.

Apesar das assimilações culturais, graças à tradução da *Torá* para o grego e ao trabalho realizado nas sinagogas, os judeus, mesmo distantes de Jerusalém, conseguiram preservar muito de seus costumes. Uma das características judaicas

que mais causavam estranhamento em relação aos habitantes de Alexandria dizia respeito à religião, que diferia das demais religiões praticadas na cidade, visto que exigia algumas prerrogativas dos praticantes, como a crença em um deus único, a ausência de imagens, a circuncisão masculina, o descanso sabático e as regras alimentares. Enfim, uma gama de elementos que geravam variadas reações no restante da população, que iam desde a incompreensão à intolerância.

A animosidade entre judeus, gregos e egípcios foi acentuada com a dominação romana do Egito. Alexandria, até então capital do reino, foi rebaixada a capital de província e o governo da cidade, antes exercido pelos Ptolomeus, passou a ser ocupado por prefeitos, oficiais romanos, membros do *ordo* equestre, nomeados pelos imperadores para exercer o controle da cidade por tempo determinado. Os judeus adotaram uma atitude favorável aos romanos, mas o apoio tributado aos invasores não foi bem visto e serviu para exacerbar os conflitos com egípcios e gregos. Em contrapartida, o apoio a Roma garantiu, para os judeus alexandrinos, a manutenção de alguns privilégios relativos à organização política (*politeuma*) e a questões religiosas. César e Augusto estabeleceram o judaísmo como *religio*, um culto ancestral que poderia ser praticado livremente.

A organização social de Alexandria mudou com os romanos. Os gregos que, desde o período ptolomaico, ocupavam o posto mais elevado da sociedade, repartindo entre si os cargos mais importantes da burocracia e do exército, foram rebaixados para uma esfera secundária, pois os romanos passaram a ter a primazia. Já os judeus, apesar de possuírem alguns benefícios perante os romanos, também perderam espaço social, sendo rebaixados ao nível dos egípcios. Essa reconfiguração social provocou uma disputa entre os grupos étnicos no que se refere à manutenção de privilégios antigos e/ou busca de novos.

Os romanos empreenderam também uma reforma fiscal e instituíram um novo imposto, a *laografia*, tributo que era cobrado de todos os homens entre 14 e 60 anos de idade. A incidência desse imposto estava atrelada à origem étnica dos indivíduos, ao grau de helenização e ao local em que habitavam. Com o intuito de facilitar a administração da cidade, Augusto procurou criar uma elite de apoio, razão pela qual passou a privilegiar os gregos, grupo de maior *status* em Alexandria. Dessa forma, os indivíduos que possuísem a cidadania grega estariam isentos do imposto.

A *laografia* tornou-se assim um marcador de identidade, mas, para que um sistema de cobrança de imposto, baseado nesses critérios, funcionasse, era necessário ter um conhecimento preciso da população, possuir informações exatas para definir os isentos ou não e, dessa forma, facilitar a cobrança. Diante de tal necessidade, foi estabelecido um sistema de censo, realizado em intervalos de 14 anos. Com as informações do censo, os romanos tinham condições de definir de forma mais precisa quem eram os gregos, ou seja, os cidadãos de Alexandria, indivíduos que geralmente detinham três características: residiam na cidade, possuíam propriedades fundiárias e haviam recebido uma educação grega, tendo frequentado o ginásio.

A maior parte da população judaica de Alexandria estava sujeita ao pagamento do imposto, pois eram poucos os judeus que possuíam o título de cidadão. A *laografia* era prejudicial para os judeus em dois sentidos: primeiro, porque representava um novo encargo financeiro e, segundo, porque evidenciava uma degradação social, já que o imposto igualava os judeus ao setor mais irrelevante da sociedade, representado pelos egípcios. A conquista romana contribuiu para fomentar, na cidade, um ambiente de conflito, gerando disputa pela posse da cidadania, pois, se no período ptolomaico ser cidadão representava um

privilégio honorário que permitia uma maior participação na vida cívica da cidade, sob os romanos tal *status* implicava também a isenção de encargos financeiros.

Alguns membros da sociedade, entre os quais os judeus, passaram a se imiscuir em círculos gregos, como o ginásio e, dessa forma, tentaram buscar a ampliação de direitos políticos, o que não era aceito pelos gregos, provocando assim uma reação de hostilidade. Sob Calígula, a situação judaica ficou muito comprometida, pois, diferente de César, de Augusto e de Tibério, o novo imperador dava grande valor ao culto imperial. Os gregos e os egípcios da cidade aproveitaram a ocasião para acusar os judeus de não reverenciar o imperador. Nesse período, os atos de violência proliferaram e, em 38 d.C., eclodiu um violento conflito envolvendo gregos, egípcios e judeus pelas ruas de Alexandria. Vários foram os móveis do conflito, como a existência de ressentimentos antigos entre os grupos populacionais, as disputas políticas e sociais acentuadas com a chegada dos romanos e até mesmo as diferenças culturais e religiosas, que ganharam importância devido à questão da observância do culto imperial sob Calígula.

A segunda hipótese do trabalho se relacionou ao fato de que o espaço de Alexandria não foi simplesmente um palco para as ações de violência contra os judeus, mas foi utilizado, destruído, manipulado e ressignificado, de forma consciente, pelos atores sociais envolvidos. Por isso, analisamos a relação existente entre espaço, violência e identidade social no Conflito de 38 d.C.

Uma das características marcantes do conflito alexandrino de 38 d.C. foi o uso desproporcional de violência. O uso da violência está intimamente ligado à questão de identidade grupal, pois, ao se eleger um inimigo comum, o grupo fica fortalecido em torno de um objetivo, de uma causa. Apenas as questões

econômicas, políticas e sociais seriam insuficientes para justificar os atos de violência contra os judeus, por isso evidenciamos, na obra *Contra Apionem*, de Flávio Josefo, as acusações feitas por autores alexandrinos em relação aos judeus, buscando compreender de que forma as diferenças culturais entre os grupos fomentaram as ações durante o conflito. Percebemos uma tradição de demonização dos judeus presente em Alexandria desde, pelo menos, o século III a.C., quando os judeus eram considerados invasores, profanadores, ateus, ímpios, canibais, estrangeiros e misantrópicos. Tais estigmas convertiam os judeus em inimigos de gregos e egípcios, como um grupo com o qual se devia evitar contato, pois representavam perigo. Em contrapartida, os judeus também questionavam alguns costumes gentios, como o politeísmo e a idolatria, motivando uma guerra de estigmas que dividia a sociedade em dois grupos distintos: judeus e gentios.

A violência é uma forma de interação entre os homens e, como tal, se realiza no espaço. Filo trata do Conflito de 38 d.C. em duas obras, *In Flaccum* e *Legatio ad Gaium*, por meio das quais destaca a importância da topografia da cidade, com seus edifícios e espaços, na deflagração do embate. Elementos do meio urbano de Alexandria, como ruas, ágora, bairros, casas, teatro, ginásio e sinagoga, foram utilizados por gregos e egípcios como forma de atacar, punir e rebaixar os judeus.

Um dos primeiros locais utilizados para diminuir os judeus e exaltar o poder e a cultura grega foi o ginásio. O ginásio, como espaço físico e como instituição, era o elemento mais representativo da cultura grega em Alexandria. No ginásio, o jovem aprendia a ser grego. O local era destinado ao ensino e às atividades físicas, mas também era um importante espaço de manifestação política, pois, desde o período ptolomaico, na ausência da *boulé*, eram as lideranças do ginásio que tomavam as decisões políticas, o que fazia do ginasiarca um dos magistrados mais influentes de

Alexandria. Como monumento, o ginásio representava o poder grego edificado no principal bairro da cidade, ofuscando até mesmo outros edifícios, como templos e palácios. Tal espaço foi o local escolhido pelos gregos para satirizar a chegada do rei Herodes Agripa em Alexandria, líder judeu que possuía grande prestígio junto às autoridades romanas.

Além do ginásio, os gregos utilizaram as dependências do teatro para pressionar o prefeito romano, Flaco, a tomar uma posição contrária aos judeus. O teatro também foi o local escolhido para julgar, torturar, humilhar e até assassinar os judeus. Diferentemente do ginásio, que era um espaço restrito aos gregos, o teatro era aberto a todos os setores da população alexandrina e, além de ser um local destinado a festividades e espetáculos, o teatro serviu para sediar manifestações políticas, como também para castigar os judeus.

Gregos e egípcios utilizaram o teatro para apresentar o consenso social em torno de uma causa comum: a punição dos judeus. No teatro, as autoridades judaicas foram humilhadas, torturadas e rebaixadas. O teatro oferecia aos espectadores uma reprodução, em microescala, dos embates e das práticas sociais correntes em Alexandria: reproduzia nuances das questões políticas, como o poder e o prestígio dos gregos ante o prefeito romano, o rebaixamento do estatuto social dos judeus, que passaram a ser castigados da mesma forma que os egípcios, e as diferenças culturais, pois no ato de desnudar os líderes judaicos, evidenciou-se a circuncisão. Já as mulheres judias foram obrigadas a romper com seus preceitos dietéticos ao ingerir carne de porco.

Gregos e egípcios atacaram também a sinagoga, o edifício e/ou instituição mais característico da identidade judaica. As sinagogas eram o centro da

organização judaica, que sediava atividades culturais, sociais, políticas e religiosas dos judeus. Em Alexandria, existiam várias sinagogas e a mais monumental delas se localizava no bairro Delta. Tanto nos aspectos físicos quanto nos institucionais, as sinagogas incomodavam, marcavam presença, ocupavam espaço e chegavam até mesmo a rivalizar com as instituições gentias. As sinagogas representavam a identidade judaica construída em pedra e, do ponto de vista político, serviam como um canal de comunicação com os romanos. Tais características tornaram as sinagogas o principal alvo dos gentios durante o conflito, por isso muitas delas foram destruídas, não restando-lhes sequer o nome. Desse modo, privados de sua principal instituição, os judeus ficaram enfraquecidos em termos sociais, culturais e políticos. Nas sinagogas que não foram destruídas, erigiram-se imagens do imperador, o que significava uma profanação. A presença das imagens imperiais nas sinagogas colocava os judeus em uma situação delicada, pois aceitá-las seria um desrespeito à religião e retirá-las seria um desrespeito ao imperador, o que fragilizaria ainda mais a relação entre judeus e romanos, visto que estes últimos, por décadas foram, em Alexandria, os defensores dos judeus.

Por fim, os atos de violência alcançaram as ruas, a ágora e os bairros. É nos locais públicos que a vida urbana atinge sua mais complexa expressão e foi justamente nesses locais que os atos de violência chegaram ao ápice.

A rua sempre foi um dos elementos espaciais mais representativos de Alexandria; afinal, como cidade planejada, construída em tabuleiros, compunha-se de uma grande quantidade de ruas retas que se intercruzavam. Uma dessas ruas se destacava, a Via Canópica, principal artéria da cidade, mais larga que as demais, cortando toda a extensão do território alexandrino no sentido leste-oeste. Ao seu redor estavam localizados os principais edifícios e templos. A Canópica, desde os

Ptolomeus, sediava desfiles e cerimônias cívicas, função que foi preservada pelos romanos.

A rua se configurava em teatro do poder. Foi nas ruas de Alexandria que os judeus fizeram grande pompa para recepcionar a chegada de Herodes Agripa e sua guarda real que, toda ornamentada, representou, diante da população, um verdadeiro espetáculo. Tal recebimento caloroso do soberano judaico não foi bem visto por gregos e egípcios, que interpretaram o ato como uma afronta política, como manifestação de poder dos judeus. O uso da violência geralmente é justificado como resposta a uma violência anterior. Assim, gregos e egípcios revidaram, atacando os judeus pelas ruas da cidade, que foram ocupadas pelos gentios. Os judeus capturados pela multidão revoltosa eram linchados e arrastados pelas ruas. Como espaço público, as ruas permitiam uma maior aglomeração de pessoas e, portanto, uma maior participação nos ataques, fatores que potencializaram o uso da violência e que tornaram a rua, antes um local destinado sobretudo ao trânsito de pessoas e de cargas, em um espaço de punição.

Da mesma forma que as ruas, a ágora também possuía um grande simbolismo em Alexandria. A ágora se localizava no bairro grego e era interligada pelas ruas, fazendo fronteira com vários edifícios importantes, como o teatro. Era um local de encontro, de transações comerciais e, como espaço público, estava aberto a todos os setores da população. No entanto, durante o Conflito de 38 d.C., gregos e egípcios manipularam o uso da ágora, proibindo o acesso aos judeus que, desse momento em diante, só a adentraram para sofrer torturas, humilhações e morte. Os gregos utilizaram a ágora para demonstrar seu poder, pois nela negociavam livremente produtos saqueados das casas dos judeus. Líderes judaicos acorrentados foram obrigados a desfilar em direção ao teatro, mas, apesar desses

atos, o mais significativo foi o uso da violência, pois, na ágora, famílias inteiras de judeus foram queimadas vivas por uma multidão enfurecida. O domínio espacial de ruas e ágora pode ser interpretado como um meio de fortalecer a identidade, principalmente a dos gregos, pois demonstrava para seus membros o sentimento de poder e de força obtido pela submissão do grupo mais fraco, o dos judeus.

Os últimos elementos espaciais evidenciados no conflito dizem respeito ao confinamento dos judeus no bairro Delta e à invasão das residências judaicas. Desde a fundação da cidade, os judeus foram estabelecidos no Delta, mas, devido ao crescimento da população judaica, se instalaram nos demais bairros. Em Alexandria, os judeus eram acusados de serem diferentes. A presença judaica incomodava gregos e egípcios, daí a necessidade de reuni-los, confiná-los, de criar uma fronteira, uma separação entre os grupos sociais. O bairro como elemento espacial estimula compromissos pessoais, porque, quando habitamos em um lugar, criamos vínculos de amizade e solidariedade. Ao expulsar os judeus de alguns bairros, os laços sociais com possíveis apoiadores, vizinhos, por exemplo, se enfraqueciam, fragilizando, em consequência disso, os próprios judeus. Durante as expulsões, casas judaicas foram invadidas e saqueadas. Dessa maneira, os judeus foram privados da segurança e da estabilidade de um lar e, sem recursos, foram lançados às ruas. De todos os elementos espaciais, a casa é o mais simbólico deles, pois transmite a ideia de intimidade, sentimento que confere ao espaço um significado especial. É na casa onde aprendemos, em primeira instância, os aspectos relativos à cultura e à sociedade de que participamos, enfim, um conjunto de valores que se tornam referência para a vida adulta.

Procuramos demonstrar, nesta Dissertação, a importância do espaço e da violência como formadores e afirmadores da identidade de gregos, egípcios e judeus

em Alexandria. O espaço configura uma dimensão existencial dos seres humanos. Todas as ações humanas, entre as quais o conflito e a violência, possuem um aspecto espacial. A cidade de Alexandria possuía um significado simbólico para os grupos envolvidos no conflito, visto que residiam na cidade há séculos, participaram da sua formação, dotaram os espaços e os edifícios da cidade de uma significação íntima e especial, por isso disputavam entre si o domínio de tais elementos. Assim, gregos, egípcios e judeus sentiam-se não só como pertencentes à cidade, mas como se a possuíssem, o que fazia de Alexandria, sob muitos aspectos, uma cidade múltipla dotada de uma coloração não só grega e egípcia, mas também judaica.

REFERÊNCIAS

Documentação textual

DIODORUS SICULUS. *Library of History*. 12 Vols. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1933-1967. (The Loeb Classical Library)

_____. *Bibliotheca*. C. H. Oldfather (trad.), Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1989.

STRABO. *Geography*. 8 vols. London: Harvard University Press, 1960. (The Loeb Classical Library)

_____. *The Geography of Strabo*. Hamilton; Falconer (trans.). Vols. I-II. Livros I-XVII. London: Bell, 1903-1906.

JOSEPHUS. *Jewish Antiquities*. 9 vols. Cambridge. Mass.: Harvard University Press, 1943-1957. (The Loeb Classical Library)

_____. *The Jewish War*. 3 vols. Cambridge. Mass.: Harvard University Press, 1976. (The Loeb Classical Library)

_____. *Against Apion*. Cambridge. Mass.: Harvard University Press, 1926. (The Loeb Classical Library)

_____. *Against Apion*. Trans. by John M. G. Barclay. Leiden/Boston: Brill, 2007.

PHILO. *On the Embassy to Gaius*. London: Harvard University Press, 1962. (The Loeb Classical Library)

_____. *Legatio ad Gaium*. Trans. by E. Mary Smallwood. Leiden: Brill, 1970.

_____. *Embajada a Gayo*. Trad. José Pablo Martín. Madrid: Editorial Trotta, 2009.

_____. *Against Flaccus*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1941. (The Loeb Classical Library)

_____. *Flaccus*. Trans. by Pieter W. Van der Host. Leiden/Boston: Brill, 2003.

_____. *Contra Flaco*. José Pablo Martín. Madrid: Editorial Trotta, 2009.

_____. *De Somniis III*. Trans. by C. D. Yonge. Peabody: Hendrickson Publishers, 1993.

_____. *De Specialibus Legibus*. Trans. by C. D. Yonge. Peabody: Hendrickson Publishers, 1993.

PLINY. *Natural History*. 10 Vols. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1938-1963. (The Loeb Classical Library)

THEOCRITUS. *Greek Bucolic Poets*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1977. (The Loeb Classical Library)

PLUTARCH. *Moralia*. 16 Vols. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1927-2004. (The Loeb Classical Library)

Acta Alexandrinorum In.: TCHERIKOVER, Victor; FUKS, Alexander. *Corpus Papyrorum Judaicarum*. Cambridge: Harvard Press, 1960.

Bibliografia instrumental

ANDRADE, M. M. de. O tempo e os outros: ensaio sobre história e alteridade. *Boletim do CPA*, Campinas, n. 17. p. 7-30, jan./jul., 2004.

ARENDT, H. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2000.

BARRET-DUCROCQ, F. *A intolerância*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BARROS, J. D. *O projeto de pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico*. Petrópolis: Vozes, 2005.

BAUMAN, Z. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

BECKER, H. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BINGEMER, M. C. L. *Violência e religião*. Rio de Janeiro: PUC - Rio, 2001.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: EDUNB, 1998.

BURKE, P. *Hibridismo cultural*. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CASTELLS, M. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1987.

CLAVAL, Paul. *Espaço e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

Dictionnaire Étymologique de la Langue Latine. Paris: Klincksieck, 2001.

DADOUN, R. *A violência: ensaio acerca do "homo violens"*. Rio de Janeiro: Difel, 1998.

DOUGLAS, M. *Pureza e perigo*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

DUARTE, G. R.; FROTSCHER, M.; RIBEIRO, S. Práticas culturais e identidades. *Tempos Históricos*. Marechal Cândido Rondon, v. 08, p. 295-307, 2006.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GONÇALVES, A. T. M. As festas romanas. *Revista de Estudos do Norte Goiano*, Uruaçu, vol. 1, n. 1, p. 26-68, 2008.

GONÇALVES, A. T. M.; ROCHA, L. M. Identidades e etnicidades: conceitos e preceitos. In: SILVA, G. V. da; NADER, M. B.; FRANCO, S. P. (Orgs.). *As identidades no tempo: ensaios de gênero, etnia e religião*. Vitória: EDUFES, 2006, p. 11-31.

GUARINELLO, N. L. *Identidades mediterrâneas*. In: I encontro do laboratório de estudos do império romano: regional Espírito Santo. Vitória, UFES, 2010.

HUCKFELDT, Robert. *Politics in context: Assimilation and conflict in urban neighborhoods*. New York: Agathon Press, 1986.

JULIA, D. A violência das multidões: é possível elucidar o desumano? In: BOUTIER, J. & JULIA, D. (Org.) *Passados recompostos*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Ed. FGV, 1998.

LEFEBVRE, Henry. *La Production de l'espace*. Paris: Anthropos, 2000 [1974].

LYNCH, Kevin. *A boa forma da cidade*. Lisboa: Edições 70, 2007.

NAVARRO, Alexandre G. Sobre El concepto de espacio. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 17:3-21, 2007.

PASQUINO, G. Conflito. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: EDUNB, 1998.

SILVA, G. V. Desvio social, exclusão e estigmatização: notas para o estudo da história dos marginais. *Dimensões*, Vitória, n. 22, p. 13-29, 2009.

_____. Representação social, identidade e estigmatização: algumas considerações de caráter teórico. In: FRANCO, S. P.; LARANJA, A. L.; SILVA, G. V. da (Org.). *Exclusão social, violência e identidade*. Vitória: Flor e Cultura, 2004, p. 13-30.

SILVA, T. T. (Org.). *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

STOPPINO, M. Violência. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: EDUNB, 1998.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (Org.). *Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 7-101.

Obras de apoio

ABBADI, Mustafa el. The problem of the Council of Alexandria: can a solution be found? *Bulletin de la Société Archéologique D'Alexandrie*. Alexandria, v.45, p.1-6, 1993.

ABD EL GHANI, Mohammed. Alexandria and Middle Egypt: some aspects of social and economic contacts under Roman rule. In: HARRIS, W.; RUFFINI, G. *Ancient Alexandria between Egypt and Greece rulers*. Leiden/ Boston: Brill, 2004.

ALFÖLDY, G. *História social de Roma*. Lisboa: Presença, 1989.

ALLIOT, M. La Thébaïde en lute contre les Rois D' Alexandrie: sous Philopator et Épiphanes (216-184). *Revue Belge de Philologie et D'Histoire*. Bruxelles, Tome XXIX, p. 421-443, 1951.

ALMEIDA, João Estevam Lima de. *Um deus a céu aberto: Diônisos e a expressão material do teatro na paisagem da pólis na Grécia arcaica e clássica – Sec. VI-III AC*.

2014. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

ALMEIDA, Vitor Luiz Silva. O templo de Heliópolis e o julgamento de Ptolomeu VI Filometor: o javismo descentralizado. *Revista Jesus Histórico*, VII, 13, 2014.

ALSTON, Richard. Philo's In Flaccum: ethnicity and social space in roman Alexandria. *Greece & Rome*, vol. 44, n. 2, p. 165-175, 1997.

_____. *The city in Roman and Byzantine Egypt*. London/New York: Routledge, 2002.

ATKINSON, John. Ethnic cleansing in Roman Alexandria in 38. *Acta Classica*, 49, p. 31-54, 2006.

BAGNALL, Roger; FRIER, Bruce. *The demography of Roman Egypt*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

BAILEY, Donald M. O Egito Romano: a província de um Império. In: TIRADRITTI, Francesco. *Tesouros do Egito*. São Paulo: Editora Manole, 1998.

BAKR, A. Abu. O Egito Faraônico. In: MOKHTAR, G. *História geral da África: África antiga*. São Paulo: Ática/Unesco, 1983.

BALLET, Pascal. *La vie quotidienne à Alexandrie*. Paris: Hachette Littérature, 1999.

BALSDON, J. P. V. Roma como campo de batalha de religiões. In: _____. *O mundo romano*. Trad. Victor M. de Moraes. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

BAR- KOCHVA, B. *The image of the Jews in Greek literature: The Hellenistic period*. London: University of California Press, 2010.

BARCLAY, J. M. G. *Jews in the Mediterranean Diaspora: from Alexander to Trajan*. Berkeley: T&T Clark Edinburgh, 1998.

_____. Josephus V. Apion: analysis of an argument. In: MASON, Steve. *Understanding Josephus*. Sheffield: Sheffield Academic Press, 1998, p. 194-221.

_____. The Empire Writes Back: Josephan Rhetoric in Flavian Rome. In: EDMONDSON, J.; MASON, S.; RIVES, J. *Flavius Josephus & Flavian Rome*. New York: Oxford University Press, 2005.

_____. *Flavius Josephus "Against Apion"*. Leiden/Boston: Brill, 2007.

BARON. Salo W. *História social y religios del pueblo judio: la época Antigua*. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1968.

BARRY, W. *Faces of the crowd: Popular society and politics of Roman Alexandria, 30 BC _ AD 215*. PhD Thesis, University of Michigan, 1988.

_____. Popular violence and the stability of Roman Alexandria. *Bulletin de la Société Archéologique D'Alexandrie*. Alexandria, v.45, p.19-34, 1993.

BARTLETT, J. *Jews in the Hellenistic and Roman cities*. London/New York: Routledge, 2002.

BELL. H. I. Anti-Semitism in Alexandria. *The journal of Roman Studies*. Vol. 31, p. 1-18, 1941.

BLOCH-SMITH, E. *Judahite burial practices and beliefs about the dead*. Sheffield: JSOT Press, 1992.

BLOUIN, Katherine. *Le conflit Judéo-Alexandrin de 38-41: L' Identité juive à l' épreuve*. Paris: L'Harmattan, 2005.

BORGEN, Peder. Philo of Alexandria. In: STONE, M. *Jewish Writings of the Second Temple Period*. CRINT (Compendia Rerum Judaicorum ad Novum Testament), v. 2, p. 233-282, 1984.

BORGER, H. *Uma história do povo judeu*. São Paulo: Sefer, 1999.

BOWMAN, Alan K. Some Romans in Augustan Alexandria. *Bulletin de la Société Archéologique D'Alexandrie*. Alexandria, v.46, p.13-24, 2000.

_____. *Egypt after the Pharaohs*. Berkeley: University of California Press, 1986.

_____. Egypt. In: BOWMAN, A.; CHAPLIN, E.; LINTOTT, A. *The Cambridge Ancient History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

BOWMAN, Alan K.; RATHBONE, Dominic. Cities and Administration in Roman Egypt. *The Journal of Roman Studies*, v. 82, p. 107-127, 1992.

BRECCIA, E. *Alexandrea ad Aegyptum*. Bergamo: Istituto Italiano D'arti Grafiche, 1914.

BURREL, B. *Neokoroi: Greek cities and Roman Emperors*. Leiden/Boston: Brill, 2004.

BUSTAMANTE, R. M. da C. Práticas culturais no império romano: entre a unidade e a diversidade. In: SILVA, G. V. da; MENDES, N. M. (Orgs.). *Repensando o império romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Vitória: EDUFES/ Mauad, 2006, p. 109-136.

_____. Rituais de sacrifício: entre a *religio* e a *superstitio*. Análise comparativa entre o discurso jurídico imperial e o imagético provincial no Baixo Império. In: SILVA, G. V.; NADER, M. B.; FRANCO, S. P. (Orgs.). *As identidades no tempo: ensaios de gênero, etnia e religião*. Vitória: EDUFES, 2006, p. 321-351.

CABRAL, Rosimere Mendes. *Bibliotecas de Alexandria: construções políticas da memória*. 2010. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Programa de Pós-graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

CARCOPINO, J. *Daily life in Ancient Rome*. London: Yale University Press, 2003.

CARDOSO, Ciro F. S. *O Egito antigo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

CHEVITARESE, A. L.; CORNELLI, G. *Judaísmo, cristianismo e helenismo: ensaios acerca das interações culturais no Mediterrâneo antigo*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2007.

CHIAT, M. *Handbook of Synagogue Architecture*. California: Scholars Press, 1982.

CLÍMACO, Joana Campos. *Cultura e poder na Alexandria romana*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007a.

_____. Impactos da romanização em Alexandria: alguns debates bibliográficos. *História Revista*, Goiânia, v. 14, n.1, p. 261-290, 2009.

_____. *A Alexandria dos antigos: entre a polêmica e o encantamento*. 2013. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós – Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013b.

_____. A Alexandria antiga refletida pelo olhar romano. *Romanitas*, Vitória, n.1, p. 148-169, 2013.

CODEÇO, Vanessa Ferreira de Sá. O teatro antigo grego como prática educacional: a questão do desrespeito aos deuses em Hipólito e Bacantes em Eurípedes. *Revista de História Comparada*, Rio de Janeiro, 4-1, p. 169-190, 2010.

COLLINS, John J. *Jewish cult and Hellenistic culture: essays on the jewish encounter with hellenism and roman rule*. Brill/Leiden/Boston: Martinus Nijhoff Publishers, 2005.

COLLINS, Nina. *The library in Alexandria and the Bible in Greek*. Leiden/Boston: Brill, 2000.

COOK, S.; ADCOCK, F.; WORTH, C. *The Cambridge Ancient History*. Vol VIII, Rome and Mediterranean. Cambridge: Cambridge Press, 1930.

CRIBIORE, R. *Gymnastics of the mind*. Princeton: Princeton University Press, 2005.

CROUCH, D. *Water management in Ancient Greek cities*. Oxford: Oxford University Press, 1993.

DANIEL, T. Anti-Semitism in Hellenistic – Roman period. *Journal of Biblical Literature*. Vol. 98, N. 1, 1979.

DAVIES, J. *Death, burial and rebirth in the religions of Antiquity*. London/New York: Routledge, 1999.

DELIA, D. The population of Roman Alexandria. *Transactions of the American Philological Association*, vol. 118, p. 273-292, 1988.

DONADONI, Sergio. O Egito sob dominação romana. In: MOKHTAR, G. *História geral da África: África antiga*. São Paulo: Ática/Unesco, 1983.

EDMONDSON, J. Flavius Josephus and Flavian Rome. In: EDMONDSON, J.; MASON, S.; RIVES, J. *Flavius Josephus and Flavian Rome*. New York: Oxford University Press, 2005.

EILERS, Claude. *Roman Patrons of Greek cities*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

ELLIS, Walter M. *Ptolemy of Egypt*. London/New York: Routledge, 1994.

EMPEREUR, Jean-Yves. Commerce et artisanat dans L'Alexandrie Hellénistique et Romaine. *Bulletin de correspondance Hellénique*, Paris, supl.33, p. 1998.

ENGERS, M. Politeuma. *Mnemosyne*, Vol. 54, 1926.

ERSKINE, A. Culture and power in Ptolemaic Egypt: the library and museum at Alexandria. *Greece & Rome*, vol. 42, n. 1, p. 38-48, 1995.

FAIA, Tatiana José Rodrigues. *Fílon de Alexandria; Flaco: tradução, introdução e notas*. 2010. Dissertação (Mestrado em Estudos Clássicos)-Departamento de Estudos Clássicos, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2010.

FALBEL, Nachaman. Raízes do anti-semitismo na Antiguidade e na Idade Média. In: Fuks, Saul. *Tribunal da História II: processos de formação da identidade judaica e do anti-semitismo*. Rio de Janeiro: Image, 2008.

FELDMAN, Sérgio A. A resistência cultural judaica sob o Império Romano (final do século I ao IV). In: SILVA, G.V. (Org). *Conflito cultural e intolerância religiosa no Império Romano*. Vitória: GM Gráfica e Editora, 2008, p. 19-29.

FERREIRA, Jose Ribeiro. *A Grécia antiga*. Lisboa: Edições 70, 1992.

FERRO, Luisa; MAGLI, Giulio. The astronomical orientation of the urban plan of Alexandria. *Oxford Journal of Archeology*, 31(4), p. 381-389, 2012.

FINN, T. *From death to rebirth*. New York: Paulist Press, 1997.

FINNERAN, Niall. *Alexandria: a city & myth*. Stroud, UK: Tempus Publishing, 2005.

FISHWICK, D. *The Imperial cult in the Latin West*. Leiden: Brill, 1991.

FLANNERY, E. H. *A angústia dos judeus*. São Paulo: IBRASA, 1968.

FONTETTE, F. *História do anti-semitismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

FRANGIOTTI, R. *Cristãos, judeus e pagãos: acusações, críticas e conflitos no cristianismo antigo*. Aparecida: Idéias & Letras, 2006.

FUNARI, P. P. A. Exclusão social: considerações a partir de uma inscrição latina. *Dimensões*, Vitória, n. 22, p. 51-57, 2009.

_____. *Grécia e Roma*. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. Identidades fluídas. In: NOGUEIRA, P. A. de S.; FUNARI, P. P. A.; COLLINS, J. J. (Orgs.). *Identidades fluídas no judaísmo antigo e no cristianismo primitivo*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2010, p. 11-14.

FUNARI, P. P. A.; SILVA, M. A. de O. (Orgs.). *Política e identidades no mundo antigo*. São Paulo: Annablume, 2009, p. 209-250.

FLORENZANO, Maria Beatriz B. Construindo o Helenismo: o tirano e a monumentalização urbanística da Polis grega. In: ALDROVANDI, Cibeles; KORMIKIARI, Maria; HIRATA, Elaine (orgs.). *Estudos sobre o espaço na antiguidade*. São Paulo: Edusp, 2009.

GAMBETTI, S. *The Alexandrian Riots of 38 C.E. and the persecution of the Jews: A historical reconstruction*. Leiden: Brill, 2009.

GATES, Charles. *The archeology of urban life in the Ancient Near East and Egypt, Greece and Rome*. London/ New York: Routledge, 2003.

GEIGER, Paulo. O anti-semitismo. In: Fuks, Saul. *Tribunal da História II: processos de formação da identidade judaica e do anti-semitismo*. Rio de Janeiro: Image, 2008.

GIACOMO, Luiz Henrique Souza de. Entre egípcios e romanos: considerações a respeito de tal interação política. *Plêthos*, 3, 1, 2013, p. 70-84.

GLOTZ, G. *The Greek city and its institutions*. London: Kegan Paul, 1929.

GOLDBERG, J.D.; RAYNER, D. J. *Os judeus e o judaísmo*. Rio de Janeiro: Xenon, 1989.

GONÇALVES, A. T. M. Jogos e festas no alto império romano. In: LIMA, A. C. C.; TACLA, A. B. (Orgs.). *Experiências politeístas: cadernos do CEIA*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008, p. 52-62.

GOODMAN, Martin. *The Roman world 44 BC – 180 AD*. London/New York: Routledge, 1997.

_____. Jews, Greeks and Romans. In: Goodman, Martin. *Jews in a Graeco-Roman world*. New York: Oxford University Press, 1998.

_____. *Judaism in the Roman world*. Leiden/Boston: Brill, 2007.

GRUEN, E. *Diaspora: Jews amidst Greeks and Romans*. Cambridge/Massachusetts/London/England: Harvard University Press, 2002.

_____. The expansion of the empire under Augustus. In: BOWMAN, A.; CHAPLIN, E.; LINTOTT, A. *The Cambridge Ancient History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

HAAS, Christopher. *Alexandria in Late Antiquity: topography and social conflict*. Baltimore/ London: John Hopkins University Press, 1996.

HADAS-LEBEL, Meireille. *Philo of Alexandria: a thinker in the Jewish Diáspora*. Leiden/Boston: Brill, 2012.

HALL, S. *Da diáspora*. Belo Horizonte: Humanitas, 2003.

HARKER, Andrew. *Loyalty and Dissidence in Roman Egypt: The case of the Acta Alexandrinorum*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

HARRIS, W.; RUFFINI, G. *Ancient Alexandria between Egypt and Greece rulers*. Leiden/ Boston: Brill, 2004.

HEDRICK, C. *Ancient History: monuments and documents*. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.

HENTEN, J.; VAN DER HOST, P. *Studies in Early Jewish Epigraphy*. Leiden: Brill, 1997.

HÉRITIER, F. O eu, o outro e a intolerância. In: DUCROCQ – BARRET, F. (Dir.). *A Intolerância*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 24-27.

HIRATA, Elaine Farias Veloso. Monumentalidade e representações do poder de uma pólis colonial. In: FLORENZANO, Maria Beatriz Borba; HIRATA, Elaine Farias Veloso. *Estudos sobre a cidade antiga*. São Paulo: Edusp, 2009.

HIRST, Anthony; SILK, Michael. *Alexandria, Real and Imagined*. Aldershot: Ashgate Publishing, 2004.

HOLLANDER, Willian den. *Josephus, the Emperors, and the city of Rome*. Leiden/Boston: Brill, 2014.

HORSLEY, R. A.; HANSON, J. S. *Bandidos, profetas e messias: movimentos populares no tempo de Jesus*. São Paulo: Paulus, 1995.

IMMERWAHR, S. *Early burials from the Agora cemeteries*. Princeton: American school of classical studies at Athens, 1973.

INHAUSEN, A.; POMMERENING, T. *Writings of early scholars in the Ancient near east, Egypt, Rome and Greece*. Berlin/ New York: Zur Altertunskunde, 2010.

JACKSON, R. *At Empires Edge: exploring rome's Egyption Frontier*. New Haven/ London: Yale University Press, 2002.

JOHNSON, P. *História dos judeus*. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

JONES, A. H. M. *Cities of the Eastern Roman Provinces*. Oxford: Oxford University Press, 1998.

_____. A última crise: o Império Romano até seu declínio. In: BALSDON, J.P.V. (Org). *O mundo romano*. Trad. Victor M. de Moraes. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968, p.58-79.

KAISER, A. *Roman urban street networks*. New York: Routledge, 2011.

KAISER, François. Les Ambassades Alexandrines à Rome. *Revue des Études Anciennes*, Bordeaux, tome 105, n. 2, p. 435-468, 2003.

KERKESLAGER, Allen. The absence of Dionysios, Lampo and Isidoros from the violence in Alexandria in 38 c.e. *The Studia Philonica Annual*, XVIII, p. 49-94, 2005.

KORMIKIARI, Maria Cristina Nicolau. O conceito de “cidade” no mundo antigo e seu significado para o norte da África Berbere. In: FLORENZANO, Maria Beatriz Borba; HIRATA, Elaine Farias Veloso. *Estudos sobre a cidade antiga*. São Paulo: Edusp, 2009.

KOVELMAN, A. *between Alexandria and Jerusalem: the dynamic of Jewish and Hellenistic culture*. Leiden/ Boston Brill, 2005.

LANGER, Patrícia. Alexander the Great at Siwah. *The Ancient World*, Chicago, vol. IV, n. 3 - 4, p.109-127, 1981.

LESSA, Fábio. S.; CODEÇO, Vanessa F. S. O ginásio como espaço de formação de cidadãos: as práticas esportivas na Grécia Antiga. *Phoînix*, Rio de Janeiro, Vol. 17, n. 2, p. 38-50, 2011.

LEVÊQUE, P. *A aventura grega*. Lisboa: Cosmos, 1967.

LEVINE, L. *The Ancient Synagogue*. New Haven: Yale University Press, 2000.

LEWIS. Naphatali. Non-Scholar members of the Alexandrian Museum. *Mnemosyne*, vol. 16, n. 3, p. 257-261, 1963.

LIMA NETO, B. M. Elites cidadinas provinciais e a cultura imperial no principado romano. VIII Encontro Regional da Associação Nacional de História/ES, *Anais*, Vitória: GM, 2010, p. 1-10.

LOBIANCO, Luís Eduardo. *A romanização no Egito: direito e religião*. 2006. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

LLOYD, Alan B. *A companion to ancient Egypt I*. Oxford: Blackwell Publishing Ltd, 2010.

MACLEOD, R. *The Library of Alexandria*. London/New York: I. B. Tauris Publishers, 2000.

MANNING, J. G. *Land and Power in Ptolemaic Egypt*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

MARCUS, R. *A selected bibliography (1920-1945) of the Jews in the Hellenistic – Roman period*. Chicago: University Chicago Press, 1946.

MARTÍN, J. P. *Fílon de Alejandría*. Madrid: Trotta, 2009.

MARTIN, Roland. *L' Urbanisme dans la Grèce antique*. Paris: A. J. Picard, 1956. Trad. Silvana Trombetta (2002).

MARTINEZ, F.; LUTTIKHUIZEN, G. *Jerusalem, Alexandria, Rome: studies in ancient cultural interaction*. Leiden/ Boston: Brill, 2003.

MCEVEDY, Colin. *The Ancient History*. New York: Penguin Books, 1967.

MEEKS, W. A. *Os primeiros cristãos urbanos: o mundo social do apóstolo Paulo*. São Paulo: Edições Paulinas, 1992.

MENDES, Norma Musco. O sistema político do Principado. In: SILVA, G.V.; MENDES, N.M. (Org). *Repensando o Império Romano*. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória, ES: EDUFES, 2006, p. 21-51.

MILNE, J. Grafton. *A History of Egypt under Roman rule*. London: Methuen & Co., 1924.

MCKENZIE, Judith. *The Architecture of Alexandria and Egypt: 300 B.C. to A.D. 700*. London: Prestel, 2008.

_____. Glimpsing Alexandria from archeological evidence. *Journal of Roman Archaeology*. Vol. 16, p. 35-63, 2003.

MODRZEJEWSKI, J. *The Jews of Egypt: from Rameses II to Emperor Hadrian*. Edinburgh: Varda Books, 2001.

MOMIGLIANO, A. D. A cultura grega e os judeus. In: Finley, M. I. (org). *O Legado da Grécia uma nova avaliação*. Trad. Y. V. Pinto de Almeida. Brasília: ed. UnB, 1998, p.359-380.

MORAIS, V. *Pequena história do antissemitismo*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

MORKOT, Robert. *Historical Dictionary of Ancient Egyptian Warfare*, The Scarecrow press, 2003.

MORLEY, N. *Trade in classical Antiquity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

MORRIS, Ian. *Burial and ancient society: The rise of the Greek city-state*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

MOSSÉ, C. *Alexandre, o Grande*. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

NARDO, D. *The Greenhaven Encyclopedia of Ancient Rome*. San Diego: Greenhavern Press, 2002.

NIBBI, Alessandra. Some remarks about the ancient inhabitants of the Alexandria region. *Bulletin de la Société Archéologique D'Alexandrie. Alexandria*, v.45, p. 225-233, 1993.

NOGUEIRA, P. A. de S. O judaísmo antigo e o cristianismo primitivo em nova perspectiva. In: NOGUEIRA, P. A. de S.; FUNARI, P. P. A.; COLLINS, J. J. (Orgs.). *Identidades fluídas no judaísmo e no cristianismo primitivo*. São Paulo: Annablume/ Fapesp, 2010, p. 15- 27.

_____. O poder da diferença: o judaísmo como problema para as origens do cristianismo. In: FUNARI, P. P.; SILVA, M. A. de O. (Orgs.). *Política e identidades no mundo antigo*. São Paulo: Annablume/ Fapesp, 2009, p.131-146.

NOY, D.; RAJAK, T. Archisynagogoi: office, title and social status in the Greco-Jewish synagogue. *The journal of Roman Studies*. Vol. 83, p. 75-93, 1993.

NOY, David. Where were the Jews of the diaspora buried? In: Goodman, Martin. *Jews in a Graeco-Roman world*. New York: Oxford University Press, 1998.

PARKINS, H.; SMITH, C., S. *Trade, traders and the Ancient city*. London/ New York: Routledge, 1998.

PEARSON, B. Christians and Jews in First – century Alexandria. *The Harvard Theological Review*. Vol. 79, n. 1/3, 1986.

PINSKY, J. *Os judeus no Egito helenístico*. Assis: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, 1971.

PINTO, Paulo G. H. Os procedimentos classificatórios das religiões greco-orientais. *Clássica*, Araraquara, suplemento 2, p. 219-225, 1993.

PLATNER, S. *The topography and monuments of Ancient Rome*. Boston: Allyn and Bacon, 1911.

POLIAKOV, L. *De Cristo aos judeus da corte*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

PORTEN, B. *Archives from Elephantine*. Berkeley/ Los Angeles: University of California Press, 1968.

PORTO, Vagner Carneiro. *Imagens monetárias na Judéia/Palestina sob dominação romana*. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

QUARANTA, E. A população grega em Alexandria no século III a. C. In: AVELINO, Y.D. *Polifonias da cidade*. São Paulo: D'Escrever, 2009.

_____. A idealização do poder ptolomaico. *Projeto História*, n. 30, p. 189-196, jun. 2005.

_____. Simplicidade da Técnica na Era Ptolomaica. *Projeto História*, n.34, p. 205-210, jun. 2007.

RADICE, R.; RUNIA, D. *Philo of Alexandria: an annotated bibliography*. Leiden/ New York: Brill, 1988.

RAJAK, Tessa. *The Jewish dialogue with Greece and Rome: studies in cultural and social interaction*. Leiden/ Boston: Brill, 2001.

_____. The Against Apion and the continuities in Josephus's political thought. In: MASON, Steve. *Understanding Josephus. Seven Perspectives*. Journal for the study of the Pseudepigrapha. Supplement Series 32. Sheffield: Sheffield Academic Press, 1998, p. 222-243.

_____. Josephus in the Diáspora. In: EDMONDSON, J.; MASON, S.; RIVES, J. *Flavius Josephus and Flavian Rome*. New York: Oxford University Press, 2005.

_____. *Translation and survival: the Greek Bible of Ancient Jewish Diaspora*. New York: Oxford University Press, 2009.

RAJAK, T.; PEARCE, S.; AITKEN, J.; DINES, J. *Jewish perspectives on Hellenistic rulers*. Berkeley/ Los Angeles/ London: University of California Press, 2007.

RATHBONE, D.; BOWMAN, A. Cities and administration in Roman Egypt. *The Journal of Roman Studies*, Vol. 82, p. 107-127, 1992.

RAVEN, M. *Atlas of Egyptian Art*. Cairo: Zeitouna Press, 2000.

RICH, John. *City and country in the Ancient World*. London/ New York: Routledge, 1992.

RIGGS, Christina. *The beautiful burial in Roman Egypt: art, identity and funerary religion*. New York: Oxford University Press, 2005.

RIAD, H.; DEVISSE, J. O Egito na época helenística. In: MOKHTAR, G. *História geral da África: África antiga*. São Paulo: Ática/Unesco, 1983.

ROBERTSON, David. *World and Meaning in Ancient Alexandria*. Hampshire: Ashgate, 2008.

ROBINSON, O. *Ancient Rome: City planning and administration*. London/ New York: Routledge, 1994.

RODZIEWICZ, Mieczyslaw. *Alexandria and district of Mareotis*. Atenas: Graeco-Arabica, 1983.

ROSEN, R.; SLUITER, I. *City, countryside and the spatial organization of value in Classical Antiquity*. Leiden: Brill, 2006.

ROZEN, M. *Homelands and diaspora: Greeks, Jews and their migrations*. London: Tauris, 2008.

RUNESSON, A.; BINDER, D.; OLSSON, B. *The Ancient Synagogue from its origins to 200 C.E.* Leiden: Brill, 2008.

RUNIA, D. Philo, Alexandrian and Jew. *Exegesis and Philosophy: Studies on Philo of Alexandria*, 1990.

_____. The idea and the reality of the city in the thought of Philo of Alexandria. *Journal of the History of Ideas*. Vol. 61, n.3, p. 361-379, 2000.

RUTGERS, L. *The Jews in late Ancient Rome*. Leiden/ New York: Brill, 1995.

SALES, José das Candeias. Alexandria Ptolomaica: uma cidade, vários povos, várias culturas. In: *I Congresso Histórico Internacional: As cidades na História*. Guimarães: Greca, 2012.

_____. Em busca do touro Ápis pelos caminhos da mitologia do antigo Egito. *RLCR*, Lisboa, ano X, n. 18-19, p. 61-82, 2013.

SAMUEL, Alan. From Athens to Alexandria: Hellenism and social goals in Ptolemaic Egypt. *Studia Hellenistica*, Louvain, n. 26, 1983.

SCHAFER, P. *Judeophobia: Attitudes toward the Jews in the Ancient World*. Cambridge/ London: Harvard University press, 1997.

SCHEIDEL, Walter. Greeting a Metropolis: a comparative demographic perspective In: HARRIS, W.; RUFFINI, G. *Ancient Alexandria between Egypt and Greece rulers*. Leiden/ Boston: Brill, 2004.

SEAR, Frank. *Roman Theatres: an architectural study*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

SEGRÉ, A. Antisemitism in Hellenistic Alexandria. *Jewish Social Studies*. Vol 8 n. 2, p. 127-136, 1946.

SELAND, Torrey. Philo and the clubs and associations of Alexandria. In: KLOPPENBORG, J.; WILSON, S. *Voluntary associations in the Graeco-Roman world*. London/New York: Routledge, 1996.

SELTZER, Robert M. *Povo judeu, pensamento judaico I: a experiência judaica na História*. Rio de Janeiro A. Koogan Editor, 1990.

SELVATICI, Mônica. *Os judeus helenistas e a primeira expansão cristã: questões de narrativa, visibilidade histórica e etnicidade no livro dos Atos dos Apóstolos*. 2006. Tese (Doutorado em História)-Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

_____. A recriação da identidade judaica na cidade de Alexandria no século I d.C. *Oracula*, São Paulo, 4.8, p. 28-37, 2008.

SENNETT, Richard. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Record: Rio de Janeiro, 1997.

SHERK, R. *Rome and the Greek East to the death of Augustus*. New York: Cambridge University press, 1984.

SHERWIN-WHITE, A.N. O Imperialismo Romano. In: BALSDON, J.P.V. (Org). *O mundo romano*. Trad. Victor M. de Moraes. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968, p. 80-102.

SILVA, G. V. Humanismo e tolerância religiosa: é possível aprendermos com os romanos?. In: SILVA, G.V. (Org). *Conflito cultural e intolerância religiosa no Império Romano*. Vitória: GM Gráfica e Editora, 2008, p.7-17.

SIMON, M.; BENOIT, A. *El judaísmo y el cristianismo antiguo: de Antioco Epífanés a Constantino*. Barcelona: Editorial Labor, 1972.

SLY, D. *Philo's Alexandria*. London: Routledge, 1996.

SMALLWOOD, E. Mary. *Philonis Alexandrini. Legatio ad Gaium*. Leiden: Brill, 1970.

_____. *The Jews under Roman Rule: from Pompey to Diocletian*. Leiden: Brill, 1976.

SMITH, Robert W. *The Art of Rhetoric in Alexandria: Its theory and practice in the Ancient world*. The Hague: Martinus Nijhoff, 1974.

STAVROULAKIS, N.; DEVINNEY, T. *Jewish sites and Synagogues of Greece*. Athens: Talos Press, 1992.

STEPHENS, S. *Seeing Double: Intercultural Poetics in Ptolemaic Alexandria*. Berkeley/ Los Angeles/ London: University California press, 2003.

STONEMAN, Richard. *Alexander the Great*. London/New York: Routledge, 1997.

TASSIN, C. O judaísmo do exílio ao tempo de Jesus. *Cadernos Bíblicos*. São Paulo: Paulinas, 1988.

TATAKI, Argyro. Macedonian presence in Alexandria. *Bulletin de la Société Archéologique D'Alexandrie*. Alexandria, v.46, p.59-64, 2000.

TCHERIKOVER, V. *Hellenistic Civilization and the Jews*. Philadelphia: The Jewish Publication Society of America, 1959.

TCHERIKOVER, Victor; FUKS, Alexander. *Corpus Papyrorum Judaicarum*. Cambridge: Harvard Press, 1960.

THOMPSON, D. J. Cultura escrita e poder no Egito ptolomaico. In: BOWMAN, Alan K.; WOOLF, Greg. *Cultura escrita e poder no mundo antigo*. São Paulo: Ática, 1998.

THOMPSON, D. Alexandria: the city by the sea. *Bulletin de la Société Archéologique D'Alexandrie*. Alexandria, v.46, p.73-79, 2000.

TRACZOW, Barbara. *Architectural styles of ancient Alexandria*. Varsovie: Centre D'Archéologie Méditerranéenne de L'Académie Polonaise des Sciences, 2008.

TURNER, Eric. Ptolemaic Egypt. In: WALBANK, F. W.; ASTIN, A. E. *The Cambridge Ancient History: The Hellenistic World*. New York: Cambridge University Press, 1984.

UPHILL, Eric. *Egyptian towns and cities*. Haverford west: Shire Publications, 1998.

VAN DER HOST, P. *Religious innovations in Antiquity*. Leiden: Brill, 2008.

_____. *Philo of Alexandria "Flaccus"*. Leiden: Brill, 2003.

_____. *Jews and Christians in their Graeco-Roman context*. Tübingen: Mahr Siebeck, 2006.

_____. *Ancient Jewish Epitaphs*. Kampen: Pharos Publishing, 1991.

VASQUES, Maria Severina. *Crenças funerárias e identidade cultural no Egito romano: máscaras de múmia*. 2005. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

VEYNE, Paul. *O império greco-romano*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

VRETTOS, T. *Alexandria*. São Paulo: Odysseus, 2005.

WALBANK, F; FREDERIKSEN, M.; OGILVIER, R. *The Cambridge Ancient History: Rome and the Mediterranean*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

WATTS, Edward. *City and School in Late Antique Athens and Alexandria*. Berkeley/London: University of California Press, 2006.

WESTERMANN, William Linn. Alexandria in the Greek papyri. *Bulletin de la Société Royale D'Archéologie D'Alexandrie*, n. 38, p.3-17, 1950.

WIESEL, E. As novas formas de intolerância. In: DUCROCQ- BARRET, F. (Dir.). *A Intolerância*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 209-226.

WILLIAMS, Kimberly. *Alexandria and the sea: maritime origins and underwater explorations*. 2004.

WOLFSON, A. H. Philo on Jewish Citizenship in Alexandria. In: *The Society of Biblical Literature* 63, p. 165-168, 1944.

WOOLF, G. *Cultura escrita e poder no mundo antigo*. São Paulo: Ática, 1998, p. 154-182.

YAVETZ, Z. Intolerância: romanos e gregos, egípcios e judeus. In: DUCROCQ- BARRET, F. (Dir.). *A intolerância*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 34-37.

ZANKER, Paul. *The power of images in the Age of Augustus*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1989.

APÊNDICE

APÊNDICE A: Rotulações utilizadas por gregos, judeus e egípcios em Alexandria

Estigmas de Manethon contra os judeus	
Invasores	<i>Ap.</i> , 75; 76; 78; 228; 243; 249;
Profanadores/ímpios	<i>Ap.</i> , 76; 239; 249;
Saqueadores	<i>Ap.</i> , 87; 249;
Misantrópicos	<i>Ap.</i> , 76; 239; 248;
Cativos	<i>Ap.</i> , 83; 91;
Doentes	<i>Ap.</i> , 229; 233; 234; 235; 236; 248;

Estigmas de Lisímaco contra os judeus	
Invasores	<i>Ap.</i> , 310;
Safras deficitárias	<i>Ap.</i> , 306;
Profanadores/ímpios	<i>Ap.</i> , 306; 309; 310;
Saqueadores	<i>Ap.</i> , 310; 311;
Misantrópicos	<i>Ap.</i> , 309;
Doentes	<i>Ap.</i> , 305; 306; 307; 308;

Estigmas de Cheremon contra os judeus	
Invasores	<i>Ap.</i> , 290, 291;
Doentes	<i>Ap.</i> , 289; 290;

Estigmas de Ápio contra os judeus	
Diferentes (costumes e religião)	<i>Ap.</i> , II, 6; 7; 21; 65; 73; 125; 137;
Profanadores/ímpios	<i>Ap.</i> , II, 137;
Agitadores	<i>Ap.</i> , II, 68;

Misantrópicos	<i>Ap.</i> , II, 93; 95; 96; 121;
Doentes	<i>Ap.</i> , II, 15; 21;
Estrangeiros	<i>Ap.</i> , II, 71; 72;
Canibais	<i>Ap.</i> , II, 91; 92; 93; 94; 95; 96;
Incultos	<i>Ap.</i> , II, 135;

Estigmas de Filo contra os egípcios	
Sediciosos/ Insubmissos	<i>In Flacc.</i> , 17; 92; 93;
Invejosos/ Rancorosos	<i>In Flacc.</i> , 29;
Baixo estatuto social	<i>In Flacc.</i> , 80;
Idólatras/Politeístas	<i>Leg.</i> , 20. 139; 25. 163; 26. 166; 30. 205;
Ateus	<i>Leg.</i> , 25. 163;

Estigmas de Filo contra os gregos	
Agitadores/ Perturbadores	<i>In Flacc.</i> , 20; 24; 135; 136; 137; 140; <i>Leg.</i> , 40. 312;
Maus conselheiros	<i>In Flacc.</i> , 18; 19;
Manipuladores	<i>In Flacc.</i> , 18; 19; 20; 25; 30;
Desonestos	<i>In Flacc.</i> , 20; 131; 132; 134;
Invejosos	<i>In Flacc.</i> , 30;
Desleais	<i>In Flacc.</i> , 125; 126; 128;
Idólatras/Politeístas	<i>Leg.</i> , 20. 138; 25. 162; 164;

Estigmas de Filo contra a multidão de Alexandria	
Agitadores/Violentos	<i>In Flacc.</i> , 4; 35; 41; 95; 135; <i>Leg.</i> , 26.170;
Rancorosos/Invejosos	<i>In Flacc.</i> , 29; 52; 82;
Desocupados/ Promíscuos	<i>In Flacc.</i> , 4; 33; 34; 41; 42; 135; <i>Leg.</i> , 25. 162;

Fonte: Elaboração do autor, com base nas obras referenciadas (2016).

APÊNDICE B: Espaço e violência em Alexandria

Violência Direta	Lugares/Edifícios	Usuários	Referências
Torturas/Açoites/Crucificação	Teatro	Acesso público	<i>In Flacc.</i> , 72; 74; 75; 77; 84; 85; 95; 96; 173;
Arrastamentos/Linchamentos	Ruas e Ágora	Acesso público	<i>In Flacc.</i> , 65; 66; 70; 71; 174; <i>Leg.</i> , 19. 127; 128; 131;
Morte na fogueira	Ágora	Acesso público	<i>In Flacc.</i> , 67; 68; 69; 174; <i>Leg.</i> , 19. 129, 130;
Violência Indireta	Lugares/Edifícios	Usuários	Referências
Destruição/Profanação	Sinagogas	Acesso judaico	<i>In Flacc.</i> , 41; 45; 47; 49; <i>Leg.</i> , 20. 132; 133; 134; 135; 137; 138; 22. 148; 25. 165; 43. 346;
Confinamento	Bairro	Acesso público	<i>In Flacc.</i> , 55; 62; <i>Leg.</i> , 18. 124; 125; 19. 128;
Invasão/Expulsão	Sinagogas; bairros, casas, ruas, ágora	Acesso público/judaico	<i>In Flacc.</i> , 48; 55; 62; 64; 65; 74; 86; 87; 89; 94; 115; 122; <i>Leg.</i> , 18.121; 123; 19. 127;
Subtração de recursos	Sinagogas/casas	Acesso judaico	<i>In Flacc.</i> , 53; 56; 62; 69; 76; 87; 94; 171; <i>Leg.</i> , 18. 121; 122;
Manipulação/Utilização	Ginásio	Acesso grego	<i>In Flacc.</i> , 34; 36; 37; 38; 39; 40;

Fonte: Elaboração do autor, com base nas obras referenciadas (2016).